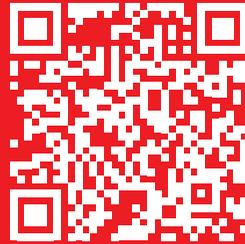




Relatório & Contas

2013

Um futuro presente.





Um futuro presente.

Os CTT são uma empresa de futuro. Desde sempre que a sua visão está um passo à frente. Procuram acompanhar a evolução dos tempos criando um leque de produtos e serviços relevantes para os seus clientes, ao mesmo tempo que criam valor no mercado. É este pensamento para uma perspetiva futura, aliado à sua experiência, *know-how* e oferta abrangente que fazem dos CTT uma empresa sólida e segura para o amanhã. Algo que dá a garantia aos CTT que o seu futuro está bem presente, porque o seu futuro começa agora.



1520

Criação do correio público em Portugal pelo rei D. Manuel I

1821

Início da distribuição domiciliária da correspondência em Portugal

1969

Transformação em Empresa Pública com a denominação de Correios e Telecomunicações de Portugal

1978

Introdução do Código Postal (4 dígitos, alargado para 7 dígitos em 1998)

1992

Passagem a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com a designação CTT – Correios de Portugal, S.A.



Presentes na história cada vez mais no futuro.

1999

Criação da Postlog – Serviços Postais e Logística, S.A. (atual CTT Expresso).
Criação da PostContacto, empresa de correio publicitário

2008

Aprovação da diretiva comunitária relativa à liberalização
dos serviços postais na UE

2009

Criação da CORRE – Correio Expresso de Moçambique, S.A.,
empresa de correio expresso e encomendas em parceria
com os Correios de Moçambique

2012

Aprovação da nova Lei Postal que determina o regime
legal que regula a prestação dos serviços postais,
em concorrência aberta, no território nacional.

Dezembro 2013

Privatização

Entrada de sucesso assinalável dos CTT em bolsa como empresa privatizada. Os resultados da Oferta Pública de Venda da privatização foram conhecidos a 4 de dezembro de 2013 – vendidos 70% do capital dos CTT. Um momento histórico de evolução no percurso dos CTT. Uma etapa que dá a garantia aos CTT que o seu futuro está bem presente, porque o seu futuro começa agora.



Missão CTT

Assegurar soluções de comunicação e logística, de proximidade e excelência. Estabelecer relações de confiança. E inovar, sempre.

Vocação para ligar pessoas e empresas com comunicações físicas e eletrónicas;

Soluções para dar resposta integrada às necessidades de cada cliente;

A confiança como ativo da companhia e também como resultado;

A inovação como garante que se cumpre a missão hoje e no futuro.

Visão CTT

Ser um operador postal multisserviços reconhecido como referência mundial em qualidade, eficiência e criação de valor.

Operação postal de referência no mercado ibérico;

Plataforma operacional e de distribuição líder;

Oferta abrangente de serviços financeiros;

Capacidade para competir internacionalmente em geografias selecionadas;

Performance financeira no decil superior dos operadores postais europeus;

Vocação de sustentabilidade – vertentes social e ambiental.



Valores CTT

Orientação para o Cliente

Trabalhar proactivamente a satisfação das necessidades dos clientes. O seu sucesso é o nosso sucesso.

Entusiasmo

Trabalhar com paixão e empenho para vencer em equipa, tendo connosco as melhores pessoas. Todos somos um.

Confiança

Ser um parceiro íntegro, responsável e de confiança, que garante no dia a dia os compromissos assumidos. Cumprir sempre.

Excelência

Garantir um serviço de excelência, com garantia de qualidade e eficiência. Fazer sempre melhor.

Inovação

Explorar continuamente novas ideias, processos e soluções. Criar futuro.

Índice

Mensagem do Presidente & CEO	11	4	Compromisso com a sociedade	70
Órgãos sociais e gestão	15			
Principais indicadores	20	4.1. Recursos humanos	71	
Destaques do ano	23	4.2. Qualidade de serviço	74	
Prémios e reconhecimentos	25	4.3. Inovação e desenvolvimento	76	
		4.4. Sustentabilidade	77	
parte I		5	Eventos posteriores e perspectivas futuras	80
Relatório de gestão	27			
1		6	Proposta de aplicação de resultados	84
Linhas estratégicas	30			
2		7	Declaração de conformidade	88
Negócios	38			
2.1. Enquadramento económico e regulamentar	39	parte II		
2.2. Correio e soluções empresariais	41	Documentos de prestação de contas	91	
2.3. Expresso e encomendas	47			
2.4. Serviços financeiros	48	Contas consolidadas	92	
3		Contas individuais CTT S.A.	176	
Análise económica e financeira e desempenho da ação CTT	52			

parte III

Outros documentos
de informação
societária

253

1. Relatório de governo da sociedade	254
2. Lista dos titulares de participações sociais qualificadas	296
3. Ações próprias	296
4. Posição acionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, e de outros dirigentes	297
5. Negócios com a sociedade e exercício de outras atividades pelos atuais administradores	298
6. Obrigações decorrentes de ter integrado o setor empresarial do Estado	298

parte IV

Documentos
de fiscalização
e auditoria

301

Contactos

314



Mensagem do Presidente & CEO

A privatização de 70% do capital foi concluída com sucesso em dezembro. Verifica-se um grande interesse por parte dos investidores nos CTT, uma empresa que reportou resultados sólidos em 2013, suportados por uma estratégia com resultados visíveis e em plena transformação para responder a uma indústria e mercado em mudança.

Resultados sólidos

Os CTT conseguiram um resultado líquido consolidado de 61 milhões de euros, o que representa um aumento de 70,7% (+25,3 M€) relativamente a 2012. O resultado líquido consolidado por ação foi de 0,41 € e o retorno sobre o capital de 22,2%.

Estes resultados refletem uma menor redução dos rendimentos (apenas -1,3%), muito abaixo da redução de 21,3 milhões de euros (-3,5%) conseguida nos gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes). Tal deu origem a um EBITDA recorrente de 122,9 milhões de euros, representando um aumento de 10,8% (11,9 M€) relativamente a 2012 e uma margem EBITDA de 17,4%, que compara com 15,5% do ano anterior; e a um EBIT recorrente de 96,1 milhões de euros, 16,2% acima do de 2012, tendo a margem EBIT aumentado 2,0 p.p. para 13,6%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o *free cash flow* operacional situou-se nos 110,4 milhões de euros, face aos 117,9 milhões em 2012. As disponibilidades líquidas situaram-se nos 236,8 milhões de euros no final de 2013, em linha com os 240,2 milhões do ano anterior; e as disponibilidades por conta de terceiros dos serviços financeiros aumentaram para 308,1 milhões de euros no final de 2013, equivalente a mais 58,9 milhões de euros do que em 2012, o que reflete o forte aumento da atividade desta área de negócio.

Este sólido desempenho financeiro resulta da implementação das iniciativas claramente definidas no Programa de Transformação, tendo em vista compensar o decréscimo do tráfego de correio através (i) do aumento dos preços do correio e (ii) de significativos ganhos de eficiência conducentes a uma redução dos gastos operacionais superior ao decréscimo dos rendimentos, ambos no âmbito do negócio de Correio e, ao invés de anos anteriores, (iii) do crescimento dos rendimentos dos negócios de Serviços Financeiros e de Expresso e Encomendas, as alavancas do crescimento futuro da empresa.

Um negócio em mudança numa conjuntura económica ainda difícil

A atividade das empresas de correio e encomendas nas economias desenvolvidas está a ser impactada pela substituição eletrónica, i.e., o aumento da comunicação digital e do *e-commerce*, o que tem dado origem ao decréscimo do correio social, transaccional e publicitário mas, em simultâneo, ao aumento das encomendas com base no *e-commerce*.

Durante o ano de 2013 a economia portuguesa prosseguiu o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, um processo que teve impactos negativos relevantes na atividade económica nacional e nos níveis de emprego. Houve no entanto uma alteração da tendência em 2013: as estimativas apontam para uma contração do PIB de apenas -1,4%, muito abaixo da observada em 2012 (-3,2%) e já com três trimestres consecutivos de evolução positiva. Confirmando a tendência, a previsão para 2014 é de +1,2%. Esta evolução verifica-se num contexto de fraca pressão inflacionista (0,4%) e elevados níveis de desemprego (15,4%), que contribuíram para a moderação salarial. Em Espanha, onde os CTT também estão presentes no negócio de Expresso e Encomendas, a situação económica também se caracteriza pela contração e ajustamento, embora se observem igualmente claros sinais de uma alteração da tendência.

Esta conjuntura económica adversa conduziu (i) ao aumento significativo da substituição eletrónica, uma vez que em contextos recessivos a tendência dos clientes é promoverem uma maior redução nos gastos, e (ii) a menos correio transaccional devido a uma menor atividade económica. O decréscimo do tráfego de correio endereçado em 2013 (-7,3%), embora abaixo dos valores de 2012 (-8,8%), está ainda acima da tendência normal. Contudo, a evolução positiva de trimestre para trimestre ao longo do ano 2013, com um declínio de -7,1% no último, são sinais de que a redução de tráfego devida à situação económica estará a começar a atenuar-se.

A estratégia dos CTT está a dar frutos

A visão e estratégia dos CTT são claras e atraíram grande interesse por parte dos investidores. A nossa visão é sermos um operador postal multisserviços, reconhecido como referência mundial em qualidade, eficiência e na criação de valor.

Estamos totalmente focados e empenhados em apresentar resultados, alcançando um crescimento sustentável e melhorando a rentabilidade de cada uma das nossas áreas de negócio, minimizando ou mesmo invertendo o declínio das receitas do correio, aumentando os rendimentos e a contribuição para os lucros dos negócios dos Serviços Financeiros e de Expresso e Encomendas e prosseguindo a gestão da eficiência como parte fundamental do nosso DNA.

Capitalizando as suas vantagens competitivas, a atuação dos CTT tem as seguintes prioridades estratégicas:

- Manter a liderança no negócio *core* de correio;
- Promover um quadro regulatório que apoie a sustentabilidade do Serviço Postal Universal;
- Manter a eficiência e promover o crescimento dos rendimentos através de programas de transformação contínuos que permitam, nomeadamente:
 - Desenvolver o negócio de Expresso e Encomendas beneficiando do esperado crescimento de mercado, especialmente no segmento B2C;
 - Reforçar a plataforma de serviços financeiros e ampliar a oferta de serviços.

O nosso negócio de Correio (74% do total dos rendimentos) teve um bom desempenho ao longo do ano, com uma descida nos rendimentos de apenas -2,1%, resultante de um decréscimo marginal do correio transaccional e uma redução mais significativa do correio publicitário. O EBITDA recorrente aumentou 13,6%, com uma contribuição de 71% para o total dos CTT. Este desempenho foi conseguido através de dois fortes motores: (i) aumentos de preços após

quase três anos sem qualquer alteração e (ii) uma forte redução dos gastos operacionais resultante de uma melhoria de eficiência nas atividades de tratamento, nomeadamente através de uma maior automatização, e da otimização das redes de retalho e de distribuição.

Em 2013 foi feita uma importante revisão do quadro regulatório, clarificando o enquadramento já em vigor, com diplomas emitidos nos finais de 2013 e inícios de 2014. Temos atualmente um setor liberalizado, com um quadro regulatório em linha com outros países da União Europeia, flexível e promotor de um serviço universal sustentável. De salientar ainda a alteração das regras de revisão tarifária que introduz mais flexibilidade nos preços especiais aplicáveis aos expedidores de correio em quantidade, embora obedecendo aos princípios definidos na Lei Postal e na Diretiva Europeia.

Os prestadores do serviço universal têm direito a serem ressarcidos do custo líquido do serviço postal universal, através de um fundo de compensação cujas regras serão ainda definidas, sempre que ele constitua um encargo financeiro não razoável. Tanto a metodologia para a determinação do custo líquido como o conceito de encargo financeiro não razoável foram já definidos pela ANACOM.

O negócio de Expresso e Encomendas é uma alavanca de crescimento fundamental, com os rendimentos de 2013, após alguns anos de declínio, a inverterem a tendência registando já um crescimento e a contribuírem com 129,5 milhões de euros (+1,2% do que em 2012), ou seja 18% do total. Isto deve-se a um mercado em crescimento, especialmente no B2C devido ao *e-commerce*, a uma abordagem comercial mais pró-ativa, comprovada pelo aumento de 4,4 p.p. da quota de mercado em Portugal (últimos números da ANACOM com comparação entre 4º trim 2013 e 4º trim 2012) e a um *upgrade* da oferta de produtos com uma visão ibérica integrada.

Torna-se claro que o crescimento futuro do negócio de encomendas está profundamente ligado ao desenvolvimento do *e-commerce*. Temos estado a reforçar os requisitos exigidos por este mercado, instalando infra-estruturas que aumentam a conveniência, melhoram a experiência do cliente e a flexibilidade na entrega. Em Espanha, está em curso um plano de reestruturação da rede de franchisados para aumentar as competências, conseguir uma maior integração de todas as atividades e interlocutores e aumentar o foco comercial. Todas estas ações tiveram peso nos gastos, o que é visível quando se observa o nível de rentabilidade; mas estamos confiantes de que no futuro veremos os benefícios, desenvolvendo um negócio mais forte e rentável.

Em contraste com outros operadores postais, os CTT também comercializam produtos e serviços financeiros com uma contribuição importante para

os resultados e para a eficiência operacional da empresa, não apenas produzindo fortes margens mas também absorvendo parte dos custos decorrentes das obrigações de serviço universal relacionadas com a densidade da rede (rede de lojas). Esta é uma área de negócio fundamental para a rentabilidade da empresa devido à elevada margem operacional realizada (EBITDA), utilizando uma rede já instalada.

A crise financeira tanto a nível mundial como em Portugal permitiu aos CTT obter uma posição cada vez mais forte neste mercado. O crescimento desta área de negócio foi claro, com os rendimentos a atingirem 60,9 milhões de euros (aumento de 5,5%) em 2013 com um EBITDA de 27,4 milhões de euros (22% do total). Os vários produtos de poupança foram os principais responsáveis por este importante objetivo devido ao extraordinário crescimento dos Seguros de Capitalização (+52% nos valores colocados e 56% na receita) e dos Títulos da Dívida Pública (+340% nos valores colocados e +199% na receita), mas o pagamento de impostos também registou um importante crescimento de 7,6% na receita, algo que não ocorria desde 2006.

Em novembro de 2013 o Banco de Portugal autorizou a criação de um banco postal, sujeita a algumas condições cujo cumprimento tem de ser confirmado antes do início de atividade. Após esta autorização, os CTT têm a possibilidade de constituir o banco postal, se essa for a decisão do novo Conselho de Administração dos CTT já integrando os novos administradores não executivos como representantes dos interesses dos acionistas.

O Programa de Transformação teve um papel muito importante no desempenho dos CTT, tendo os seus impactos mais relevantes já sido discutidos acima. O Programa, focado na gestão dos vários projetos com as normais ferramentas de controlo e acompanhamento, prosseguirá em 2014, embora incluindo novas iniciativas.

A qualidade e o ambiente são compromissos importantes

Os CTT continuaram a apresentar elevados níveis de qualidade em 2013, com o IGQS – Indicador Global de Qualidade de Serviço – a registar 227,7 pontos (objetivo mínimo de 100). O desempenho do correio internacional é bom, quando comparado com o de outros parceiros europeus, e os objetivos de qualidade definidos pela Diretiva Europeia para o setor postal foram largamente excedidos. O forte desempenho operacional traduziu-se numa perceção positiva por parte dos clientes, com 80% dos que visitaram as lojas a classificar os serviços postais como bons ou muito bons.

E o reconhecimento público da população Portuguesa é claro na atribuição da Marca de Confiança e no valor atribuído pelas comunidades locais à presen-

ça dos CTT, não apenas relacionado com o correio mas também devido aos serviços de proximidade.

O *portfolio* de produtos ecológicos com popularidade crescente, o uso de *scorecards* ambientais em todas as unidades operacionais e o peso crescente da frota amiga do ambiente dos CTT (que já inclui 224 veículos) foram reforçados pela compra de mais de 150 bicicletas elétricas, o que teve impacto positivo na pegada ecológica.

As nossas pessoas

As pessoas são fundamentais para os fortes resultados e o desempenho geral na implementação da estratégia definida. O Programa de Transformação e os seus resultados também não teriam sido possíveis sem pessoas para os executar, mostrando uma atitude de colaboração tendo presente os interesses da empresa. Em abril de 2013 foi assinado um Acordo de Empresa único após um longo período negocial, conseguindo-se compatibilizar o direito dos colaboradores a defender os seus direitos com a responsabilidade dos CTT de qualidade na prestação dos seus serviços à população. Ambos os factos garantiram a estabilidade das relações laborais e demonstram a capacidade de trabalhar em conjunto. Durante a Privatização, quando é comum haver condições para greves politicamente motivadas, é de salientar a manutenção de um bom clima social.

No final do exercício de 2013, o número de trabalhadores dos CTT (efetivos do quadro e contratados a termo) ascendia a 12 383, menos 784 (-6,0%) do que no final de 2012. O declínio do tráfego de correio exige que os CTT adaptem o quadro de pessoal aos níveis de negócio, mas a empresa adotou uma abordagem de (i) internalização de atividades antes em *outsourcing*, aumentando os níveis de ocupação dos seus colaboradores e reduzindo os custos com fornecedores externos, e (ii) recorrer a reformas antecipadas e não renovação de contratos a termo para reduzir o número de trabalhadores.

Em 4 de dezembro, do Estado deixou de deter uma posição acionista maioritária, tendo os CTT deixado de estar sujeitos às regras aplicáveis às empresas do Estado, assim ficando em posição de desenvolver as suas próprias políticas de recursos humanos como qualquer outra entidade privada. O primeiro impacto sentido foi um aumento dos salários e outros benefícios para uma grande parte dos seus trabalhadores em consequência do fim das reduções salariais, com um impacto estimado em 2014 de até 6 milhões de euros.

As políticas de remunerações de RH evoluirão por forma a introduzir componentes variáveis de remuneração para compensar o desempenho e comparar e gerir a competitividade, pois estar mais aberto à concorrência tem de ter impacto em todas as dimensões. As políticas de RH incluem a prossecução e re-

forço do investimento em formação e habilitações, valorizando os trabalhadores e dando-lhes flexibilidade e conhecimentos para enfrentarem as necessidades futuras e os novos desafios dos CTT.

Privatização bem-sucedida através de OPV e entrada em Bolsa alteram completamente estrutura acionista

Em dezembro de 2013, a Oferta Pública de Venda de 70% do capital (80% dos quais através de venda direta institucional e 20% através de oferta pública de venda, incluindo 5% para os trabalhadores) atraiu grande interesse e procura. Em consequência, o preço das ações situou-se no máximo do intervalo fixado de 4,10€ a 5,52€. A estrutura acionista alterou-se significativamente, detendo o Estado atualmente uma posição minoritária de 31,5% e os acionistas institucionais e de retalho os restantes 68,5%, não detendo nenhum acionista institucional mais de 5%.

Os CTT têm agora as suas ações negociadas em Bolsa, com um forte *free float* e investidores institucionais como detentores de uma parte relevante do seu capital, detendo o Estado uma posição minoritária através da Parpública. As exigências de transparência e rigor da Bolsa, bem como a monitorização permanente do desempenho da empresa feita pelos investidores institucionais, constituem alavancas fundamentais e poderosas para melhorar e promover a criação sustentável de valor para os acionistas, através de maiores ganhos de eficiência e da promoção do crescimento e, em resultado, uma maior rentabilidade financeira, que já hoje se encontra acima da média do setor.

Desde a OPV de 4 de dezembro, as ações dos CTT valorizaram-se 42,39% num período em que o PSI 20 português se valorizou 16,55%, podendo-se apontar como possíveis razões os resultados apresentados, a normal evolução pós-OPV e o elevado *free float* do capital, claramente acima da média do mercado português.

Na próxima segunda-feira, dia 24 de março, terão lugar dois importantes eventos: (i) uma Assembleia Geral Extraordinária para eleger Administradores não executivos e aprovar outros pontos relativos ao governo da empresa, implementando-se assim o modelo adequado a uma empresa cotada e cumprindo o compromisso assumido por ocasião da OPV, e (ii) a entrada das ações dos CTT no principal índice da Euronext Lisbon, o PSI 20.

Tenho grande confiança no futuro dos CTT. As nossas vantagens competitivas e o nosso posicionamento no mercado dão-nos boas perspetivas e não tenho dúvidas de que estamos preparados para todos os desafios que teremos pela frente, o que requer a análise constante dos mercados em evolução e a implementação da estratégia definida, centrando-nos nos objetivos delineados e reforçando a flexibilidade.

Finalmente, gostaria de expressar a minha gratidão a todos os que trabalham nos CTT e nas suas subsidiárias bem como aos meus colegas que compõem os órgãos sociais da empresa, mas também aos nossos acionistas, clientes e outros *stakeholders*.



Francisco de Lacerda
Presidente & CEO
Lisboa, 21 de março de 2014

Órgãos sociais e gestão

ÓRGÃOS SOCIAIS EM 31/12/2013

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:
Júlio de Lemos de Castro Caldas
Vice-Presidente:
Francisco Maria de Moraes Sarmiento Ramalho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente & CEO:
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda
Vice-Presidente:
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco
Vogais:
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa (CFO)
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

CONSELHO FISCAL

Presidente:
António Sarmiento Gomes Mota
Vogais:
Elsa Maria Roncon Santos
Diogo José Paredes Leite de Campos
Vogal Suplente:
Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio

REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITORES

ROC e Auditor Externo:
PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por
José Pereira Alves ou Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão
ROC Suplente:
José Manuel Henriques Bernardo, ROC

AUDITOR INDEPENDENTE

KPMG

ÓRGÃOS SOCIAIS APÓS ASSEMBLEIA GERAL DE 24/03/2014

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:
Júlio de Lemos de Castro Caldas
Vice-Presidente:
Francisco Maria de Moraes Sarmiento Ramalho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente & CEO:
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*
Vice-Presidentes:
António Sarmiento Gomes Mota
(Presidente da Comissão de Auditoria)
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco*
Vogais:
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa* (CFO)
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira*
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo*
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Diogo José Paredes Leite de Campos
(Vogal da Comissão de Auditoria)
José Alfredo de Almeida Honório
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz
Parpública – Participações Públicas
SGPS SA (Vogal da Comissão de Auditoria)
(* Comissão Executiva)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITORES

ROC e Auditor Externo:
PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por
José Pereira Alves ou Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão
ROC Suplente:
José Manuel Henriques Bernardo, ROC

AUDITOR INDEPENDENTE

KPMG

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente:
João Luís Ramalho de Carvalho Talone
Vogais:
José Gonçalo Ferreira Maury
Rui Manuel Meireles dos Anjos Alpalhão

Conselho de Administração



André Gorjão Costa
Administrador Financeiro



Ana Maria Jordão
Vogal do Conselho de Administração



Manuel Castelo-Branco
Vice-Presidente do Conselho de Administração

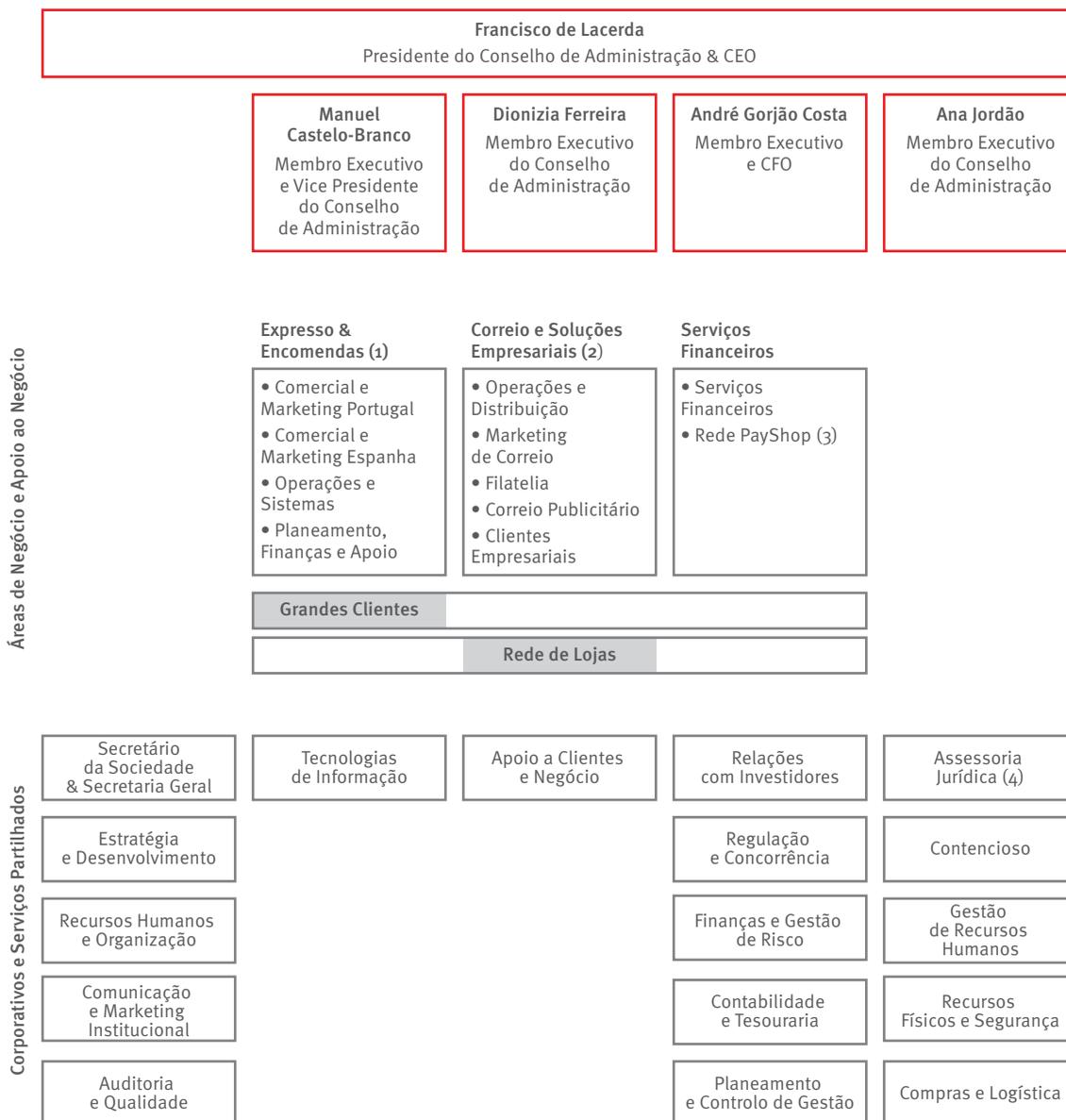


Dionizia Ferreira
Vogal do Conselho de Administração



Francisco de Lacerda
Presidente do Conselho de Administração

Orgânica de Gestão



(1) Inclui CTT Expresso, Tourline e CORRE.

(2) Inclui Mailtec SGPS, Mailtec Comunicação, Mailtec Consultoria, Mailtec Processos, CTT Gest e PostContacto.

(3) Inclui PayShop.

(4) Geral, laboral e disciplinar.

Dirigentes que reportam diretamente ao Conselho de Administração

Alberto Alves Maria Pimenta	Estratégia e Desenvolvimento
Ana Rita Baião Matos	Contabilidade e Tesouraria
Antónia Ascensão Rato	Regulação e Concorrência
António Manuel Borges Vaz	Operações e Sistemas Expresso e Encomendas
António Augusto Labrincha Correia Marques	Recursos Humanos e Organização
António Pedro Ferreira Vaz da Silva	Rede de Lojas
Carla Salomé Preto Martins Marques da Cruz	Correio Publicitário
Fernando Manuel Costa Afonso	Compras e Logística
Filipe Jacinto Flores Ribeiro	Grandes Clientes
Graça Maria Porto Temudo Pires de Oliveira	Marketing de Correio
Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues	Rede PayShop
Hernâni Joaquim Mateus dos Santos	Operações e Distribuição Correio
Isabel Maria Lemos Lourenço	Operações Correio Publicitário
João Manuel da Costa Araújo	Financeiro e Administrativo Soluções Empresariais
João Domingues dos Santos da Cunha Leal	Financeiro Expresso e Encomendas
João Pedro Namora Gonçalves	Clientes Empresariais
José Eduardo Dias de Mendonça David	Tecnologias de Informação
Julieta Aurora Barracho Gomes Jorge Cainço	Auditoria e Qualidade
Laura Maria Falcão da Costa	Apoio a Clientes e Negócio
Luís Miguel Soares Rodrigues	Recursos Físicos e Segurança
Maria da Graça Farinha de Carvalho e Sousa Góis	Secretária Geral e Assessoria Jurídica
Maria Helena Henriques Camacho	Planeamento e Controlo de Gestão
Maria Margarida Jarego Colaço da Silva	Contencioso
Maria Teresa Geraldês Caetano	Finanças e Gestão do Risco
Miguel Alexandre Ferreira Amaral Salema Garção	Comunicação e Marketing Institucional
Pedro Miguel Lourenço Salvador	Comercial e Marketing Espanha Expresso e Encomendas
Peter Iordanov Tsvetkov	Relações com Investidores
Raúl Manuel Matias Moreira	Filatelia
Rui Pedro Silva	Programa de Transformação
Sílvia Maria Correia	Serviços Financeiros

Principais indicadores

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS (DADOS CONSOLIDADOS EM IFRS)

mil euros ou %, exceto indicação adicional	2013	2012	Δ% 13/12
Rendimentos operacionais	704 847	714 225	-1,3
Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes	581 919	603 234	-3,5
EBITDA recorrente (1)	122 928	110 992	10,8
EBIT recorrente (1)	96 113	82 701	16,2
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	87 236	56 971	53,1
EBT	83 253	52 832	57,6
Resultado antes de interesses minoritários	61 105	35 967	69,9
Resultado líquido do período	61 016	35 735	70,7
Resultado líquido por ação (euro) (2)	0,41	0,24	70,8
Margem EBITDA	17,4%	15,5%	1,9 p.p.
Margem EBIT	13,6%	11,6%	2,0 p.p.
Margem líquida	8,7%	5,0%	3,7 p.p.
Rentabilidade do capital próprio (ROE)	22,2%	13,0%	9,2 p.p.
Rentabilidade dos capitais investidos (ROIC)	15,7%	9,9%	5,8 p.p.
Rentabilidade dos capitais empregues (ROCE)	14,3%	9,3%	5,0 p.p.
Investimento (mil euros)	12 994	14 047	-7,5
Cash flow operacional livre (mil euros)	110 439	117 858	-6,3

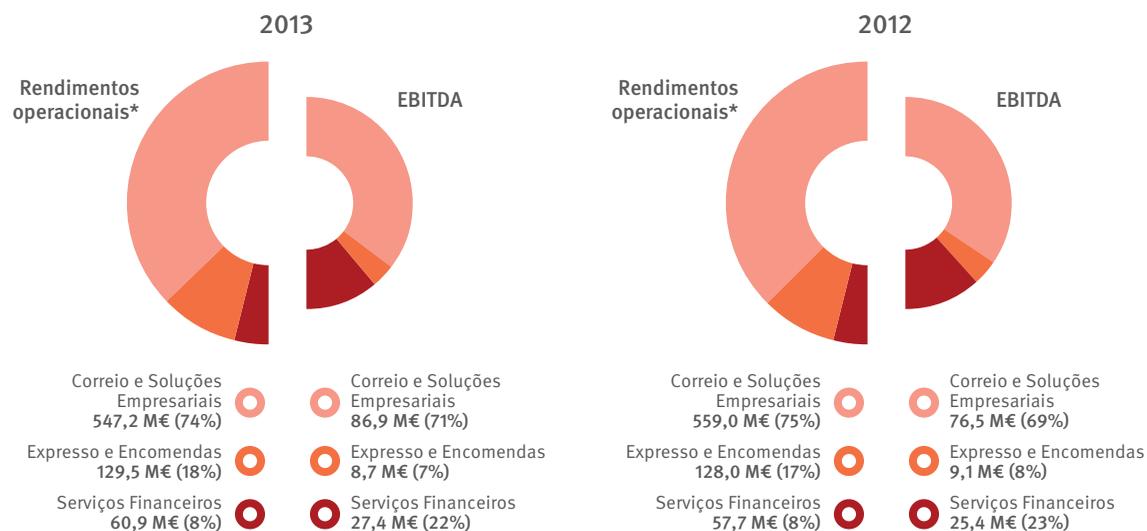
	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Ativo	1 100 134	1 063 180	3,5
Passivo	824 200	789 699	4,4
Capital próprio	275 934	273 481	0,9
Capital social (2)	75 000	87 325	-14,1
Número de ações (2)	150 000 000	17 500 000	757,1
Liquidez geral	144,7%	146,4%	-1,7 p.p.
Solvabilidade	33,5%	34,6%	-1,1 p.p.
Solvabilidade ajustada (3)	53,5%	50,6%	2,9 p.p.
Dívida líquida (m€)	- 19 930	- 13 545	47,1
Dívida líquida/EBITDA	-0,2x	-0,1x	-0,04x
Cobertura dos ativos fixos tangíveis	247,1%	235,7%	11,4 p.p.
Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	36	38	-5,3

(1) – Antes de rendimentos e gastos não recorrentes.

(2) – Até 30 de outubro de 2013 o capital social dos CTT era de € 87.325.000 composto por 17.500.000 ações com valor nominal de €4,99. Nessa data ocorreu uma Assembleia Geral dos CTT na qual foi deliberada uma alteração ao seu capital social, tendo sido reduzido para 75.000.000€ representado por 150.000.000 ações com valor nominal de € 0,50. Considerando o número de ações em 2012 o resultado líquido/ação de 2012 foi de € 2,04.

(3) – Capital próprio/(Passivo total – valores de terceiros incluídos na Caixa e Equivalentes de Caixa).

Rendimentos* e EBITDA recorrente por área de negócio



* Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação; não inclui os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -32,7 M€ em 2013 e -30,4 M€ em 2012.

INDICADORES OPERACIONAIS

	2013	2012	Δ% 13/12
Correio			
Tráfego correio endereçado (milhões de objetos)	892,3	962,4	-7,3
Correio transacional	756,5	809,6	-6,6
Correio editorial	49,3	51,0	-3,2
Correio publicitário	86,5	101,8	-15,0
Tráfego correio não endereçado (milhões de objetos)	528,7	519,7	1,7
Expresso e Encomendas			
Portugal (milhões de objetos)	12,1	11,6	4,4
Espanha (milhões de objetos)	13,1	11,1	18,5
Serviços Financeiros			
Pagamentos (nº de transações; milhões)	71,5	77,9	-8,1
Poupança e seguros (valores colocados; milhões de euros)	3 580,7	3 068,5	16,7
Pessoal (a)			
Trabalhadores em 31 de dezembro	12 383	13 167	-6,0
Nº médio de trabalhadores	12 904	13 756	-6,2
Rede de Vendas, Transportes e Distribuição			
Rede de lojas (b)	623	748	-16,7
Postos de correio	1 820	1 814	0,3
Agentes PayShop	3 886	3 966	-2,0
Centros de distribuição postal	285	326	-12,6
Giros de distribuição postal	4 713	5 215	-9,6
Frota (número de veículos) (c)	3 465	3 502	-1,1

(a) Inclui efetivos do quadro e contratados a termo dos CTT SA e das subsidiárias; não inclui trabalhadores temporários.

(b) Inclui lojas móveis (5 em 2013 e 8 em 2012), balcões exteriores de correio (13 em 2013 e 15 em 2012) e lojas de parceria (5 em 2013 e 7 em 2012).

(c) Valores da frota em operação.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DOS CTT, S.A.

	2013	2012	Δ% 13/12
Clientes			
Satisfação dos clientes (%)	68,5	70,9	-2,4 p.p.
Nº total de unidades operacionais certificadas (referenciais ISO e certificação de Serviços de Atendimento e Distribuição)	1 179	1 173	0,5
Certificação de Serviços Atendimento e Distribuição (% de cobertura) (a)	100	92	8 p.p.
Indicador Global de Qualidade de Serviço (em pontos)	227,7	255,4	-27,7
Trabalhadores			
Sinistralidade (nº ocorrências) (b)	908*	923	-1,6
Volume de formação (horas) (b)	224 411*	304 477	-26,3
Mulheres em cargos de chefia (1ª linha) (%)	45,5	41,7	3,8 p.p.
Comunidade/Ambiente			
Cadeia de valor – contratos c/critérios ambientais (%) (b)	97	98	-1 p.p.
Emissões CO ₂ totais, scopes 1 e 2 (kton.) (c)(d)	21,9*	22,5	-2,9
Consumos energéticos (TJ) (c)(d)	319,1*	329,2	-3,1
Peso da gama Eco na linha <i>Direct Mail</i> (%)	21,8	17,9	3,9 p.p.
Investimento na comunidade (mil euros)	814	968	-15,9

(a) No caso do atendimento consideram-se as 600 lojas alvo do processo de certificação que exclui balcões exteriores de correio, lojas móveis e lojas de parceria (b) Indicadores relativos aos CTT (CTT SA e empresas subsidiárias); (c) Sem contabilizar os consumos para baixa tensão normal dos CTT SA; (d) Actualização de dados de 2012 relativos à PostContacto, CTT Expresso e Tourline.

* Valores provisórios

Destaques do ano

JANEIRO

- Lançamento do Programa de Transformação.

FEVEREIRO

- Assinatura do Acordo de **Adesão ao “Fórum de Empresas para a Igualdade de Género – O nosso Compromisso”** com a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

MARÇO

- Assinatura de um **novo e único Acordo de Empresa (AE2013)** com 12 associações sindicais, que ajusta o regime legal às especificidades da atividade dos CTT e viabiliza uma evolução positiva da atual regulamentação coletiva de trabalho em vigor na empresa. Este acontecimento representa um passo importante no desenvolvimento saudável das relações laborais no seio dos CTT.

ABRIL

- **Atualização de preços do serviço postal universal**, na sequência de decisão do ICP-ANACOM de não oposição à proposta de tarifário no âmbito do serviço postal universal, apresentada pelos CTT em 14 de fevereiro de 2013.

- Publicação do **Acórdão nº 187/2013 do Tribunal Constitucional** em que foram consideradas inconstitucionais as suspensões do subsídio de férias previstas no art.º 29º e 77º da Lei do Orçamento de Estado para 2013. Em consequência, os CTT decidiram reconhecer nas contas de 2012 a respetiva responsabilidade estimada em cerca de 18 milhões de euros.

MAIO

- Realização da **Assembleia Geral Anual dos CTT** onde foram aprovados o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas dos CTT 2012, a aplicação de resultados do exercício e votos de confiança ao Conselho de Administração e aos órgãos de fiscalização – Conselho Fiscal e ROC.

- Assinatura do novo **Acordo de Correio Editorial** com o GMCS – Gabinete para os Meios de Comunicação Social e a API – Associação Portuguesa de Imprensa, a vigorar a partir de 1 de junho 2013.

JUNHO

- Pagamento de **dividendos ao Estado** (50 M€) na sequência do aprovado na Assembleia Geral de 30 de maio de 2013.

- Pagamento da **renda ao Estado** relativa aos serviços reservados prestados em 2012 (1,1 M€).

- Assinatura de um **novo acordo com a Western Union**.

JULHO

- Após o lançamento do processo em Junho, aprovação pelo Conselho de Ministros de 25 de julho do **Decreto-Lei da privatização**, publicado a 6 de setembro com o nº129/2013, que prevê a alienação do capital social dos CTT através da venda direta institucional bem como através da oferta pública de venda.

- Assinatura de um **novo acordo exclusivo com a Fidelidade**, por um período de cinco anos, que permite melhorias na estrutura de comissionamento dos CTT e aumenta a competitividade da gama de produtos.

AGOSTO

- **Entrega do pedido de licença ao Banco de Portugal** para criação do Banco Postal.

SETEMBRO

- Participação em vários **eventos e iniciativas** relacionadas com **mobilidade e sustentabilidade** e apresentação de uma frota de bicicletas elétricas para utilização dos carteiros nos seus giros de distribuição.

OUTUBRO

- Publicação da Resolução do Conselho Ministros nº 62-A/2013, que aprovou as **condições da oferta pública de venda e o caderno de encargos da venda direta institucional**, bem como as condições especiais de aquisição de que beneficiam os trabalhadores dos CTT e de sociedades que com eles se encontram em relação de domínio ou de grupo.

- **Acordo com a Worten**, aplicável a todo o território ibérico, para a prestação de serviços de transporte de suporte às atividades de pós-venda, extensível a várias insígnias da Sonae SR. Destaque para a disponibilização do serviço de *Pick-up/Drop-off* (PuDo)

– serviço de expresso e encomendas a disponibilizar aos clientes nas lojas Worten, quer para expedição quer para levantamento de objetos.

- Lançamento do Livro “**Portugal Connosco – Receitas ao Balcão**”, que apresenta receitas elaboradas pelos atendedores da Rede de Lojas dos CTT. Das mil receitas enviadas foram selecionadas 52 e 4 vencedores, tendo as refeições confeccionadas e os alimentos não cozinhados sido doados aos Albergues Noturnos, através da Associação DariAcordar – Movimento Zero Desperdício.

- Comemorações do **Dia Mundial dos Correios 2013**, na Fundação Portuguesa das Comunicações com entrega de Prémios do Concurso “A Melhor Carta 2013”, lançamento da Emissão Filatélica “Onde Te Leva o Selo – Correio Escolar e inauguração da Exposição “CAUSARTE – Arte com Causas”.

- Lançamento no Dia Mundial da Poupança dos **Certificados do Tesouro Poupança Mais**.

NOVEMBRO

- CTT anunciam a **intenção da Parpública** – Participações Públicas (SGPS), S.A. em **proceder à oferta pública inicial dos CTT e à admissão à negociação das suas ações ordinárias** na Euronext Lisbon.

- Publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72-B/2013, que determinou a **quantidade de ações a alocar** a cada modalidade da oferta, bem como o **intervalo de preços** de cada ação entre 4,10 e 5,52 euros.

- **Início do processo da Oferta Pública de Venda (OPV)** no dia 19 de novembro.

DEZEMBRO

- **Sessão Especial de Bolsa para apuramento dos resultados da OPV** no dia 4 de dezembro, operação bem sucedida com a colocação das ações a um preço de abertura de €5,52 que avaliou a empresa em 828 milhões de euros.

- **Admissão à negociação na Euronext Lisbon das ações ordinárias** representativas do capital social dos CTT no dia 5 de dezembro.

Prémios e reconhecimentos

- Marca de Confiança 2013, 1º lugar da confiança dos consumidores na categoria “empresas de serviço público”, distinção atribuída pelas *Seleções do Reader’s Digest*;
- Marca de Excelência 2013, atribuída pela *Superbrands*, entre milhares de concorrentes, através de estudo realizado pela *Superbrands Portugal*;
- Prémio “*Unique Contribution to Eurogiro’s Development*”, atribuído pelo Eurogiro, em reconhecimento pela iniciativa dos CTT na criação de um serviço inovador de transferências internacionais, o “*Eurogiro Cash Internacional*”;
- Medalha de Bronze nos prémios “*APCC Portugal Best Awards*” para as Linhas CTT (707 26 26 26) e ViaCTT (707 20 20 16), na categoria Distribuição e Logística, atribuída pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*;
- Troféu *Call Center* 2013 para o *Contact Center* dos CTT na categoria “Qualidade de Serviço no Atendimento por outros canais”, atribuído pelo IFE – Grupo Internacional de Formação de Executivos;
- 1º lugar e cinco Diplomas de Mérito, atribuídos pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa e pelo júri do Grande Prémio APCE 2013;
- 1º lugar para “Melhor Fotografia” e 3º lugar para “Melhor Cartoon” na revista interna “Aposta”, atribuídos pelos FEIEA *Grand Prix 2013 (Federation of European business communicators associations)*;
- Prémio *Human Resources Portugal* 2013 na categoria “Empresa que mais promove e defende a Igualdade de Género”. A revista *Human Resources Portugal* é uma multipublicação de referência nas áreas de Recursos Humanos, Marketing e Comunicação e distingue as melhores empresas em Portugal em “Gestão de Pessoas”;
- Distinção de “Muito Recomendado” pelos *World Mail Awards 2013*, para o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos dos CTT, um programa formativo direcionado para participantes de diversos operadores postais dos PALOPs, América Central e do Sul;
- Menção Honrosa para o “Pai Natal Solidário” na categoria “Ação de Responsabilidade Social”, nos Prémios Comunicação M&P, atribuída pelo Jornal Meios & Publicidade;
- 6º operador postal com melhor desempenho carbónico a nível mundial (*ranking* de proficiência carbónica EMMS), do IPC-*International Post Corporation*;
- Finalista do *Postal Technology International Awards 2013*, na categoria “*Environmental Achievement of the Year*”, pela 3ª vez nos últimos 4 anos;
- Primeira submissão ao *rating CDP – Carbon Disclosure Project*, obtendo a 5ª posição a nível nacional e a 3ª a nível mundial no setor postal e expresso, relativas à gestão do dossier das alterações climáticas;
- Selo de Confiança *Online* para o *site* da CTT Expresso, acreditado pela ACEPI – Associação de Comércio Eletrónico e Publicidade Interativa;
- Prémio “Prata” para a CTT Expresso, entregue pela Cooperativa EMS, a mais conceituada organização transnacional em entregas urgentes. O 23º lugar entre 205 países, relativamente à qualidade de serviço do ano de 2012;
- EAD renova o estatuto de PME Líder 2013, atribuído no âmbito do Programa FINCRESCE do IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, que distingue empresas nacionais com perfis de desempenho superiores.



Parte I

Relatório de gestão



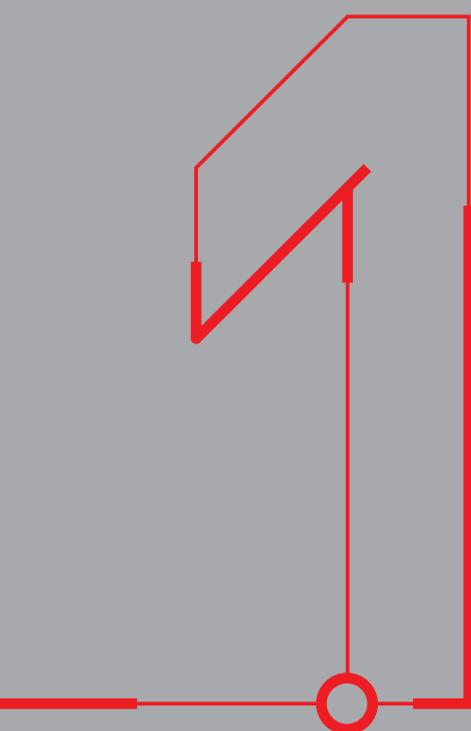




Presentes na inovação.

Cada vez mais no futuro.

Hoje no futuro, inovação é uma exigência. Tanto pelos clientes como pela competitividade do mercado. E estando sempre um passo à frente, os CTT conseguem surpreender os seus clientes, a cada dia que passa.



Linhas
Estratégicas

1.1. DESAFIOS E TENDÊNCIAS

Os CTT deparam-se com alterações muito significativas do seu contexto externo a ter em conta no delineamento da sua estratégia de atuação futura. São de realçar três tendências de natureza estrutural, que se observam em toda a Europa:

- O **desenvolvimento do e-commerce**, que tem catapultado o crescimento do negócio de encomendas, serviços expresso e de logística dos operadores postais dos países mais avançados nesta tendência que melhor se têm vindo a posicionar neste domínio;
- O movimento de **substituição eletrónica do correio físico**, que é uma tendência inexorável de natureza estrutural e sistemática e que tem sido acelerada pelo ambiente de crise económico-financeira que o país tem vivido;
- O **aprofundamento do processo de liberalização plena do mercado dos serviços postais**, na sequência das Diretivas europeias e da sua plena introdução em Portugal através da aprovação da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, com a consequente abertura à entrada de novos operadores alternativos aos CTT.

Como fatores-chave que se enquadram naquelas duas tendências e que condicionam o posicionamento dos operadores postais nas duas áreas de negócio que mais impactam – o Correio e o Expresso e Encomendas –, há que relevar:

- A evolução dos hábitos e preferências individuais dos consumidores, em particular nos seus níveis de adesão ao comércio eletrónico e à faturação eletrónica;
- A eficácia e o valor do correio publicitário no setor da publicidade, o seu preço e a evolução de práticas e tecnológica;
- A qualidade percebida nos serviços oferecidos, em particular no negócio das encomendas, em termos de, nomeadamente, fiabilidade, precisão e informação quanto ao momento de entrega (*incluindo “track & trace”*), meios de pagamento fáceis e confiáveis, opções de período e locais de entrega e métodos de devolução simples e transparentes;
- A proximidade e capilaridade como ativo de ligação das plataformas de e-commerce aos clientes.

A par destas tendências estruturais, um ambiente económico recessivo tem agravado e aprofundado o ritmo de evolução, deprimindo os principais mercados de atuação dos CTT. No entanto, as projeções mais recentes sobre a **recuperação do nível de atividade económica do país** aparentam estar já a ter impactos positivos sobre os diversos negócios dos CTT, invertendo ou suavizando tendências recentes da sua evolução.

Ao contrário de outros operadores postais, os CTT possuem uma atividade de comercialização de produtos e serviços financeiros que contribui de forma muito importante para a eficiência operacional da empresa, absorvendo parte dos custos associados às obrigações do serviço universal relacionados com a densidade da rede (rede de lojas), e é uma área de negócio fundamental na rentabilidade da empresa dada a elevada margem operacional libertada (EBITDA). A crise financeira a nível mundial e a verificada em Portugal permitiram aos CTT adquirir uma posição no mercado cada vez mais relevante.

Como fatores-chave da conjuntura económica que mais condicionam a evolução dos mercados onde os CTT atuam, destacam-se a atividade económica em Portugal e Espanha, traduzida no crescimento do PIB e com especial enfoque no consumo interno, o nível de propensão para a poupança e a evolução do rendimento disponível.

A **privatização dos CTT**, concretizada no final de 2013 com um processo de OPV, alterou substancialmente o seu enquadramento acionista, com todas as consequências daí decorrentes. As exigências dos mercados de capitais, em termos de rigor, transparência e performance da Empresa irão acelerar, numa perspetiva de criação sustentada de valor para os seus acionistas, a captura de mais ganhos de eficiência, de maior crescimento e de rentabilidade financeira acima da média do sector, e irão contribuir ainda, via maior eficiência no mercado, para a transferência de valor para os consumidores.

1.2. VANTAGENS COMPETITIVAS

Os CTT têm reconhecidamente um conjunto distintivo de ativos e competências que decorrem da sua história e posição única no mercado dos serviços postais e que se potenciam estrategicamente como vantagens competitivas:

- **Rede de lojas e rede de distribuição únicas, de elevada capilaridade e uma forte marca em Portugal**

Os CTT são uma empresa com quase 500 anos de história baseada numa relação de proximidade com a população portuguesa. As lojas dos CTT estão disseminadas por todo o país e oferecem uma vasta gama de serviços, tais como a entrega de correio e encomendas, soluções de pagamento (pagamento de pensões e de contas), transferências de fundos e produtos de poupança e seguros, incluindo certificados de aforro e de tesouro (dívida pública). Conta ainda com uma rede de distribuição, que evidencia elevada capilaridade, cobrindo todos os lares e indivíduos em Portugal. A elevada qualidade de serviço dos CTT e a cobertura de todo o país pela Rede Postal (rede de lojas e de distribuição) têm contribuído para a forte identidade da sua marca em termos de confiança e credibilidade reconhecidas.

- **Negócio de correio de elevada rentabilidade e líder em Portugal**

Os CTT têm um negócio de correio com uma rentabilidade atrativa quando comparada com outros operadores europeus (conforme refletido nas margens de EBITDA), devido à eficiência das suas operações e à capacidade de ajustar a sua estrutura de custos. Durante os últimos três anos, os CTT melhoraram as suas margens de EBITDA, em resultado de iniciativas de preço, de alargamento da gama de produtos onde se destaca o desenvolvimento dos serviços financeiros e da contínua otimização operacional.

- **Gestão contínua da eficiência operacional**

Os CTT desenvolveram uma abordagem sistemática para identificar e efetuar reduções de custos das suas operações, ajustando-as às tendências e inovações do mercado. Os CTT têm um programa de transformação continuado englobando iniciativas para sustentar a sua eficiência operacional, incluindo o ajustamento das suas redes de retalho e de distribuição, a reorganização dos seus modelos de distribuição e o aperfeiçoamento e racionalização dos centros de tratamento, no sentido da maior integração de todas as suas redes (correio, expresso e encomendas).

- **Melhoria do quadro regulatório**

Os CTT beneficiam de um quadro regulatório estável, que foi recentemente alterado transpondo a Terceira Diretiva Postal Europeia para a lei portuguesa. De acordo com o atual quadro legal, os CTT continuam como o concessionário do SPU em Portugal até 2020 e são responsáveis exclusivos por certos serviços reservados. O Governo e a ANACOM envidaram esforços para definir mais claramente alguns dos temas ainda em aberto no quadro regulatório. Este esforço continuará ao longo de 2014.

- **Plataforma Ibérica de Expresso e Encomendas**

Os CTT oferecem à escala ibérica uma ampla gama de serviços e produtos de expresso e encomendas, incluindo recolha, processamento, transporte e distribuição (nacional e internacional), assim como soluções complementares de logística e carga. Os CTT são líderes de mercado em Portugal e têm uma presença significativa em Espanha.

- **Forte posicionamento para a expansão dos Serviços Financeiros**

Os CTT oferecem uma ampla gama de produtos e serviços financeiros para responder às necessidades dos seus clientes. Estes vão desde produtos de poupança e seguros até soluções de pagamento e transferências de fundos. Estes produtos e serviços são oferecidos através da Rede de Retalho dos CTT, a qual evidencia uma elevada capilaridade e cobertura

nacional, suportada por uma marca de confiança e reconhecida. A rede de soluções de pagamento dos CTT é ainda complementada com a rede de agentes PayShop, totalizando assim 6 329 pontos de venda. Os CTT posicionam-se como a única entidade com valências em todas as modalidades de pagamentos.

- **Equipa de gestão qualificada e trabalhadores com vasta experiência no setor de serviços postais**

A equipa de gestão dos CTT tem um longo historial de experiência, incluindo nos setores postal e de serviços, tendo colaboradores altamente qualificados e detendo elevadas capacidades de cariz tecnológico, de gestão do negócio e de inovação. Os CTT estão envolvidos nas principais iniciativas nacionais e internacionais do setor que visam criar eficiência operacional no setor postal, nomeadamente no quadro da *Internacional Post Corporation* (“IPC”) e da União Postal Universal (“UPU”).

- **Forte geração de cash flow, posição de liquidez e dividendos**

Nos últimos três anos, os CTT demonstraram um bom desempenho financeiro ilustrado por elevados e estáveis níveis de *cash flows* (definidos como EBITDA menos investimento), uma liquidez significativa (rácio de liquidez acima de 100%) e um balanço com um elevado valor de disponibilidades de curto prazo (depósitos). Devido à posição de caixa positiva e aos *cash flows* gerados, os CTT distribuíram nos últimos anos mais de 90% dos seus resultados líquidos (*dividend payout*).

1.3. ESTRATÉGIA: CUMPRIR A PROMESSA

A estratégia definida e anunciada e o elevado interesse de investidores nos CTT criaram uma responsabilidade acrescida, sendo fundamental que a Empresa esteja totalmente focada e empenhada em entregar os resultados implícitos nessas expectativas. Tendo como principais objetivos alcançar um crescimento sustentável e melhorar a rentabilidade de cada uma das suas unidades de negócio, alicerçado nas vantagens competitivas da empresa, os CTT definirão as seguintes linhas de atuação estratégica:

- **Manter a liderança no mercado no negócio “core” de correio**

A manutenção da quota de mercado de clara liderança em Portugal e a melhoria das margens de EBITDA da unidade de negócio de correio implica uma atuação aos seguintes níveis:

- Continuar a desenvolver um portefólio “one-stop”, integrado e focado no cliente, de produtos e serviços para o conjunto dos grandes expedidores de correio, promovendo, através da sua equipa de vendas dedicada, a *cross-selling* de produtos dos

CTT bem como a oferta de soluções que combinem as suas plataformas de correio físicas atuais com novas plataformas digitais.

- Promover o correio publicitário como um meio de comunicação eficaz, aumentando a procura dentro de Portugal para níveis que se vão aproximando dos observados noutros países europeus.

- Rever de forma continuada a estrutura de preços com base nas condições de mercado, por forma a garantir que os seus preços são competitivos e permitem margens de EBITDA sustentáveis.

- Prosseguir a melhoria contínua da eficiência operacional, capitalizando as economias de escala inerentes ao negócio de correio e as sinergias operacionais com as demais unidades de negócio, em particular o expresso e encomendas, mas também os serviços financeiros no alargamento da oferta da rede de lojas.

- **Promover um quadro regulatório que apoie a sustentabilidade do Serviço Postal Universal**

As recentes e acentuadas quedas de tráfego de correio resultaram numa diminuição da rentabilidade e exigiram várias medidas de redução de custos a par com o normal aumento de preços no setor postal. O garantir um posicionamento competitivo que simultaneamente viabilize um SPU sustentável exige um enquadramento regulatório equilibrado, em torno fundamentalmente das seguintes questões:

- Clarificação dos critérios de alocação de custos e níveis qualidade de serviço, tendo em conta a necessidade de maximizar o valor das redes dos CTT (retalho e distribuição), reduzindo o tempo “*não ocupado*” e aumentando as oportunidades de *cross-selling* através da prestação de uma maior gama de serviços aos seus clientes.

- Estabelecimento das regras para a determinação do custo líquido da prestação do SPU, e

- Identificação dos contribuintes para o fundo de compensação por referência ao custo de prestação do SPU caso os custos líquidos representem um encargo financeiro não razoável, alargando proporcionalmente a concorrentes os impactos que obrigam o prestador do SPU.

- **Manter eficiência através de contínuos programas de transformação**

A melhoria contínua da eficiência operacional é uma condição crítica à competitividade e rentabilidade do negócio postal. Para tal os CTT ajustam permanentemente as suas redes aos níveis da procura, mantendo a cobertura nacional, assumindo particular relevância as seguintes ações:

- Reorganização da sua rede de retalho através i) da redução da sobreposição geográfica ii) da reestruturação dos seus pontos de venda, através da introdução de novos formatos de funcionamento e de propriedade, com o objetivo de substituir custos fixos por custos variáveis iii) da maximização da produtividade das lojas em termos de funcionários e utilização de área e iv) do aumento da eficiência das lojas para reduzir a sua base de custos.

- Reorganização da sua rede de distribuição através i) da implementação de um novo modelo de distribuição e reorganização dos seus centros de distribuição ii) da melhoria dos seus centros de tratamento pelo aumento da automatização iii) da implementação de iniciativas de redução de custos com o pessoal iv) do aumento das sinergias ao nível do transporte e distribuição com o Expresso e Encomendas e v) da renegociação de contratos com fornecedores externos.

- Maximizar a eficiência das redes de retalho e de distribuição através do desenvolvimento de novas fontes de rendimentos operacionais para a mesma base de custos. É com esse objetivo que se está a promover o crescimento nas áreas de expresso e encomendas e serviços financeiros, bem como a implementação do acordo para prestação de SPIGs (Serviços Públicos de Interesse Geral), o que permitirá aos CTT usar a capacidade das suas redes de distribuição e retalho, maximizando a ocupação da sua infraestrutura.

- **Desenvolver o negócio de expresso e encomendas para tirar vantagem do expectável crescimento do mercado, em especial no segmento de B2C**

Tendo como objetivo ser um dos operadores de referência na Península Ibérica e beneficiar da crescente presença nos mercados português e espanhol, os CTT apontam como principais eixos de atuação estratégica:

- Desenvolver as suas operações, acrescentando à focalização em cada país o desenvolvimento de sinergias entre ambos os países, procurando assim aumentar a captura dos fluxos ibéricos de encomendas;

- Alavancar os seus serviços de carga e logística por forma a manter clientes atuais e atrair novos clientes para o negócio de expresso e encomendas;

- Promover os seus serviços de encomendas, em particular em Portugal e Espanha mas também noutros países europeus e países africanos de expressão portuguesa, com base nos fluxos de mercadorias e negócios crescentes entre estes países.

Neste sentido, e numa perspetiva de melhorar a sua posição no **mercado ibérico**, os CTT apontam para o desenvolvimento de um conjunto alargado de ações

abarcando o desenvolvimento de um novo portefólio de produtos e serviços dedicados ao segmento B2C, a implementação de uma nova rede de entrega e recolha de encomendas (*Pick-up/Drop-off*), assim acrescentando conveniência aos pontos de venda existentes, o aumento das sinergias comerciais entre os dois mercados e o *cross-selling* de serviços complementares de carga e logística.

Em Portugal, esta atuação compreenderá a continuação da melhoria da atuação comercial (por aprofundamento da cultura de agressividade comercial, por maior utilização de sistemas de apoio e por melhor alinhamento de objetivos e incentivos), o *upgrade* dos seus sistemas de TI operacionais e da sua ligação com a gestão de informação e a otimização dos custos operacionais através de iniciativas de reengenharia de processos, renegociações dos contratos de subcontratação (*outsourcing*) e maximização das sinergias com a Rede Postal dos CTT.

Em Espanha, o foco é também o crescimento do negócio e a melhoria da rentabilidade através do aumento do controlo e centralização das operações, do reforço da posição no segmento B2C, onde já detêm uma maior presença no mercado, e também da otimização dos custos operacionais através de iniciativas de reengenharia de processos e da renegociação dos contratos com os seus franchisados e subcontratados, promovendo ainda a pro-atividade comercial da rede própria e de franchisados.

Em Moçambique, onde os CTT detêm também operações de expresso e encomendas, o objetivo é continuar a desenvolver a forte posição neste mercado de elevado crescimento mas realidades desafiantes.

• **Fortalecer a plataforma de serviços financeiros e oferecer um leque de serviços mais amplo**

Apontam-se os seguintes 3 eixos de atuação estratégica para a unidade de negócios dos serviços financeiros, que se deverá constituir como uma das fontes de crescimento dos CTT alavancada nas suas principais competências, ser marca de confiança e a vasta rede de retalho:

- Maximização do contributo do atual portefólio de serviços financeiros, através de i) melhoria das suas competências tecnológicas e de inovação ii) reforço das relações com os principais parceiros e fornecedores iii) melhoria da diversidade dos seus produtos e serviços e iv) introdução de novos produtos e soluções em alternativa aos produtos tradicionais (ex., cartões pré-pagos *versus* vales postais).
- Alargamento da oferta através do desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros, em parceria com contrapartes locais e internacionais e instituições financeiras i) em produtos de crédito (ex. cartões de crédito, crédito ao consu-

mo, etc.) e ii) outros novos produtos (ex. produtos estruturados, seguros de risco, etc.), assim como no desenvolvimento de iii) uma solução integrada para gestão de pagamentos, incluindo os pagamentos presenciais (rede de retalho dos CTT e rede da PayShop) juntamente com canais de pagamentos eletrónicos.

- Possibilidade de expansão adicional da sua oferta de serviços, através da exploração da opção de constituição de um banco postal (na sequência da autorização emitida pelo Banco de Portugal em 27 novembro de 2013 condicionada ao cumprimento de um determinado conjunto de requisitos e condições).

Com base nesta formulação estratégica, e incorporando os objetivos e eixos de atuação das diversas unidades de negócio – correio, expresso e encomendas e serviços financeiros -, será continuada e aprofundada durante 2014 a implementação do **Programa de Transformação** iniciado em Janeiro de 2013.

Este Programa de Transformação (Fase II) inclui 5 iniciativas de ação estratégicas:

Iniciativas de ação estratégicas

1. Otimização e racionalização das Operações e Distribuição
2. Otimização da Rede de Lojas
3. Desenvolvimento dos Serviços Financeiros
4. Transformação dos Sistemas de Informação
5. Transformação do Expresso e Encomendas





Presentes em todo o mundo.

Cada vez mais no futuro.

O futuro tem menos barreiras. As distâncias entre os países e os continentes estão mais curtas e o mundo parece mais pequeno. A expansão está cada vez mais presente no mundo empresarial e a confiança que os clientes depositam nos CTT não conhece fronteiras.





Negócios

2.1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E REGULAMENTAR

2.1.1. Enquadramento económico

Internacional

O enquadramento externo permaneceu desfavorável em 2013, tendo sido dominado pela procura deprimida (ou estagnada) nas economias desenvolvidas, pela descida dos preços das matérias-primas e pela crescente preocupação com a estabilidade financeira. As projeções mais recentes da OCDE apontam para um crescimento da economia mundial de 2,7% em 2013, inferior ao registado em 2012 (3,1%) e significativamente abaixo do registado no período anterior à crise financeira internacional.

As economias dos mercados emergentes registaram um ritmo de crescimento superior ao das economias avançadas. As projeções disponíveis apontam para que o PIB no conjunto das economias avançadas tenha crescido 1,2% em 2013, mantendo-se um contraste claro entre os Estados Unidos (1,9%) e o Japão (1,6%) e a área do euro onde se prevê uma contração do PIB de 0,4%. As economias emergentes e em desenvolvimento continuarão a ter um papel determinante no crescimento económico mundial, estimando-se que terão tido um crescimento do PIB de 4,5% no seu conjunto em 2013.

Em 2013, a atividade na zona euro contraiu no contexto do esforço de consolidação orçamental, de manutenção de condições de crédito restritivas nos países sob pressão e da persistência de elevada incerteza. A procura interna manteve um contributo negativo para o crescimento do PIB, traduzindo o aumento do desemprego, o fraco crescimento do rendimento disponível, os elevados níveis de dívida pública e a queda dos preços no imobiliário; e houve uma redução da formação bruta de capital fixo na área do euro, que as projeções da Comissão Europeia apontam para -3,4% em 2013 (-4,1% em 2012). Em contrapartida, as exportações líquidas contribuíram para o crescimento.

A política monetária a nível global tem permanecido acomodatória, principalmente nas economias desenvolvidas, com os principais bancos centrais a recorrerem a medidas de política não-convencionais, num ambiente de procura estagnada que tem contribuído para as baixas pressões inflacionistas originando receios de deflação na zona euro. As condições de financiamento registaram alguma melhoria no final de 2013, em resultado de medidas de política destinadas a recuperar a confiança nos mercados financeiros.

Nacional

Em 2013 a economia portuguesa prosseguiu o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumu-

lados ao longo das últimas décadas. Este processo implicou a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem do setor privado, mantendo uma contração da procura interna, embora a um ritmo mais moderado que o observado em 2012. A prossecução do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) tem decorrido num enquadramento internacional desfavorável, marcado pelo fraco crescimento ou contração da atividade económica nos principais parceiros comerciais. Não obstante, as exportações de bens e serviços têm revelado uma robustez assinalável, refletida em ganhos de quota de mercado muito significativos que traduzem uma boa capacidade de adaptação do setor produtivo português e a competitividade do mesmo. Tem-se assim registado uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos de que se destacam i) a transição para uma capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, traduzida num saldo positivo da balança corrente e de capital, ii) uma consolidação estrutural das contas públicas, bem como iii) uma reafecção setorial de recursos no sentido dos setores de bens e serviços transacionáveis, impulsionando as exportações.

O processo de ajustamento tem envolvido custos ao nível da atividade e do emprego. As atuais estimativas apontam para uma contração do PIB de 1,4% em 2013, inferior à verificada em 2012 (-3,2%) e com três trimestres com evolução positiva em cadeia. Esta evolução ocorre num ambiente de baixas pressões inflacionistas, tanto ao nível interno (registou-se uma taxa de variação média do IHPC de 0,4%) como ao nível externo, e de níveis de desemprego elevados (16,8%), que têm contribuído para uma moderação salarial.

A orientação da política orçamental em 2013 manteve-se globalmente restritiva e o objetivo para o défice orçamental de 5,5 por cento do PIB foi cumprido. Esta consolidação reflete um contributo da redução da despesa primária semelhante ao contributo do aumento da receita, que decorreu do aumento da carga fiscal introduzido no Orçamento de Estado para 2013, com particular incidência sobre os particulares.

2.1.2. Enquadramento regulamentar

A nível da União Europeia

Com a aprovação da terceira Diretiva Postal (Diretiva 2008/6/CE) do Parlamento Europeu e do Conselho, em 20 de fevereiro de 2008, foi estabelecido o calendário final para a liberalização total do mercado postal (até 31 de dezembro de 2010), salvaguardando um nível comum de serviço universal para todos os utilizadores dos Estados-Membros da União Europeia (UE) e a definição de princípios harmonizados para a regulação dos serviços postais num enquadramento de mercado livre.

A nível do financiamento do serviço universal, e atendendo a que a prestação de serviços postais reservados como meio de financiamento foi abolida, o novo quadro legal prevê um conjunto de mecanismos que os Estados-Membros podem adotar para salvaguardarem e financiarem o serviço universal, contendo ainda a nova Diretiva orientações sobre o cálculo do custo líquido do serviço universal. A prestação do serviço universal é tendencialmente deficitária na UE, tendo vários países implementado medidas para minorar este custo sem necessidade de compensação direta, promovendo um Serviço Universal sustentável.

A nível nacional

No âmbito do desenvolvimento do novo quadro regulamentar previsto na Diretiva 2008/6/CE, foi aprovada em 2012 a Lei Postal (Lei nº 17/2012, de 26 de abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro), que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais em plena concorrência no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional, transpondo para a ordem jurídica interna a referida Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008.

Deste modo, a partir de 27 de abril de 2012 o mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando-se as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas ao seu prestador, os CTT – Correios de Portugal, S.A. (CTT).

No entanto, por razões de ordem e segurança pública ou de interesse geral, algumas atividades e serviços podem ficar reservados a determinados prestadores de serviços postais. Neste contexto, e até 2020, os CTT mantêm-se como prestador exclusivo i) na colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais ii) na emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e iii) no serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

Integram-se no âmbito do serviço universal as seguintes prestações, no âmbito nacional e internacional:

- um serviço postal de envios de correspondência até 2 Kg de peso, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas;
- um serviço de encomendas postais até 10 Kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20Kg;
- um serviço de envios registados e um serviço de envios com valor declarado.

Em termos de financiamento das obrigações de serviço universal (SU), os prestadores de serviço universal têm direito à compensação do custo líquido de SU quando este constitua um encargo financeiro não razoável para os mesmos. Esta compensação é efetuada através de um fundo suportado pelos prestadores dos serviços postais, cujo funcionamento será definido por decreto-lei.

Em 18 de fevereiro de 2014 a ANACOM aprovou a metodologia para o cálculo do custo líquido do serviço universal, prestado pelos CTT enquanto prestador do serviço universal, e sobre o conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço universal dos serviços postais, bem como os termos subjacentes à sua determinação.

No que respeita ao regime de comparticipação para o fundo de compensação destinado ao financiamento do SU, o Governo aprovou, em 03 de outubro de 2013, uma proposta de lei, cuja aprovação se prevê venha a ocorrer até meados de 2014, que especifica que devem contribuir para o referido fundo os prestadores de serviços postais que ofereçam serviços que, do ponto de vista do utilizador, sejam considerados serviços permutáveis com os abrangidos pelo serviço universal.

O regime de prestação de serviços postais prevê um sistema de licenças e de autorizações, em que os serviços abrangidos pelo âmbito do serviço universal estão sujeitos ao regime de licença individual e os restantes serviços, onde se incluem os serviços de *courier/express mail* e de envios de publicidade endereçada, estão sujeitos a regime de autorização geral.

Em matéria de acesso às redes postais e a elementos da infraestrutura postal, os operadores de serviço universal são obrigados a assegurar o acesso às suas redes mediante acordo a celebrar com os prestadores que o solicitem, sendo atribuídas à entidade reguladora diversas competências de intervenção neste âmbito, nomeadamente em caso das partes não chegarem a acordo ou a pedido de qualquer uma delas.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantêm-se como prestador de serviço universal até 2020, tendo o Governo procedido à revisão das bases da concessão de acordo com o regime constante na Lei Postal, através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro.

Esta alteração das bases da concessão vem modernizar o conteúdo das referidas bases, permitindo assim a sua adaptação ao atual ambiente regulamentar do setor postal, com respeito pelos interesses do Estado, dos direitos e obrigações da concessionária e dos interesses dos consumidores.

Estas bases estabelecem as áreas de atuação concessionadas aos CTT, ao nível das infraestruturas de correios e dos serviços que a empresa está incumbida de prestar, tendo ao seu abrigo sido celebrado o contrato de concessão do serviço postal universal entre o Estado e os CTT em 1 de setembro de 2000, que, na sequência de modificações legislativas posteriores, veio a ser alterado em 01 de outubro de 2001, 09 de setembro de 2003, 26 de julho de 2006 e em 31 de dezembro de 2013. A alteração ao contrato de concessão assinada em 2013 é a reprodução contratual do conteúdo normativo constante das bases aprovadas pelo referido Decreto-Lei nº 160/2013.

De acordo com o novo enquadramento legal, os parâmetros de qualidade de serviço e os objetivos de desempenho associados à prestação do serviço universal, bem como os critérios a que deve obedecer a formação dos preços passam a ser fixados pela entidade reguladora. Até à fixação destes critérios, mantem-se transitoriamente em vigor no que se refere ao regime do serviço universal o convénio de qualidade e o convénio de preços celebrados entre os CTT e a entidade reguladora (ANACOM) em 10 de julho de 2008, que vigoram no triénio de 2008-2010 renovando-se por períodos sucessivos de um ano, salvo denúncia por qualquer das partes.

Em matéria de preços do serviço postal universal, os preços que entraram em vigor em junho de 2010 foram atualizados em 01 de abril de 2013, na sequência de decisão da ANACOM de não oposição à proposta de preço no âmbito do serviço postal universal, apresentada pelos CTT em 14 de fevereiro de 2013. Tal como previsto, concretizou-se a partir 01 de novembro de 2013 a segunda parte da atualização do preço, que incluiu apenas a revisão do preço do primeiro escalão de peso do correio normal nacional para o segmento ocasional.

O ajustamento de preços efetuado visou mitigar a contração da receita que se tem observado nos últimos anos, devido ao efeito da quebra do tráfego postal, associada à crescente substituição eletrónica e ampliada pela crise económica em Portugal. O novo preço para o serviço postal universal introduziu uma diferenciação geográfica por local de destino, somente para o correio em quantidade (preços especiais), visando melhor equiparar os preços à estrutura de custos da prestação do serviço.

Ainda em matéria de preços, a ANACOM através do projeto de decisão emitido em 29 de julho 2013 definiu os critérios de fixação dos preços do SU, os quais têm como objetivo revogar as regras de fixação de preços constantes do Convénio de Preços celebrado entre os CTT e a ANACOM em 10 de julho de 2008 (com as alterações que lhe foram introduzidas em 9 de julho de 2010), atualmente transitoriamente em vigor, conforme previsto na Lei Postal.

Este processo ainda não se encontra concluído, atendendo a que a revisão entretanto efetuada na Lei Postal através do Decreto-Lei nº 160/2013 de 19 de novembro incluiu uma alteração no regime de fixação de preços, a qual incorporou a introdução do regime de preços especiais, que especifica as condições associadas aos serviços postais que integram a oferta do SU aplicáveis aos remetentes de envios em quantidade, as quais diferem das condições aplicáveis aos restantes serviços. Nos preços especiais os CTT passam a ter uma maior flexibilidade de atualização dos preços, respeitando os princípios definidos na Lei Postal.

Em termos de qualidade do serviço postal universal, cuja quantificação de objetivos e de níveis mínimos de qualidade de serviço se encontra no ponto 5.3. sobre qualidade de serviço, o convénio em vigor mantém para o ano de 2013 os elevados padrões de qualidade exigidos para os serviços postais em Portugal, e que os CTT têm vindo a superar.

2.2 CORREIO E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS

2.2.1. Atividade

Os proveitos operacionais¹ da área de negócio Correio e Soluções Empresariais atingiram 547,2 M€ (74,2% do total consolidado²) em 2013.

Esta área de negócio inclui a atividade dos CTT, SA (empresa-mãe) excluindo a dos serviços financeiros, as soluções empresariais e as atividades das empresas subsidiárias PostContacto, CTT Gest, Mailtec e EAD.

Em 2013 os clientes de correio mantiveram os padrões de consumo evidenciados em 2012, tendo-se verificado um decréscimo de 33 milhões de objetos (-6%) de correio enviados pelos maiores clientes (que representam 43,4% do total dos rendimentos da área de negócio) relativamente a 2012. Este facto, conjugado com uma forte contração no mercado publicitário e nas empresas de venda à distância que afetou o correio publicitário, provocou um decréscimo da atividade postal.

Correio endereçado

O tráfego de correio endereçado (inclui correspondências e *direct mail*) decresceu 7,3% para 892 milhões de objetos. O tráfego de correspondências registou um decréscimo face ao ano anterior (-6,7%) para o que contribuiu a evolução negativa generalizada dos seguintes produtos: correio normal (-7,8%), correio editorial (-3,2%), correio azul

¹ Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

² Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -32,7M€ em 2013.

(-4,1%) e correio internacional (-6,0%), quer de saída (-8,7%) quer de entrada (-2,7%). As exceções foram o correio registado (4,5%) e o correio verde (4,0%).

O desenvolvimento crescente das novas tecnologias de informação e os seus elevados níveis de adesão têm originado substituição eletrónica, com a consequente utilização sucessivamente menor do correio físico como meio de comunicação. Esta tendência estrutural foi agravada pela forte contração da economia, o que pode ser verificado pelo facto de as quebras ocorridas em 2012 (-8,8%) e em 2013 (-7,3%) terem sido superiores à média do período 2007-2011 (-5,2%). É de realçar a aparente desaceleração de tendência já registada em 2013.

De forma a contrariar a tendência e a desenvolver condições de procura para o segmento empresarial, os CTT iniciaram uma profunda reestruturação dos seus tarifários, sendo de destacar a introdução do conceito de “tarifação zonal”. A revisão de preços em 2013 impactou os três grandes blocos de produtos e serviços de correio:

- Atualização do tarifário relativo ao Serviço Postal Universal em 1 abril e mais tarde em 1 de novembro. Os preços mantinham-se inalterados há três anos, e em 1 de abril foram atualizados incorporando uma maior diferenciação do tarifário dos clientes particulares face aos restantes clientes, a introdução de tarifários específicos para clientes contratuais para a generalidade dos produtos e a introdução do conceito de tarifação zonal no segmento contratual, que integra os maiores expedidores nacionais de correio, outras empresas e órgãos do Estado. Em 1 de novembro deu-se uma nova atualização do primeiro escalão de preço do correio normal nacional, tendo no total os aumentos implicado um crescimento médio de preços de 4,2%.
- Atualização do tarifário do Correio Editorial a partir de 1 de junho, ligada a uma reformulação dos serviços traduzindo-se num aumento médio de preços de 4%.
- Atualização do tarifário relativo ao *Direct Mail* (em vigor desde 2009) com início a 1 de julho, com uma variação global de preços de 2,1%.

As referidas alterações tarifárias e de produto levaram à implementação de novas regras de caracterização do correio através da atualização do conceito de normalização de correspondência, transferindo para o cliente benefícios resultantes da evolução tecnológica da atividade postal e da eficiência operacional.

Correio não endereçado

A PostContacto é a subsidiária responsável pela gestão do correio não endereçado nos CTT, líder no mercado em que atua com quotas de 45% em volume e

51% em valor em 2013 (40% e 45%, respetivamente, em 2012), segundo estudo realizado pelo IMR – Instituto de Marketing Research. Possui vantagens competitivas ao nível da confiança na marca, da capacidade de distribuição de grandes volumes de publicidade, nas zonas e *timings* pretendidos, e também da propriedade de importante base de dados fidedignos.

Em 2011 e 2012 o mercado da publicidade não endereçada sofreu uma retração significativa, quer em valor (-19%) quer em volume (-15%), tendo-se acentuado essa tendência em 2013 (-16% em valor e -8% em volume). Esta atividade, estimada em cerca de 1 200 milhões de folhetos por ano, tem como principais clientes o sector do retalho generalista e especializado, com cerca de 80% do volume total de folhetos, seguido do setor dos serviços e instituições.

A situação económica do país, aliada à agressividade comercial dos concorrentes e à concentração da procura no sector retalhista, tem tido reflexos não só na racionalização dos volumes de publicidade por campanha e na política de preços praticada obrigando a reduzir margens, mas também numa maior exigência por parte dos clientes ao nível da qualidade de serviço, da redução de tempos de execução e da disponibilização de informação detalhada e *online* sobre as suas campanhas.

A PostContacto é o único operador de publicidade não endereçada com escala nacional e recorre a um modelo operativo extremamente flexível. Nas zonas litorais de maior densidade populacional, onde se situa a concorrência e onde há maior crescimento do negócio, a PostContacto possui rede de distribuição própria; no interior, utiliza a rede de distribuição do correio. A distribuição de publicidade não endereçada nas caixas de correio domiciliárias e nos estabelecimentos comerciais é a sua principal atividade, embora tenha vindo a diversificar a sua oferta com o desenvolvimento de serviços de valor acrescentado (distribuição de correio publicitário endereçado, distribuição de correio com base em lista de endereços, distribuição em horário de conveniência, geocontacto, entregas em mão em locais pré selecionados, logística, distribuição fronteiriça).

Foram distribuídos pela PostContacto 532 milhões de objetos de correio não endereçado em 2013.

Soluções Empresariais

Os CTT continuaram a sua aposta nas soluções de comunicação híbrida, desenvolvendo ofertas que unem a comunicação física à digital. Juntam-se hoje competências antes dispersas de soluções geográficas, a ViaCTT, de produção documental (através da Mailtec Comunicação, líder no mercado), de digitalização e de tecnologias de informação para o setor postal (através da Mailtec Consultoria), o que permite garantir maior articulação e desenvolver soluções que valorizem a oferta dos CTT, principalmente na

vertente postal e abram novas oportunidades na relação com as empresas.

Em 2013 foram dados passos significativos no sentido da identificação e concretização de oportunidades de negócios de Soluções Empresariais no **mercado internacional**. Foi definida a oferta com maior potencial em cada mercado e elaborados conteúdos promocionais em várias línguas, bem como um plano de internacionalização para os próximos dois anos. Foi-nos adjudicado um importante projeto para a implementação de uma plataforma de serviços postais eletrónicos e *e-commerce* na Polónia, foram apresentadas propostas em Moçambique, Angola e Equador que aguardam análise e decisão e identificados potenciais clientes e parceiros em Marrocos.

Filatelia

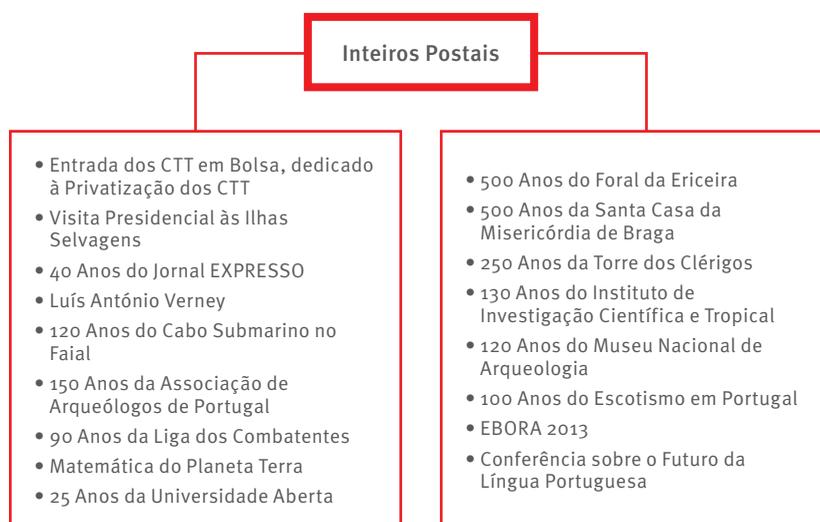
A atividade da filatelia continuou a orientar-se pela procura de elevados níveis de qualidade, conciliando tradição e inovação.

Em 2013 foram lançadas 21 emissões de selos comemorativos, a emissão de selos base, 4 livros temáticos de prestígio e ainda as 1ª e 2ª séries de etiquetas das máquinas automáticas de venda de selos, dedicadas à evocação de “2013 Ano Europeu dos Cidadãos” e dos “150 Anos da Cruz Vermelha”.

Os temas glosados pelas séries comemorativas abrangeram muitas áreas do conhecimento humano do que se pode ver pela lista elencada no quadro seguinte:

Emissões Comemorativas	
<ul style="list-style-type: none"> • 900 Anos da Instituição da Ordem de Malta • 500 Anos Portugal-China • Missões Católicas em África • Centenário das Missões Laicas em África • 1000 anos do Código de Avicena 	História
<ul style="list-style-type: none"> • Bicentenário de Verdi e de Wagner • Prémio de Arquitetura Aga Khan • Arte de Joana Vasconcelos • Vultos: Ilse Lose, Raul Rego, João Villaret, Edgar Cardoso e João dos Santos 	Música, arte e cultura
<ul style="list-style-type: none"> • Rota das Catedrais (2ª série) • Sabores do Ar e do Fogo (2ª série) • Ourivesaria Arcaica em Portugal • Natal 	Temas portugueses e religiosos
<ul style="list-style-type: none"> • Falcoaria • A Apicultura em Portugal 	Desporto e ambiente
<ul style="list-style-type: none"> • Ano Internacional da Estatística • Veículos Postais (Emissão Europa: 40 países) 	Efemérides internacionais

Os inteiros postais emitidos neste ano tiveram temas muito variados elencados abaixo:



Como já referido foram lançados com o elevado sucesso já habitual os seguintes livros temáticos:



Foi pela primeira vez editado um catálogo de todos os livros emitidos deste 1983 “30 Anos de Edições CTT” e editados os habituais livros anuais “Portugal em Selos 2013” e “Meu Álbum de Selos 2013”, bem como as carteiras anuais Açores e Madeira e duas carteiras temáticas “Visite Portugal”, uma dedicada ao património e outra à gastronomia.

A elevada qualidade e o número das emissões e livros lançados ao longo de 2013 levou a um comportamento assinalável das receitas da Filatelia, invertendo a tendência com um decréscimo de apenas 2% relativamente ao ano anterior para 6,9 M€, após 3 anos de quebras significativas, crescentes e generalizadas em todos os segmentos do negócio (-7% em 2010, -12% em 2011 e -15% em 2012).

Tratando-se a Filatelia de um negócio da “fileira do entretenimento/lazer”, a envolvente económica

desfavorável e a consequente diminuição do poder de compra das famílias afetaram decisivamente a evolução verificada neste negócio nos últimos anos.

Tem-se no entanto vindo a verificar a inversão da tendência de quebra, sobretudo nos colecionadores ocasionais e em determinados nichos de mercado (*sites* especializados em filatelia). A recuperação tem-se manifestado mais difícil nos colecionadores tradicionais e no “retalho clássico”, não só pela “erosão económica e etária” mas também comprovando a dificuldade na recuperação de clientes que entretanto completaram ou interromperam (em muitos casos forçadamente) a sua coleção.

2.2.2. Rede de Lojas

A rede de lojas gere os processos de atendimento e de venda direta e constitui a maior rede comercial diversificada e de proximidade a nível nacional. A empresa tem valorizado este importante ativo, vocacionando-o para uma plataforma de conveniência e multisserviços e potenciando o seu volume de vendas, com observância do cumprimento integral das obrigações de serviço universal.

A estratégia de negócio assenta em três vetores fundamentais:

- Desenvolvimento do negócio de correio, promovendo a excelência da operação e melhor qualidade de serviço resultantes da maior proximidade e conhecimento dos clientes, garantindo níveis acrescidos de produtividade;
- Canal de proximidade para comercialização de produtos e serviços financeiros (soluções de poupança e investimento, soluções de pagamento e ou-

tros), afirmando-se como uma alternativa na oferta de produtos financeiros inovadores e competitivos para a população. A parceria com a *Western Union* permite ainda um canal único de proximidade e capilar para transferências urgentes para qualquer parte do mundo;

- Criação e desenvolvimento de negócios e serviços de conveniência às populações, assumindo a vocação do atendimento local como o “motor” do negócio de retalho para além do serviço postal, atuando como um local privilegiado para multi-serviços.

No final de 2013 a rede de lojas tinha 5 108 pontos de contacto com os clientes e população, sendo constituída por 623 lojas (605 lojas próprias, 13 balcões exteriores de correio e 5 lojas móveis), 1 820 postos de correio e 2 665 postos de venda de selos.

Os postos de correio e os postos de venda de selos, tal como as lojas de parceria, funcionam sob a responsabilidade de parceiros locais mediante contratos de prestação de serviços e/ou de revenda, sob supervisão e acompanhamento dos CTT.

A oferta de serviços, em regime de livre serviço e acessíveis em alguns casos 24 horas por dia, é completada com 364 máquinas automáticas de venda de selos e 21 máquinas automáticas de venda de produtos postais.

A gestão da rede de lojas teve, em 2013, como principais prioridades o desenvolvimento das iniciativas previstas no Plano de Transformação de redimensionamento da rede e transferência de pontos de acesso de lojas próprias para postos tendo por objetivo ajustar a oferta postal à evolução da procura.

Neste âmbito, em articulação com as autarquias, nomeadamente com as Juntas de Freguesia, foram encontradas soluções de proximidade e conveniência no acesso de todos os cidadãos aos serviços postais, garantindo a prestação de serviços de correio, nomeadamente o serviço universal, dentro dos padrões de qualidade exigidos aos CTT pelo Regulador. Foram transferidos os serviços de 125 lojas próprias (inclui balcões exteriores de correio e lojas móveis) para 89 novos postos de correio e para outras lojas próprias nas proximidades.

No âmbito do processo de certificação dos serviços do atendimento e com o objetivo de medir a qualidade de serviço percebida pelo cliente, realizaram-se dois estudos “Cliente Mistério” que envolveram 601 lojas onde foram avaliadas diversas variáveis, nomeadamente a forma como o cliente é atendido, a apresentação dos trabalhadores, o conhecimento dos produtos, a informação disponível e a apresentação do espaço. O resultado obtido foi muito positivo, com 99,2% das opiniões favoráveis no primeiro estudo e 99,3% no segundo.

A certificação de serviços, para além de garantir uniformidade dos processos internos, tem como principal objetivo aumentar o grau de satisfação dos clientes.

Para além de se constituir como um importante canal de venda dos produtos e serviços de todas as áreas de negócio dos CTT, com especial destaque para o correio e os serviços financeiros, a Rede de Lojas promoveu diversas iniciativas para dinamização do negócio de retalho, das quais se destacam:

- Parceria com o Grupo PT para a comercialização de cartões e telemóveis UZO, bem como para a angariação de portabilidades.

- Parceria com a SONAE para a venda, em 31 lojas CTT, da gama de papelaria Note.it, prevendo-se o alargamento a mais 96 lojas em 2014.

- Dinamização de venda de produtos de correio e de terceiros, inseridos em diversas campanhas temáticas, tendo em vista a comercialização de livros, brinquedos e produtos portugueses.

- Reforço da bilhética dos CTT, através de parcerias com novos promotores, permitindo assegurar uma oferta nacional e regional, com eventos destinados a diversos tipos de *target* e descontos exclusivos para clientes e trabalhadores dos CTT. Em 2013, e pela primeira vez, a bilheteira dos CTT associou-se e esteve presente nos principais festivais de verão.

- Reforço da venda da lotaria clássica, com o alargamento da comercialização a todas as 51 extrações desta lotaria.

Espaços Lojas do Cidadão

As soluções de proximidade para a administração pública poderão desempenhar um papel muito relevante no desenvolvimento dos serviços económicos de interesse geral na Rede de Lojas dos CTT.

Neste âmbito, é de destacar a assinatura de um protocolo com o Governo para a instalação de espaços Loja do Cidadão na Rede de Lojas, com um projeto-piloto em 22 lojas que se alargará progressivamente a todas as lojas dos CTT. O Estado pretende instalar cerca de 1 000 espaços Loja do Cidadão em todo o país, sendo os CTT o principal parceiro com as suas 623 lojas. Renovar a carta de condução, pedir declarações da Segurança Social, certidões do registo predial ou a isenção do IML, entregar declarações do IRS ou inscrever alunos nas escolas são algumas das tarefas que poderão ser feitas nestes espaços.

Prosseguem os trabalhos conjuntos, tendo o projeto-piloto arrancado no primeiro trimestre de 2014. Convém referir que o modelo económico de funcionamento, as questões operacionais e o investimento necessário terão ainda de ser acordados entre as partes.

2.2.3. Operações

A nova estrutura dos CTT criou a 1 de janeiro de 2013 a Direção de Operações e Distribuição, que tem como missão gerir de modo integrado as operações de recolha, transporte, tratamento e distribuição de forma eficiente, garantido a excelência da qualidade de serviço e o respeito pelas obrigações do serviço universal, promovendo sinergias com todas as áreas de negócio da empresa, com especial destaque para a área do Expresso e Encomendas, no sentido do aumento da eficiência e da criação de valor.

No âmbito do Programa de Transformação foram definidas para as Operações e Distribuição um conjunto de ações e iniciativas a ser desenvolvidas no horizonte de 2013-2016, tendo um particular enfoque nos anos de 2013 e de 2014. O desenvolvimento e implementação das iniciativas no ano de 2013 superaram em muito os objetivos inicialmente estabelecidos, permitindo não só a redução nos gastos da operação, o aumento dos níveis de produtividade e a melhoria da eficiência operacional, mas igualmente uma maior sinergia com as redes afetas a outros negócios da Empresa. As ações identificadas respeitam à racionalização e reorganização do ciclo operacional e encontram-se agregadas em 3 grandes eixos de atuação: tratamento, transportes e distribuição.

Tratamento

Em 2013 foram divididos automática e diariamente para giros 2,8 milhões de envios. Cerca de 1,7 milhões (+59,9%) foram sequenciados (porta a porta) automaticamente para 3 954 giros de 185 centros de distribuição postal, que representam 91% do correio distribuído diariamente por esses giros.

A rede de tratamento é composta por 3 centros de produção e logística, 6 centros de apoio logístico e 1 centro de correio empresarial. A prossecução das atividades dos centros de produção e logística é desenvolvida por 43 máquinas de automatização (das quais 14 sequenciadoras) e 70 postos de vídeo-codificação.

A organização dos centros de produção e logística foi significativamente alterada, passando estas estruturas produtivas a funcionar por linhas de produção – manual, automatizada, logística e diferenciada – que, sendo modulares, são adaptáveis à dimensão dos vários centros de produção e logística. Foram centralizadas as atividades de tratamento do correio normal nos dois principais centros de produção e logística (Lisboa e Maia), reorganizadas as atividades desenvolvidas por turno e promovida uma maior eficiência nos processos de automatização. Destaque ainda para o alargamento das atividades a desenvolver no centro de produção e logística de Taveiro, nomeadamente as que respeitam ao tratamento do *mailmanager* e de videocodificação parcialmente internalizadas e transferidas para este centro.

Foi também concluído o novo sistema de etiquetagem paralela da divisora de médios que permitirá aumentar a produtividade do equipamento na ordem dos 6% a 8%, reduzindo a necessidade de intervenção manual na correção de problemas. E foi desenvolvido e implementado um protótipo do sistema de visualização das máquinas divisoras em operação no centro de produção e logística do sul para melhorar o processo de esvaziamento, tornando-o mais flexível e seguro e minimizando os erros de manipulação.

Concluiu-se ainda a 1ª fase do projeto de georreferenciação dos domicílios postais “GEO10”, ultrapassando no final do ano os 3 milhões de portas georreferenciadas e caracterizadas referentes a 267 códigos postais de 4 dígitos (112 municípios), cobrindo 74% da população portuguesa e 26% da área do seu território.

A automatização postal continua a revelar excelentes resultados de reconhecimento, com o correio fino a obter taxas de decisão a códigos postais de 7 e 10 dígitos de 91% e 60%, respetivamente. Não obstante, foi em dezembro de 2013 implementada a primeira fase do projeto de melhorias dos algoritmos de reconhecimento e decisão, que potenciam ganhos superiores a 4% na divisão ao giro e sequenciamento para objetos finos e médios.

Transportes

A rede de transportes opera com 234 viaturas pesadas (incluindo frota própria e frota contratada, incluindo atrelados), que percorrem aproximadamente 41 mil km/dia.

Do conjunto de iniciativas empreendidas destacam-se a reorganização da rede de transportes nacionais (denominadas redes “primária” e “secundária”) e a renegociação dos contratos dos serviços de transporte (rodoviário, aéreo e marítimo). Prosseguiu-se a implementação das medidas de racionalização energética da frota de transportes e de distribuição e procedeu-se à preparação das redes para o novo regime de bens em circulação.

De referir ainda as seguintes iniciativas de âmbito internacional:

- Início do projeto FR-EVUE que envolve a aquisição de viaturas elétricas para a cidade de Lisboa, cofinanciado pela Comissão Europeia e no qual participam 32 parceiros de 8 cidades europeias.
- Continuação da implementação das medidas do plano de racionalização energético da frota de transportes e distribuição.
- Estreitamento do relacionamento com a AT-Autoridade Tributária com vista a encontrar uma solução, a implementar em 2014, para a troca de informação de natureza alfandegária no domínio dos pré-avisos, mensagens eletrónicas e interfaces com organismos internacionais.

- Desenvolvimento, em conjunto com o IPC – *International Post Corporation*, de trabalhos no âmbito do controlo do tráfego internacional. Implementou-se, em 2013, o sistema *iPep* que permite o envio documental de contas de tráfego e de valores entre operadores postais membros do IPC e o sistema *Streamlining Process* que permite ganhos de eficiência no modo e características como o correio internacional é agregado e expedido.

- No que respeita ao Entrepósito Postal Aéreo de Lisboa destaque para a introdução do sistema *Nesting*, permitindo o pré-aviso dos envios internacionais com origem na estação de permuta de Lisboa.

- Envolvimento em projetos no âmbito internacional no âmbito da segurança do transporte de correio e regulamentações do setor do transporte aéreo.

Distribuição

A rede de distribuição é composta por 285 centros de distribuição postal (CDP), incluindo 102 centros de apoio à distribuição, um serviço de apoio à distribuição em Lisboa e outro em Coimbra, e gere 4 713 giros de distribuição externa que percorrem cerca de 222 mil km/dia.

A frota disponibilizada para as funções de distribuição é constituída primordialmente por viaturas ligeiras, motociclos e velocípedes, cerca de 30% elétricos.

Em 2013 a atividade de distribuição teve como principal objetivo o aumento da eficiência operacional, através de quatro eixos:

- Promoção de novos modelos de distribuição mais eficientes e orientados para os padrões de serviço dos produtos, através da implementação da distribuição segmentada por prioridades em todos os CDP do território continental;

- Início da distribuição do correio com sequenciamento automático, sem qualquer manipulação prévia no CDP, permitindo o aumento da eficiência nas operações internas e criando condições para a distribuição em simultâneo do correio sequenciado manual e automaticamente. Esta nova metodologia de distribuição foi implementada em 17 CDP de elevada densidade urbana.

- Internalização pela rede base da distribuição de todo o correio empresarial e parte do EMS 48 (serviço de entregas desde 2 dias úteis em qualquer ponto do Continente) antes distribuídos por redes próprias.

- Racionalização das estruturas físicas, através da centralização e agregação de centros de distribuição postal.

A par da maior eficiência da operação, da fiabilidade dos processos e do compromisso com uma qualidade

de serviço de excelência, continuou-se em 2013 a apostar na dinamização da rede de carteiros, como canal e rede de proximidade privilegiada para a venda de produtos e serviços.

De realçar ainda o esforço desenvolvido para a utilização de veículos amigos do ambiente, tendo sido disponibilizadas 124 bicicletas elétricas em 80 centros de distribuição postal.

A nova estrutura organizacional integrou a gestão operacional do serviço *mailmanager* e do centro de correio empresarial de Pinheiro de Fora na área de negócios do correio. Essa gestão conjunta permitiu estabelecer uma maior integração de todas as operações de correio com ganhos de eficiência e a internalização de algumas atividades de distribuição de correio empresarial e de *Mailmanager*, aproveitando recursos internos disponíveis como resultado das várias iniciativas de eficiência atrás descritas.

2.3. EXPRESSO E ENCOMENDAS

Os proveitos operacionais¹ desta área de negócios atingiram 129,5 M€ (17,6% do total consolidado²) em 2013. Esta área de negócios inclui as atividades da CTT Expresso (em Portugal), da Tourline Express (em Espanha) e da CORRE (em Moçambique).

A estratégia dos CTT passa pela consolidação da oferta ibérica integrada de serviços, pelo *cross-selling* entre as diferentes áreas de negócio e pela internacionalização para mercados com fluxos relevantes com Portugal no comércio de bens.

Na sequência da reestruturação dos CTT em março de 2013 responsabilizou-se a mesma equipa por liderar a atividade de Expresso e Encomendas em Portugal e Espanha. A integração das duas atividades ibéricas tem como objetivo garantir mais competitividade e melhorar a eficiência e integração na gestão do negócio, criando uma oferta comum num mercado que irá ser gerido de uma forma agregada, posicionando os CTT como um dos maiores operadores logísticos e de encomendas na península ibérica.

Em **Portugal**, os CTT disponibilizam aos seus clientes de Expresso e Encomendas (empresas e particulares) serviços expresso de recolha, tratamento, transporte e distribuição de documentos e mercadorias, nacionais e internacionais, oferecendo em complemento soluções de logística integrada e serviços de estafetagem. Os CTT mantêm a posição de liderança no mercado nacional com uma quota de mercado de 28,6% no quarto trimestre de 2013 (fonte: ANACOM).

¹ Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

² Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -32,7M€ em 2013.

Ao nível da oferta de produtos e serviços destacam-se a melhoria da cobertura geográfica no âmbito do fluxo Espanha – Portugal para entregas no dia útil seguinte e o projeto em desenvolvimento de *Easy Return Solution* que habilita o destinatário a poder devolver uma encomenda ao remetente dentro dos 21 países membros do E-Parcel Group.

No domínio das operações importa referir a integração Ibérica dos sistemas de comunicação, a disponibilização do *track & trace* para pesquisa de envios ibéricos nos *sites* da CTT Expresso e da Tourline Express, a disponibilização de simulador de peso volumétrico no *site* da CTT Expresso e a existência de terminais multi-banco em toda a sua rede de entregas nacionais para pagamento de cobranças junto dos destinatários das encomendas. Todas estas iniciativas visam melhorar a oferta para o segmento B2C (*Business to Consumer*) responsável pelo crescimento deste mercado.

Em **Espanha**, os CTT atuam através da Tourline Express desde 2005. A missão desta empresa consiste em assegurar o transporte, recolha e distribuição de objetos urgentes, de forma segura e no tempo contratado pelo cliente. Para tal dispõe de uma estrutura logística e de uma rede de lojas próprias e franchisadas que cobre a totalidade do território espanhol.

Os CTT posicionaram-se no TOP 10 do mercado de Expresso e Encomendas em Espanha, com uma quota de aproximadamente 4%, segundo o estudo CEP Ibérico realizado pelo IMR – Instituto de *Marketing Research*. Foi implementado um novo modelo comercial com o objetivo de responder aos desígnios da captação de negócio, de agilizar a atividade comercial e maximizar a eficiência nos processos de cobrança e de *back-office*.

Na atividade desenvolvida em 2013 o destaque vai para a intensificação da consolidação ibérica integrada de serviços, em termos da amplitude da oferta e cobertura geográfica. Referência ainda para o plano de mobilidade que, através da implantação de dispositivos PDA de última geração na área da distribuição, permite digitalizar a informação relativa a um envio em tempo real e assim reduzir tempos e processos administrativos, aumentando a fiabilidade da informação.

Com base no conhecimento mais aprofundado do mercado e da sua evolução recente está a ser definido um plano estratégico para a rede da Tourline cujos primeiros impactos se verificaram já em 2013. Esse plano identificará as zonas a serem exploradas diretamente pela *master* e por franchisados e irá prever a abertura de novas lojas franchisadas ou próprias com impacto nas vendas e na redução de custos, concretizando um objetivo de maior capilaridade e assegurando a renovação dos contratos com os franchisados cujo perfil se coaduna com as exigências de sustentabilidade comercial e financeira da rede. Nessa reestruturação inclui-se ainda o plano de cobertura por *Pick-up/Drop-off* (PuDo).

No final de 2013 a rede da Tourline era constituída por 230 pontos de venda, dos quais 184 lojas franchisadas, 30 lojas próprias e 16 distribuidores. Adicionalmente, e no sentido de manter a presença física como fator de proximidade, detém 46 pontos de entrega e recolha na sua maioria em lojas de comércio tradicional.

Também em **Moçambique**, os CTT estão presentes no negócio de Expresso e Encomendas desde outubro de 2010 com a empresa CORRE – Correio Expresso de Moçambique, cujo capital social é detido 50% pelos CTT e 50% pela Empresa Nacional de Correios de Moçambique. A CORRE tem por objeto a prestação de serviços de recolha, tratamento, transporte e distribuição de documentos e mercadorias urgentes e expresso no mercado moçambicano e internacional. Presta também serviço de estafetagem, transporte e logística.

A empresa pretende alcançar no curto prazo a liderança do mercado de correio expresso doméstico e, a médio prazo, assumir-se também como um dos mais importantes *players* no mercado internacional de Expresso e Encomendas com Moçambique.

Tem vindo a expandir-se em termos geográficos, e cobre já a generalidade das províncias. Em Maputo detém um centro operacional, duas lojas próprias e um Entrepósito Postal no aeroporto. Em cada uma das cidades Beira, Nampula, Tete, Pemba, Lichinga, Xai-Xai e Quelimane detém um centro operacional e uma loja própria. Em Maxixe, na província de Inhambane, em espaço próprio, iniciaram-se as operações de recolha, tratamento e distribuição dos objetos postais. Os produtos e serviços CORRE estão também disponíveis em todas as lojas dos Correios de Moçambique, com cobertura nacional, o que tem contribuído para a rápida expansão do negócio.

Em 2013, à semelhança de 2012, a CORRE continuou a afirmar-se como um operador de excelência na rede bancária, fortalecendo a sua oferta com o Millennium bim.

Manteve-se a relação estreita com a SAPO-Correios da África do Sul, para utilização do *hub* de trânsito de Johannesburg, possibilitando-se assim o cumprimento de rotas internacionais com os diversos países que têm relações com este *hub*, e também com os CTT-Correios de Portugal que executa operações de trânsito para os destinos europeus.

2.4. SERVIÇOS FINANCEIROS

Os proveitos operacionais¹ desta área de negócios atingiram 60,9 M€ (8,3% do total consolidado²) em 2013. Esta área de negócios inclui os serviços financeiros dos CTT, SA e a atividade da PayShop.

¹ Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

² Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -32,7M€ em 2013.

Em 2013 prosseguiu-se a execução da estratégia de revitalização do negócio financeiro dos CTT e de reforço do posicionamento enquanto operador financeiro de referência no mercado português, bem como a consolidação da posição dos Serviços Financeiros enquanto segunda maior área de negócio dos CTT em termos de EBITDA.

As áreas de produto que integram os Serviços Financeiros contribuíram de forma distinta para o resultado final alcançado. Com efeito, a área de Poupança e Seguros foi a grande responsável pelo resultado global positivo alcançado, mercê do extraordinário crescimento verificado nos Seguros de Capitalização (52% nos valores colocados e 56% na receita) e nos Títulos da Dívida Pública (340% nos valores colocados e 199% na receita), assim como o pagamento de impostos que verificou um crescimento de 7,6% nas transações algo que não ocorria desde 2006.

Conforme referido anteriormente, o desempenho dos Serviços Financeiros no ano 2013 fica indissociavelmente marcado pelo extraordinário impulso ocorrido na área da Poupança e Seguros, merecendo especial referência:

- Acentuado crescimento nas captações de poupança, atingindo um acumulado no ano de 2,2 mil milhões de euros, merecendo especial destaque o lançamento a 31 de outubro dos novos Certificados de Tesouro Poupança Mais, tendo em apenas dois meses registado subscrições na ordem dos 600 milhões de euros;
- Forte crescimento nas captações de seguros de capitalização (52,1%), catapultando os CTT para um novo máximo histórico nesta categoria de produtos;
- Lançamento de um novo PPR tendo as respetivas captações ultrapassado em 20,7%, o nível realizado em 2012;
- Lançamento de dois novos seguros reais, o Postal Proteção Miúdos (acidentes pessoais para crianças) e o Postal Patinhas (rede prestadora de cuidados de saúde a animais domésticos).

O ano 2013 ficou, ainda, marcado pela revisão dos acordos relativos aos parceiros estratégicos, reforçando a base existente com vista a um ainda maior sucesso conjunto num quadro de compatibilização com o processo de privatização dos CTT. A revisão dos acordos com os parceiros na área da poupança permitiu um incremento importante das comissões de venda, passando a ser função do volume colocado e não do serviço prestado, tendo em vista um maior alinhamento de objetivos e incentivos que permitiu alcançar o crescimento referido, principalmente no segundo semestre do ano no que diz respeito aos Certificados de Aforro e do Tesouro.

Nas soluções de pagamento, a PayShop, que gere em Portugal a maior rede presencial de pagamentos em

dinheiro com elevada capilaridade e, acima de tudo, conveniência, manteve elevados níveis de rentabilidade e crescimentos de rendimentos. A estratégia seguida, em linha com a de anos anteriores, aposta no alargamento dos serviços e produtos a pagamento na rede com a adesão de novos clientes. Em 2013, o alargamento mais abrangente aos títulos e bilhetes de transportes públicos foi o principal eixo de atuação.

Banco Postal

Após um estudo aprofundado com o apoio de consultores estratégicos sobre a oportunidade e viabilidade da criação do banco postal, os CTT formalizaram o pedido de licença ao Banco de Portugal no dia 5 de agosto de 2013. Este projeto, que vai ao encontro do verificado na generalidade dos operadores postais europeus e constitui uma antiga ambição da empresa, identifica e quantifica uma oportunidade de mercado e representa uma opção dos CTT.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 27 de novembro, autorizar a constituição do “Banco Postal S.A.” nos termos do projeto apresentado em 5 de agosto e com base em determinados pressupostos a verificar. A referida autorização está assim sujeita a um conjunto de condições, entre as quais: (i) a reafirmação, por parte dos novos acionistas dos CTT de que o projeto do banco postal será implementado nos termos em que foi submetido e apreciado pelo Banco de Portugal, incluindo no que se refere à cobertura geográfica da rede de balcões; (ii) demonstração de que os participantes qualificados indiretos no Banco Postal, S.A., resultantes do processo de privatização dos CTT, reúnem as condições que garantam uma gestão sã e prudente da instituição, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 103.º do RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras); e (iii) atualização das previsões económico-financeiras, nomeadamente tendo por base as condições oferecidas nas parcerias a desenvolver. A parceria para a comercialização de produtos de crédito ao consumo, a realizar previsivelmente no primeiro semestre de 2014, será uma das que terá de ser incorporada nesta análise.

Mais consta da referida autorização que fica condicionada a que, previamente ao registo especial no Banco de Portugal e consequentemente ao início de atividade do banco postal, nos termos do artigo 65.º do RGICSF, o Banco de Portugal verifique que se encontram satisfeitas as referidas condições.

Conforme é referido, com esta autorização os CTT não terão a obrigação de constituir o banco postal, mas sim uma opção, que poderá ser desenvolvida ou não e que terá de ser sempre aprovada pelos órgãos sociais competentes dos CTT, de modo a cumprir as condições impostas pelo Banco de Portugal. A avaliação desta opção será realizada em 2014, devendo ser tomada a decisão sobre a utilização da licença obtida em 24 de novembro de 2013.





Presentes nas empresas.

Cada vez mais no futuro.

O futuro é empreendedor. Existem cada vez mais pequenas e grandes empresas, todas com necessidades diferentes mas em todas elas o foco está na eficiência. Com as alterações no mercado, é fundamental garantir que a estrutura empresarial acompanhe a evolução dos tempos. Nesse momento, as empresas necessitam que as soluções empresariais dos CTT estejam presentes neste futuro.



Análise Económica
e Financeira
e Desempenho
da Ação CTT

3.1. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O presente capítulo sintetiza os resultados consolidados alcançados pelos CTT e a situação patrimonial e financeira consolidada a 31 de dezembro de 2013. A sua leitura deve ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas.

A consolidação das empresas do Grupo foi efetuada pelo método de integração global, tendo sido eliminadas na consolidação as transações e saldos significativos entre as diferentes sociedades. Na presente análise está incluída a consolidação das atividades da empresa-mãe e das seguintes associadas:

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, SA (EMPRESA-MÃE)	
PostContacto – Correio Publicitário, Lda.	100%
CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, SA	100%
Tourline Express Mensajería, SU	100%
PayShop (Portugal), SA	100%
CORRE – Correio Expresso de Moçambique, SA	50%
CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA	100%
Grupo Mailtec	100%
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, SA	51%

Resultados consolidados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Rendimentos operacionais	704 847	714 225	-1,3
Vendas e prestação de serviços	690 069	699 332	-1,3
Vendas	22 342	24 300	-8,1
Prestações de serviços	667 726	675 033	-1,1
Outros rendimentos operacionais	14 778	14 893	-0,8
Trabalhos para a própria entidade	333	572	-41,8
Outros rendimentos e ganhos	14 445	14 322	0,9
Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes	581 919	603 234	-3,5
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16 906	18 543	-8,8
Fornecimentos e serviços externos	237 292	246 416	-3,7
Gastos com o pessoal	317 480	326 666	-2,8
Gastos correntes	314 732	323 340	-2,7
Benefícios aos empregados	2 748	3 326	-17,4
Outros gastos e perdas operacionais	10 241	11 608	-11,8
Resultado antes de depreciações e imparidades, resultados não recorrentes, gastos de financiamento e impostos (EBITDA recorrente)	122 928	110 992	10,8
Imparidades de inventários e contas a receber (perdas/reversões)	2 321	798	190,8
Provisões (aumentos/reversões)	(118)	2 857	-104,1
Imparidades ativos não depreciáveis			-
Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	24 611	24 636	-0,1
Resultado antes de resultados não recorrentes, gastos de financiamento e impostos (EBIT recorrente)	96 113	82 701	16,2
Reestruturações empresariais (gastos)	(3 623)	6 653	-154,5
Gastos com a privatização	4 422	-	-
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	8 079	19 077	-57,7
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	87 236	56 971	53,1
Rendimentos financeiros, líquidos	(4 003)	(4 379)	8,6
Ganhos/perdas em associadas	21	240	-91,5
Resultado antes de impostos (EBT)	83 253	52 832	57,6
Imposto sobre o rendimento do período	(22 148)	(16 865)	31,3
Resultado antes de interesses minoritários	61 105	35 967	69,9
Prejuízos (lucros) atribuíveis a Interesses não controláveis	89	232	-61,5
Resultado líquido do período (RL)	61 016	35 735	70,7

No exercício económico de 2013 o resultado líquido consolidado dos CTT atingiu os 61,0 M€, situando 70,7% (+25,3 M€) acima de igual período do ano anterior. Este resultado corresponde a um resultado líquido consolidado por ação de Euro 0,41 e a uma rentabilidade do capital próprio de 22,2%.

O Resultado antes de resultados não recorrentes, juros e impostos (EBIT recorrente) cifrou-se nos 96,1 M€, mais 16,2% em relação a igual período do ano anterior, com um aumento da margem EBIT em 2,0 p.p., situando-se nos 13,6%.

A atividade operacional gerou um resultado de 122,9 M€ antes de depreciações e imparidades, resultados não recorrentes, juros e impostos (EBITDA recorrente), 10,8% (11,9 M€) superior ao obtido no período homólogo, com uma margem EBITDA de 17,4% face aos 15,5% de 31.12.2012.

Estes resultados refletem uma redução nos gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes) de 21,3 M€ (-3,5%), que superou amplamente o decréscimo de 9,4 M€ (-1,3%) nos rendimentos operacionais. Como comunicado, a estratégia do grupo assenta em compensar o decréscimo de volume de correio utilizando três alavancas: i) aumento de preços; ii) aumento do peso dos restantes negócios e, caso não seja suficiente, iii) com incremento da eficiência que permita um decréscimo dos gastos operacionais superior à queda nos rendimentos.

Os CTT registaram em 31.12.2013 como resultados não recorrentes um valor negativo de 8,9 M€, resultante fundamentalmente de gastos associados ao processo de celebração de acordos de suspensão de contratos de trabalho, indemnizações por mútuo acordo, gastos associados ao processo de privatização da empresa e estudos estratégicos, imparidades de propriedades de investimento e com a reestruturação para otimização da rede de franchisados da Tourline, ajustamento das provisões de contratos onerosos, reforço líquido da provisão para contingências laborais, sendo compensado pelo ganho obtido com a reformulação do benefício aos empregados da taxa de assinatura telefónica.

Desta forma, os resultados antes de gastos de financiamento e impostos situaram-se em 87,2 M€, 30,3 M€ (+53,1%) acima do atingido em 31.12.2012, ano em que foi registada a provisão para contingências laborais no valor de 11,3 M€ e 12,6 M€ de gastos associados ao processo de celebração de acordos de suspensão de contratos de trabalho, os quais foram parcialmente compensados pelo ganho obtido com o corte do benefício por desligamento (6,6 M€).

Os resultados financeiros (rendimentos de 7,9 M€ e gastos de 11,9 M€, estes últimos resultantes dos gastos financeiros com a manutenção do valor atual dos benefícios aos empregados, os quais representam 97,8% do total dos gastos financeiros) registaram valores negativos, na ordem dos 4,0 M€, refletindo uma quebra de 3,8% face a 31.12.2012. Os gastos financeiros reduziram 4,9 M€ (-29,2%), de onde se destaca a redução de gastos financeiros com benefícios aos empregados em 4,5 M€, pelos cortes nos benefícios ocorridos em 2012 e 2013. Os rendimentos financeiros reduziram 4,5 M€ (-36,4%) pela quebra nas taxas de remuneração das aplicações financeiras, ainda que parcialmente compensadas com o aumento do volume de aplicações, em consequência tanto da atividade da empresa, como da eficiência na gestão de tesouraria. Por outro lado, os ganhos em associadas reduziram 91,5% (-0,2 M€).

Assim, o resultado antes de impostos e interesses minoritários (EBT) totalizou 83,3 M€, mais 57,6% que o atingido no ano de 2012.

3.1.1. Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais consolidados atingiram os 704,8 M€, com um decréscimo de 1,3% (-9,4 M€) face ao exercício de 2012. Não obstante a atividade operacional dos CTT ainda esteja sobre os efeitos da conjuntura económica desfavorável, o impacto desta no volume de negócios tem vindo a ser suavizado, fruto também das diversas medidas implementadas pela empresa.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Vendas e prestação de serviços	690 069	699 332	-1,3
Vendas	22 342	24 300	-8,1
Prestação de serviços	667 726	675 003	-1,1
Outros rendimentos operacionais	14 778	14 893	-0,8
Trabalhos para a própria entidade	333	572	-41,8
Outros Rendimentos e Ganhos	14 445	14 322	0,9
Rendimentos Operacionais	704 847	714 225	-1,3

As **ventas e prestação de serviços** atingiram os 690,1 M€, menos 1,3% (-9,3 M€) que em 2012.

Esta rubrica integra:

i) a atividade postal e de correspondência não endereçada, que constituem o segmento Correio ii) a prestação de serviços expresso e encomendas, correspondendo ao segmento Expresso & Encomendas iii) a prestação de serviços financeiros postais e as soluções de pagamentos via PayShop, que representam o segmento Serviços Financeiros iv) as atividades de produção de correio para grandes clientes, consubstanciadas nas áreas de *printing & finishing* e a atividade de arquivo de documentação, integrantes do segmento Soluções Empresariais.

As **ventas** atingiram os 22,3 M€, 8,1% abaixo do valor registado no período homólogo, com menos 2,0 M€, essencialmente nos CTT SA pela redução nas vendas de produtos que pela sua natureza tinham um período de comercialização reduzido, designadamente, os dispositivos eletrónicos de matrícula e televisão digital terrestre.

A **prestação de serviços**, situando-se nos 667,7 M€, registou uma quebra de 7,3 M€ (-1,1%), que se fez sentir em praticamente todas as empresas objeto de consolidação. Na prestação de serviços de Correio destaca-se a queda do tráfego do correio endereçado de 7,3%, fortemente compensado pelo aumento de preços e a procura de produtos de maior valor acrescentado. Salienta-se o aumento dos rendimentos provenientes dos Serviços Financeiros, nomeadamente nos produtos de poupança e seguros, onde os títulos da dívida pública e os seguros de capitalização/PPR apresentaram crescimentos de 126,5% e 54,0%, respetivamente. Nesta área o crescimento no quarto trimestre de 2013 foi particularmente relevante, incorporando já a renegociação das parcerias e os novos CTPM (Certificados do Tesouro Poupança Mais). Na prestação de serviços do segmento das Soluções Empresariais salienta-se a quebra nos serviços de *printing & finishing* na ordem dos 13,4%. O segmento Expresso & Encomendas cresceu 1,2%, reflexo do crescimento no tráfego de 4,4% em Portugal e 11,4% em Espanha, principalmente no último trimestre do ano.

Os **outros rendimentos operacionais** registaram um decréscimo de 0,8% (-0,1 M€), cabendo aos CTT SA 0,09 M€ dessa redução. Esta rubrica inclui os trabalhos para a própria empresa, com uma redução de 41,8% (-0,2 M€) e ainda outros rendimentos e ganhos com um acréscimo de 0,9% (0,1 M€). Destaca-se os ganhos financeiros operacionais que passaram de 2,5 M€ em 2012 para 3,3 M€ em 2013, refletindo um crescimento de 29,7% (0,8 M€), consubstanciado pelo maior volume de fundos em circulação de clientes e parceiros, fruto do aumento da colocação de produtos de poupança e também de pagamento de impostos nas lojas CTT. Por outro

lado, temos um decréscimo de 0,7 M€ em investimentos não financeiros nos CTT, designadamente pela redução das mais-valias diferidas.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- Correio – CTT SA sem incluir serviços financeiros, área de soluções empresariais e áreas corporativas e de suporte, mas incluindo a PostContacto, a Mailtec Processos e a CTT Gest;

- Soluções Empresariais – engloba a Mailtec Consultoria, a Mailtec Comunicação, a EAD e ainda a área de soluções empresariais dos CTT SA.

- Expresso & Encomendas – inclui a CTT Expresso, a Tourline e a CORRE;

- Serviços Financeiros – PayShop e serviços financeiros dos CTT SA;

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal, coberto pela área do Correio e Soluções Empresariais;

- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pela área de Expresso & Encomendas;

- Mercado Financeiro, coberto pela área de Serviços Financeiros.

Além dos quatro segmentos acima referidos, existem dois canais de venda, transversais a todos os negócios e produtos que são a Rede de Lojas e os Grandes Clientes. A Rede de Lojas, estando associada às obrigações no âmbito da concessão do serviço postal universal, encontra-se para efeitos desta análise incorporada no segmento Correio, integrando os rendimentos internos relacionados com a sua prestação interna de serviços a outros segmentos, assim como a venda de produtos e serviços de terceiros realizados na sua rede.

Para efeitos de EBITDA, a informação relativa às áreas corporativas e de suporte é objeto de afetação aos diferentes departamentos dos CTT SA em função dos rendimentos internos relacionados com a sua prestação interna de serviços a outros segmentos, sendo o restante afeto em função do número de empregados ao serviço em cada segmento.

O segmento Correio, que integra os rendimentos *core* dos CTT e apresenta o maior peso no volume dos rendimentos operacionais, com um total de 525,6 M€ em 2013, registou um decréscimo de apenas 1,9% face a igual período do ano anterior, motivado pela redução dos volumes de correio endereçado (-7,3%), em grande medida compensado pelo aumento de preços realizado em 2013 (em média, 4,2%).

31.12.2013 RENDIMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Rendimentos operacionais
Vendas e prestação de serviços	490 342	127 964	57 304	20 256	-	(5 798)	690 069
Vendas	21 094	1 269	-	-	-	(20)	22 342
Prestação de serviços	469 248	126 695	57 304	20 256	-	(5 778)	667 726
Outros rendimentos e ganhos	35 216	1 557	3 556	1 372	89 244	(116 166)	14 778
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	-	17 172	(17 172)	-
Rendimentos operacionais	525 558	129 521	60 860	21 628	106 416	(139 136)	704 847

31.12.2012 RENDIMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Rendimentos operacionais
Vendas e prestação de serviços	499 695	126 655	54 320	21 666	1 121	(4 124)	699 332
Vendas	23 008	1 305	-	-	-	(14)	24 300
Prestação de serviços	476 687	125 350	54 320	21 666	1 121	(4 111)	675 033
Outros rendimentos e ganhos	36 262	1 343	3 353	1 333	60 921	(88 320)	14 893
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	-	54 589	(54 589)	-
Rendimentos operacionais	535 957	127 998	57 673	22 999	116 631	(147 033)	714 225

O segmento Expresso & Encomendas, com 129,5 M€ apresentou um aumento de 1,2%, pelos crescimentos na Tourline e CTT Expresso, no último trimestre de 2013.

Os Serviços Financeiros com rendimentos na ordem dos 60,9 M€, os quais derivam principalmente da prestação de serviços pagos através de comissões, apresentaram um aumento de 5,5% face ao período homólogo de 2012. Destaca-se o crescimento de 81,2% nos rendimentos dos produtos de poupança e seguros, quer por aumento do comissionamento na componente de seguros, quer pelo aumento do volume em valor das subscrições. Acresce que os títulos da dívida pública apresentaram um crescimento na ordem dos 126,5%, devido ao aumento do comissionamento (fruto da renegociação do acordo com o IGCP) e ao forte aumento das colocações, principalmente no segundo semestre de 2013. De referir ainda o crescimento dos rendimentos por via do pagamento de impostos na ordem de 10,6%, como resultado do esforço de vendas efetuado pela rede de Lojas.

As Soluções Empresariais registam rendimentos operacionais na ordem dos 21,6 M€, com uma redução de 6,0% face ao ano anterior, designadamente na área de *printing/finishing*, fruto da maior concorrência que se tem verificado neste mercado, com pressão sobre os preços sentida aquando da renegociação de alguns contratos de médio longo prazo.

Fruto da nova macroestrutura e da alteração da metodologia de construção de informação, a Estrutura Central passou a faturar diretamente aos segmentos, quer por preços internos, quer por serviços prestados às subsidiárias, uma parcela muito superior dos serviços prestados, sendo o valor imputado posteriormente inferior a 16% (com base no número de empregados).

Neste sentido, os outros rendimentos e ganhos da Estrutura Central aumentaram 46,5%, reduzindo substancialmente (-68,5%) a parcela que é posteriormente afeta às áreas de negócio por número de trabalhadores e não por serviços efetivos prestados.

Os rendimentos consolidados da Estrutura Central, são derivados dos serviços centrais de apoio aos negócios e dos gastos incorridos nestas áreas, sendo que tiveram uma redução de 8,8% devido, essencialmente, à diminuição dos FSE e gastos com o pessoal ocorridos nos CTT SA e que se encontram refletidos na Estrutura Central.

GASTOS OPERACIONAIS

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Custo existências vendidas e consumidas	16 906	18 543	-8,8
Fornecimentos e serviços externos	237 292	246 416	-3,7
Gastos com o pessoal, dos quais	317 480	326 666	-2,8
Gastos correntes	314 732	323 340	-2,7
Benefícios aos empregados	2 748	3 326	-17,4
Outros gastos operacionais	10 241	11 608	-11,8
Gastos operacionais	581 919	603 234	-3,5

O custo das **mercadorias vendidas e matérias consumidas** foi de 16,9 M€, menos 8,8% (-1,6 M€) que em 31.12.2012. O decréscimo está diretamente relacionado com a redução nas vendas de produtos, especialmente os produtos vendidos diretamente pela rede de lojas, fruto do maior foco na venda de produtos de maior valor acrescentado (poupança, por exemplo).

Os **fornecimentos e serviços externos** recorrentes apresentaram uma redução de 3,7% (-9,1 M€) em relação ao exercício de 2012, destacando-se com as maiores variações favoráveis os CTT SA e grupo Mailtec, num total de 11,0 M€ de decréscimo, dos quais 9,3 M€ resultantes de uma maior eficiência gestão dos *outsourcing* (merece destaque a renegociação parcial do acordo de outsourcing com a IBM), da otimização do transporte de correio, das reduções de gastos na conservação e reparação e, inversamente, destaca-se o acréscimo na ordem dos 2,2 M€ pelo aumento da capilaridade da rede transportes na Tourline, nomeadamente com o acréscimo de zonas próprias.

Os **gastos com pessoal** recorrentes atingiram os 317,5 M€, reduzindo 9,2 M€ em relação a ao ano anterior. A redução do quadro de pessoal, efetivo e a termo na ordem dos 6,2%, assim como uma melhor gestão dos horários de trabalho e do ciclo operativo levaram a uma redução dos gastos com pessoal de 2,8% face aos observados no período homólogo. Convém referir que em 2013 foram pagos e contabilizados 14 meses de salários, quando em 2012 somente foram contabilizados 13 meses, fruto das medidas do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, sendo que essa poupança em 2012 representou um valor na ordem dos 17,3 M€.

3.1.2. Gastos operacionais¹

Os **gastos operacionais** no exercício económico de 2013 ascenderam a 581,9 M€, refletindo uma redução de 21,3 M€ (-3,5%) face ao valor registado no exercício de 2012. Os gastos com pessoal e os fornecimentos e serviços externos representam 54,6% e 40,8%, respetivamente, na estrutura de gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes. Em conjunto, ambos representam 95,3% desta rubrica.

Os valores assumidos com gastos correntes associados a **benefícios aos empregados**, que engloba fundamentalmente rubricas associadas a cuidados de saúde e outros benefícios pós reforma com origem nos CTT SA, ascenderam em 31.12.2013 a 2,7 M€, representando decréscimo de 17,4% (-0,6 M€).

As responsabilidades atuariais avaliadas em 31.12.2013 atingiram valores inferiores em 4,8 M€ (-1,6%) aos registados no final de igual período do ano anterior. Destacam-se o acréscimo ocorrido no plano de cuidados de saúde (10,6 M€) originados pela variação da população, e inversamente, a redução de todos os restantes benefícios, designadamente, menos 4,3 M€ nas responsabilidades com os acordos de suspensão (-18,0%) e menos 9,4 M€ (-66,3%) pela alteração ocorrida no benefício “Taxa de assinatura telefónica” em 2013.

Os **outros gastos e perdas operacionais** de 10,2 M€ apresentaram um decréscimo de 11,8% (-1,4 M€) destacando-se a redução da rubrica referente à renda da concessão, cujos valores decresceram 0,9 M€ devido à redução do serviço reservado.

Na apresentação dos **gastos operacionais por segmento** verifica-se que o Correio registou um decréscimo nos gastos operacionais de 4,4% e as Soluções Empresariais de 9,6%, e inversamente, que o Expresso & Encomendas e os Serviços Financeiros registaram um acréscimo nos gastos face ao período homólogo de 1,7% e 3,5%, respetivamente.

¹ CMMVC + FSE + Gastos com pessoal + outros gastos operacionais

O segmento Correio concentra um volume significativo de gastos operacionais (441,1 M€), uma vez que inclui as funções de tratamento, distribuição, transporte de correio e a rede de lojas, áreas com maior peso, principalmente em número de trabalhadores.

Os gastos operacionais do Expresso & Encomendas aumentaram fruto do plano de transformação em curso neste segmento, que passa pelo incremento

das zonas próprias em Espanha, para potenciar o crescimento das vendas, principalmente no B2C.

Nos Serviços Financeiros, o incremento dos gastos operacionais deveu-se a um incremento das campanhas de incentivos em 2013, para potenciar o crescimento dos produtos de poupança e o pagamento de impostos.

31.12.2013 GASTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Gastos operacionais
Fornecimentos e serviços externos	99 926	96 125	10 705	9 320	51 269	(30 054)	237 292
Gastos com pessoal	232 473	22 935	3 177	7 161	51 734	-	317 480
Outros gastos	91 663	1 806	19 442	2 734	3 413	(91 911)	27 147
Afetação estrutura central CTT	17 029	-	129	14	-	(17 172)	-
Gastos operacionais	441 092	120 866	33 452	19 229	106 416	(139 136)	581 919

31.12.2012 GASTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Gastos operacionais
Fornecimentos e serviços externos	106 278	92 716	9 188	9 913	55 329	(27 008)	246 416
Gastos com pessoal	236 241	23 927	3 190	7 970	55 338	-	326 666
Outros gastos	64 629	2 212	19 539	3 244	5 964	(65 436)	30 151
Afetação estrutura central CTT	54 036	-	405	147	-	(54 589)	-
Gastos operacionais	461 184	118 855	32 322	21 274	116 631	(147 033)	603 234

No total dos outros gastos e da afetação da estrutura central CTT, destaca-se no Correio a parcela maior da Estrutura Central faturada aos segmentos pelos serviços prestados internamente ao universo CTT (parcela essa incluída na rubrica de outros gastos). Este impacto é compensado por uma menor imputação de gastos da Estrutura Central, realizada posteriormente e tendo em consideração o número de trabalhadores por segmento.

A diferença entre os outros gastos e a afetação da Estrutura Central deve-se à implementação de uma política de imputação direta dos gastos centrais com base na sua efetiva utilização. Em termos comparativos, 31.12.2013 vs 31.12.2012, os gastos operacionais com a Estrutura Central registaram uma queda de 10,2M€ (-8,8%), no âmbito de várias medidas de eficiência dentro do programa de transformação em curso.

3.1.3. EBITDA recorrente

O EBITDA recorrente¹ totalizou 122,9 M€ correspondente a uma margem de 17,4%, aumentando 1,9 p.p. face ao valor atingido no exercício de 2012.

EBITDA RECORRENTE

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Rendimentos operacionais	704 847	714 225	-1,3
Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes	581 919	603 234	-3,5
EBITDA recorrente	122 928	110 992	10,8

O desempenho do EBITDA dos CTT foi suportado pelos segmentos Correio e dos Serviços Financeiros, que no seu conjunto representaram em 31.12.2013, 91,0% do EBITDA consolidado, representando só o Correio 68,7%.

A margem EBITDA do segmento Correio cresceu de 14,0% para 16,1% fruto da menor queda nos rendimentos face à queda de atividade (tráfego) e das medidas de eficiência operacional com forte impacto nos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal. O segmento Serviços Financeiros, ao ser re-

munerado com base em comissões de venda, apresenta margens de EBITDA elevadas (45,0%) quando comparada com os restantes segmentos, registando ainda um aumento de 1,0 p.p. de 2012 para 2013. Os segmentos Soluções Empresariais e Expresso & Encomendas, foram mais afetadas pela conjuntura económica, que provocou maior atuação da concorrência nestes mercados para um menor nível de atividade, atingindo margens EBITDA de 11,1% e 6,7%, respetivamente. O EBITDA das Soluções Empresariais registou ainda um crescimento de 3,6 p.p. tendo a redução dos gastos superado a redução nos rendimentos.

31.12.2013 EBITDA RECORRENTE POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais
Rendimentos operacionais	525 558	129 521	60 860	21 628
Gastos operacionais	441 092	120 866	33 452	19 229
EBITDA recorrente	84 466	8 655	27 408	2 399
Margem EBITDA recorrente	16,1%	6,7%	45,0%	11,1%

31.12.2012 EBITDA RECORRENTE POR SEGMENTO

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais
Rendimentos operacionais	535 957	127 998	57 673	22 999
Gastos operacionais	461 184	118 855	32 322	21 274
EBITDA recorrente	74 773	9 143	25 351	1 725
Margem EBITDA recorrente	14,0%	7,1%	44,0%	7,5%

¹ EBITDA recorrente = Resultados operacionais + amortizações e depreciações + variação líquida das provisões e perdas por imparidade (não inclui gastos não recorrentes – reestruturações empresariais, imparidades de propriedades de investimento, provisões para contratos onerosos e contingências laborais).

3.1.4. Amortizações, Imparidades e Provisões

As **depreciações, amortizações e imparidades de investimentos** recorrentes ascenderam a 24,6 M€ registando um decréscimo de 0,03 M€ (-0,1%) relativamente ao exercício de 2012.

As **provisões** recorrentes refletiram uma reversão líquida de 0,1 M€, e os valores relativos à variação das **perdas por imparidade** (reforço líquido de 2,3 M€) correspondem aos valores líquidos das variações das imparidades observadas em inventários, clientes e outras dívidas de terceiros, dos quais 2,0 M€ correspondem a reforço líquido das imparidades de clientes e outros devedores na Tourline e 0,7 M€ na CTT Expresso, sendo que, inversamente os CTT SA, PayShop e grupo Mailtec apresentaram uma reversão líquida total na ordem dos 0,4 M€. Refere-se ainda que no exercício de 2012 ocorreu uma reversão de 2,2 M€ nas imparidades de inventários nos CTT SA.

3.1.5. Resultados não recorrentes

Em 31.12.2013 os CTT registaram resultados não recorrentes negativos de 8,9 M€ os quais incluem i) o reforço de 1,8 M€ na provisão para fazer face a eventuais gastos com responsabilidades relativo a contratos onerosos de edifícios devolutos ii) incremento das imparidades de propriedades de investimento (1,1 M€), fruto do processo de reorganização da rede de lojas por via do programa de transformação iii) o reforço líquido da provisão para contingências laborais em 3,9 M€ iv) o reconhecimento de 1,9 M€ com gastos relativos à celebração de acordos de suspensão de contratos de trabalho v) 0,6 M€ pela alteração de pressupostos atuariais nos acordos de suspensão de contratos de trabalho (aumento da idade da reforma para os 66 anos do pessoal da Segurança Social) vi) 1,2 M€ de gastos para rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, no âmbito do programa de transformação vii) a reformulação do benefício aos empregados da taxa de assinatura telefónica (-8,2 M€) viii) gastos com o processo de privatização da empresa e estudos estratégicos (4,8 M€) ix) Imparidades de 1,2 M€ resultantes da reestruturação para otimização de rede da Tourline e ainda x) 0,4 M€ de gastos com aquisição de carteiras de clientes Tourline, no âmbito do plano em curso no segmento do Expresso & Encomendas.

3.1.6. EBIT recorrente

O resultado antes de resultados não recorrentes, juros e impostos (EBIT recorrente) ascendeu a 96,1 M€, registando uma variação positiva de 13,4 M€ em relação ao exercício de 2012, uma vez que a quebra registada nos rendimentos operacionais (-9,4 M€) foi inferior à redução do total dos gastos operacionais recorrentes incluindo imparidades, provisões e depreciações e amortizações (-22,8 M€).

3.1.7. Resultados financeiros

Os CTT têm implementado um processo de Cash Management para a gestão dos fluxos financeiros, que representam um movimento global superior a €10 mil milhões anuais. Este processo tem por objetivo uma gestão de tesouraria crescentemente centralizada, sendo gerido pelo Comité de Tesouraria. Tem-se registado melhorias significativas ao nível do processamento e integração de informação diária de tesouraria do universo CTT, coincidindo com o aumento dos valores médios dos recursos disponíveis para aplicações financeiras, tendo como resultado uma melhor gestão financeira da liquidez da empresa.

O Comité de Tesouraria reúne-se trimestralmente, sendo um fórum de análise regular de performance financeira e de partilha de melhores práticas entre diferentes áreas. O ano 2013 foi um ano de aprofundamento do Comité, que teve impacto importante na melhoria da capacidade de previsão de tesouraria da organização e na análise e determinação das melhores oportunidades de investimento dos saldos disponíveis. Estas competências foram importantes na mitigação do risco e rentabilização de recursos financeiros.

No ano de 2013, os resultados de aplicações financeiras foram negativamente afetados pelos limites de remuneração impostos pelo Banco de Portugal em novembro 2011. Adicionalmente, no segundo semestre o sector bancário reduziu a remuneração dos depósitos abaixo dos limites do Banco de Portugal, dada a situação de liquidez mais confortável da banca portuguesa. A quebra de remunerações dos depósitos foi parcialmente compensada pelo aumento do volume de aplicações, em consequência tanto da atividade da empresa como da eficiência na gestão de tesouraria.

No exercício económico de 2013 o resultado financeiro consolidado atingiu os -4,0 M€, melhorando 0,2 M€ face ao obtido em 2012. O volume dos juros e rendimentos financeiros foi diretamente influenciado em 2013 pela quebra que as taxas de remuneração registaram durante o ano, recuando 36,4% face aos valores atingidos em 2012.

RESULTADOS FINANCEIROS

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Rendimentos financeiros	7 872	12 382	-36,4
Gastos e perdas financeiros	11 874	16 761	-29,2
Gastos e perdas financeiros (reais)	255	669	-61,9
Gastos financeiros com benefícios aos empregados (contabilísticos)	11 619	16 091	-27,8
Ganhos/perdas em associadas	21	240	-91,5
Resultados financeiros	(3 982)	(4 139)	-3,8

Manteve-se uma política de investimento prudente, tendo em vista o acompanhamento do fluxo das unidades geradoras de caixa dos CTT. As aplicações de tesouraria seguem critérios de diversificação de riscos financeiros, tanto ao nível de prazos como de instituições, os quais são revistos e atualizados regularmente.

Os gastos financeiros incorridos no ano ascenderam a 11,9 M€, incorporando os gastos financeiros com benefícios aos empregados no montante de 11,6 M€ (face a 16,1 M€ em 31.12.2012, uma redução de 27,8% que se deve à redução dos benefícios com saúde em 2012), e juros associados a operações de *leasing* financeiros e empréstimos bancários (0,3 M€).

3.1.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento atingiu 22,1 M€ em 31.12.2013, mais 31,3% que em igual período do ano

anterior, resultante de um EBT 57,6% superior ao atingido em 2012, com mais 30,4 M€. A taxa efetiva de imposto situou-se nos 26,6%, sobretudo pelo efeito dos impostos diferidos.

3.1.9. Resultado Líquido, Rentabilidade e VAB

Os CTT obtiveram em 31.12.2013 um resultado líquido consolidado de 61,0 M€, valor 70,7% acima do atingido no período homólogo, correspondente a um resultado líquido consolidado por ação de Euro 0,41 e a uma margem líquida sobre os proveitos operacionais de 8,7% e a uma rentabilidade do capital próprio de 22,2%.

Os resultados líquidos foram impactados negativamente pelos gastos não recorrentes relativos à privatização de 4,4 M€ que se concentraram no quarto trimestre de 2013, afetando o crescimento dos resultados obtidos nesse trimestre.

RESULTADO LÍQUIDO

mil euros	RL auditado		RL recorrente*		Δ% 13/12
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
Total de rendimentos operacionais	704 847	714 225	704 847	714 225	-1,3
Gastos operacionais	582 718	609 887	581 919	603 234	-3,5
EBITDA	122 129	104 339	122 928	110 992	10,8
Margem EBITDA	17,3%	14,6%	17,4%	15,5%	1,9 p.p.
EBIT	87 236	56 971	96 113	82 701	16,2
Margem EBIT	12,4%	8,0%	13,6%	11,6%	2,0 p.p.
Resultado antes de impostos	83 253	52 832	92 131	78 562	17,3
Imposto sobre o rendimento do período	22 148	16 865	24 510	25 078	-2,3
Prejuízos (lucros) atribuíveis a Interesses não controláveis	89	232	89	232	-61,5
Resultado líquido do período (RL)	61 016	35 735	67 532	53 252	26,8

* Os RL recorrentes não são auditados, nem sujeitos a revisão limitada. Excluem os gastos não recorrentes do Resultado líquido. Assumiu-se a taxa de IRC efetiva das contas auditadas.

A rentabilidade dos Capitais Próprios subiu 9,2 p.p., passando dos 13,0% em 31.12.2012 para os 22,2% em 31.12.2013, como resultado do aumento do resultado líquido em 70,7%.

As Rentabilidade dos Capitais Investidos (ROIC) de 15,7% e a Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) de 14,3% aumentaram 5,8 p.p. e 5,0 p.p., respetivamente, face aos valores do exercício económico de 2012, essencialmente, pelo aumento de 53,1% nos resultados antes de resultados financeiros e impostos.

RENTABILIDADE DOS CAPITAIS

	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)(1)	22,2%	13,0%	9,2 P.P.
Rentabilidade dos Capitais Investidos (ROIC)(2)	15,7%	9,9%	5,8 P.P.
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE)(3)	14,3%	9,3%	5,0 P.P.

(1) Resultado Líquido/Capitais Próprios médios Capitais Próprios médios = (CP Sn + CP ano n-1)/2

(2) Resultado antes de resultado financeiro e impostos/(Ativo Líquido-Disponibilidades)

(3) Resultado antes de resultado financeiro e impostos/(Ativo Líquido-Passivo CP)

O valor acrescentado bruto gerado atingiu o montante de 404,6 M€ correspondendo a uma capitação VAB/efetivo médio de cerca de 31,4 mil euros, valor 12,4% superior ao registado no período homólogo, deve-se essencialmente à redução do número de efetivos médios e ao crescimento do resultado líquido. Este indicador revela o esforço de otimização das operações e maximização da produtividade dos recursos, com um aumento do VAB por trabalhador.

3.1.10. Investimento

O investimento do Grupo situou-se em cerca de 13,0 M€, valor 7,5% aquém do observado no período homólogo, e foi orientado prioritariamente para o reforço das infraestruturas produtivas e o desenvolvimento de projetos de sistemas e tecnologias de informação. Existem investimentos em curso de 2013, que irão incrementar o investimento de 2014.

VALOR ACRESCENTADO BRUTO

	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
VAB (Distribuição) - mil euro	404 647	383 646	5,5
Efetivo médio	12 904	13 756	-6,2
VAB (Distribuição)/ Efetivo (euro)	31 358	27 889	12,4

3.1.11. Posição financeira e Cash Flow

Na comparação das demonstrações das posições financeiras consolidadas em 31.12.2013 e o final do exercício económico de 2012, relativamente às componentes do balanço, destaca-se i) um aumento do ativo líquido em 37,0 M€ (3,5%), situando-se no final do exercício económico de 2013 nos 1 100 M€, variação que ocorreu, essencialmente, por via do aumento das disponibilidades e aplicações de tesouraria (55,6 M€; 11,4%) e ii) uma diminuição dos ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento em cerca de 14,6 M€, uma vez que o investimento realizado não foi suficiente para compensar as depreciações e amortizações do período.

BALANÇO CONSOLIDADO

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Ativo não corrente	391 697	405 398	-3,4
Ativo corrente	708 437	657 783	7,7
Total do ativo	1 100 134	1 063 180	3,5
Capital próprio	275 934	273 481	0,9
Total do passivo	824 200	789 699	4,4
Passivo não corrente	334 742	340 285	-1,6
Passivo corrente	489 458	449 414	8,9
Total capital próprio e passivo	1 100 134	1 063 180	3,5

Quanto ao **passivo** de 824,2 M€, mais 34,5 M€ que em dezembro de 2012, destaca-se o aumento da rubrica contas a pagar (42,7 M€; 12,2%), resultante, principalmente, do acréscimo dos credores de serviços financeiros postais da casa mãe na ordem dos 51,4 M€, devido ao forte incremento de atividade, principalmente na colocação de produtos de poupança e no pagamento de impostos.

As responsabilidades com benefícios aos empregados ascenderam em 31.12.2013 a 298,5 M€, menos 1,6% que em dezembro de 2012 e integram as responsabilidades globais dos CTT com encargos futuros associados a benefícios de saúde pós reforma (263,4 M€) e as responsabilidades de longo prazo

associadas a acordos de suspensão de contratos de trabalho (19,7 M€) e ainda outros benefícios (15,4 M€).

Salienta-se a reformulação do benefício taxa de assinatura telefónica, em 2013, que permitiu uma redução nas responsabilidades deste benefício na ordem dos 8,2 M€. Inversamente verificou-se um aumento das responsabilidades com cuidados de saúde de 4,2% (10,6 M€), uma vez que em 2013 passaram a ser incluídas as responsabilidades com os trabalhadores em acordos de suspensão (e respetivos cônjuges e filhos) e ainda os cônjuges e filhos de colaboradores que faleceram durante o período ativo, para além das variações normais da população.

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Responsabilidades	298 543	303 316	-1,6
Cuidados de saúde	263 371	252 803	4,2
Pessoal (acordos de suspensão)	19 744	24 084	-18,0
Outros benefícios de longo prazo	15 428	26 429	-41,6

O capital próprio em 31.12.2013 ascendeu a 275,9 M€, aumentando 0,9% (2,5 M€), tendo o resultado líquido do exercício de 2013 compensado quer as perdas atuariais de 8,5 M€, quer a distribuição de dividendos de 2012, a qual incluiu um dividendo extraordinário de 11,4 M€.

Refere-se que o número de ações passou de 17 500 000 para 150 000 000.

No exercício findo em 31.12.2013 o **free cash flow operacional** situou-se em 110,4 M€, face aos 117,9 M€ de 31.12.2012 e o **free cash flow** situou-se 55,6 M€, 7,5 M€ (-11,9%) abaixo de igual período do ano anterior.

CASH FLOWS

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Cash flows das atividades operacionais	109 430	130 604	-16,2
Cash flows das atividades de investimento	1 009	(12 746)	107,9
Free cash flows operacional	110 439	117 858	-6,3
Cash flows das atividades de financiamento	(54 866)	(54 814)	-0,1
Varição de caixa (free cash flows)	55 572	63 044	-11,9

As atividades operacionais geraram cash flows de 109,4 M€, 16,2% abaixo do verificado no exercício de 2012. Esta diminuição de 21,2 M€ resultou fundamentalmente i) da redução dos recebimentos dos clientes em 43,0 M€ (-6,0%), refletindo a quebra de 10,4 M€ nos rendimentos do segmento de Correio, resultante da descida da quebra verificada no correio endereçado, e do aumento do prazo médio de recebimentos ii) do aumento dos pagamentos ao pessoal em 14,5 M€ (4,9%), por via da retoma do pagamento dos subsídios de férias e natal no ano de 2013 da totalidade dos trabalhadores, efeito este atenuado pela redução do quadro médio de pessoal em 6,2% iii) da redução de 3,6 M€ no pagamento referente ao imposto sobre o rendimento e iv) do aumento dos outros

recebimentos/pagamentos em 38,2 M€, relacionado com os serviços financeiros devido ao forte aumento das subscrições/colocações, com destaque para os títulos da dívida pública, seguros e impostos.

As atividades de investimento geraram *cash flows* de 1 M€ em 2013 e consumiram um fluxo líquido de 12,7 M€ em 2012. O aumento verificado de 13,8 M€ (107,9%) deveu-se, essencialmente, a um decréscimo nos pagamentos de ativos fixos tangíveis e intangíveis na ordem dos 12,7 M€, resultante de uma gestão mais racional dos recursos, que se traduziu num menor nível de investimento. As atividades de financiamento permaneceram praticamente inalteradas, consumindo um fluxo líquido de 54,9 M€ em 2013.

3.1.12. Ativo não corrente

Os **ativos não correntes** ascenderam a 391,7 M€ em 31.12.2013, 3,4% abaixo do valor registado em dezembro de 2012. Esta diminuição do ativo não corrente, sobretudo nos ativos tangíveis, reflete que o investimento realizado não foi suficiente para com-

pensar as depreciações e amortizações do período, a nível elevado como resultado dos investimentos realizados nos últimos anos, nomeadamente nos centros de tratamento de correio. As depreciações e amortizações são superiores à necessidade de investimento de reposição.

ATIVO NÃO CORRENTE

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Ativos tangíveis, propriedades de investimento e intangíveis	260 176	274 801	-5,3
<i>Goodwill</i>	25 084	25 529	-1,7
Investimentos em associadas	711	690	3,0
Ativos por impostos diferidos	103 645	102 229	1,4
Outros ativos não correntes	2 082	2 149	-3,1
Total ativos não correntes	391 697	405 398	-3,4

3.1.13. Financiamento

O financiamento encontra-se concentrado em operações de *leasing* financeiro relacionadas com a construção de instalações operacionais e aquisição de equipamento básico (nomeadamente em empresas detidas em parceria) e em empréstimos bancários na Tourline e na CORRE para financiamento da atividade operacional, salientando-se neste campo o sistema de *cash pooling* utilizado pelos CTT.

A dívida líquida apurada é negativa, constituindo efetivamente disponibilidades líquidas após dívida financeira e responsabilidades com benefícios aos empregados. As disponibilidades líquidas situaram-se em 19,9 M€, aumentando 47,1% (6,4 M€), quer pela redução da dívida financeira remunerada em 38,7%, quer pela redução das responsabilidades com benefícios pós-emprego em 1,6%.

DÍVIDA LÍQUIDA

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Dívida financeira remunerada	6 999	11 418	-38,7
Empréstimos bancários e outros empréstimos	2 481	5 593	-55,6
Locação financeira	4 518	5 825	-22,4
Disponibilidades líquidas	236 818	240 177	-1,4
Dívida financeira líquida	(229 819)	(228 759)	0,5
Responsabilidades com benefícios aos empregados	298 543	303 316	-1,6
Impostos diferidos benefícios aos empregados	(88 655)	(88 102)	0,6
Dívida líquida (inc. responsabilidades com benefícios aos empregados)	(19 930)	(13 545)	47,1

A dívida financeira remunerada dos CTT SA ascendia em 31.12.2013 a cerca de 7,0 M€ (4,5 M€ referentes a *leasing* financeiro e 2,5 M€ a empréstimos bancários de curto prazo), contra os 11,4 M€ em 31 de dezembro de 2012.

DÍVIDA FINANCEIRA

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Empréstimos bancários e outros empréstimos	2 481	5 593	-55,6
Curto prazo	2 481	5 547	-55,3
Médio e longo prazos	0	46	-100,0
Locação financeira	4 518	5 825	-22,4
Curto prazo	1 236	1 310	-5,7
Médio e longo prazos	3 282	4 515	-27,3
Total dívida financeira remunerada	6 999	11 418	-38,7

Através da área de negócio de Serviços Financeiros, os CTT possuem uma elevada posição de caixa e disponibilidade de curto-prazo por conta dos parceiros financeiros das diversas atividades prestadas i) pagamento de benefícios sociais através de vales ii) comercialização de seguros, com especial enfoque em seguros de capitalização iii) certificados de aforo, por conta do IGCP e iv) cobrança de portagens e outros pagamentos realizados na rede de lojas.

Em 31.12.2013 estes valores ascenderam a 308,1 M€ (*credores e devedores de serviços financeiros*), mais 58,9 M€ que em dezembro de 2012, e não obstante as disponibilidades tenham aumentado 55,6 M€, as disponibilidades líquidas acabaram por recuar 3,4 M€. Este decréscimo está diretamente relacionado com o facto, já mencionado, da distribuição de um dividendo superior aos resultados líquidos obtidos em 2012, pago em junho de 2013 e da variação negativa do fundo de maneo por aumento do prazo médio de recebimentos.

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS

mil euros	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Disponibilidades líquidas			
(+) Disponibilidades + Aplicações	544 876	489 303	11,4
(-) Creadores de Serviços Financeiros	(308 058)	(249 126)	23,7
Disponibilidades líquidas	236 818	240 177	-1,4

3.1.14. Indicadores financeiros

Em 31.12.2013 mantém-se a posição sólida de balanço, conforme indicadores evidenciados abaixo que confirmam o reforço da solidez financeira dos CTT, com níveis de liquidez muito elevados e uma posição de caixa elevada.

INDICADORES FINANCEIROS

	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 13/12
Liquidez geral (1)	144,7%	146,4%	-1,6 p.p.
Solvabilidade (2)	33,5%	34,6%	-1,2 p.p.
Solvabilidade ajustada (3)	53,5%	50,6%	2,9 p.p.
Dívida Líquida (m€)	(19 930)	(13 545)	47,1
Dívida líquida/EBITDA(4)	-0,2 x	-0,1 x	-0,04 x
Cobertura dos ativos fixos tangíveis (5)	247,1%	235,7%	11,5 p.p.
Dividendo/RL (6)	98,3%	139,9%	-29,7
Dividendo/Free cash flows operacional (6)	54,3%	42,4%	28,1

(1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Capital próprio/Passivo Total

(3) Capital próprio/(Passivo Total – valores de terceiros incluídos na Caixa e equivalentes de caixa)

(4) Se negativo significa posição de caixa positiva

(5) (Passivo não corrente+Capital próprio)/Ativo fixo tangível (inclui propriedades de investimento)

(6) 60 M€ de dividendo em 2013 e 50 M€ de dividendo em 2012

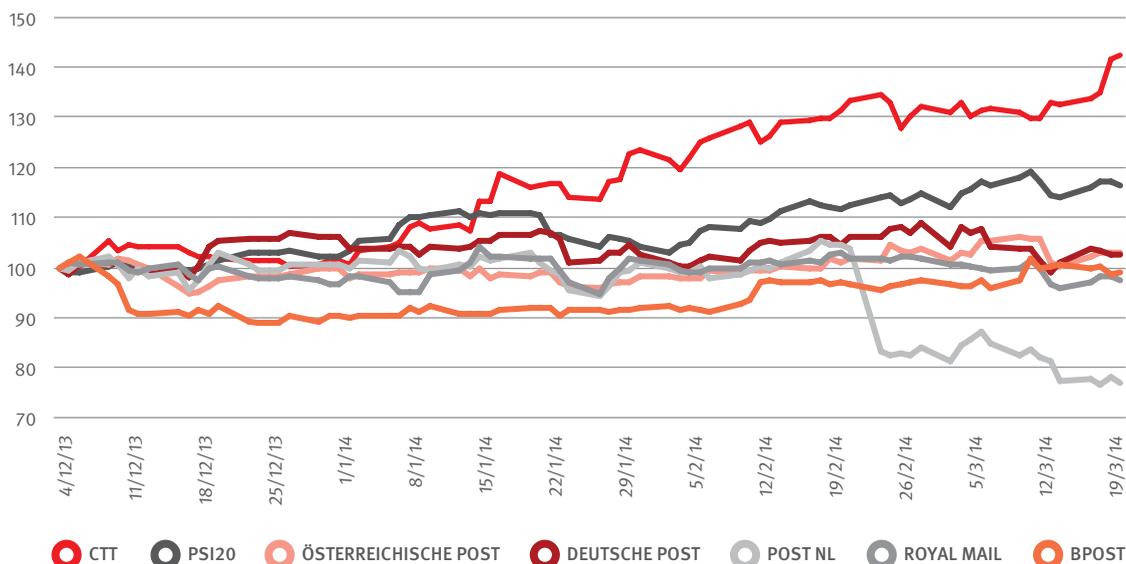
3.2. DESEMPENHO DA AÇÃO CTT

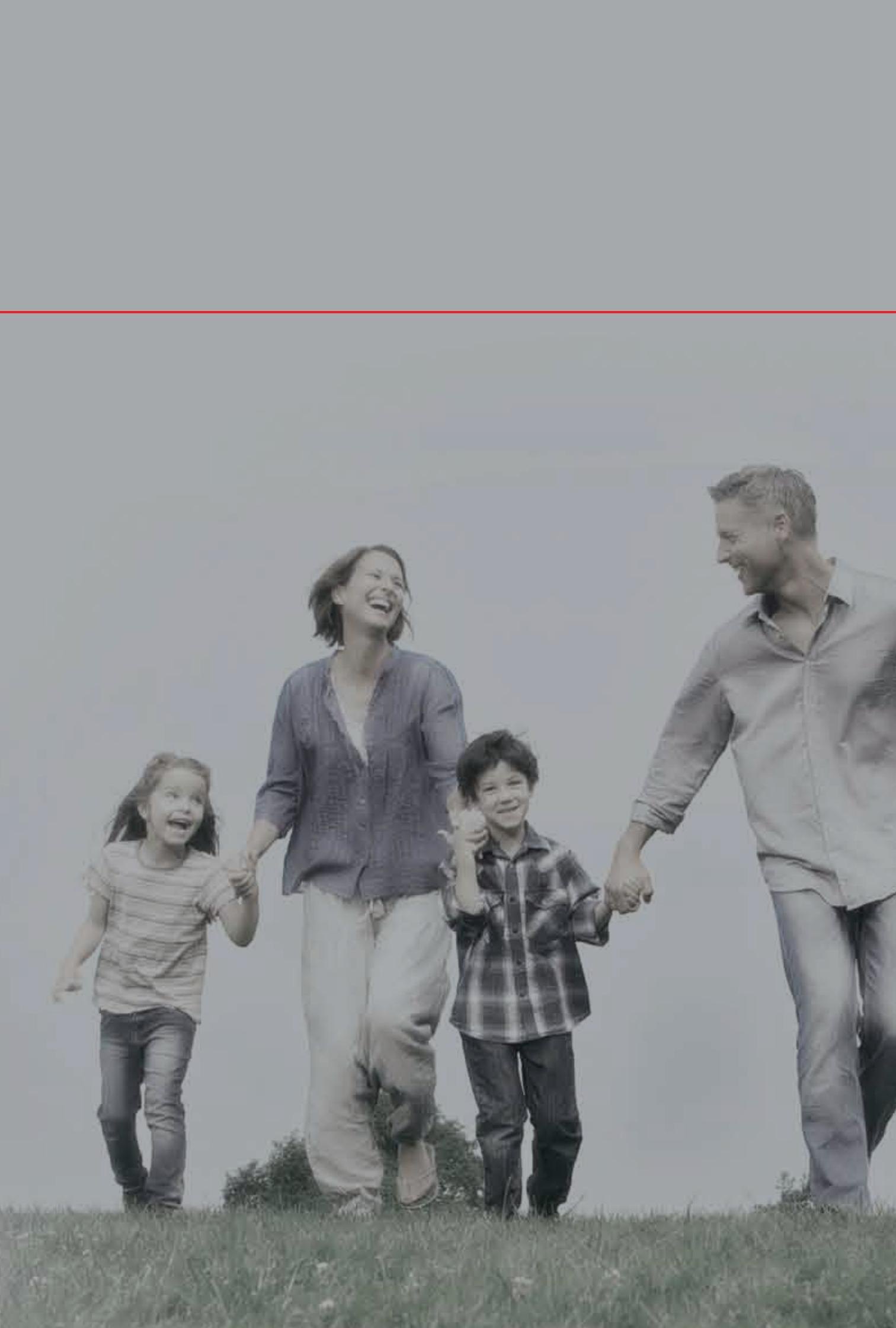
Desde a Oferta Publica de Venda (OPV) a 4-dez-2013 a ação CTT apreciou 42,39%, num período em que o índice Português PSI 20 valorizou 16,55% e as empresas do setor postal Europeu oscilaram entre queda de 23,23% (Post NL) e subida de 2,80% (Österreichische Post).

Desde o início do ano 2014 a ação CTT apreciou 40,61%, num período em que o índice Português PSI 20 valorizou 14,05% e as empresas do setor Europeu oscilaram entre queda de 23,64% (Post NL) e subida de 9,57% (Bpost).

Em 21 de fevereiro de 2014 foi anunciado pela EURONEXT que as ações dos CTT passarão a integrar o índice PSI 20, o principal índice da Bolsa Portuguesa, no dia 24 de março de 2014. As alterações neste índice são feitas no âmbito da revisão anual. O PSI 20 é composto por ações emitidas pelas 20 empresas mais cotadas em termos de capitalização de mercado *free float*. As empresas elegíveis têm de cumprir o critério mínimo de velocidade (liquidez) da ação e possuir um *free float* mínimo. Além disso, as empresas do PSI 20 devem, em princípio, ter uma capitalização mínima de mercado *free float* de 100 milhões de euros.

Desempenho da ação CTT vs PSI 20 e setor desde a OPV (base 100 a 4-dez-2013)





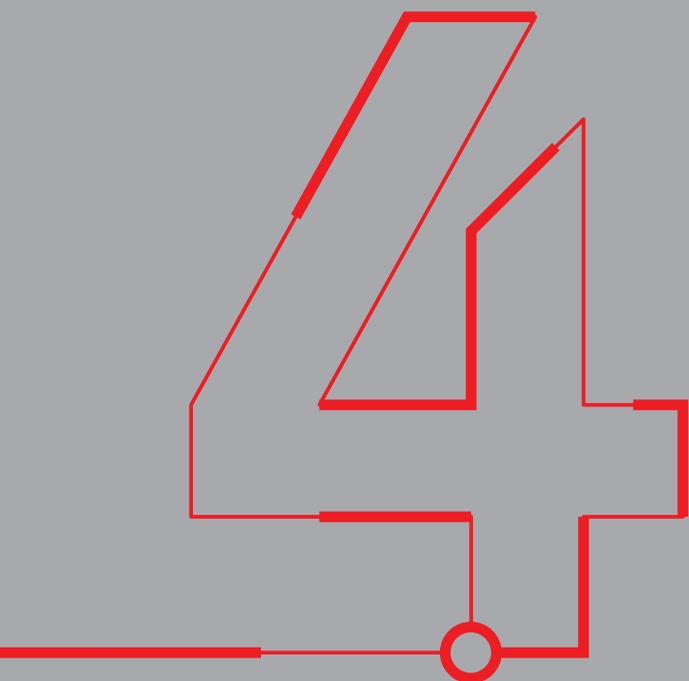


Presentes na vida das pessoas.

Cada vez mais no futuro.

O futuro está mais exigente. Com uma oferta de mercado muito maior, os clientes pedem um acompanhamento personalizado e uma maior proximidade. A preferência dos clientes recai sobre os parceiros que conseguem estar lado a lado e conseguem transmitir maior confiança. E a relação de longo prazo com os CTT está mais presente hoje, no futuro.





Compromisso
com a Sociedade

4.1. RECURSOS HUMANOS

O Desenvolvimento de Recursos Humanos organiza-se em torno de quatro eixos: adequar, atrair, desenvolver e incentivar recursos humanos, em clima de concertação social.

Durante a maior parte do ano de 2013, a política de gestão de recursos humanos e, em particular, a política remuneratória continuaram condicionadas pelo cumprimento das medidas legais e orientações estratégicas para o Sector Empresarial do Estado (SEE) sobre política salarial e redução de custos operacionais, nomeadamente as previstas na Lei do Orçamento de Estado (OE) para 2013.

Por esse motivo continuou a ser aplicada a redução remuneratória que vinha sendo cumprida desde 2011, abrangendo as remunerações superiores a 1 500 euros e concretizou-se através da aplicação de uma taxa progressiva entre os 3,5% e os 10%. Em relação aos órgãos sociais esta medida acresceu à redução de 5% da remuneração fixa mensal já efetuada a partir de 1 de junho de 2010, resultante da aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. Também pela mesma razão manteve-se a não atribuição de prémios aos gestores e demais titulares de órgãos diretivos e de administração.

Foram também cumpridas as normas relativas à proibição de valorizações remuneratórias e outros acréscimos remuneratórios, subsídio de refeição, contratação de novos trabalhadores e contratos de aquisição de serviços bem como as regras relativas às ajudas de custo e transporte, trabalho extraordinário e noturno, aplicáveis, por força do regime das empresas públicas.

Na sequência de reiteradas dúvidas levantadas pela empresa quanto à inclusão da atribuição de novas diuturnidades na proibição de valorizações e outros acréscimos remuneratórios determinada pela Lei do Orçamento de Estado para 2011, 2012 e 2013, foram os CTT notificados em junho de 2013 de que

essa atribuição ficou vedada a partir de 7 de maio de 2012. Após essa notificação, os CTT deixaram de pagar as diuturnidades atribuídas a partir de 7 de maio de 2012, bem como de atribuir novas diuturnidades, providenciando ainda, mensalmente, a reposição dos valores a elas relativos recebidos após 7 de maio de 2012 até 30 de junho de 2013.

Com a concretização do processo de privatização dos CTT e consequente passagem a Sociedade Aberta de capital maioritariamente privado, todas as disposições legais referidas deixaram de lhes ser aplicáveis. Assim, a partir de 5 de dezembro de 2013, o pagamento das remunerações dos órgãos sociais e trabalhadores passou a ser feito sem as anteriores reduções remuneratórias e foram retomadas as promoções e progressões nas carreiras, bem como o vencimento de novas diuturnidades previstas no Acordo de Empresa.

De acordo com a Lei do OE 2013, a empresa procedeu ao pagamento do subsídio de férias na sua totalidade aos trabalhadores com remuneração base mensal até €600 e, com a redução prevista na lei, aos trabalhadores com remuneração base mensal entre €600 e €1100. Em Junho, e dando cumprimento à Lei 39/2013, de 21 de junho, a empresa retomou nos termos nela referidos o pagamento do subsídio de férias a todos os trabalhadores. Também nos termos da mesma lei do Orçamento de Estado, a empresa retomou o pagamento do subsídio de Natal através do regime de duodécimos a todos os trabalhadores.

Durante 2013 foram mantidas medidas de redução de gastos com pessoal, nomeadamente a celebração de 201 acordos de suspensão a trabalhadores com pedido de aposentação e de 38 acordos de rescisão de contrato de trabalho. Em consequência da política de ajustamento dos recursos humanos à evolução dos negócios e a uma forte orientação para a redução de custos, no final de 2013 os efetivos dos CTT (efetivos do quadro e contratados a termo) ascendiam a 12 383, -6,0% do que no final de 2012.

Nº DE TRABALHADORES

	31.12.2013	31.12.2012	Δ% 2013/2012	
AN Correio e Soluções Empresariais	10 013	10 668	-655	-6,1%
Correio e Soluções Empresariais	7 315	7 744	-429	-5,5%
Rede de Lojas	2 698	2 924	-226	-7,7%
AN Expresso e Encomendas	1 170	1 201	-31	-2,6%
AN Serviços Financeiros	103	114	-11	-9,6%
Outros	1 097	1 184	-87	-7,3%
Total, do qual:	12 383	13 167	-784	-6,0%
Efetivos do quadro	11 730	12 308	-578	-4,7%
Contratados a termo	653	859	-206	-24,0%
Total em Portugal	11 830	12 624	-794	-6,3%

Em resultado das medidas de contenção, apenas foram admitidos 96 trabalhadores (84 pela Turline em Espanha, 8 pela CORRE em Moçambique, 2 pela EAD e, admitidos por via judicial, 2 nos CTT,SA), enquanto ocorreram 687 saídas. Das saídas ocorridas, 522 foram por aposentação ou reforma e 154 por cessação do contrato de trabalho, das quais 38 por acordo de rescisão do contrato de trabalho e 11 por falecimento.

No domínio do recrutamento e mobilidade foram divulgados internamente 239 concursos para o preenchimento de postos de trabalho, dos quais 11 no âmbito da UPU – União Postal Universal. Evidencia-se ainda a realização nos CTT, SA de dois concursos internos de transferência, na sequência do compromisso assumido entre a Empresa e as ERCT – Estruturas de Representação Coletiva dos Trabalhadores no âmbito da conclusão do processo negocial do atual AE 2013. Estes concursos tiveram o objetivo de preencher 121 postos de trabalho vagos em lojas, destinados aos trabalhadores colocados em Centros de Agrupamento e Reserva Contínua (CARC), e 110 em centros de distribuição postal.

Foram concedidos 16 estágios, dos quais 5 profissionais, 5 curriculares e 6 estágios de verão em parceria com a Universidade Católica e o ISCTE-IUL. Proporcionou-se ainda 1 estágio a aluno com necessidades educativas especiais, no quadro da política de responsabilidade social dos CTT.

Por outro lado, e com o objetivo de permitir a jovens finalistas um primeiro contacto com o mundo empresarial, os CTT proporcionaram 6 estágios de verão a finalistas dos cursos de Economia, Finanças e Gestão que, durante dois meses, estagiaram na Direção de Contabilidade e Tesouraria.

Na sequência da assinatura, em maio de 2013, de um protocolo entre os CTT e as entidades COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto do Emprego e Formação Profissional, integrado no Programa Movimento para o Emprego – medida “Estágios e Emprego”, foram selecionados 15 estagiários para a realização de um estágio profissional com a duração de um ano. Estes estágios serão cofinanciados pelo IEFP – Instituto do emprego e Formação Profissional e são destinados a recém-licenciados ou mestres, que virão desenvolver projetos de interesse para a empresa durante o ano de 2014.

Para satisfazer necessidades transitórias de trabalho foram celebrados ou renovados 1 550 contratos de trabalho a termo e 1 397 de trabalho temporário, tendo-se privilegiado jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração.

No domínio da contratação, a fonte preferencial de candidaturas continuou a ser através do sítio dos CTT na internet, tendo sido recebidas cerca de 19 200 candidaturas.

Na perspetiva de modernização e adequação dos CTT e do seu enquadramento laboral à evolução da sociedade, da economia e do mercado, e dando resposta aos desafios que o sector postal enfrenta, a empresa concluiu o processo de revisão e unificação dos dois Acordos de Empresa vigentes nos CTT. O novo e único Acordo de Empresa foi subscrito pelas doze associações sindicais que representam os trabalhadores da empresa, tendo sido formalmente assinado no dia 22 de março e entrando em vigor a 27 de abril de 2013.

Este Acordo de Empresa viu reduzido o seu período de vigência de 24 para 18 meses (reduzindo-se também o período de denúncia de 3 meses para 60 dias) e permitiu a introdução de mecanismos que favorecem a gestão funcional em matéria de mobilidade geográfica, bem como a manutenção e desenvolvimento do atual modelo de funcionamento de organização de tempo de trabalho em todas as áreas do ciclo operativo, designadamente por via da possibilidade de poderem ser implementados horários com intervalos de descanso superiores a 2 horas.

Com o objetivo de aumentar o nível das qualificações académicas, enquanto contributo para a melhoria contínua da qualidade do serviço ao cliente, manteve-se a exigência do 12º ano como nível mínimo para contratação, o que permitiu continuar a elevar o nível das habilitações literárias.

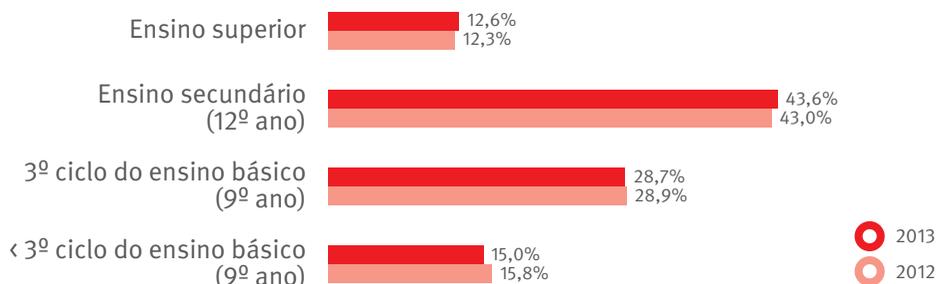
Em termos homólogos o efetivo com habilitações inferiores ao 9º ano diminuiu de 15,8% para 15,0% e, em contrapartida, aumentou o efetivo com o ensino secundário, de 43,0% para 43,6% e com o ensino superior de 12,3% para 12,6%.

Realizou-se o processo anual de avaliação de desempenho para o conjunto dos trabalhadores da empresa relativamente à atividade do ano de 2012. Este processo visa apoiar a gestão por objetivos, a melhoria na relação entre chefia e trabalhador, a identificação de necessidades de formação e co-responsabilização da chefia e trabalhador pelo desenvolvimento profissional, a gestão de talentos e a política de reconhecimento.

Dando continuidade ao projeto “*Assessment Center* – Desenvolvimento de Competências e Gestão do Talento no Grupo CTT” concluiu-se o processo de *assessment* de 275 quadros e chefias das áreas de atendimento e distribuição, incluindo a realização de entrevistas individuais de *feedback* e de *workshops* de liderança e desenvolvimento.

No âmbito do Plano de Ações de Mitigação dos Riscos foi elaborado e aplicado um questionário a 270 quadros superiores admitidos nos últimos anos, no qual se pretendia verificar a perceção que estes têm da empresa enquanto empregador, bem como a sua visão relativamente ao futuro do negócio e da empresa. Da análise dos dados retiram-se várias con-

Habilitações literárias*



* Não inclui CORRE

clusões no que diz respeito aos aspetos que podem potenciar a atração e a retenção dos colaboradores dos CTT.

No que concerne à conflitualidade laboral, registou-se em 2013 um acréscimo do número de greves realizadas em relação a 2012, quer à totalidade do período normal de trabalho (de 3 para 11, +266,7%), quer a uma parte desse período (de 13 para 16, +23,1%), traduzindo um acréscimo do número de dias perdidos por este motivo (de 5 615 para 11 370, +102,5%) fruto das greves gerais realizadas em 7 e 27 de junho, 25 de outubro, 29 de novembro e 27 de dezembro de 2013. No mesmo período verificou-se um acréscimo significativo do número de reuniões (plenários) de trabalhadores (de 236 para 319, +35,2%), sendo o SNTCT – Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações responsável por 85 (26,7%) e a Comissão de Trabalhadores por 229 (71,2%) destas reuniões.

Higiene, Segurança e Ergonomia

A nível da prevenção, realizaram-se durante 2013 um total de 398 intervenções para avaliação de condições de trabalho e de riscos em estabelecimentos dos CTT.

No que concerne à sinistralidade laboral, verificaram-se 830 acidentes laborais (+4,8% do que em 2012) e 25 777 dias de ausência ao trabalho por incapacidade temporária absoluta (+24,2% do que em 2012), não tendo ocorrido qualquer acidente mortal.

Durante o ano de 2013 divulgaram-se 6 *newsletters*, abrangendo temas sobre a segurança no trabalho. O Centro Nacional de Prevenção Contra os Riscos Profissionais qualificou 4 doenças ocupacionais do foro músculo-esquelético, que correspondem a 6,5% do total de doenças até agora qualificadas. E prosseguiram as ações de sensibilização sobre segurança

no trabalho e ergonomia, em centros de distribuição postal, lojas, centros de produção e logística e serviços centrais, com a colaboração da PT-PRO.

Durante 2013 os CTT optaram pela internalização dos serviços de Segurança no Trabalho, não renovando o contrato existente com o fornecedor externo, bem como pela mudança do prestador de serviços de Saúde no Trabalho. Ambas as alterações produziram efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014 e implicam reduções de gastos.

A empresa incrementou a fiscalização e as verificações médicas junto de trabalhadores com elevado absentismo por doença. Relativamente a trabalhadores com condicionalismos, foram intensificados os esforços de enriquecimento funcional dos seus postos de trabalho, respeitando sempre o parecer médico.

Apoio social

O serviço social aos beneficiários das Obras Sociais dos CTT interveio ao nível do estudo da situação socioeconómica ou de disfunção social do beneficiário e sua família, promovendo as respostas mais adequadas às carências diagnosticadas. Neste âmbito, foram acompanhadas em todo o território nacional cerca de 1 084 situações relacionadas com dependências, saúde mental, ação social, apoio a idosos e apoio socioeconómico, sendo que 378 configuram novos casos. Este apoio envolveu a realização de 63 visitas domiciliárias, 655 entrevistas presenciais e cerca de cinco mil contactos telefónicos.

Formação

A formação profissional desenvolvida ao longo de 2013 acompanhou a evolução da atividade empresarial, orientando-se no sentido da implementação do programa de transformação dos CTT e promovendo

a aquisição e melhoria de competências, o desenvolvimento dos negócios e o aumento da eficiência organizacional. Foi mantida a periodicidade mensal dos trabalhos do Fórum de Formação dos CTT, que tem por missão promover a melhoria contínua da qualidade da formação.

Em 2013 foram realizadas 8 033 ações de formação (-23% que em 2012), em que se registaram 52 525 participações (-29% que em 2012) e de que resultou um volume de 224 411 horas de formação (-26% do que no ano anterior). A taxa de formação (horas de formação/horas de trabalho) manteve-se estável face a 2012. Os níveis de realização abaixo do ano anterior não traduzem nenhum intuito de abrandamento da atividade formativa e explicam-se por uma conjugação de fatores circunstanciais e excecionais, o que permite planear, para o próximo ano, de novo, um aumento do investimento em formação.

Os cursos realizados distribuíram-se por diversas áreas temáticas, destacando-se, pelo volume que representam produtos e serviços (20%), enquadramento na empresa (16%), qualidade (15%), saúde e segurança no trabalho (9%), desenvolvimento de competências pessoais (8%), informática e gestão/economia (7% cada). Das restantes merece menção, pelo aumento em relação ao ano anterior, a formação em línguas que atingiu 3%.

Dada a dispersão geográfica da população da empresa e a ênfase no controlo de gastos, continuou a intensificar-se a aposta na difusão de programas pelas vias de dinamização em local (36% do total de formação) e de formação à distância (14% do total de formação). Os temas dominantes das ações dinamizadas em local enquadram-se nas áreas da qualidade e certificação, enquadramento na empresa e produtos e serviços. A formação à distância versou os produtos, a qualidade, a segurança, e formação para Responsáveis de Primeira Intervenção.

Devido à sua dimensão e ao impacto no desenvolvimento dos negócios e na competitividade da empresa merece destaque o Programa de Formação em Gestão. Este Programa oferece três vias de desenvolvimento distintas, orientadas segundo as responsabilidades e as exigências dos cargos: para diretores, formação pós-graduada interempresas; para dirigentes intermédios, cursos pós-graduados em gestão intraempresa; para chefias operacionais, formação em gestão realizada na empresa por entidade externa. A par do lançamento deste programa, manteve-se a política de financiamento de pós-graduações e mestrados, tendo-se registado 4 participações, no domínio da gestão.

Foram renovadas as parcerias com a AESE *Business School*, que permitiu a participação de vários dirigentes e quadros em sessões formativas, e com a SDG – Simuladores e Modelos de Gestão, promotora do *Global Management Challenge*, em que foram en-

volvidos 47 participantes, organizados em 10 equipas.

No quadro das atividades de reconhecimento, validação e certificação de competências desenvolvidas desde a criação do Centro de Novas Oportunidades (CNO) dos CTT em 2004, registaram-se no total cerca de 2 750 inscrições e foram concedidas 1 151 certificações, 486 ao nível do 3º ciclo do ensino básico (9º ano) e 665 ao nível do secundário (12º ano). No primeiro trimestre de 2013, último ano de funcionamento do sistema, obtiveram a certificação ao nível do ensino secundário 25 trabalhadores. O ciclo que se iniciou em 2004 com a criação do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centro RVCC) dos CTT concluiu-se em 31 de Março de 2013, com a extinção dos Centros Novas Oportunidades (CNO) (Portaria nº 135-A/2013, de 28 de Março). O CNO revelou-se frutuoso e mereceu o reconhecimento geral pelo seu legado a nível da melhoria das habilitações escolares de quase 10% dos trabalhadores.

No âmbito da qualificação e certificação profissionais, destaca-se em 2013 a contribuição da formação para a qualificação de 158 Agentes de Seguros, dirigida a profissionais das equipas de vendas, para a certificação de competências pedagógicas de 56 formadores e para a certificação de 6 auditores Internos de acordo com as normas do *Institute of Internal Auditors/CIA-Certified Internal Auditor*. Visando o cumprimento das exigências legais no domínio da promoção das condições de saúde e segurança no trabalho, foi desenvolvida formação para a certificação (CAM/CQM) de 12 Motoristas de veículos pesados de transporte de mercadorias e para a certificação (CAP) de um grupo de 5 técnicos superiores de segurança e higiene do trabalho. Foram certificados 7 quadros em testes de *software* e 27 em *Dangerous Goods Regulation*. Foi dada, também, a formação certificada necessária a 6 Representantes do Empregador.

Ainda em 2013, tendo em vista um melhor alinhamento da formação com o programa de transformação da empresa, o Conselho de Administração aprovou um conjunto de princípios gerais a que deve obedecer o Plano de Formação para 2014 e a metodologia para a elaboração do diagnóstico de necessidades.

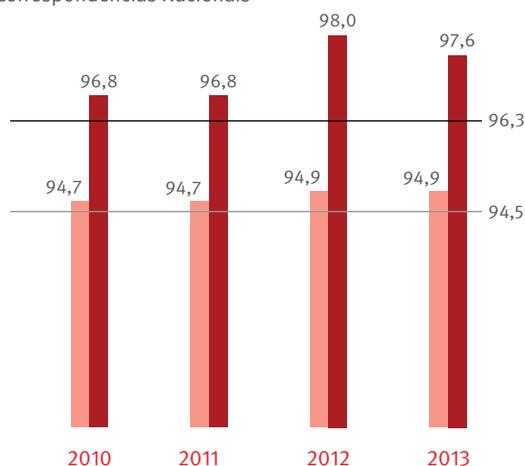
4.2. QUALIDADE DE SERVIÇO

Os CTT continuaram a apresentar em 2013 níveis de desempenho operacional elevados, situando-se o IGQS – Indicador Global de Qualidade de Serviço – em 227,7 pontos, que compara com um objetivo de 100 e está 27,7 pontos abaixo do valor alcançado em 2012. Estes níveis foram atingidos apesar do impacto negativo de algumas paralisações laborais, nomeadamente a greve geral de 27 de junho.

No que se refere ao correio internacional, os objetivos de qualidade definidos pela Diretiva Comunitária para o setor postal foram largamente excedidos no caso português.

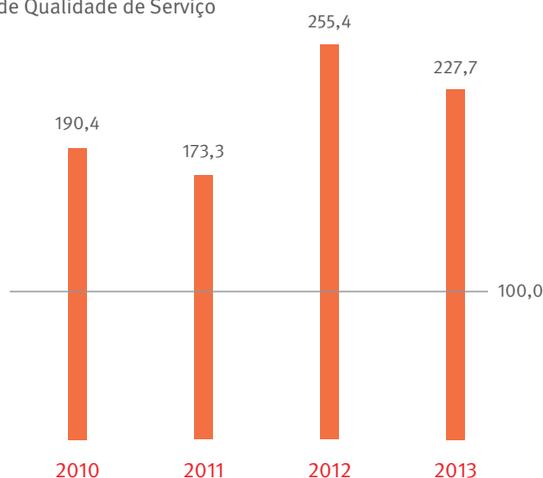
Qualidade de serviço

Padrões de Qualidade
Correspondências Nacionais



● Correio Azul continente — Obj. azul
● Correio Normal nacional — Obj. normal

Indicador Global
de Qualidade de Serviço



● IGQS — Obj.

As performances registadas pelas variáveis convencionadas situam-se na sua totalidade acima dos valores mínimos estabelecidos. Apenas as entregas de correio normal até 15 dias não superaram o respetivo valor objetivo.

Apresenta-se abaixo o quadro completo de resultados:

Níveis de Qualidade	Mínimo	Objetivo	Realizado
Correio Azul			
% Entregas no dia seguinte (Continente)	93,50	94,50	94,90
% Entregas até dois dias (Açores e Madeira)	84,00	87,00	93,30
% Entregas até dez dias	99,75	99,85	99,87
Correio Normal			
% Entregas até três dias	95,50	96,30	97,60
% Entregas até quinze dias	99,77	99,86	99,85
Jornais e Publicações Periódicas			
% Entregas até três dias	95,50	96,30	97,50
Correio Internacional			
% Entregas até três dias	85,00	88,00	93,10*
% Entregas até cinco dias	95,00	97,00	98,90*
Encomendas			
% Entregas até três dias	90,50	92,00	95,50
Tempo de espera nas lojas			
% Atendimento até 10 minutos	75,00	85,00	90,40

* Média ponderada do valor do 4º trimestre de 2012 e do valor dos três primeiros trimestres de 2013.

Prosseguiu-se o esforço de manutenção de sistemas de gestão integrados, que além da qualidade abrangem também, nos casos mais relevantes, o ambiente e a segurança. Mantiveram-se todas as certificações ISO existentes nos CPL – Centros de Produção e Logística (vertente *multisite* – qualidade e ambiente nos 3 CPL e segurança no CPL-Centro e CPL-Norte), na CTT Expresso e EAD (qualidade, ambiente e segurança), na Tourline (qualidade e ambiente), Post-Contacto (qualidade) e na Mailtec Comunicação (qualidade, ambiente e FSC – custódia da cadeia de responsabilidade). Em 2013, foram alcançadas a segurança no CPL-Sul e o ambiente na PostContacto.

Foi mantido o nível *Committed to Excellence*, no âmbito do Modelo Europeu de Excelência da EFQM (*European Foundation for Quality Management*), englobando toda a rede de Distribuição e rede de lojas, no Continente e Regiões Autónomas.

Em 2013 alcançou-se a certificação de serviços em 100% dos centros de distribuição postal (CDP), encontrando-se a 31 de dezembro certificados 600 lojas e 285 CDP.

Os bons desempenhos operacionais têm-se traduzido em perceções positivas da qualidade do serviço por parte dos clientes, 80% dos clientes que visitaram as lojas afirmam que a qualidade do serviço postal é boa ou muito boa.

Contact Center

O canal telefónico (72%) e o correio eletrónico (28%) do *Contact Center* foram os meios mais utilizados pelos clientes no seu contacto com a empresa, vindo contudo o primeiro a perder peso para o segundo.

Em 2013 o canal telefónico registou 579 103 chamadas atendidas, o que representa um crescimento de 3,5% face a 2012. Este crescimento reflete-se pelo aumento do número de contatos da linha CTT (+24%), já que as linhas ViaCTT (-55%) e telecomunicações (-16%) têm revelado um comportamento inverso.

Sobre a linha CTT, importa referir que várias funcionalidades têm revelado um crescimento acentuado: a pesquisa de objetos, onde se incluiu questões relacionadas com o processo de desalfandegamento (+35%), reclamações (+37%), informações gerais (+15%) e o serviço de cobrança de portagens (+24%). A pesquisa de códigos postais registou uma diminuição (-14%). A taxa de atendimento do canal telefónico foi de 95%, cumprindo os objetivos definidos.

Relativamente ao correio eletrónico, foram recebidos 222 969 contatos o que representa um crescimento de 18% deste canal face a 2012, com particular destaque para as funcionalidades telecomunicações (+6%), reclamações (+36%) e internacional (+153% por questões relacionadas com o processo de desalfandegamento).

De referir que 98% dos contactos efetuados via correio eletrónico foram respondidos dentro do nível de serviço (até 24 horas).

4.3. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os CTT têm vindo a preparar-se para os desafios que o efeito de substituição eletrónica, a globalização, a liberalização e, mais recentemente, a privatização lhes impõem: atingirem a excelência em todas as suas áreas de negócio. A inovação, quer ao nível do produto quer dos processos, pode constituir-se como fator de diferenciação competitiva, ser fonte de crescimento das receitas ou contribuir para a maior eficiência operacional e organizacional. A inovação, no caso dos CTT, é o garante de que se cumpre hoje e no futuro a sua missão e vocação para ligar pessoas e empresas combinando comunicações físicas e eletrónicas.

Em 2013 foram desenvolvidos diversos projetos, dos quais se destacam:

- Lançamento da aplicação “App CTT”, capaz de operar em todas as plataformas móveis, que permite um acesso conveniente, cómodo e rápido a diversos serviços CTT, como sejam a pesquisa de códigos postais e moradas, a pesquisa de objetos postais e encomendas, a geolocalização de pontos CTT, a submissão de pedidos de SIGA e a consulta de valores em dívida e de faturas de portagens.
- Prossecução da cooperação com centros de investigação do universo académico tendo em vista analisar a viabilidade da aplicação de novas tecnologias à criação de produtos filatélicos inovadores.
- Elaboração da candidatura dos CTT relativa a 2013 ao programa SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial, visando dedução à coleta do IRC para empresas que apostem em I&D.
- Acompanhamento das atividades de grupos de trabalho da União Postal Universal associados à conceção e desenvolvimento de serviços eletrónicos avançados e coordenação do PostEurop AESForum – *Advanced Electronic Solutions Forum 2013* cuja presidência é assegurada pelos CTT.
- Adesão ao grupo de trabalho sobre Identidade Eletrónica da PostEurop que tem vindo a acompanhar e a participar na elaboração da respetiva legislação a nível comunitário.
- Criação de um “observatório de tendências” e lançamento de iniciativa que visa o mapeamento dos projetos de inovação, a fim de contribuir para um planeamento e gestão mais eficaz da inovação nos CTT.

A inovação ao nível dos processos e dos sistemas de suporte permitiu contribuir para o desenvolvimento dos negócios viabilizando as soluções mencionadas nos capítulos anteriores a eles dedicados.

4.4. SUSTENTABILIDADE

O processo de formulação estratégica e de integração dos temas da sustentabilidade na gestão corrente dos CTT, do topo até à base, teve início em 2005 e os resultados desse esforço são reconhecidos. Os CTT são líderes em vários domínios da matéria, a nível nacional e internacional, em particular na área da proficiência carbónica. Na nova fase que agora se inicia, em que o principal desafio permanece afirmar o *business case* da sustentabilidade, continuamos determinados a criar valor para os *stakeholders* e afirmamo-lo publicamente, através da lista de compromissos expressos no Relatório de Sustentabilidade 2013. Os respetivos conteúdos serão mais uma vez verificados externamente, para renovação do nível A+ das Diretrizes GRI na versão 3.1.

Este ano os trabalhadores receberam 224 mil horas de formação e certificaram-se competências ao nível do 12º ano a mais 25 trabalhadores (desde o início do projeto um total de 10% da população dos CTT beneficiou desta valorização). A taxa de satisfação com as condições de trabalho manteve-se acima dos 80%, publicaram-se seis *newsletters* sobre segurança no trabalho e lançaram-se várias iniciativas que promoveram a partilha e a coesão interna, como é o caso do *Livro de Receitas ao Balcão*, que apresenta receitas elaboradas pelos trabalhadores da rede de lojas CTT e da Biblioteca Escolar, que permitiu a partilha de livros a 120 famílias.

O sistema privativo de cuidados de saúde e de ação social dos CTT, com perto de 50 mil beneficiários, permanece uma referência de qualidade no mundo empresarial português. Em matéria de segurança no trabalho registaram-se zero acidentes mortais, embora com um aumento em 4% da sinistralidade laboral e de 20% dos dias de ausência por incapacidade temporária absoluta. A taxa de absentismo global da empresa desceu 0,4 pontos, para 6,3%. No domínio da igualdade de género, os CTT apresentaram uma das mais elevadas taxas de presença feminina em cargos de chefia a nível nacional, 46%.

Na vertente ambiental, o crescimento dos produtos de marketing sustentável comprova o sucesso da aposta nesta área, traduzido num aumento de receitas agregadas do correio verde e do *direct mail* eco de 8%, em contraciclo com a generalidade dos produtos postais. O eco portfolio vale agora 11 M € anuais e já representa cerca de 1/4 de todo o correio publicitário endereçado. O uso de *scorecards* ambientais em todas as unidades operacionais e as medidas de racionalização implementadas permitiram num decréscimo continuado dos consumos

energéticos: - 1,5% nos combustíveis, -3,7% na eletricidade e -2,1% nas emissões de CO₂ globais, insuficiente, todavia, por virtude das deseconomias de escala, para evitar uma ligeira degradação da intensidade energética do negócio.

A pegada ecológica foi também positivamente impactada pelo início de atividade de mais 150 bicicletas elétricas, que permitirão reduzir as emissões em 50 toneladas de CO₂/ano, e pela renovação da frota tradicional. Atualmente a frota verde dos CTT conta com 224 veículos. No âmbito da gestão da cadeia de valor e das compras responsáveis, 97% do valor dos contratos celebrados incluiu critérios ambientais.

Os objetivos de qualidade acordados com o Regulador foram cumpridos e ultrapassados: perto de 95% das correspondências prioritárias e 98% das normais foram distribuídas até, respetivamente, 1 e 3 dias. Manifestaram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço dos CTT 68,5% dos clientes, contra apenas 6% de insatisfeitos.

A acessibilidade aos serviços postais, uma questão crucial para o *stakeholder* comunidade, tem sido assegurada com uma cobertura de pontos de atendimento de densidade acima da média europeia, apesar da racionalização da rede que implicou o encerramento ou reconversão de 125 lojas. Construíram-se mais 9 rampas de acesso para pessoas com deficiência, atingindo uma taxa de 92% de acessibilidade. A perceção positiva sobre os tempos do atendimento dos CTT subiu para 67% (+5 p.p. do que em 2012).

No que respeita ao envolvimento com a comunidade e a sociedade, continuou-se a patrocinar projetos e iniciativas de intervenção social e ambiental, no montante de cerca de 400 mil euros. Através da ação “Pai Natal Solidário” angariaram-se 1 600 presentes para crianças desfavorecidas, acolheram-se quase 2 mil visitantes nas instalações, organizaram-se uma dezena de ações de voluntariado, mobilizando mais de uma centena de voluntários e recolheu-se internamente 4,4 toneladas de donativos para entrega a 16 Instituições de Solidariedade. Manteve-se ativo o Projeto de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social, tendo recolhido e transportado gratuitamente 7 500 encomendas solidárias e organizado 17 ações em parceria com outras Instituições.





Presentes no mundo expresso.

Cada vez mais no futuro.

No correio expresso do futuro, as encomendas voam. Chegam mais longe, mais rápido e diretas às mãos dos clientes. O mundo expresso ganhou uma nova realidade e são necessárias novas soluções e uma oferta mais completa. Os CTT estão mais fortes com uma oferta maior e mais ampla conseguindo chegar a todos os seus clientes.





Eventos Posteriores
e Perspetivas Futuras

No dia 1 de janeiro de 2014 foram atualizados (aumento) os preços e respetivas tabelas de descontos relativos aos preços especiais (serviço de correio normal em quantidade, âmbito nacional e internacional, também denominado por bulk mail) dos serviços postais que integram a oferta do serviço universal. Esta atualização foi parcial devendo estar concluída somente aquando da revisão de preços para os restantes serviços postais do serviço universal.

Em 18 de fevereiro de 2014 a ANACOM aprovou a metodologia para o cálculo do custo líquido do serviço universal, prestado pelos CTT enquanto prestador do serviço universal, e sobre o conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço universal dos serviços postais, bem como os termos subjacentes à sua determinação.

Em 21 de fevereiro de 2014 foi anunciado pela EURONEXT que as ações dos CTT passarão a integrar o índice PSI 20, o principal índice da Bolsa Portuguesa, no próximo dia 24 de março de 2014.

Foi assinado no dia 11 de março de 2014 um acordo relativo à compra e venda de ações da sociedade EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. (“EAD”). Este Acordo, celebrado entre os CTT e os outros dois acionistas da EAD, visa a venda da atual participação dos CTT de 51% do capital social pelo preço de cerca de 2,75 milhões de Euros, o qual inclui os dividendos referentes ao exercício de 2013.

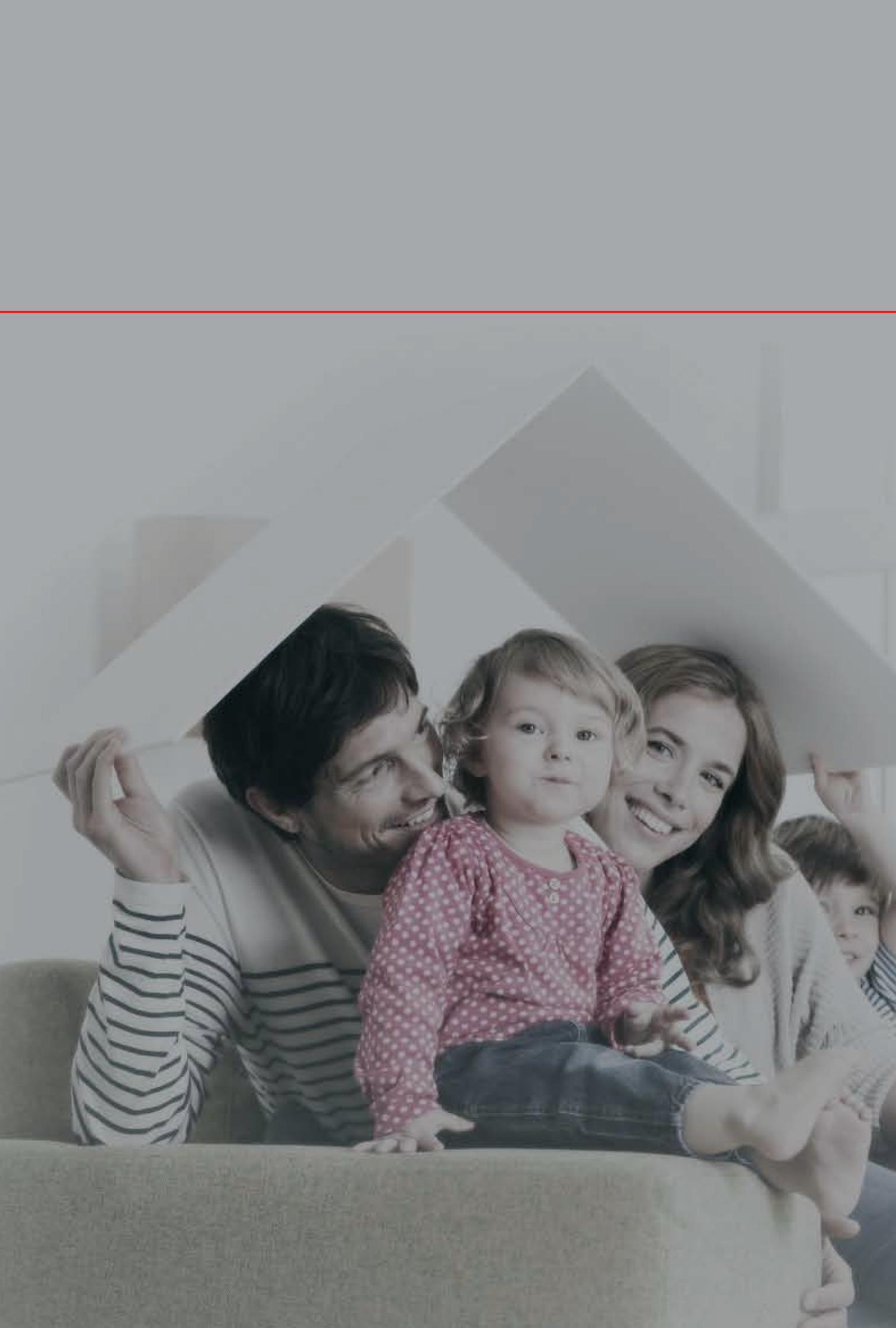
No que concerne a implementação dos Serviços Públicos de Interesse Geral (SPIGs) prosseguem os trabalhos conjuntos, tendo o projeto-piloto arrancado no final do primeiro trimestre de 2014. O modelo económico de funcionamento, as questões operacionais e o investimento necessário ainda não foram negociados entre as partes, devendo ser acordados tendo em conta o resultado do projeto-piloto.

A melhoria do cenário macroeconómico, a par das iniciativas do Programa de Transformação implementadas em 2013 e das novas medidas para 2014, permitem aos CTT encarar o ano de 2014 com fortes expectativas de cumprir a estratégia definida.

Não obstante este facto, é importante ter em consideração que o crescimento do PIB esperado para Portugal continuará a ser fortemente influenciado pelo crescimento das exportações e não pela retoma clara do consumo interno, principal *driver* do consumo dos produtos e serviços oferecidos pelos CTT, principalmente no negócio de correio. Neste enquadramento, a queda na procura de correio continuará a ser afetada pela tendência estrutural de queda mas também pelos fatores macroeconómicos, devendo continuar acima da tendência natural de longo prazo.

O crescimento do comércio eletrónico continuará a ser o principal motor do crescimento do negócio de encomendas enquanto a atividade económica interna não promove o crescimento do mercado de B2B, quer em Portugal, quer em Espanha, promovido pela esperada e crescente migração dos retalhistas ibéricos para plataformas de venda online. Para tal os CTT estão a acelerar em 2014 as iniciativas do Programa de Transformação do Expresso e Encomendas para cada vez mais liderar a oferta de soluções de logística neste mercado, quer ao nível da oferta mas sobretudo da reformulação e otimização das redes de distribuição em Portugal e em Espanha.

Nos Serviços Financeiros, o ano de 2014 será de consolidação da posição relevante como colocador de produtos de poupança a par com o lançamento de novos produtos e serviços para promover o crescimento desta área de negócio, como uma das alavancas de crescimento dos rendimentos e sobretudo da rentabilidade dos CTT.





Presentes nas soluções financeiras.

Cada vez mais no futuro.

Hoje no futuro, continua a pensar-se em futuro. Poupança é um conceito que continua bem presente na cabeça das pessoas. Pensar no amanhã é uma preocupação e as soluções financeiras dos CTT continuam a transmitir a segurança e a confiança necessária aos seus clientes.



Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do artigo 23º dos estatutos da sociedade, os lucros líquidos anuais, devidamente aprovados, terão a seguinte aplicação:

- a) um mínimo de 5% para constituição de reserva legal, até atingir o montante exigível;
- b) uma percentagem a distribuir pelos acionistas, a título de dividendo a definir em Assembleia Geral;
- c) o restante para os fins que a Assembleia Geral delibere de interesse para a sociedade.

Nos termos do artigo 295º, nº1, do código das sociedades comerciais (CSC), o mínimo de 5% destinado à constituição da reserva legal não é distribuível até que a mesma represente 20% do capital social.

Com o capital social de Euro 75.000.000,00, 20% corresponde a Euro 15.000.000,00, pelo que a reserva legal à data de 31 de dezembro de 2013 supera o valor mínimo exigido pelo Estatutos e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do artigo 294º, nº1 do CSC, salvo diferente cláusula contratual ou deliberação tomada por maioria de 3/4 dos votos correspondentes ao capital social em Assembleia Geral convocada para o efeito, não pode deixar de ser distribuído aos acionistas metade do lucro do exercício que seja distribuível. Nos Estatutos não existe qualquer cláusula que disponha em contrário ao preceituado na referida disposição legal.

Por lucro distribuível entende-se o resultado líquido do exercício após reforço de reserva legal e cobertura de resultados transitados negativos, caso existam. Com referência a 31 de dezembro de 2013, verifica-se que a reserva legal se encontra integralmente constituída e os resultados transitados são positivos.

Neste enquadramento, nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que os resultados do exercício de 2013, no montante global de € 61.016.067,00 tenham a seguinte aplicação:

Dividendos*€ 60.000.000,00
Resultados Transitados€ 1.016.067,00

* distribuição de dividendos de € 60.000.000 corresponde a € 0,40 por ação.



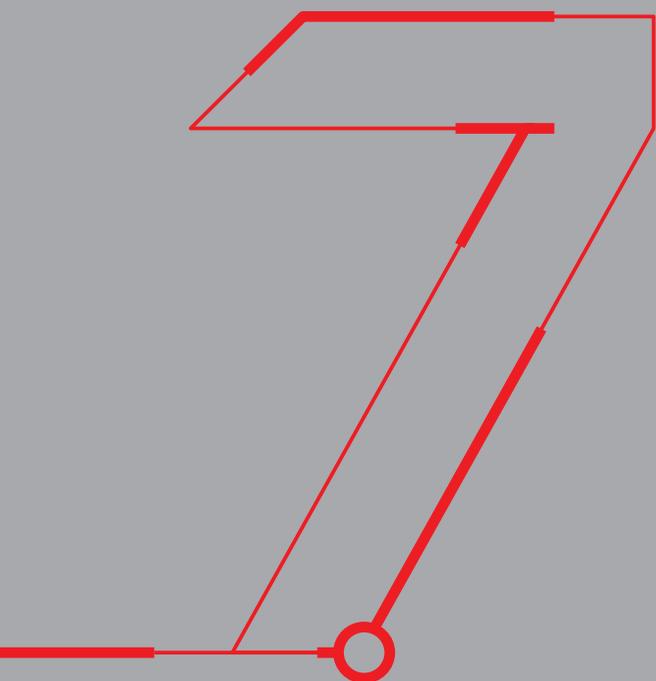


Presentes no correio.

Cada vez mais no futuro.



O correio no futuro está mais personalizado. A caixa postal física está cada vez mais semelhante à digital. É possível filtrar exatamente o que o cliente quer receber o que os torna mais exigentes na procura de soluções. E a confiança construída pela história dos CTT em Portugal continua a dar cartas neste futuro.



Declaração
de Conformidade

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais individuais e consolidadas e demais documentos de prestação de contas, i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT- Correios de Portugal, S.A. – Sociedade Aberta (CTT) e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição dos CTT e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que os CTT- Correios de Portugal, S.A. se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 21 de março de 2014

O Conselho de Administração

Presidente

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

Vice-presidente

Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco

Vogais

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira

Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo



Parte II

Documentos de prestação de contas



Contas consolidadas

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Euros	Notas	31.12.2013	31.12.2012 Reexpresso	01.01.2012 Reexpresso
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	225 364 429	259 076 712	269 246 885
Propriedades de investimento	7	21 761 886	1 368 943	2 728 373
Ativos intangíveis	6	13 049 308	14 355 060	15 080 232
Goodwill	9	25 083 869	25 528 608	25 528 608
Investimentos em associadas	10	710 723	690 215	552 824
Outros investimentos	11	130 829	130 829	130 829
Outros ativos não correntes	18	1 951 139	2 018 619	6 004 988
Ativos por impostos diferidos	41	103 645 256	102 228 537	102 467 758
Total do ativo não corrente		391 697 439	405 397 523	421 740 497
Ativo corrente				
Inventários	13	5 993 971	6 710 739	6 305 998
Contas a receber	14	135 589 645	135 317 556	164 395 448
Imposto sobre o rendimento	29	-	-	3
Diferimentos	15	4 875 139	5 594 836	5 494 827
Outros ativos correntes	18	17 102 436	20 856 132	27 214 044
Caixa e equivalentes de caixa	17	544 875 803	489 303 463	426 259 362
Total do ativo corrente		708 436 994	657 782 726	629 669 682
Total do ativo		1 100 134 433	1 063 180 249	1 051 410 179
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital	20	75 000 000	87 325 000	87 325 000
Reservas	21	30 397 559	28 628 508	25 792 898
Resultados transitados	21	83 367 465	87 105 292	88 568 765
Outras variações no capital próprio	21	24 548 756	33 079 577	15 850 935
Resultado líquido do período atribuível a detentores capital do Grupo CTT		61 016 067	35 735 268	55 260 391
Interesses não controlados	24	1 604 372	1 607 508	1 627 958
Total do capital próprio		275 934 219	273 481 153	274 425 947
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	25	3 282 126	4 560 702	5 943 942
Benefícios aos empregados	26	278 638 868	282 065 364	300 975 316
Provisões	27	38 501 835	36 596 189	16 475 743
Diferimentos	15	8 837 037	11 322 625	13 704 951
Passivos por impostos diferidos	41	5 481 878	5 740 233	6 165 433
Total do passivo não corrente		334 741 744	340 285 113	343 265 385
Passivo corrente				
Contas a pagar	28	391 958 039	349 215 159	346 905 448
Benefícios aos empregados	26	19 904 186	21 250 996	20 455 430
Imposto a pagar	29	93 968	862 444	7 381 234
Financiamentos obtidos	25	3 716 557	6 857 361	5 165 248
Diferimentos	15	4 103 751	4 368 966	4 675 943
Outros passivos correntes	30	69 681 969	66 859 057	49 135 544
Total do passivo corrente		489 458 470	449 413 983	433 718 847
Total do passivo		824 200 214	789 699 096	776 984 232
Total do capital próprio e do passivo		1 100 134 433	1 063 180 249	1 051 410 179

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DEZEMBRO 2012

Euros	Notas	2013	2012 Reexpresso
Rendimentos operacionais		704 847 008	714 225 417
Vendas e serviços prestados	4	690 068 682	699 332 226
Outros rendimentos e ganhos operacionais	33	14 778 326	14 893 191
Gastos operacionais		(617 611 428)	(657 254 208)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(16 906 127)	(18 543 380)
Fornecimentos e serviços externos	34	(242 058 580)	(246 416 228)
Gastos com o pessoal	36	(313 072 477)	(333 319 251)
Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)	37	(3 530 198)	(798 308)
Provisões (aumentos/reversões)	27	(5 647 982)	(21 933 533)
Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	38	(25 715 129)	(24 635 814)
Outros gastos e perdas operacionais	39	(10 680 935)	(11 607 693)
Resultado operacional		87 235 580	56 971 209
Resultados financeiros		(3 982 396)	(4 139 036)
Gastos e perdas financeiros	40	(11 874 463)	(16 760 834)
Rendimentos financeiros	40	7 871 559	12 381 658
Ganhos/perdas em associadas	10	20 508	240 140
Resultado antes de impostos		83 253 184	52 832 173
Imposto sobre o rendimento do período	41	(22 147 899)	(16 864 903)
Resultado líquido do período		61 105 285	35 967 270
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo CTT		61 016 067	35 735 268
Interesses não controlados	24	89 218	232 002
Resultado por ação da empresa mãe	23	0,41	0,24

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DEZEMBRO DE 2012

Euros	Notas	2013	2012 Reexpresso
Resultado líquido do período		61 105 285	35 967 270
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	21	(29 043)	(11 669)
Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	26	(11 680 870)	24 265 693
Impostos Diferidos – Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	41	3 150 049	(7 037 051)
Outras alterações no capital próprio	21/24	(28 181)	-
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		(8 588 045)	17 216 973
Rendimento integral do período		52 517 240	53 184 243
Atribuível a interesses não controlados	24	61 038	232 002
Atribuível ao acionista dos CTT		52 456 203	52 952 241

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Euros	Notas	Capital	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2012 (Reexpresso)		87 325 000	25 792 898	15 850 935	88 568 765	55 260 391	1 627 958	274 425 947
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2011		-	2 835 610	-	52 424 781	(55 260 391)	-	-
Distribuição de dividendos	22/24	-	-	-	(53 876 585)	-	(252 452)	(54 129 037)
		-	2 835 610	-	(1 451 804)	(55 260 391)	(252 452)	(54 129 037)
Outros movimentos	21	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais – Cuidados de Saúde	21	-	-	17 228 642	-	-	-	17 228 642
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	21	-	-	-	(11 669)	-	-	(11 669)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	35 735 268	232 002	35 967 270
Rendimento integral do período		-	-	17 228 642	(11 669)	35 735 268	232 002	53 184 243
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Reexpresso)		87 325 000	28 628 508	33 079 577	87 105 292	35 735 268	1 607 508	273 481 153
Saldo em 1 de Janeiro de 2013		87 325 000	28 628 508	33 079 577	87 105 292	35 735 268	1 607 508	273 481 153
Redução de capital		(12 325 000)	12 325 000	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2012		-	-	-	35 735 268	(35 735 268)	-	-
Distribuição de dividendos	22/24	-	(10 555 949)	-	(39 444 053)	-	(64 174)	(50 064 175)
		(12 325 000)	1 769 051	-	(3 708 784)	(35 735 268)	(64 174)	(50 064 175)
Outros movimentos	21/24	-	-	-	-	-	(28 181)	(28 181)
Ganhos/perdas atuariais – Cuidados de Saúde	21	-	-	(8 530 821)	-	-	-	(8 530 821)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial		-	-	-	(29 043)	-	-	(29 043)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	61 016 067	89 218	61 105 285
Rendimento integral do período		-	-	(8 530 821)	(29 043)	61 016 067	61 038	52 517 241
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		75 000 000	30 397 559	24 548 756	83 367 465	61 016 067	1 604 372	275 934 219

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOUREARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2013 E 31 DEZEMBRO 2012

Euros	Notas	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		670 109 743	713 094 163
Pagamentos a fornecedores		(265 494 002)	(259 915 782)
Pagamentos ao pessoal		(309 118 788)	(294 639 233)
Caixa gerada pelas operações		95 496 953	158 539 148
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(23 244 745)	(26 889 403)
Outros recebimentos/pagamentos		37 177 844	(1 045 872)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		109 430 053	130 603 873
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		821 346	790 275
Investimentos financeiros		58 030	41 450
Juros e rendimentos similares		11 336 129	10 233 059
Dividendos		-	117 200
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(571 700)	(3 822 505)
Ativos fixos tangíveis		(10 635 123)	(20 105 520)
Empréstimos concedidos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1 008 682	(12 746 040)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4 783 472	6 344 810
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(7 350 872)	(4 747 278)
Juros e gastos similares		(746 333)	(1 051 759)
Amortização de contratos de locação financeira		(1 552 661)	(1 482 919)
Dividendos	22	(50 000 000)	(53 876 585)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(54 866 394)	(54 813 731)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		55 572 341	63 044 101
Alteração perímetro consolidação		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		489 303 463	426 259 362
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	544 875 803	489 303 463

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

ÍNDICE

1. Introdução	98	8. Empresas incluídas no perímetro de consolidação	132
1.1. CTT – Correios de Portugal, S.A. (empresa-mãe)	98	9. Goodwill	134
1.2. Atividade	98	10. Investimentos em associadas	137
2. Principais políticas contabilísticas	99	11. Outros investimentos	139
2.1. Bases de apresentação	99	12. Gestão de riscos financeiros	139
2.2. Princípios de consolidação	102	13. Inventários	142
2.3. Relato por segmentos	104	14. Contas a receber	143
2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira	104	15. Diferimentos	145
2.5. Ativos fixos tangíveis	104	16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	146
2.6. Ativos intangíveis	105	17. Caixa e equivalentes de caixa	146
2.7. Propriedades de investimento	106	18. Outros ativos correntes e não correntes	147
2.8. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto <i>goodwill</i>	106	19. Perdas por imparidade acumuladas	148
2.9. <i>Goodwill</i>	106	20. Capital	149
2.10. Ativos financeiros	107	21. Reservas, ajustamentos financeiros e resultados transitados	150
2.11. Capital	107	22. Dividendos	151
2.12. Passivos financeiros	107	23. Resultados por ação	151
2.13. Compensação de instrumentos financeiros	108	24. Interesses não controlados	152
2.14. Imparidade de ativos financeiros	108	25. Financiamentos obtidos	152
2.15. Inventários	108	26. Benefícios aos empregados	154
2.16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	108	27. Provisões, garantias prestadas, passivos contingentes e compromissos	159
2.17. Distribuição de dividendos	109	28. Contas a pagar	162
2.18. Benefícios aos empregados	109	29. Imposto a pagar	163
2.19. Provisões e passivos contingentes	111	30. Outros passivos não correntes e correntes	163
2.20. Rédito	111	31. Ativos e passivos financeiros	164
2.21. Subsídios obtidos	112	32. Subsídios obtidos	165
2.22. Loções	112	33. Outros rendimentos e ganhos operacionais	165
2.23. Encargos financeiros	112	34. Fornecimentos e serviços externos	166
2.24. Impostos	112	35. Loções operacionais	166
2.25. Princípio da especialização	113	36. Gastos com o pessoal	166
2.26. Julgamentos e estimativas	113	37. Imparidade de inventários e contas a receber	168
2.27. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	114	38. Depreciações/amortizações (perdas/reversões)	168
2.28. Eventos subsequentes	114	39. Outros gastos e perdas operacionais	168
3. Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas	114	40. Gastos e rendimentos financeiros	169
4. Relato por segmentos	119	41. Impostos sobre o rendimento	169
5. Ativos fixos tangíveis	125	42. Partes relacionadas	172
6. Ativos intangíveis	128	43. Honorários e serviços dos auditores	173
7. Propriedades de investimento	130	44. Outras informações	174
		45. Eventos subsequentes	175

1. Introdução

1.1. CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. (EMPRESA-MÃE)

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, Lote 01.12.03, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de Novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de Janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de Maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013 o Estado Português, através despacho n.º 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Párpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 euros para 0,50 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei n.º129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM n.º62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM n.º 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Párpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30% por detenção e 6,36% por imputação.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de março de 2014.

1.2. ATIVIDADE

Os CTT e as empresas suas subsidiárias (“Grupo CTT” ou “Grupo”): CTT – Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A., PostContacto – Correio Publicitário, Lda., Payshop (Portugal), S.A., CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A., Mailtec Holding, SGPS, S.A. e suas subsidiárias, Tourline Express Mensajería, SLU e suas subsidiárias e a EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. têm como atividade principal assegurar o estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas, do serviço postal universal e a prestação de serviços financeiros, que incluem a transferência de fundos através de contas correntes e que podem vir a ser explorados por um operador financeiro ou entidade parabancária a constituir na dependência do Grupo. Fazem ainda parte das atividades prosseguidas as que sejam complementares, como a comercialização de bens ou de prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, desde que convenientes ou compatíveis com a normal exploração da rede pública de Correios, designadamente a prestação de serviços da sociedade de informação, redes e serviços de comunicações eletrónicas, incluindo recursos e serviços conexos e um operador móvel virtual (MVNO) com a designação comercial “Phoneix” suportado na rede da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S. A..

A prestação do serviço postal é efetuada pelos CTT no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal celebrado em 1 de setembro de 2000 entre o Estado Português e os CTT. Para além dos serviços concessionados, os CTT podem prestar outros serviços postais, bem como desenvolver outras atividades, designadamente, as que permitam a rentabilização da rede do serviço universal, diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades ou mediante outras formas de cooperação entre empresas. Dentro destas atividades salienta-se a prestação de serviços de interesse público ou de interesse geral mediante condições que vierem a ser acordadas com o Estado.

Na sequência das alterações introduzidas pela Diretiva 2008/6/CE de 20 de fevereiro de 2008 do Parlamento Europeu e do Conselho ao quadro regulamentar que rege a prestação de serviços postais, verificou-se em 2012 a sua transposição para a ordem jurídica nacional através da aprovação da Lei

nº 17/2012, de 26 de abril (“nova Lei Postal”), com as alterações introduzidas em 2013 pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, revogando a Lei nº 102/99, de 26 de julho.

A nova Lei Postal estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

Deste modo, a partir da entrada em vigor da nova Lei Postal, o mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas ao prestador dos serviços postal universal, os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”). No entanto, por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

De acordo com a nova Lei Postal o âmbito do serviço postal universal integra as seguintes prestações, de âmbito nacional e internacional:

- Um serviço postal de envios de correspondência, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 Kg de peso;
- Um serviço de encomendas postais até 10 Kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20Kg;
- Um serviço de envios registados e um serviço de envios com valor declarado.

Decorrente da nova Lei Postal, o Governo Português procedeu à revisão das bases da concessão, através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, na sequência da qual se efetuou em 31 de dezembro de 2013 a quarta alteração ao contrato de concessão do serviço postal universal.

Deste modo, o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e os CTT em 1 de setembro de 2000, posteriormente alterado em 1 de outubro de 2001, 9 de setembro de 2003, 26 de julho de 2006 e em 31 de dezembro de 2013, abrange:

- O serviço postal universal, como acima definido;
- Os serviços reservados: (i) o direito de colocar marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, (ii) a emissão e venda de selos postais com a menção “Portugal” e

(iii) o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos;

- A prestação do serviço de ordens de pagamento especiais que permite efetuar a transferência de fundos por via eletrónica e física, no âmbito nacional e internacional, designado por serviço de vales postais, a título exclusivo;
- Serviço de Caixa Postal Eletrónica, a título não exclusivo.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantêm-se como prestador de serviço postal universal até 2020, assegurando a exclusividade das atividades e serviços reservados mencionados.

Uma vez finda a concessão, caso não seja novamente atribuída, os CTT poderão prestar, a par dos restantes operadores, todos os serviços postais que entenderem, em regime de livre concorrência, de acordo com a sua política estratégico-comercial, à exceção dos serviços que forem concessionados em regime de exclusivo.

Em súmula, face ao enquadramento legal e regulamentar vigente, entendem os CTT que não existem fundamentos para introduzir qualquer alteração relevante nas políticas contabilísticas do Grupo.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as abaixo mencionadas.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia a 31 de dezembro de 2013.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as IAS emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

Além das normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2013, descritas na Nota 2.1.1, e que se encontram consideradas nas políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2013 e descritas na Nota 2.2 a 2.28, foram emitidas as normas e interpretações descritas na Nota 2.1.2 e que ainda não são de aplicação efetiva nos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2013.

2.1.1. Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- O Grupo CTT procedeu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, à adoção antecipada da IAS 19 – benefícios aos empregados (revista), emitida pelo IASB em junho de 2011, e adotada pela União Europeia através do Regulamento n.º 475/2012 da Comissão Europeia, pelo que o impacto da adoção desta revisão da norma foi registado naquelas demonstrações financeiras.
- O Grupo CTT procedeu a 1 de janeiro de 2013 à adoção antecipada da norma IFRS 11 – Acordos conjuntos, emitida pelo IASB em maio de 2011, e adotada pela União Europeia através do regulamento nº1254/2012 da Comissão Europeia, pela qual os acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. O impacto desta alteração encontra-se divulgado na Nota 3.
- IAS 1 (alteração), ‘Apresentação de demonstrações financeiras’. Esta alteração modifica a apresentação dos saldos contabilizados como Outros rendimentos integrais, ao exigir às Entidades que separem os saldos, em função de serem, ou não, reciclados no futuro por resultados do exercício, bem como o respetivo efeito do imposto, quando os itens sejam apresentados pelo valor bruto. Esta alteração foi tomada em consideração na preparação da demonstração consolidada do rendimento integral.
- IAS 12 (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento’. Esta alteração requer que uma Entidade mensure o imposto diferido relacionado com um ativo, atendendo à forma como a Entidade espere vir a realizar o valor contabilístico do ativo através do uso ou da venda. A alteração também incorpora as orientações contabilísticas da SIC 21 na IAS 12, sendo esta primeira revogada. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRS 1 (alterações), ‘Adoção pela primeira vez das IFRS’. A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que estas já são apresentadas em IFRS.
- IFRS 7 (alteração), ‘Divulgações – Compensação de ativos e passivos financeiros’. Esta alteração faz parte do projeto de “compensação de ativos e passivos financeiros” do IASB, e introduz novos requisitos de divulgação sobre o direito de uma entidade compensar (ativos e passivos), as quantias compensadas, e os seus efeitos na exposição ao risco de crédito. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRS 13 (nova), ‘Justo valor: mensuração e divulgação’. A IFRS 13 tem como objetivo melhorar a consistência das demonstrações financeiras, ao apresentar uma definição precisa de justo valor e uma única fonte de mensuração de justo valor, assim como as exigências de divulgação a aplicar transversalmente a todas as IFRS. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRIC 20 (nova), ‘Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto’. Esta interpretação refere-se à contabilização dos custos de remoção de resíduos, verificados durante a fase de produção (fase inicial) de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção de desperdícios gera dois tipos de benefícios potenciais: extração imediata de recursos minerais e melhoria do acesso a quantidades adicionais de recursos minerais, a serem extraídos no futuro. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.
- Melhorias às normas 2009 – 2011. O ciclo de melhorias anuais, afeta os seguintes normativos: IFRS 1 (segunda adoção da IFRS 1 e respetivas isenções), IAS 1 (apresentação de demonstrações financeiras adicionais quando uma alteração de política contabilística é obrigatória ou voluntária), IAS 16 (classificação de peças de reserva e equipamento de serviço quando a definição de ativo fixo tangível é cumprida), IAS 32 (classificação de impactos fiscais relacionados com transações que envolvem Capitais próprios ou Dividendos), e IAS 34 (isenção de divulgação de ativos e passivos por segmento). A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações emitidas mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2013 ou não adotadas antecipadamente:

Em 2013, a União Europeia aprovou as seguintes normas e alterações das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e as interpretações dadas pelo IFRIC:

Descrição	Data efetiva *
Novas normas	
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Fase 1 – classificação e mensuração	indeterminado
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1 janeiro 2014
IFRS 12 – Divulgação de interesses em outras entidades	1 janeiro 2014
Alterações	
Entidades de Investimentos – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27: Isenção de aplicação a SGPS	1 janeiro 2014
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	1 janeiro 2014
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 janeiro 2014
IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Compensação entre ativos e passivos financeiros	1 janeiro 2014
IAS 36 (Alterações) – Divulgações sobre quantia recuperável para ativos não financeiros	1 janeiro 2014
IAS 39 (Alterações) – Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de cobertura	1 janeiro 2014
Melhorias às normas 2010-2012	1 julho 2014
Melhorias às normas 2011-2013	1 julho 2014
Interpretações	
IFRIC 21 “Levies”	1 janeiro 2014

* Data efetiva: data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir da data referida pelo IASB.

Estas novas normas e alterações às normas e interpretações são efetivas para períodos anuais que se iniciem em ou após a data efetiva referida, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. À exceção da IFRS 9, IFRIC 21 e melhorias 2010-2012/2011-2013, todas as alterações e interpretações já foram adotadas pela União Europeia.

As principais alterações decorrentes de adoção das normas, alterações e interpretações acima indicadas são as seguintes:

IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (data de aplicação indeterminada). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. O

Grupo CTT aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

IFRS 10 (nova), ‘Demonstrações financeiras consolidadas’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. O Grupo CTT aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva. Esta adoção não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT.

IFRS 12 (nova) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. O Grupo CTT aplicará

esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva. Esta adoção não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT.

Alteração às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – “Entidades gestoras de participações financeiras” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade de investimento e introduz o regime de exceção à obrigação de consolidar, para as Entidades de investimento que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Estas alterações não têm impacto para o Grupo na medida em que os CTT não satisfazem a definição de entidade de investimento.

IAS 27 (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. O Grupo CTT aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva. Esta adoção não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT.

IAS 28 (revisão 2011), ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. Os CTT irão aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva, não se prevendo impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 32 (alteração) ‘Compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. O Grupo CTT aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva. Esta adoção não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT.

IAS 36 (alteração) ‘Divulgação sobre quantia recuperável para ativos não financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro

de 2014). Esta alteração visa alterar os requisitos da IFRS 13 pela qual a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa à qual tivesse sido alocada *goodwill* ou ativos intangíveis com vida útil indefinida tinha de ser divulgada. Com estas alterações, a quantia recuperável tem de ser divulgada apenas quando foi registada ou revertida uma perda por imparidade. Esta adoção não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT.

IAS 39 (alteração) ‘Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de cobertura’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração visa dotar a norma de uma exceção para o requisito de descontinuar a aplicação de contabilidade de cobertura de acordo com IAS 39 e IFRS 9 nas circunstâncias em que a contabilidade de cobertura é requerida ser continuada com uma contraparte central, em resultado de leis e regulamentos. Esta adoção não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT.

Melhorias às normas 2010 – 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A Entidade irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, não se prevendo impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Melhorias às normas 2011 – 2013, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A Entidade irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS, não se prevendo impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRIC 21 (nova interpretação) ‘Levies’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta interpretação visa trazer clareza no tratamento a determinados “impostos” definidos pelas entidades governamentais, nomeadamente quanto ao momento do reconhecimento do passivo. Esta adoção não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas e/ou detenha o poder de controlar as suas

políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 8.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica “Interesses não controlados”. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição tal como previsto na IFRS 3. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill*. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidas nos resultados.

Os interesses não controlados incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Empresas Associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10). Uma empresa associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto, o que em geral acontece quando a participação financeira se situa entre os 20% e os 50%.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas em associadas”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Outro rendimento integral”. Adicionalmente, as participações em associadas poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação, sendo registadas como gastos na Demonstração consolidada dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstrarem existir.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é considerado *goodwill* relativo à associada e incluído no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de “Ganhos/perdas em associadas”, após confirmação do justo valor atribuído.

Quando as perdas em empresas associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de empresas associadas são registados como uma diminuição do valor dos “Investimentos em associadas”.

Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão, à exceção das perdas por imparidade sobre o *goodwill*.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Empresas controladas conjuntamente

Os investimentos em empresas controladas conjuntamente são registados nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial. A classificação destes investimentos é determinada pela existência de uma

acordo contratual que demonstra e regula o controlo da empresa. De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são registados inicialmente ao custo e ajustado posteriormente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas controladas conjuntamente por contrapartida de “Ganhos/perdas em empresas controladas conjuntamente”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Outro rendimento integral”.

Adicionalmente, os investimentos em entidades conjuntamente controladas podem ser ajustados através do reconhecimento de perdas de imparidade. Sempre que houver indícios que os ativos possam estar em imparidade, uma avaliação é realizada e caso exista perda por imparidade é registado como gasto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos e perdas não realizáveis nas transações com entidades conjuntamente controladas são eliminadas na proporção dos interesses do Grupo na entidade, registando esse movimento no respetivo investimento que detém. As perdas não realizáveis são também eliminadas, mas apenas até ao ponto em que as perdas não signifiquem que o ativo transferido esteja em imparidade.

2.3. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de Gestão produzida internamente.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo:

(i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;

(ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e

(iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.4. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data da cobrança, pagamentos ou na data do balanço, são reconhecidas nos resultados do período.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira são as taxas de câmbio de fecho do período, no caso da conversão dos ativos e passivos, e a taxa de câmbio médio no caso da conversão dos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão dos saldos e das demonstrações financeiras em moeda estrangeira foram as seguintes.

	2013		2012	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZM)	41,24000	39,66750	39,24000	36,56000
Dólar dos USA (USD)	1,37910	1,32815	1,31940	1,31990
Direitos de saque especial (DTS)	1,11732	1,14440	1,16583	1,17373

Fonte: Banco de Portugal

2.5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo; (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra; e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local (Notas 2.19 e 27). De acordo com

a exceção prevista na IFRS1 – Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, as reavaliações efetuadas aos ativos tangíveis, de acordo com os índices de atualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de janeiro de 2009, foram mantidas, designando-se essas quantias reavaliadas, para efeitos de IFRS, como “custo considerado” e foram incluídos nos “Resultados transitados”.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 7
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 10

Os terrenos não são depreciáveis.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, o Grupo avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso do valor contabilístico face ao valor recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os rendimentos ou gastos decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada, são contabilizados em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” ou “Outros gastos e perdas operacionais”.

2.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com patentes, *software* (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 20 anos:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Propriedade industrial	3 – 20
<i>Software</i>	3 – 10

Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial e outros direitos, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, e sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os rendimentos ou gastos decorrentes da alienação de ativos intangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada, são contabilizados em resultados na ru-

brica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” ou “Outros gastos e perdas operacionais”.

2.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pelo Grupo para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para:

- a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou
- b) venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis que o Grupo desafetou do uso na prestação dos serviços do Grupo e que detém para obter rendas ou valorização de capital.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As taxas de depreciação consideradas são compreendidas entre 10 e 50 anos.

O Grupo providencia anualmente avaliações dos ativos classificados como propriedades de investimento para determinar eventuais imparidades e proceder à respetiva divulgação do justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

2.8. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS, EXCETO GOODWILL

O Grupo efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de

uso. O justo valor é o preço que seria recebido pela venda do ativo numa transação entre participantes do mercado à data da mensuração. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração consolidada dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores.

2.9. GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de cada entidade adquirida e incluída na consolidação pelo método integral, ou subsidiária, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista no IFRS 1 – Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2009. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009 foram mantidos, pelos valores líquidos apresentados nessa data, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O *goodwill* não é amortizado. Na análise de imparidade do *goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto, é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC antes de impostos (“Weighted Average Cost of Capital”) do Grupo CTT para o segmento de negócio a que a unidade geradora de caixa pertence. Os testes de imparidade são realizados à

data de cada relato financeiro ou mais cedo se forem identificados indicadores de risco de imparidade.

As perdas por imparidade não são revertíveis.

Na venda de unidades geradoras de caixa, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação das perdas ou ganhos de capital.

2.10. ATIVOS FINANCEIROS

2.10.1 Classificação

O Grupo classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo da aquisição dos referidos ativos financeiros. A gestão determina a classificação dos seus ativos financeiros aquando do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Os empréstimos concedidos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto quando possuam maturidades superiores a 12 meses após a data de balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes. Os empréstimos concedidos e contas a receber do Grupo, incluem ‘Contas a receber’, ‘Caixa e equivalentes de caixa’, ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’ registados no balanço consolidado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que são designados no momento do seu reconhecimento inicial nesta categoria ou não se enquadram em Empréstimos concedidos e contas a receber. Estes ativos financeiros são classificados como não correntes, exceto se forem investimentos com maturidades inferiores a 1 ano ou se a gestão tiver a intenção de os alienar no prazo de 12 meses seguintes à data das demonstrações financeiras.

2.10.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de contratação – a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, acrescido dos custos de transação, para todos os ativos financeiros não reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os ativos financeiros são desreconhecidos no momento em que expiram ou são transferidos os direitos a receber fluxos de caixa e transferidos substancialmente

os riscos e benefícios associados à sua propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e as contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

Os dividendos de ações classificados como disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração dos resultados quando for estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.11. CAPITAL

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

2.12. PASSIVOS FINANCEIROS

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Contas a pagar” (Nota 28).

Contas a pagar

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas inicialmente ao valor descontado e subsequentemente pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços, pelo Grupo no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivos não correntes.

2.13. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o seu valor líquido é apresentado no balanço consolidado quando existe o direito legal para compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia a cada data das demonstrações financeiras se existe evidência objetiva que um ativo, ou um grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade. Um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade e são incorridas perdas por imparidade apenas se existir evidência objetiva de imparidade em virtude da ocorrência de um ou mais eventos após o reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda), e de que tal evento (ou eventos) resulte num impacto na estimativa de fluxos de caixa futuros, produzidos por esse ativo ou grupo de ativos, que possa ser estimado com fiabilidade.

Evidência de imparidade pode referir-se a indicações que os devedores, ou grupo de devedores, se encontram em dificuldades financeiras significativas, incumprimento no pagamento de juros ou valores a receber, a indicações que o devedor poderá entrar em falência ou em processo de reestruturação financeira e a situação onde dados observáveis indicam que existe um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados.

Para os Empréstimos concedidos e contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor ao qual o ativo se encontra escriturado e o valor atual da estimativa de fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efetiva original. O valor escriturado é reduzido, e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados.

Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade decresce, e esse decréscimo pode ser objetivamente atribuível a um evento que ocorre após a imparidade ser registada, então a imparidade anteriormente reconhecida é revertida na demonstração dos resultados consolidada.

Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo analisa a cada data de reporte se existe evidência objetiva de imparidade sobre um ativo financeiro, ou um Grupo de ativos financeiros. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um decréscimo prolongado

e significativo do justo valor do título relativamente ao seu valor de custo constitui também evidência de imparidade. Se tal evidência existir em ativos disponíveis para venda, a perda acumulada – medida pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data, subtraída de qualquer perda por imparidade previamente reconhecida através de resultados por conta do ativo financeiro em questão – é removida do capital e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados sobre instrumentos de capital não são revertidas através da demonstração dos resultados consolidados.

2.15. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido, utilizando-se o custo médio ponderado, como método de valorização das saídas de armazém.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)”.

2.16. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes, são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma venda em vez de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda, seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) o Grupo tenha assumido um compromisso de vender; e (iii) seja expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes desta classificação e o seu justo valor, deduzido dos custos de venda. Quando o justo valor é inferior à quantia escriturada, a diferença é reconhecida em “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, na Demonstração dos resultados consolidados.

Os ativos não correntes detidos para venda são apresentados em linha própria no balanço consolidado.

Os ativos não correntes detidos para venda não são sujeitos a amortização e depreciação.

Os resultados das operações descontinuadas são apresentados, em linha própria na Demonstração dos resultados consolidados, a seguir ao Imposto sobre o rendimento e antes do Resultado líquido do exercício.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos anteriormente, ainda que o Grupo retenha algum interesse residual na subsidiária após a venda.

2.17. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos, quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

2.18. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Grupo adota como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades pelo pagamento das prestações de cuidados de saúde pós-reforma e outros benefícios, os critérios consagrados na IAS 19, através do método de custeio atuarial “Unidade de crédito projetada” (Notaz6).

Para obtenção da estimativa do valor das responsabilidades (Valor presente da obrigação de benefício definido) e do gasto a reconhecer em cada período, é efetuado anualmente um estudo atuarial por entidade independente de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis. O “Valor presente da obrigação de benefício definido” é registado no passivo na rubrica de “Benefícios aos empregados”.

Em 31 de dezembro de 2012, os CTT, S.A. optaram pela adoção antecipada das alterações constantes na IAS 19, pelo que, no que se refere a benefícios pós-emprego, os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, na totalidade, nos capitais próprios, inversamente ao procedimento que ocorria em anteriores exercícios económicos, em que eram diferidos e amortizados pelo período médio estimado de serviço futuro dos trabalhadores até à idade de aposentação. No caso de ganhos e perdas atuariais relativos a outros benefícios de longo prazo, que não pós-emprego, são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem.

A IAS 19 não especifica se os juros associados aos planos de benefícios definidos devam ser apresentado como gastos de pessoal ou gastos financeiros. A maioria dos operadores postais europeus considera os juros como gastos financeiros, pelo que os CTT, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 reclassificaram os juros dos benefícios aos empregados para os gastos financeiros a fim de assegurar a comparabilidade com a maioria dos seus pares.

Pensões de aposentação do pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações (“CGA”)

O Decreto-Lei n.º 246/2003, de 8 de outubro, transferiu a responsabilidade dos encargos com as pensões de aposentação do pessoal dos CTT subscritor da CGA, já aposentado e no ativo, para esta última entidade, com efeitos a 1 de janeiro de 2003, pelo que o referido diploma legal extinguiu o Fundo de Pensões do Pessoal dos CTT. Como consequência da extinção do fundo, conforme determinado pelo mesmo diploma legal, a Empresa transferiu para a CGA e para a Direção Geral do Tesouro, o valor do respetivo património, reportado a 1 de janeiro de 2003, acrescido dos respetivos rendimentos e incrementos de valor até à data da sua efetiva entrega, em dezembro de 2003.

Benefícios pós-emprego – Cuidados de saúde

Os trabalhadores subscritores da C.G.A. e os trabalhadores beneficiários da Segurança Social (“S.S.”), (admitidos no quadro efetivo da Empresa após 19 de maio de 1992 e até 31 de dezembro de 2009), podem usufruir dos benefícios, no âmbito dos cuidados de saúde, previstos no Regulamento das Obras Sociais dos CTT. Tais benefícios são extensíveis a todos os trabalhadores efetivos da Empresa, quer se encontrem no ativo, quer na situação de aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os trabalhadores admitidos na Empresa após 31 de dezembro de 2009, apenas poderão usufruir dos benefícios previstos no Regulamento das Obras Sociais enquanto se mantiverem vinculados à Empresa por um contrato individual de trabalho, não lhe assistindo tal direito na aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os benefícios com cuidados de saúde respeitam, nomeadamente, à comparticipação no custo dos medicamentos, dos serviços médico-cirúrgicos, de enfermagem e de meios auxiliares de diagnóstico e dos serviços hospitalares, conforme estabelecido no Regulamento das Obras Sociais dos CTT.

O financiamento do plano de cuidados de saúde pós-emprego é garantido na sua maior parte pela Empresa, sendo o restante coberto pelas quotas pagas pelos beneficiários.

A adesão ao plano de cuidados de saúde pós-emprego implica o pagamento por parte dos beneficiários titulares (aposentados e reformados) de uma quota correspondente a 1,5 % da pensão. Por cada familiar inscrito é também paga uma quota de 1,5 % ou 2 % da pensão, dependendo a percentagem do montante desta. Em determinadas situações especiais poderá haver isenção do pagamento de quota quer para titulares quer para familiares.

A gestão do plano de cuidados de saúde é assegurada pelo IOS – Instituto das Obras Sociais, que por sua vez contratou a Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT-ACS”) para prestação dos serviços de assistência médica.

Outros benefícios de longo prazo

Existe ainda um conjunto de obrigações construídas assumidas pelo Grupo perante alguns grupos de trabalhadores, nomeadamente:

• Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho

As responsabilidades pelo pagamento de salários a empregados em regime de libertação do posto de trabalho, de suspensão de contrato de trabalho, pré-reforma ou equivalentes, são reconhecidas na Demonstração consolidada dos resultados, na sua totalidade, no momento de passagem do empregado para aqueles regimes.

• Taxa de assinatura telefónica

Trata-se de um benefício assumido pelos CTT de pagamento da taxa de telefone fixo a um grupo fechado de trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes (7.680 beneficiários em 31 de dezembro de 2013 e 8.117 beneficiários em 31 de dezembro de 2012), que beneficiavam da mesma em 01/06/2004 no montante de 15,30 euros mensais. Durante o ano de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir este pagamento por uma medida equivalente que se traduziu a partir de 1 de janeiro de 2014, na substituição deste apoio financeiro por uma prestação em espécie.

• Pensões por acidente de serviço

Corresponde essencialmente a responsabilidades com o pagamento de pensões por acidentes em serviço, relativas a trabalhadores subscritores da CGA.

O Grupo CTT suporta igualmente as demais responsabilidades decorrentes dos acidentes de serviço destes trabalhadores.

De acordo com a legislação em vigor, no que diz respeito aos trabalhadores subscritores da CGA, são da responsabilidade do Grupo os encargos com pensões que tiverem sido atribuídas a título de repara-

ção de danos resultantes de acidentes em serviço, e dos quais tenha resultado a incapacidade permanente ou morte do trabalhador. O valor destas pensões é atualizado por diploma legal. Atualmente, por não se considerar economicamente justificado, não existe apólice de seguro contratada para fazer face a estas responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 havia 67 e 66 beneficiários, respetivamente, a receber este tipo de pensão.

• Subsídio mensal vitalício

Constitui um subsídio previsto no regime jurídico das prestações familiares do D.L. nº 133-B/97 de 30 de Maio, retificado pela Declaração de retificação nº 15-F/97, de 30.09, alterado pelos D.L. nº 248/99, de 02 de Julho, 341/99 de 25 de Agosto, 250/2001 de 21 de Setembro e 176/2003, de 02 de Agosto.

São beneficiários os trabalhadores no ativo ou aposentados, que tenham descendentes, maiores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontrem em situação que os impossibilite de proverem normalmente à sua subsistência pelo exercício de atividade profissional. No caso de se tratar de beneficiários subscritores da CGA, o encargo com o subsídio é da responsabilidade dos CTT.

Em 31 de dezembro de 2013 havia 48 beneficiários nestas condições, (51 beneficiários em 31 de dezembro de 2012), a receber um valor mensal de 176,76 euro, 12 meses por ano. Este valor é atualizado por Portaria dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social.

• Apoio por cessação da atividade profissional

Este benefício é concedido aos trabalhadores que se aposentem, com pelo menos 5 anos de antiguidade na Empresa. O seu montante depende da antiguidade à data da aposentação. Em 31 de dezembro de 2012 a tabela em vigor previa um valor máximo de 1.847,16 euros para 36 ou mais anos de antiguidade. Em 2012 o Conselho de Administração dos CTT deliberou descontinuar a compensação que era atribuída aos trabalhadores que atingiram o termo da sua vida ativa ao serviço da empresa CTT, S.A.. Deliberou igualmente que, nas situações de desligação e reforma que venham a ocorrer na sequência dos pedidos de aposentação e de reforma já apresentados ou que viessem a sê-lo até ao dia 31 de março de 2013 a manutenção do referido benefício.

Os principais pressupostos financeiros e demográficos utilizados no cálculo destas responsabilidades nomeadamente taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez são os mesmos que os utilizados na avaliação atuarial do plano de cuidados de saúde dos CTT.

2.19. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Quando alguma destas condições não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de “Gastos e perdas financeiros” (Nota 40).

As provisões são revistas a cada data de relato financeiro e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando as perdas em empresas associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada, caso em que é registada uma Provisão para investimentos em associadas.

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pelo Conselho de Administração e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente.

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos comecem a ser utilizados ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros. É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados do Grupo.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente (Nota 27). Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou

a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

2.20. RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, *royalties*, juros e dividendos (provenientes de investimentos não contabilizados pelo método de equivalência patrimonial), decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo às vendas de produtos de *merchandising* e afetas ao negócio postal é reconhecido no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que normalmente ocorre no momento da transação.

O rédito relativo à prestação de serviços postais é reconhecido no momento em que o cliente solicita o serviço, uma vez que os CTT não têm informação que permita estimar com fiabilidade o montante relativo a entregas não efetuadas na data do relato financeiro, embora se entenda que o mesmo não é materialmente relevante visto que a data de solicitação do serviço não difere significativamente da data da sua prestação.

Os preços dos serviços prestados no âmbito da concessão do Serviço Postal Universal são regulados através de um convénio de preços celebrado entre os CTT e o ICP-ANACOM.

As comissões por cobranças efetuadas e por venda de produtos financeiros são reconhecidas na data da prestação de contas com o cliente. O rédito reconhecido corresponde apenas à comissão cobrada pelos CTT, os quais atuam enquanto agente.

O rédito relativo a apartados e custódia de arquivos é reconhecido durante o período dos respetivos contratos.

O rédito relativo às recargas de serviços de telecomunicações móveis pré-pagos é diferido, e reconhecido em resultados em função do tráfego efetuado pelo cliente, no período em que a prestação de serviços é efetuada.

O rédito relativo a serviços postais internacionais, bem como os custos correspondentes, é estimado com base em sondagens e índices acordados com as administrações postais homólogas e registados em contas provisórias, no mês em que o tráfego ocorre. As diferenças, que normalmente não são significativas, entre os valores assim estimados, e as contas definitivas, apuradas por acordo com aquelas administrações, são reconhecidas em resultados quando as contas passam a definitivas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O Grupo regista parte dos juros recebidos de depósitos em outros rendimentos operacionais, que se referem a depósitos de curto-prazo no segmento “Serviços Financeiros”. O Grupo considera que os recebimentos associados a investimento temporário em fundos e que vão ser pagos a terceiros é um dos objetivos operacionais do segmento “Serviços Financeiros”. Na demonstração consolidada de fluxos de caixa, a parte do juro é reconhecida como fluxo de caixa operacional.

2.21. SUBSÍDIOS OBTIDOS

Os subsídios apenas são reconhecidos quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente no passivo não corrente, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados como rendimentos durante os períodos necessários para os balancear com os gastos incorridos, na medida em que os subsídios não sejam reembolsáveis.

2.22. LOCAÇÕES

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associa-

dos à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento do Grupo para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade do Grupo. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração consolidada dos resultados, durante o período da locação (Nota 35).

2.23. ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos quando incorridos. Exceção: os juros são capitalizados quando os empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

2.24. IMPOSTOS

Imposto sobre o rendimento (“IRC”)

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do relato financeiro. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes registados dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os CTT encontram-se abrangidos pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC. As restantes empresas são tributadas individualmente com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Imposto sobre o valor acrescentado (“IVA”)

Para efeito de IVA a Empresa-mãe encontra-se enquadrada no regime normal de periodicidade mensal de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 41 do Código do IVA, praticando no âmbito da sua atividade operações isentas, enquadráveis no art.º 9.º do Código do IVA e outras sujeitas e não isentas, razão pela qual utiliza para efeitos de apuramento de IVA o método da afetação real e o método do *prorata*.

2.25. PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em “Outros ativos correntes” ou em “Outros passivos correntes”. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos”, respetivamente, no passivo e no ativo.

2.26. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinados com base no melhor conhecimento existente e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/estimativas de vidas úteis

As depreciações/amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação/amortização praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do *Goodwill*

O Grupo testa o *goodwill*, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 2.9. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação à evolução futura da respetiva participada. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macroeconómico. As variações destes pressupostos poderão ter impactos ao nível dos resultados e no conseqüente registo de imparidades.

(iii) Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação do Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de

crédito do cliente e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriorarem, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(v) Benefícios aos empregados

A determinação das responsabilidades com o pagamento de benefícios pós-emprego, nomeadamente com cuidados de saúde, requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades com estes benefícios. Quaisquer alterações nos pressupostos utilizados, os quais estão descritos na Nota 26, terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades com benefícios aos empregados. Os CTT têm como política rever periodicamente os principais pressupostos atuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

(vi) Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando o Grupo espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar resultados futuros.

2.27. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

2.28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3. Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

No período findo em 31 de dezembro de 2012 foi adotada a IAS 19 – Benefícios de empregados (revisita). De acordo com a mesma, os ganhos e perdas atuariais relativos a benefícios pós-emprego, anteriormente diferidos e amortizados pelo período médio estimado de serviços futuros dos trabalhadores até à idade da reforma, passam a ser reconhecidos de imediato e apenas no capital próprio em “Outros rendimentos integrais”.

Conforme mencionado na Nota 2.1.1, os CTT procederam à adoção antecipada da norma IFRS 11 – Acordos conjuntos, na sequência da qual os empreendimentos conjuntos, nos quais os CTT participam (ACE’s) passaram a ser registados pelo método da equivalência patrimonial quando anteriormente eram registados pelo método da consolidação proporcional.

A IAS 19 não especifica se os juros associados aos planos de benefícios definidos devam ser apresentado como gastos de pessoal ou gastos financeiros. A maioria dos operadores postais europeus considera os juros como gastos financeiros, pelo que o Grupo reclassificou os juros dos benefícios aos empregados para os gastos financeiros no montante de 16.091.375 euros, a fim de assegurar a comparabilidade com a maioria dos seus pares. Esta reclassificação não afeta o resultado líquido do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 conforme relatado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Estatutárias.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas Estatutárias do Grupo CTT, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, incluíram uma opinião de auditoria qualificada relacionada com uma provisão para reestruturações que não cumpria por completo com os requisitos previstos nos normativos contabilísticos.

Para fins de Privatização as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Auditadas de 2010, 2011 e 2012 foram ajustadas no sentido do cumprimento dos referidos normativos, sem no entanto afetarem os capitais próprios líquidos de 31 de dezembro de 2012, relatados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Estatutárias. Em 31 de dezembro de 2012, estes ajustamentos corresponderam a um aumento dos gastos com o pessoal e dos gastos com provisões, respetivamente, no montante de 659.500 euros e 3.305.700 euros e a uma redução do gasto com imposto sobre o rendimento do período no montante de 1.146.339 euros por contrapartida de um aumento dos resultados transitados no montante de 2.818.861 euros.

Os juros relacionados com o segmento “Serviços Financeiros” passaram a estar incluídos “Outros rendimentos e ganhos” quando anteriormente se encontravam registados na “Rendimentos financeiros”.

Adicionalmente, foi efetuada, em 31 de dezembro de 2012, a reclassificação da totalidade do saldo de “Excedentes de revalorização” para a rubrica de “Resultados transitados” no montante de 56.088.705 euros e a reclassificação de 706.635 euros desta última rubrica para “Outras variações do capital próprio”, bem como a reclassificação dos ajustamentos de ativos financeiros de “Reservas” para “Resultados Transitados” no valor de 25.317.658 euros.

O impacto por rubrica, dos ajustamentos acima mencionados, nas demonstrações financeiras consolidadas foi o seguinte:

BALANÇO CONSOLIDADO

	01.01.2012				
	Reportado	IAS 19R	Provisão Reestrutur- ações	Reservas e Excedentes de revalorização	Reexpresso
Ativo não corrente:					
Ativos fixos tangíveis	269 246 885	-	-	-	269 246 885
Propriedades de investimento	2 728 373	-	-	-	2 728 373
Ativos intangíveis	15 080 232	-	-	-	15 080 232
Goodwill	25 528 608	-	-	-	25 528 608
Investimentos em associadas	552 824	-	-	-	552 824
Outros investimentos	130 829	-	-	-	130 829
Outros ativos não correntes	6 004 988	-	-	-	6 004 988
Ativos por impostos diferidos	109 434 687	(5 820 590)	(1 146 339)	-	102 467 758
Total do ativo não corrente	428 707 426	(5 820 590)	(1 146 339)	-	421 740 497
Ativo corrente:					
Inventários	6 305 998	-	-	-	6 305 998
Contas a receber	164 395 448	-	-	-	164 395 448
Imposto sobre o rendimento	3	-	-	-	3
Diferimentos	5 494 827	-	-	-	5 494 827
Outros ativos correntes	27 214 044	-	-	-	27 214 044
Caixa e equivalentes a caixa	426 259 362	-	-	-	426 259 362
Total do ativo corrente	629 669 682	-	-	-	629 669 682
Total do ativo	1 058 377 108	(5 820 590)	(1 146 339)	-	1 051 410 179
Capital próprio e passivo					
Capital próprio:					
Capital realizado	87 325 000	-	-	-	87 325 000
Reservas	50 657 421	-	-	(24 864 523)	25 792 898
Resultados transitados	2 408 870	(706 635)	3 376 775	83 489 755	88 568 765
Outras variações no capital próprio	-	15 850 935	-	-	15 850 935
Excedentes de revalorização	58 625 232	-	-	(58 625 232)	-
Resultado líquido do período atribuível a detentores do capital do Grupo CTT	56 712 195	(893 890)	(557 914)	-	55 260 391
Interesses não controlados	1 627 958	-	-	-	1 627 958
Total do capital próprio	257 356 676	14 250 410	2 818 861	-	274 425 947
Passivo:					
Passivo não corrente:					
Financiamentos obtidos	5 943 942	-	-	-	5 943 942
Benefícios aos empregados	300 975 316	-	-	-	300 975 316
Provisões	20 440 943	-	(3 965 200)	-	16 475 743
Diferimentos	32 516 951	(18 812 000)	-	-	13 704 951
Passivos por impostos diferidos	6 165 433	-	-	-	6 165 433
Total do passivo não corrente	366 042 585	(18 812 000)	(3 965 200)	-	343 265 385
Passivo corrente:					
Contas a pagar	346 905 448	-	-	-	346 905 448
Benefícios aos empregados	20 455 430	-	-	-	20 455 430
Imposto sobre o rendimento	7 381 234	-	-	-	7 381 234
Financiamentos obtidos	5 165 248	-	-	-	5 165 248
Diferimentos	5 934 943	(1 259 000)	-	-	4 675 943
Outros passivos correntes	49 135 544	-	-	-	49 135 544
Total do passivo corrente	434 977 847	(1 259 000)	-	-	433 718 847
Total do passivo	801 020 432	(20 071 000)	(3 965 200)	-	776 984 232
Total do capital próprio e do passivo	1 058 377 108	(5 820 590)	(1 146 339)	-	1 051 410 179

BALANÇO CONSOLIDADO

31.12.2012

	Reportado	ACE's	IAS 19R	Provisão Reestrutur- ações	Reservas e Excedentes de revalorização	Reexpresso
Ativo não corrente:						
Ativos fixos tangíveis	259 077 634	(922)	-	-	-	259 076 712
Propriedades de investimento	1 368 943	-	-	-	-	1 368 943
Ativos intangíveis	14 355 060	-	-	-	-	14 355 060
<i>Goodwill</i>	25 528 608	-	-	-	-	25 528 608
Investimentos em associadas	690 215	-	-	-	-	690 215
Outros investimentos	130 829	-	-	-	-	130 829
Outros ativos não correntes	2 018 619	-	-	-	-	2 018 619
Ativos por impostos diferidos	102 228 537	-	-	-	-	102 228 537
Total do ativo não corrente	405 398 445	(922)	-	-	-	405 397 523
Ativo corrente:						
Inventários	6 710 739	-	-	-	-	6 710 739
Contas a receber	135 212 754	104 802	-	-	-	135 317 556
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-	-	-
Diferimentos	5 600 261	(5 425)	-	-	-	5 594 836
Outros ativos correntes	20 992 404	(136 272)	-	-	-	20 856 132
Caixa e equivalentes a caixa	489 510 078	(206 615)	-	-	-	489 303 463
Total do ativo corrente	658 026 236	(243 510)	-	-	-	657 782 726
Total do ativo	1 063 424 681	(244 432)	-	-	-	1 063 180 249
Capital próprio e passivo						
Capital próprio:						
Capital realizado	87 325 000	-	-	-	-	87 325 000
Reservas	53 946 165	-	-	-	(25 317 657)	28 628 508
Resultados transitados	3 586 704	-	(706 635)	2 818 861	81 406 362	87 105 292
Outras variações no capital próprio	32 372 942	-	706 635	-	-	33 079 577
Excedentes de revalorização	56 088 705	-	-	-	(56 088 705)	-
Resultado líquido do período atribuível a detentores do capital do Grupo CTT	38 554 129	-	-	(2 818 861)	-	35 735 268
Interesses não controlados	1 607 508	-	-	-	-	1 607 508
Total do capital próprio	273 481 153	-	-	-	-	273 481 153
Passivo:						
Passivo não corrente:						
Financiamentos obtidos	4 565 411	(4 709)	-	-	-	4 560 702
Benefícios aos empregados	282 065 364	-	-	-	-	282 065 364
Provisões	36 596 189	-	-	-	-	36 596 189
Diferimentos	11 322 625	-	-	-	-	11 322 625
Passivos por impostos diferidos	5 740 233	-	-	-	-	5 740 233
Total do passivo não corrente	340 289 822	(4 709)	-	-	-	340 285 113
Passivo corrente:						
Contas a pagar	349 292 545	(77 386)	-	-	-	349 215 159
Benefícios aos empregados	21 250 996	-	-	-	-	21 250 996
Imposto sobre o rendimento	864 909	(2 465)	-	-	-	862 444
Financiamentos obtidos	6 857 361	-	-	-	-	6 857 361
Diferimentos	4 368 966	-	-	-	-	4 368 966
Outros passivos correntes	67 018 929	(159 872)	-	-	-	66 859 057
Total do passivo corrente	449 653 706	(239 723)	-	-	-	449 413 983
Total do passivo	789 943 528	(244 432)	-	-	-	789 699 096
Total do capital próprio e do passivo	1 063 424 681	(244 432)	-	-	-	1 063 180 249

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	2012				
	Reportado	Provisão Reestrutur- ações	Gastos Financeiros Benef Empregados	Rendimentos Financeiros Operacionais	Reexpresso
Rendimentos e gastos					
Rendimentos operacionais	711 690 865				714 225 417
Vendas e serviços prestados	699 332 226	-	-	-	699 332 226
Outros rendimentos e ganhos	12 358 639	-	-	2 534 552	14 893 191
Gastos operacionais (669 380 383)					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(18 543 380)	-	-	-	(18 543 380)
Fornecimentos e serviços externos	(246 416 229)	-	-	-	(246 416 229)
Gastos com o pessoal	(348 751 126)	(659 500)	16 091 375	-	(333 319 251)
Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)	(798 308)	-	-	-	(798 308)
Imparidade de ativos não depreciáveis	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	(18 627 833)	(3 305 700)	-	-	(21 933 533)
Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	(24 635 814)	-	-	-	(24 635 814)
Outros gastos e perdas	(11 607 693)	-	-	-	(11 607 693)
Resultado operacional	42 310 482	(3 965 200)	16 091 375	2 534 552	56 971 209
Resultados financeiros	14 486 891	-	(16 091 375)	(2 534 552)	(4 139 036)
Gastos e perdas financeiros	(669 459)	-	(16 091 375)	-	(16 760 834)
Rendimentos financeiros	14 916 210	-	-	(2 534 552)	12 381 658
Ganhos/perdas em associadas	240 140	-	-	-	240 140
Resultados antes de impostos	56 797 373	(3 965 200)	-	-	52 832 173
Imposto sobre o rendimento do período	(18 011 242)	1 146 339	-	-	(16 864 903)
Resultado líquido do período	38 786 131	(2 818 861)	-	-	35 967 270
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores do capital do Grupo CTT	38 554 129	(2 818 861)	-	-	35 735 268
Interesses não controlados	232 002	-	-	-	232 002
Resultado por ação da empresa mãe	2,20				0,24

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

	2012		
	Reportado	Provisão Reestruturações	Reexpresso
Rendimentos e gastos			
Resultado líquido do período	38 786 131	(2 818 861)	35 967 270
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	(11 669)	-	(11 669)
Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	24 265 693	-	24 265 693
Impostos Diferidos – Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	(7 037 051)	-	(7 037 051)
Outras alterações no capital próprio	-	-	-
Outro rendimento integral do período líquido de impostos	17 216 973	-	17 216 973
Rendimento integral do período	56 003 104	(2 818 861)	53 184 243
Atribuível a interesses não controlados	232 002	-	232 002
Atribuível ao acionista dos CTT	55 771 102	(2 818 861)	52 952 241

Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- Correio – CTT SA (sem serviços financeiros), rede de lojas e áreas corporativas e de suporte, incluindo a Postcontacto, a Mailtec Processos e a CTT Gest;
- Expresso – inclui a CTT Expresso, a Tourline e a CORRE;
- Serviços financeiros – Payshop e serviços financeiros dos CTT SA;
- Soluções empresariais – englobam a Mailtec Consultoria, a Mailtec Comunicação, a EAD e ainda a área de soluções empresariais dos CTT SA.

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal, coberto pelo segmento do Correio e Soluções empresariais;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços financeiros.

Além dos quatro Segmentos acima referidas, existem dois canais de venda, transversais a todos os negócios e produtos, a Rede de Lojas e os Grandes Clientes. A Rede de Lojas, estando associada às obrigações no âmbito da concessão do serviço pos-

tal universal, encontra-se, para efeitos desta análise, incorporada no segmento Correio, integrando os rendimentos internos relacionados com a sua prestação de serviços a outros segmentos, assim como a venda de produtos e serviços de terceiros realizados na sua rede.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT S.A. possui ativos em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus proveitos e custos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT S.A., sendo os rendimentos apurados em função de atividades *standard* valorizadas através de preços de transferência definidos internamente.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) anteriormente não imputados são repartidos pelos segmentos Correio, Soluções Empresariais e Serviços Financeiros em função do número médio de pessoal ao serviço dos CTT S.A. afeto a cada um destes segmentos.

Com a imputação da globalidade dos custos, o resultado antes de depreciações, provisões, imparidades, resultados financeiros e impostos por segmento, a 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

2013

	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	Total
Rendimentos operacionais	525 557 810	129 521 210	60 860 268	21 628 098	105 100 326	(137 820 704)		704 847 008
Vendas e prestação de serviços	490 341 832	127 964 254	57 304 274	20 256 443	-	(5 798 122)	-	690 068 682
Vendas	21 093 522	1 269 256	-	-	-	(20 359)	-	22 342 418
Prestação de serviços	469 248 310	126 694 999	57 304 274	20 256 443	-	(5 777 762)	-	667 726 264
Rendimentos operacionais a clientes externos	17 046 149	1 556 956	3 473 295	1 328 017	15 780 809	(24 406 899)	-	14 778 326
Prestações internas de serviços	18 169 829	-	82 699	43 638	73 463 081	(91 759 247)	-	-
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	-	15 856 436	(15 856 436)	-	-
Gastos operacionais	440 546 600	122 155 255	33 463 465	19 273 178	105 100 326	(137 820 704)		- 582 718 119
Fornecimentos e serviços externos	99 926 192	96 471 870	10 704 771	9 320 344	55 689 027	(30 053 624)	-	242 058 580
Gastos com pessoal	233 232 258	23 439 807	3 197 664	7 206 433	45 996 315	-	-	313 072 477
Outros gastos	20 624 905	2 243 578	403 907	1 885 941	2 580 128	(151 397)	-	27 587 062
Prestações internas de serviços	71 038 583	-	19 037 986	847 823	834 856	(91 759 247)	-	-
Afetação estrutura central CTT	15 724 662	-	119 136	12 638	-	(15 856 436)	-	-

2013

	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	Total
EBITDA(1)	85 011 210	7 365 955	27 396 804	2 354 920	-	-	-	122 128 889
Depreciações/ amortizações e imparidade dos investimentos	(15 108 745)	(3 053 199)	(710 857)	(1 493 133)	(3 462 266)	-	(1 886 929)	(25 715 129)
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas								(3 530 198)
Imparidade de ativos não depreciáveis								-
Provisões líquidas								(5 647 982)
Gastos financeiros								(11 874 463)
Rendimentos financeiros								7 871 559
Ganhos/perdas em entidades associadas								20 508
Resultado antes de imposto								83 253 184
Imposto sobre o rendimento								(22 147 899)
Resultado líquido								61 105 285
Interesses não controlados								89 218
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital								61 016 067

(1) Resultados operacionais + Depreciações/amortizações + variação líquida de provisões e perdas por imparidade

2012

	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros não alocados	Total
Rendimentos operacionais	535 956 792	127 998 059	57 673 089	22 999 124	122 805 783	(153 207 430)	-	714 225 417
Vendas e prestação de serviços	499 694 713	126 654 593	54 320 190	21 666 177	1 120 958	(4 124 404)	-	699 332 226
Vendas	23 008 136	1 304 978	-	-	-	(13 524)	-	24 299 590
Prestação de serviços	476 686 577	125 349 615	54 320 190	21 666 177	1 120 958	(4 110 880)	-	675 032 637
Rendimentos operacionais a clientes externos	16 642 491	1 343 466	2 741 984	1 150 650	15 920 151	(22 905 551)	-	14 893 191
Prestações internas de serviços	19 619 588	-	610 915	182 298	45 001 284	(65 414 084)	-	-
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	-	60 763 390	(60 763 390)	-	-
Gastos operacionais	467 774 580	118 854 690	32 367 986	21 290 945	122 805 783	(153 207 430)	-	609 886 553
Fornecimentos e serviços externos	106 278 359	92 716 016	9 187 639	9 913 377	55 328 821	(27 007 983)	-	246 416 228
Gastos com pessoal	236 719 295	23 926 575	3 190 371	7 970 025	61 512 985	-	-	333 319 251
Outros gastos	20 651 339	2 212 099	413 663	1 875 137	5 020 808	(21 973)	-	30 151 073
Prestações internas de serviços	43 977 313	-	19 125 007	1 368 595	943 169	(65 414 084)	-	-
Afetação estrutura central CTT	60 148 274	-	451 306	163 811	-	(60 763 390)	-	-
EBITDA(1)	68 182 213	9 143 368	25 305 103	1 708 180	-	-	-	104 338 864
Depreciações/amortizações e imparidade dos investimentos	(14 725 888)	(3 439 336)	(563 751)	(1 742 885)	(3 661 841)	-	(502 113)	(24 635 814)
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas								(798 308)
Imparidade de ativos não depreciáveis								-
Provisões líquidas								(21 933 533)
Gastos financeiros								(16 760 834)
Rendimentos financeiros								12 381 658
Ganhos/perdas em entidades associadas								240 140
Resultado antes de imposto								52 832 173
Imposto sobre o rendimento								(16 864 903)
Resultado líquido								35 967 270
Interesses não controlados								232 002
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital								35 735 268

(1) Resultados operacionais + Depreciações/amortizações + variação líquida de provisões e perdas por imparidade

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de euros	2013	2012
Correio	525 558	535 957
Correio Transacional	405 628	407 829
Correio Editorial	15 049	15 051
Encomendas (SU)	7 426	7 386
Correio publicitário	33 738	37 672
Produtos e Serviços de Retalho	18 453	21 602
Filatelia	6 885	7 021
Outros	38 379	39 396
Expresso & encomendas	129 521	127 998
Serviços Financeiros	60 860	57 673
Soluções Empresariais	21 628	22 999
Estrutura Central CTT	105 100	122 806
Eliminações intragrupo	(137 821)	(153 207)
	704 847	714 226

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

	2013						Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Outros não alocados	
Ativos intangíveis	2 822 246	3 347 318	255 217	232 483	3 983 456	2 408 587	13 049 308
Ativos fixos tangíveis	187 292 839	12 076 231	847 969	6 832 113	16 621 726	1 693 549	225 364 429
Propriedades de investimento						21 761 886	21 761 886
Goodwill	-	16 592 248	406 101	8 085 520	-	-	25 083 869
Ativos por impostos diferidos					-	103 645 256	103 645 256
Contas a receber	-	-	-	-	-	135 589 645	135 589 645
Outros ativos	-	-	-	-	-	30 764 237	30 764 237
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	544 875 803	544 875 803
	190 115 085	32 015 798	1 509 287	15 150 116	20 605 183	840 738 964	1 100 134 433

2012							
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT	Outros não alocados	Total
Ativos intangíveis	2 595 221	3 776 569	423 185	944 317	3 835 993	2 779 775	14 355 060
Ativos fixos tangíveis	205 928 961	12 854 831	999 538	7 034 089	31 960 346	298 946	259 076 712
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	1 368 943	1 368 943
Goodwill	-	17 036 987	406 101	8 085 520	-	-	25 528 608
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	102 228 537	102 228 537
Contas a receber	-	-	-	-	-	135 317 556	135 317 556
Outros ativos	-	-	-	-	-	36 001 370	36 001 370
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	489 303 463	489 303 463
	208 524 182	33 668 387	1 828 824	16 063 926	35 796 339	767 298 590	1 063 180 249

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

2013							
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT		Total
Financiamentos não correntes	1 647 925	1 235 049	-	399 152	-		3 282 126
Financiamentos bancários	-	-	-	-	-		-
Locações	1 647 925	1 235 049	-	399 152	-		3 282 126
Financiamentos correntes	456 263	2 986 881	-	273 413	-		3 716 557
Financiamentos bancários	-	2 478 647	-	1 990	-		2 480 637
Locações	456 263	508 233	-	271 423	-		1 235 919
	2 104 188	4 221 930	-	672 565	-		6 998 683

2012							
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Soluções Empresariais	Estrutura Central CTT		Total
Financiamentos não correntes	2 104 100	1 784 902	-	671 700	-		4 560 702
Financiamentos bancários	-	45 785	-	-	-		45 785
Locações	2 104 100	1 739 117	-	671 700	-		4 514 917
Financiamentos correntes	453 145	2 989 354	-	418 990	2 995 872		6 857 361
Financiamentos bancários	-	2 467 562	-	83 476	2 995 872		5 546 910
Locações	453 145	521 792	-	335 514	-		1 310 451
	2 557 245	4 774 256	-	1 090 690	2 995 872		11 418 063

O Grupo CTT está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por segmento geográfico são apresentadas abaixo:

Milhares de euros	2013	2012
Rendimentos – Portugal	611 837	623 351
Rendimentos – outros países	78 232	75 981
	690 069	699 332

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2013									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos de transporte	Total	
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	44 445 963	379 539 356	148 886 925	3 603 033	80 895 249	23 433 801	230 108	150 174	681 184 609	
Aquisições	393 899	3 865 339	2 771 881	5 037	861 425	1 169 866	166 995	712 500	9 946 942	
Alienações	(376 886)	(3 443 845)	(1 256 101)	-	(50 122)	(1 030)	-	-	(5 127 984)	
Transferências e abates	(19 706)	(34 538)	(1 741 726)	(8 823)	50 094	(189 454)	(222 820)	(111 684)	(2 278 657)	
Regularizações	-	(80)	-	-	(8 913)	(33 919)	-	3 051	(39 861)	
Outras variações	(5 902 715)	(42 485 510)	-	8 086	(811)	(16 642)	-	-	(48 397 592)	
Saldo final	38 540 555	337 440 722	148 660 979	3 607 333	81 746 922	24 362 622	174 283	754 041	635 287 457	
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	4 200 150	194 808 481	128 603 899	3 243 403	73 670 810	17 581 154	-	-	422 107 897	
Depreciações do período	-	9 199 355	5 569 980	167 315	3 176 149	1 168 689	-	-	19 281 488	
Alienações	(26 370)	(2 019 718)	(1 256 101)	-	(49 689)	(203)	-	-	(3 352 081)	
Transferências e abates	-	(2 226)	(1 860 092)	(8 823)	(107 664)	(6 869)	-	-	(1 985 674)	
Regularizações	-	-	-	-	(5 862)	-	-	-	(5 862)	
Outras variações	(273 950)	(25 834 403)	-	(14 624)	190	47	-	-	(26 122 740)	
Saldo final	3 899 830	176 151 489	131 057 686	3 387 271	76 683 934	18 742 818	-	-	409 923 028	
Ativos fixos tangíveis líquidos	34 640 725	161 289 233	17 603 293	220 062	5 062 988	5 619 804	174 283	754 041	225 364 429	

	2012								
	Reexpresso								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos de transporte	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	44 611 520	375 183 725	147 698 948	3 558 117	116 129 241	30 216 949	2 089 368	1 885 722	721 373 590
Aquisições	-	3 810 255	4 163 091	53 967	914 871	1 522 788	328 466	542 194	11 335 632
Alienações	(162 109)	(498 500)	(4 473 864)	-	(321 114)	(4 213)	-	-	(5 459 800)
Transferências e abates	-	1 047 890	1 499 396	(228)	(35 406 106)	(8 085 039)	(1 952 374)	(2 277 742)	(45 174 203)
Regularizações	(3 448)	(4 014)	-	(11 222)	(1 509)	(209 831)	-	-	(230 024)
Outras variações	-	-	(646)	2 399	(420 134)	(6 853)	(235 352)	-	(660 586)
Saldo final	44 445 963	379 539 356	148 886 925	3 603 033	80 895 249	23 433 801	230 108	150 174	681 184 609
Depreciações Acumuladas									
Saldo inicial	4 200 150	184 602 605	128 326 275	3 028 654	108 528 398	23 440 623	-	-	452 126 705
Depreciações do período	-	9 853 138	5 345 507	224 617	3 259 221	1 253 583	-	-	19 936 066
Alienações	-	(149 375)	(4 473 864)	-	(321 114)	(4 213)	-	-	(4 948 566)
Transferências e abates	-	-	(425 138)	(228)	(37 557 142)	(7 115 902)	-	-	(45 098 410)
Regularizações	-	502 113	-	-	-	-	-	-	502 113
Outras variações	-	-	(168 881)	(9 640)	(238 553)	7 063	-	-	(410 011)
Saldo final	4 200 150	194 808 481	128 603 899	3 243 403	73 670 810	17 581 154	-	-	422 107 897
Ativos fixos tangíveis líquidos	40 245 813	184 730 875	20 283 026	359 630	7 224 439	5 852 647	230 108	150 174	259 076 712

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções” incluem 5.205.814 euros (6.668.577 euros em 31 de dezembro de 2012) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com a PT Comunicações, S.A..

No período findo em 31 de dezembro de 2013, as Outras variações de Ativos fixos tangíveis incluem o montante de 48.388.225 euros transferidos para Propriedades de Investimento (Nota 7), bem como as respetivas depreciações acumuladas no montante de 25.606.240 euros e imparidades no montante de 502.113 euros. Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado, sendo detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital.

Em resultado da alteração ao contrato de concessão ocorrida em 26 de julho de 2006, no termo da concessão revertem, gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios públicos e privado do Estado, sendo que, antes desta alteração,

revertiam para o Estado todos os bens afetos à concessão. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, não estando portanto integrada no domínio público, reverterá para a posse do Estado apenas os bens que pertençam ao Estado, pelo que no fim da concessão o Grupo CTT continuará na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração, suportado nos seus assessores jurídicos, entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Terrenos e recursos naturais:

Os movimentos associados às aquisições e alienações dizem respeito na sua maior parte à permuta de compropriedades efetuada com a PT.

Na rubrica de alienações consta também a alienação por parte dos CTT de um terreno no Pinhão.

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições e alienações dizem respeito na sua maior parte à permuta de propriedades efetuada com a PT e à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT e da Tourline.

Na rubrica de alienações consta também a alienação por parte dos CTT de um edifício no Pinhão, que gerou uma mais-valia no valor de 7.733 euros.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições 2.771.881 euros, respeitam a aquisições diretas ou saídas de armazém, dos seguintes tipos de ativos:

- Aquisição de Contentores e Porta Tabuleiros: 181.390 euros;
- Upgrades a máquinas divisoras de correspondência: 149.332 euros;
- Aquisição de motas, carros elétricos, camiões e atrelados num valor aproximado de 759 mil euros
- Aquisição de impressoras (4): 1.120.344 euros. (Mailtec Comunicação)

As alienações registadas, num valor de 1.256.101 euros, referem-se à venda de diversos ativos dos CTT, que se encontravam totalmente depreciados e que geraram um ganho no montante de 45.081 euros.

Foram registados abates por inutilização/destruição de diversas categorias de bens, tais como, recetáculos e utensílios postais, balanças, cofres e material de movimentação e carga cuja totalidade ascendeu a 1.853.409 euros.

Equipamento administrativo:

O valor relativo às aquisições e transferências/abates 911.519 euros, respeitam a aquisições diretas ou saídas de armazém, tratando-se fundamentalmente da aquisição de equipamento informático (cerca de 229 mil euros), mobiliário postal (cerca de 206 mil euros), cerca de 8 mil euros em cofres e de 385 PDT's pela CTT Expresso no valor de 381 mil euros.

Foram registados abates por inutilização/destruição de diversas categorias de bens, tais como mesas, armários, móveis, etc cuja totalidade ascendeu a 94.063 euros.

Outros ativos fixos tangíveis:

O valor correspondente às aquisições desta classe de ativos (1.169.866 euros), respeita essencialmente à aquisição por parte dos CTT de equipamento de prevenção e segurança (cerca de 558 mil euros), equipamento de comunicação (cerca de 60 mil euros) e bem como a aquisição de diversos equipamentos para armazém (designados de ativos não afetos à exploração), cujo valor ascendeu a cerca de 393 mil euros.

Ativos fixos tangíveis em curso:

Os valores constantes nesta rubrica, dizem respeito ao registo dos gastos com obras de manutenção e conservação em imóveis próprios.

As depreciações contabilizadas no montante de 19.281.488 euros (19.936.066 euros em 31 de dezembro de 2012), foram registadas na rubrica de “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 38).

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos fixos tangíveis são como segue:

(i) Equipamento Básico

Os compromissos relativos a ativos fixos tangíveis respeitam à aquisição de melhorias no Sistema OCR no montante de 210 mil euros, de atrelados (182,4 mil euros), de furgões ligeiros de mercadorias no valor de 64,9 mil euros, de Scooters elétricas Govecs (49,7 mil euros), de sistema de etiquetagem paralelo para as máquinas TOP montante de 47,9 mil euros, de sistema de sequenciamento por CP7 nas MARS (44,3 mil euros) e de contentores internos para Casetes no valor de 41,8 mil euros.

6. Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2013							
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos	Total
Ativos intangíveis							
Saldo inicial	4 325 692	33 546 260	11 687 619	-	2 925 511	22 366	52 507 448
Aquisições	47 230	961 720	10 554	-	2 027 086	-	3 046 590
Transferências e abates	-	2 032 613	(28 086)	-	(2 356 239)	(22 366)	(374 078)
Regularizações	-	-	-	444 739	75 706	-	520 445
Outras variações	-	-	48 833	-	-	-	48 833
Saldo final	4 372 922	36 540 593	11 718 920	444 739	2 672 064	-	55 749 238
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	4 325 692	26 795 624	7 031 072	-	-	-	38 152 388
Amortizações do período	25 107	3 684 037	440 712	396 856	-	-	4 546 712
Outras variações	-	-	830	-	-	-	830
Saldo final	4 350 799	30 479 661	7 472 614	396 856	-	-	42 699 930
Ativos intangíveis líquidos	22 123	6 060 932	4 246 306	47 883	2 672 064	-	13 049 308
2012							
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos	Total
Ativos intangíveis							
Saldo inicial	4 325 692	29 520 405	10 906 059	-	4 171 683	17 986	48 941 825
Aquisições	-	567 922	24 971	-	2 114 193	4 380	2 711 466
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	3 513 452	-	-	(3 517 602)	-	(4 150)
Regularizações	-	-	799 449	-	-	-	799 449
Outras variações	-	(55 519)	(42 860)	-	157 237	-	58 858
Saldo final	4 325 692	33 546 260	11 687 619	-	2 925 511	22 366	52 507 448
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	4 325 692	23 294 861	6 241 040	-	-	-	33 861 593
Amortizações do período	-	3 530 961	665 361	-	-	-	4 196 322
Transferências e abates	-	(4 150)	-	-	-	-	(4 150)
Outras variações	-	(26 048)	124 671	-	-	-	98 623
Saldo final	4 325 692	26 795 624	7 031 072	-	-	-	38 152 388
Ativos intangíveis líquidos	-	6 750 636	4 656 547	-	2 925 511	22 366	14 355 060

Na rubrica Propriedade Industrial encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Gest, no montante de 1.200.000 euros. Esta licença não se encontra em amortização uma vez que tem uma vida útil indeterminada.

As transferências ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2013 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do exercício.

Foram capitalizados em programas de computador ou ativos intangíveis em curso, os valores de 295.915 euros e 339.584 euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, que dizem respeito à participação de recursos internos no desenvolvimento de projetos de informática.

Os ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2013 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	2013
Nova aplicação GRH	742 903
Informação de gestão	273 314
Certificação de faturas	375 676
Processo de aprovação de faturas	110 604
Arquivos SAP	115 982
Tratamento automatico de endereços	69 006
	1 687 485

As amortizações do período, no montante de 4.546.712 euros, (4.196.322 euros em 31 de dezembro de 2012) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 38).

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis são como segue:

(i) Programas de Computador

Os compromissos de compra referem-se a desenvolvimentos na solução “Sales Force Automation” no montante de 120,3 mil euros, ao Projeto de Business Intelligence (83,7 mil euros) e desenvolvimentos em *software* para o Contencioso e Assessoria jurídica no valor de 44,1 mil euros.

7. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

	2013		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	1 334 499	65 653	1 400 152
Outras variações	5 902 715	42 485 510	48 388 225
Saldo final	7 237 214	42 551 163	49 788 377
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	-	31 209	31 209
Depreciações do período	-	782 537	782 537
Outras variações	273 950	25 332 290	25 606 240
Saldo final	273 950	26 146 036	26 419 986
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	-	-
Perdas por imparidade	-	1 104 392	1 104 392
Outras variações	-	502 113	502 113
Saldo final	-	1 606 505	1 606 505
Propriedades de investimento líquidas	6 963 264	14 798 622	21 761 886
	2012		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	2 692 616	97 602	2 790 218
Abates	(1 361 565)	-	(1 361 565)
Outras variações	3 448	(31 949)	(28 501)
Saldo final	1 334 499	65 653	1 400 152
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	-	61 845	61 845
Depreciações do período	-	1 313	1 313
Outras variações	-	(31 949)	(31 949)
Saldo final	-	31 209	31 209
Propriedades de investimento líquidas	1 334 499	34 444	1 368 943

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado.

O valor de mercado destes ativos fixos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2013 efetuadas por entidades independentes, ascende a 29.374.185 euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, as Outras variações de Propriedade de investimentos incluem o montante de 48.388.225 euros transferidos de Ativos fixos tangíveis (Nota 5), bem como as respetivas depreciações acumuladas no montante de 25.606.240 euros e imparidades no montante de 502.113 euros.

O Grupo detém um conjunto de imóveis, classificado como Propriedades de Investimento, com indícios de poder estar em imparidade, derivado à crise económica do mercado imobiliário. Assim sendo foi necessário determinar o seu valor recuperável (justo valor deduzido dos custos de vender). Desta forma, o Grupo procedeu à avaliação dos referidos imóveis, efetuada por entidade externa, tendo concluído, em dez deles, pela existência de imparidade no montante de 1.104.392 euros (Nota 38), que resultaram das condições de mercado desfavoráveis nas áreas geográficas destes ativos.

As depreciações do período, no montante de 782.537 euros, (1.313 euros em 31 de dezembro de 2012) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)” (Nota 38).

8. Empresas incluídas no Perímetro de Consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias nas quais se detêm a maioria dos direitos de voto (controlo):

Denominação social	Sede	2013			2012		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Empresa – mãe:							
CTT – Correios de Portugal, S.A.	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias:							
PostContacto – Correio Publicitário, Lda. (“PostContacto”)	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	95	5	100	95	5	100
CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. (“CTT Expresso”)	Lugar do Quintanilho 2664-500 São Julião do Tojal	100	-	100	100	-	100
Payshop Portugal, S.A. (“Payshop”)	Av. D. João II lote 01.12,03 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. (“CTT Gest”)	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (“Mailtec SGPS”)	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	100	-	100	100	-	100
Mailtec Comunicação, S.A. (“Mailtec TI”)	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	17,7	82,3	100	17,7	82,3	100
Mailtec Consultoria, S.A. (“Mailtec CON”)	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	10	90	100	10	90	100
Mailtec Processos, Lda. (“EQUIP”)	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	-	100	100	-	100	100
Tourline Express Mensajería, SLU. (“TourLine”)	Calle Pedrosa C, 38-40 Hospitalet de Llobregat (08908)- Barcelona	100	-	100	100	-	100
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. (“EAD”)	Parque Industrial Mata Lobos, Lote 2 Apartado 151 2950-901 Palmela	51	-	51	51	-	51
Correio Expresso de Moçambique, S.A. (“CORRE”)	Av. Zedequias Manganhela, 309 Maputo – Moçambique	50	-	50	50	-	50

Relativamente à empresa associada “CORRE” e em virtude de o Grupo exercer um controlo efetivo dos setores operacional e financeiro a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	2013			2012		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Ti-Post Prestação de Serviços informáticos, ACE ("Ti-Post")	R. do Mar da China, Lote 1.07.2.3 Lisboa	49	-	49	49	-	49
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações, ACE	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	-	49	49	-	49
PTP & F, ACE	Estrada Casal do Canas Amadora	-	51	51	-	51	51

Associadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	2013			2012		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ("Multicert")	R. do Centro Cultural, 2 Lisboa	20	-	20	20	-	20
Payshop Moçambique, S.A. (a)	R. da Sé, 114-4 ^o . Maputo – Moçambique	-	35	35	-	35	35
Mafelosa, SL (b)	Castellon Espanha	-	25	25	-	25	25
Urpacsur, SL (b)	Málaga Espanha	-	30	30	-	30	30

(a) Empresa participada pela Payshop Portugal, S.A.

(b) Empresa participada pela Tourline Mensajería S.A.

Alterações no perímetro de consolidação

No período findo em 31 de dezembro de 2013 em virtude da adoção antecipada da IFRS 11 a consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de entidades conjuntamente controladas, passando a ser aplicado o método da equivalência patrimonial.

9. Goodwill

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a composição do *Goodwill* era a seguinte:

	Ano da Aquisição	2013	2012
Mailtec Holding SGPS, S.A. (51%)	2004	582 970	582 970
Mailtec Consultoria, S.A.	2004	4 718	4 718
Mailtec Comunicação, S.A. (51%)	2004	69 767	69 767
Payshop Portugal, S.A.	2004	406 101	406 101
Mailtec Holding SGPS, S.A. (49%)	2005	6 641 901	6 641 901
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	16 592 248	16 592 248
Tourline Express Mensajería, SLU (other)	2005	-	444 739
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	786 164	786 164
		25 083 869	25 528 608

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os movimentos ocorridos em *Goodwill* foram os seguintes:

	2013	2012
Saldo início período	25 528 608	25 528 608
Regularizações	(444 739)	-
Imparidade	-	-
Saldo final período	25 083 869	25 528 608

As regularizações no montante de 444.739 euros correspondem à reclassificação para Ativos intangíveis dos “Fondos de Comercio” da Tourline (Nota 6).

Análise da Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No decurso do corrente ano, por forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, o Grupo CTT realizou, com efeitos a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, testes de imparidade com base nos seguintes pressupostos:

2013

Empresa	Atividade	Base de determinação do valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa de desconto (WACC)	Taxa de crescimento na perpetuidade
Tourline Express Mensajería, SLU	CEP e Logística	Equity Value/ DCF	5 anos	10,20%	2,0%
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	Custódia e gestão de arquivos	Equity Value/ DCF	5 anos	11,72%	2,0%
Mailtec Grupo	Serviço documental	Equity Value/ DCF	5 anos	11,98%	2,0%
Payshop Portugal, SA	Gestão rede pontos pagamento	Equity Value/ DCF	5 anos	12,73%	2,0%

2012

Empresa	Atividade	Base de determinação do valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa de desconto (WACC)	Taxa de crescimento na perpetuidade
Tourline Express Mensajería, SLU	CEP e Logística	Equity Value/ DCF	5 anos	12,14%	2,0%
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	Custódia e gestão de arquivos	Equity Value/ DCF	5 anos	13,18%	2,0%
Mailtec Grupo	Serviço documental	Equity Value/ DCF	5 anos	13,48%	2,0%
Payshop Portugal, SA	Gestão rede pontos pagamento	Equity Value/ DCF	5 anos	14,32%	2,0%

O decréscimo verificado na taxa de desconto (WACC) no período findo em 31 de dezembro de 2013 foi resultado da descida do prémio de risco de mercado internacional conjugada com a redução verificada nas yields de obrigações de dívida pública Portuguesa e Espanhola.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio a médio e longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. Na sequência desta análise de imparidade o Grupo concluiu que em 31 de dezembro de 2013 não se verificaram perdas por imparidade adicionais.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as perdas por imparidade registadas foram as seguintes:

2013					
Entidade	Ano da aquisição	Montante inicial	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	20 671 985	-	4 079 737	16 592 248
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	1 082 015	-	295 851	786 164
Payshop Moçambique, S.A. (a)	2008	235 946	-	235 946	-
		21 989 946	-	4 611 534	17 378 412

2012					
Entidade	Ano da aquisição	Montante inicial	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	20 671 985	-	4 079 737	16 592 248
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	1 082 015	-	295 851	786 164
Payshop Moçambique, S.A. (a)	2008	235 946	-	235 946	-
		21 989 946	-	4 611 534	17 378 412

(a) Detida pela empresa do Grupo Payshop Portugal, subsidiária do Grupo CTT

Foram realizadas análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efetuados nomeadamente às seguintes variáveis chave: (i) taxa de crescimento na perpetuidade e (ii) taxas de desconto.

Os resultados das análises de sensibilidade para a Payshop, EAD e Grupo Mailtec não determinam a existência de indícios de imparidade. No que diz respeito à Tourline os resultados das análises de sensibilidade concluem que um aumento de 1% no risco soberano com impacto na taxa de desconto determinaria o reconhecimento de uma perda de imparidade no montante de 726.048 euros, conforme quadros seguintes:

Variação de crescimento na perpetuidade				
TOURLINE		-0,5%	0,0%	0,5%
g (Taxa crescimento perpetuidade)		1,5%	2,0%	2,5%
Avaliação Equity	19 851 365	21 306 513	22 950 737	
Teste: imparidade (se negativo)	1 702 779	3 157 926	4 802 150	
MAILTEC		-0,5%	0,0%	0,5%
g (Taxa crescimento perpetuidade)		1,5%	2,0%	2,5%
Avaliação Equity	21 750 862	22 391 930	23 100 607	
Teste: imparidade (se negativo)	8 277 363	8 918 432	9 627 109	
EAD		-0,5%	0,0%	0,5%
g (Taxa crescimento perpetuidade)		1,5%	2,0%	2,5%
Avaliação Equity	8 498 968	8 913 393	9 372 791	
Teste: imparidade (se negativo)	1 842 857	2 054 214	2 288 507	
PAYSHOP		-0,5%	0,0%	0,5%
g (Taxa crescimento perpetuidade)		1,5%	2,0%	2,5%
Avaliação Equity	56 842 272	58 359 658	60 025 418	
Teste: imparidade (se negativo)	49 277 949	50 795 334	52 461 094	

	Variação de risco soberano		
TOURLINE	-1%	0%	1%
g (Taxa crescimento perpetuidade)	9,29%	10,20%	11,11%
Avaliação Equity	26 156 402	21 306 513	17 422 538
Teste: imparidade (se negativo)	8 007 815	3 157 926	(726 048)
MAILTEC	-1%	0%	1%
g (Taxa crescimento perpetuidade)	10,98%	11,98%	12,98%
Avaliação Equity	24 694 401	22 391 930	20 511 681
Teste: imparidade (se negativo)	11 220 902	8 918 432	7 038 182
EAD	-1%	0%	1%
g (Taxa crescimento perpetuidade)	10,79%	11,72%	12,64%
Avaliação Equity	10 216 957	8 913 393	7 837 799
Teste: imparidade (se negativo)	2 719 032	2 054 214	1 505 661
PAYSHOP	-1%	0%	1%
g (Taxa crescimento perpetuidade)	11,73%	12,73%	13,73%
Avaliação Equity	63 383 221	58 359 658	54 191 160
Teste: imparidade (se negativo)	55 818 897	50 795 334	46 626 836

10. Investimentos em Associadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos “Investimentos em associadas” era como segue:

	2013	2012
Multicert, S.A.	710 242	689 734
Urpacsur, SL	481	481
	710 723	690 215

Investimentos em empresas associadas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os investimentos em empresas associadas apresentam os seguintes movimentos:

2013										
EMPRESAS ASSOCIADAS:	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Participações financeiras	Provisões (Nota 27)	Proporção no resultado	
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. (a)	Lisboa	4 832 986	1 281 774	3 551 213	758 251	20%	710 242	-	20 508	
Payshop Moçambique, S.A. (b)	Maputo – Moçambique	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	35%	-	213 840	n.d.	
Mafelosa, SL (c) (d)	Castellon – Espanha	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	25%	-	-	n.d.	
Urpacsur (c) (d)	Espanha	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	30%	481	-	n.d.	
							710 723	213 840	20 508	
2012										
EMPRESAS ASSOCIADAS:	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Participações financeiras	Provisões (Nota 27)	Proporção no resultado	
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. (e)	Lisboa	5 003 269	1 284 270	4 732 941	655 710	20%	689 734	-	254 591	
Payshop Moçambique, S.A. (b)	Maputo – Moçambique	271 930	953 017	(681 086)	(41 288)	35%	-	220 816	(14 451)	
Mafelosa, SL (c) (d)	Castellon – Espanha	n.d.	n.d.	(340 333)	(93 161)	25%	-	-	n.d.	
Urpacsur (c) (d)	Espanha	n.d.	n.d.	1 924	n.d.	30%	481	-	n.d.	
							690 215	220 816	240 140	

- (a) Data reportados a Dezembro de 2012
(b) Empresa participada Payshop Portugal
(c) Empresa participada Tourline Express Mensajería
(d) Empresas sem atividade comercial
(e) Dados provisórios

O montante de 20.508 euros diz respeito a parte da proporção do resultado de 2012 que não tinha sido reconhecido naquele exercício. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 não se efetuaram quaisquer registos adicionais na participação da Multicert, SA uma vez que a Empresa não dispõe de informação financeira mais atualizada.

11. Outros investimentos

Os outros investimentos dizem respeito a instrumentos de capitais não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade. O montante destes instrumentos registados ao custo a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, eram os seguintes:

Empresa	Sede	2013	2012
IPC – International Post Corporation	Bruxelas – Bélgica	6 157	6 157
Eurogiro Network	Copenhaga – Dinamarca	124 435	124 435
CEPT	Copenhaga – Dinamarca	237	237
		130 829	130 829

No período em análise, não foi reconhecida qualquer imparidade nestes investimentos.

Não existiam preços de mercado disponíveis para os investimentos mencionados e também não é possível determinar o justo valor recorrendo a transações comparáveis. O Grupo não mensurou os instrumentos através de *cash flows* descontados uma vez que estes não podiam ser determinados com fiabilidade.

À data da preparação das demonstrações financeiras, o Grupo não pretende alienar qualquer um destes investimentos.

12. Gestão de riscos financeiros

As atividades do Grupo acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito – risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado – fundamentalmente o das taxas de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio (iii) riscos de liquidez – risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os

efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

As direções de Finanças Gestão do Riscos e Contabilidade e Tesouraria dos CTT asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contrapartes do Grupo, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, são responsáveis pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto. O Grupo tem em desenvolvimento um sistema integrado de gestão de riscos.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Riscos de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para o Grupo. No Grupo o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional e de tesouraria.

O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber. O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afetem as economias podem originar incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

po. Neste sentido, tem sido desenvolvido um esforço na redução do prazo e montante de crédito a clientes.

O Grupo não apresenta risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber respeitam a um elevado número de clientes.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando essencialmente: (i) a antiguidade das contas a receber; (ii) o perfil de risco do cliente; e (iii) a condição financeira do cliente.

O movimento das perdas de imparidade das contas a receber encontra-se divulgado nas Notas 19 e 37. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo entende que as perdas por imparidade em contas a receber se encontram adequadamente estimadas e relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

O risco decorrente das atividades de tesouraria resulta essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de reduzir este risco, a política do Grupo é a de investir em aplicações de curto/médio prazo, junto de diversas instituições financeiras e todas com *rating* relativo de crédito elevado (tendo em conta o *rating* da República Portuguesa).

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” havia aplicações de tesouraria que totalizavam, respetivamente, 483.229.000 euros e 444.947.000 euros, respetivamente (Nota 17).

A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito associado a ativos financeiros detidos pelo Grupo. Os valores representam apenas os ativos financeiros sensíveis ao risco de crédito incluídos nas rubricas, pelo que os valores não reconciliam com os valores totais registados nas demonstrações financeiras:

	2013	2012
Outros ativos não correntes	1 951 139	2 018 619
Contas a receber	135 589 645	135 317 556
Outros ativos correntes	10 676 882	16 222 215
Caixa e equivalentes a caixa	535 514 521	477 164 527
	683 732 187	630 722 917

Risco taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria. Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as

alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira do Grupo.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, o Grupo acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/taxa por um lado e risco/rentabilidade por outro.

As aplicações dos excedentes de tesouraria, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, beneficiaram de um rendimento financeiro de 7.763.801 euros e 11.806.240 euros, respetivamente (Nota 40). Adicionalmente, encontram-se registados juros relativos a serviços financeiros na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, nos exercícios de 2013 e 2012, no montante de 3.287.305 euros e 2.534.552 euros, respetivamente (Nota 33).

O Grupo contrata geralmente as suas aplicações a taxas fixas, sendo os seus financiamentos remunerados a taxa variável. Devido ao reduzido montante dos seus financiamentos, o Grupo acredita que o diferencial resultante entre os ativos financeiros a taxa fixa e os passivos financeiros a taxa variável representa um potencial impacto pouco significativo na demonstração dos resultados consolidada.

Se as taxas de juro variassem 1%, durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, o impacto em juros seria de 4.074 milhares de euros (31 dezembro 2012: 3.852 milhares de euros).

Risco cambial

Os riscos de taxa de câmbio estão relacionados com a existência de saldos expressos em moeda distinta do Euro, particularmente saldos decorrentes de transações com Operadores Postais estrangeiros expressos em Direito de Saque Especial (DTS).

A gestão do risco cambial assenta na monitorização periódica do grau de exposição ao risco de taxa de câmbio de ativos e passivos, tendo como referência objetivos previamente definidos com base na evolução das atividades do negócio internacional. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a exposição líquida (ativo menos passivo) do Grupo ascendia, respetivamente, 160.414 DTS (179.234 euros à taxa de câmbio €/DTS 1,11732) e a -1.192.621 DTS (-1.390.394 euros à taxa de câmbio €/DTS de 1,16583).

Na análise de sensibilidade efetuada aos saldos das contas a receber e a pagar a Operadores Postais estrangeiros, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, utilizando-se como pressuposto uma valorização/desvalorização na taxa de câmbio €/DTS de 10%, o impacto em resultados seria, um aumento de 17.923 euros e uma redução de 139.039 euros, respetivamente.

Risco Liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração dos acionistas. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, o Grupo

entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais do Grupo CTT são as relacionadas com o financiamento obtido (essencialmente locações financeiras) e respetivos juros, as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes. O quadro a seguir apresentado resume as obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 que não reconciliam com o balanço consolidado:

2013				
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos	3 762 250	3 255 164	113 063	7 130 477
Contas a pagar	385 912 923	-	-	385 912 923
Outros passivos correntes	13 425 256	-	-	13 425 256
Compromissos não financeiros				
Locações Operacionais (Nota 35)	8 901 867	16 433 847	-	25 335 714
Compromissos financeiros não contingentes (1)	967 710	-	-	967 710
	412 970 007	19 689 011	113 063	432 772 081

2012				
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos	6 898 820	4 625 694	-	11 524 514
Contas a pagar	343 598 366	-	-	343 598 366
Outros passivos correntes	10 220 456	-	-	10 220 456
Compromissos não financeiros				
Locações Operacionais (Nota 35)	9 100 531	8 509 807	-	17 610 338
Compromissos financeiros não contingentes (1)	166 026	-	-	166 026
	369 984 199	13 135 501	-	383 119 700

(1) Os compromissos financeiros não contingentes referem-se essencialmente a fornecedores de ativos fixo, com contratos já assinados, e que o passivo não se encontra reconhecido no balanço (Notas 5 e 6).

Risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

Por forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capital, o Grupo poderá ajustar o montante dos dividendos a pagar, emitir dívida ou vender ativos para reduzir dívida.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de solvabilidade, calculado de acordo com a seguinte fórmula: Capital Próprio/Passivo.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o Grupo seguiu como estratégia, a manutenção do seu nível de rácio de solvabilidade superior a 35%. Os rácios de solvabilidade em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são como seguem:

	2013	2012
Capital próprio	275 934 219	273 481 153
Passivo total	824 200 214	789 699 096
Valores de terceiros	308 058 255	249 222 509
Solvabilidade ajustado (1)	53,5%	50,6%

(1) Capital próprio/(Passivo total – Valores de terceiros incluídos em Caixas e equivalentes de caixa)

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os “Inventários” do Grupo apresentam o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	5 018 085	1 812 893	3 205 192	5 687 910	1 903 511	3 784 399
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 410 775	685 925	2 724 850	3 583 586	715 248	2 868 338
Adiantamentos por conta de compras	63 929	-	63 929	58 002	-	58 002
	8 492 789	2 498 818	5 993 971	9 329 498	2 618 759	6 710 739

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe do “Custo com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas” foi o seguinte:

	2013		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total
Saldo inicial	5 687 910	3 583 586	9 271 496
Compras	12 344 623	3 975 606	16 320 229
Ofertas de inventários	(39 145)	(17 354)	(56 499)
Regularizações de inventários	(123 775)	(76 464)	(200 239)
Saldo final	(5 018 085)	(3 410 775)	(8 428 860)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	12 851 528	4 054 599	16 906 127

	2012		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total
Saldo inicial	7 148 329	3 966 757	11 115 086
Compras	13 767 171	3 623 185	17 390 356
Ofertas de inventários	(105 661)	(20 691)	(126 352)
Regularizações de inventários	(377 410)	(186 804)	(564 214)
Saldo final	(5 687 910)	(3 583 586)	(9 271 496)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	14 744 519	3 798 861	18 543 380

Imparidade

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido em “Perdas de imparidade acumuladas de inventários” (Nota 19) foi como segue:

2013					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	1 903 511	4 906	(95 524)	-	1 812 893
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	715 248	28 623	(13 846)	(44 100)	685 925
	2 618 759	33 529	(109 370)	(44 100)	2 498 818

2012					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	3 275 093	-	(1 371 582)	-	1 903 511
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 616 011	83 575	(840 103)	(144 235)	715 248
	4 891 104	83 575	(2 211 685)	(144 235)	2 618 759

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram registadas perdas por imparidade de inventários, líquidas de reversões no montante de, respetivamente, (75.841) euros e (2.128.110) euros, na rubrica de “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 37).

14. Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	2013	2012 Reexpresso
Clientes	135 589 453	135 317 364
Empresas associadas	192	192
	135 589 645	135 317 556

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

Clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a antiguidade do saldo de clientes é detalhada como segue:

	2013			2012		
	Quantia bruta	imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes						
Não vencido	58 373 041	2 450	58 370 591	57 237 067	491	57 236 576
Vencido:						
o-30 dias	22 324 251	-	22 324 251	23 368 767	9 030	23 359 737
30-90 dias	16 266 015	5 243	16 260 771	14 407 624	5 692	14 401 932
90-180 dias	7 913 980	22 586	7 891 394	4 680 277	26 451	4 653 826
180-360 dias	10 226 203	475 953	9 750 250	9 718 075	1 660 503	8 057 572
> 360 dias	44 847 949	23 855 753	20 992 196	48 218 580	20 610 859	27 607 721
	159 951 437	24 361 985	135 589 453	157 630 390	22 313 026	135 317 364

O valor escriturado líquido da dívida de clientes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	2013	2012
Clientes nacionais	1 159 643	2 954 905
Operadores estrangeiros	19 832 745	24 652 816
Total	20 992 388	27 607 721
Operadores estrangeiros – valores a pagar	(19 568 630)	(26 270 998)

A rubrica operadores estrangeiros refere-se aos recebimentos pela distribuição em Portugal de tráfego postal com origem em países terceiros.

Estas operações enquadram-se no âmbito da regulamentação da União Postal Universal (UPU), que prevê a apresentação de contas numa base anual, o qual, portanto, apenas é efetuado após o final do ano, originando assim um montante significativo de saldo de clientes em dívida há mais de 360 dias.

Ainda ao abrigo da regulamentação da UPU, as contas entre Operadores estrangeiros são liquidadas por encontro de contas. O risco de crédito é mitigado pelos saldos a pagar às mesmas entidades (Nota 28).

Relativamente ao saldo de clientes nacionais, é constituído essencialmente por dívidas de entidades públicas, a que se juntam clientes que são simultaneamente fornecedores e com os quais se efetuam encontros de contas, e clientes com planos de pagamento de dívida.

Considerando o universo de clientes nacionais, o nível de cobertura das dívidas de clientes por garantias bancárias e depósitos prévios de clientes reduziu de 2,3% no final de 2012 para 1,8% em 31 de dezembro de 2013.

	2013	2012
Depósitos prévios	1 614 064	1 952 293
Garantias bancárias	273 674	273 674
Total	1 887 738	2 225 967

Imparidade de clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido em “Perdas de imparidade acumuladas ” (Nota 19) foi como segue:

2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Clientes	22 313 026	4 413 997	(1 505 980)	(859 058)	-	24 361 985
	22 313 026	4 413 997	(1 505 980)	(859 058)	-	24 361 985

2012						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Clientes	21 268 700	2 888 988	(398 421)	(1 961 257)	515 016	22 313 026
	21 268 700	2 888 988	(398 421)	(1 961 257)	515 016	22 313 026

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram registadas perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de contas a receber no montante de, respetivamente, 2.908.017 euros e 2.490.567 euros, na rubrica de “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 37).

15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentava a seguinte composição:

	2013	2012 Reexpresso
DIFERIMENTOS ATIVOS		
Correntes		
Rendas a pagar	1 370 452	1 479 225
Subsídios de Refeição	1 727 311	1 772 639
Outros	1 777 376	2 342 972
	4 875 139	5 594 836
DIFERIMENTOS PASSIVOS		
Não correntes		
Mais-valias diferidas	8 475 340	10 874 369
Subsídios ao investimento	361 697	372 832
Outros	-	75 424
	8 837 037	11 322 625
Correntes		
Mais-valias diferidas	2 399 029	2 399 029
Carregamentos Phone-IX	453 150	572 687
Subsídios ao investimento	11 201	11 267
Outros	1 240 371	1 385 983
	4 103 751	4 368 966
	12 940 788	15 691 591

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

Em exercícios anteriores a Empresa alienou um conjunto de imóveis, relativamente aos quais celebrou posteriormente contratos de arrendamento. As mais-valias apuradas naquela alienação foram diferidas, e são reconhecidas no período de duração dos contratos de arrendamento.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foram reconhecidos em “Outros rendimentos e ganhos operacionais” na demonstração consolidada dos resultados 1.511.128 euros e 2.399.029 euros, respetivamente, relativas àquelas mais-valias.

16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo não apresentava ativos não correntes classificados como detidos para venda, nem existiam operações classificadas como operações descontinuadas.

17. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	2013	2012 Reexpresso
Numerário	9 361 282	12 138 936
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	52 285 521	32 217 527
Depósitos a prazo	483 229 000	444 947 000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	544 875 803	489 303 463
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	544 875 803	489 303 463

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

18. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as rubricas “Outros ativos não correntes” e “Outros ativos correntes” apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012 Reexpresso
NÃO CORRENTE		
Adiantamentos ao pessoal	463 546	312 243
Outros valores a receber do pessoal	1 296 044	1 384 664
Ministério da saúde	1 487 593	1 444 883
Emprestimo INESC	1 397 613	1 455 643
Imparidade	(2 693 657)	(2 578 814)
	1 951 139	2 018 619
CORRENTE		
Adiantamento a fornecedores	137 692	49 803
Adiantamentos ao pessoal	3 421 376	2 900 773
Ministério da Saúde	1 531 568	1 487 594
Emprestimo INESC	49 740	49 740
Serviços financeiros postais	1 932 246	9 461 390
Estado e outros entes públicos IVA	-	330 546
Devedores por acréscimo de rendimentos	5 488 909	3 284 201
Montantes cobrados em nome dos CTT	3 650 377	1 969 894
Garantias	357 748	331 899
Reembolsos CGA	77	296 524
Adiantamentos a advogados	263 592	236 220
Devedores por ativos vendidos	158 647	201 540
Outros ativos correntes	9 259 137	9 230 614
Imparidade	(9 148 673)	(8 974 606)
	17 102 436	20 856 132

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

A conta a receber do Ministério da Saúde respeita à comparticipação de encargos de saúde dos exercícios de 2000 a 2006, no âmbito do plano de saúde dos CTT o qual cessou em 31 de dezembro de 2006. A dívida encontra-se registada ao custo amortizado e classificada com base no plano de pagamento.

Os montantes registados na rubrica “Serviços financeiros postais” respeitam a valores a receber referentes a resgates de produtos de aforro e a comercialização de seguros.

Devedores por acréscimos de rendimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os devedores por acréscimos de rendimentos referem-se a especializações de juros, valores não faturados, produtos filatélicos, agentes filatélicos e outros valores não faturados.

Imparidade

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido em “Perdas de imparidade acumuladas de outros ativos não correntes e correntes” (Nota 19), foi como segue:

2013

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outras contas a receber	10 048 037	903 564	(147 512)	(84 410)	(324 702)	10 394 977
Empréstimo INESC	1 505 383	-	(58 030)	-	-	1 447 353
	11 553 420	903 564	(205 542)	(84 410)	(324 702)	11 842 330

2012

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outras contas a receber	9 640 020	913 120	(435 819)	-	(69 284)	10 048 037
Empréstimo INESC	1 546 833	-	(41 450)	-	-	1 505 383
	11 186 853	913 120	(477 269)	-	(69 284)	11 553 420

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram registadas, perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de “Outros ativos correntes e não correntes” no montante de 698.022 euros e 435.851 euros, respetivamente, na rubrica de “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)” (Nota 37).

19. Perdas por imparidade acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

2013

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outros ativos não correntes (Nota 18)						
Outras contas a receber	1 123 171	172 873	-	-	-	1 296 044
Empréstimo INESC	1 455 643	-	(58 030)	-	-	1 397 613
	2 578 814	172 873	(58 030)	-	-	2 693 657
Clientes e Outros ativos correntes (Notas 14 e 18)						
Clientes	22 313 026	4 413 997	(1 505 980)	(859 058)	-	24 361 985
Outras contas a receber	8 924 866	730 691	(147 512)	(84 410)	(324 702)	9 098 933
Empréstimo INESC	49 740	-	-	-	-	49 740
	31 287 632	5 144 688	(1 653 492)	(943 468)	(324 702)	33 510 658
Inventários (Nota 13)						
Mercadorias	1 903 511	4 906	(95 524)	-	-	1 812 893
Matérias-Primas, subs. e de consumo	715 248	28 623	(13 846)	(44 100)	-	685 925
	2 618 759	33 529	(109 370)	(44 100)	-	2 498 818
	36 485 205	5 351 090	(1 820 892)	(987 568)	(324 702)	38 703 133

2012

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Outros ativos não correntes (Nota 18)						
Outras contas a receber	1 166 208	-	(43 037)	-	-	1 123 171
Empréstimo INESC	1 497 093	-	(41 450)	-	-	1 455 643
	2 663 301	-	(84 487)	-	-	2 578 814
Cientes e Outros ativos correntes (Notas 14 e 18)						
Cientes	21 268 700	2 888 988	(398 421)	(1 961 257)	515 016	22 313 026
Outras contas a receber	8 473 812	913 120	(392 782)	-	(69 284)	8 924 866
Empréstimo INESC	49 740	-	-	-	-	49 740
	29 792 252	3 802 108	(791 203)	(1 961 257)	445 732	31 287 632
Inventários (Nota 13)						
Mercadorias	3 275 093	-	(1 371 582)	-	-	1 903 511
Matérias-Primas, subs. e de consumo	1 616 011	83 575	(840 103)	(144 235)	-	715 248
	4 891 104	83 575	(2 211 685)	(144 235)	-	2 618 759
	37 346 657	3 885 683	(3 087 375)	(2 105 492)	445 732	36 485 205

As perdas por imparidade relacionadas com ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e *goodwill*, encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 5, 7 e 9.

20. Capital

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em Assembleia Geral realizada em 30 de outubro de 2013, o capital social dos CTT foi reduzido de 87.325.000 euros para 75.000.000 euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 euros para 0,50 euros. O montante de 12.325.000 euros referente à redução do capital social foi transferido para “Reservas livres” (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa era composto por 17.500.000 ações com o valor nominal de 4,99 euros cada e encontra-se totalmente subscrito e realizado. Em 31 dezembro de 2012 o capital era detido na sua totalidade pelo acionista Estado Português, tendo sido determinado pelo despacho n.º 2468/12 SETF de 28 dezembro, a transferência para a Párpública da participação financeira que o Estado Português detinha nos CTT. Esta transferência efetivou-se em 31 janeiro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, resumem-se como segue:

2013			
ACIONISTA	Nº ações	%	Valor nominal
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA (1)	45 000 000	30,000%	22 500 000
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA (2)	9 545 455	6,364%	4 772 728
Total (3)	54 545 455	36,364%	27 272 728
Goldman Sachs International (4)	7 496 479	4,998%	3 748 240
Deutsche Bank AG London (5)	3 063 798	2,043%	1 531 899
Restantes acionistas (6)	84 894 268	56,596%	42 447 134
Total	150 000 000	100,000%	75 000 000

2012			
ACIONISTA	Nº ações	%	Valor nominal
Estado Português	17 500 000	100,000%	87 325 000
Total	17 500 000	100,000%	87 325 000

(1) Ações detidas pela Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.

(2) Ações imputáveis à Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. em conformidade com a sua opção de compra (call option) sobre os tomadores firmes (Underwriters), representados para o efeito pelo Agente de Estabilização (Stabilisation Manager), no âmbito do contrato de venda direta institucional (Institutional Underwriting Agreement) celebrado com os tomadores firmes no processo de privatização dos CTT. No âmbito deste contrato os tomadores firmes detinham também uma opção de venda (put option) sobre a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.. As operações de estabilização da ação ficaram concluídas em 3 de janeiro de 2014, tendo os tomadores firmes exercido a opção de venda de 2.253.834 ações, do conjunto das 9.545.455 ações, correspondentes a 1,5% do capital social dos CTT.

(3) Participação total da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. a 31 de dezembro de 2013, que por sua vez é detida na sua totalidade pelo Estado Português. A partir de 3 de janeiro de 2014 a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. passou a deter 47.253.834 ações, i.e., 31,5% do capital social dos CTT.

(4) Ações detidas pelo Goldman Sachs International, controlado pelo Goldman Sachs Holding (U.K.), que por sua vez é controlado pelo Goldman Sachs Group Holdings (U.K.) Limited, controlado pelo Goldman Sachs Group UK Limited, controlado pelo Goldman Sachs (UK) L.L.C., que por sua vez é controlado pelo The Goldman Sachs Group, Inc..

(5) Ações detidas pelo Deutsche Bank AG London que é uma sucursal do Deutsche Bank AG.

(6) Inclui 2.064.660 ações detidas pelos trabalhadores dos CTT que, de acordo com as condições da oferta reservada a trabalhadores no âmbito da privatização dos CTT, se encontravam indisponíveis até 5 de março de 2014.

21. Reservas, ajustamentos financeiros e resultados transitados

Reservas

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Reservas legais	18 072 559	18 072 559
Outras reservas	12 325 000	10 555 949
	30 397 559	28 628 508

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 2013 o montante de 10.555.949 euros foi utilizado integralmente para pagamento do dividendo extraordinário (Nota 22).

O valor de 12.325.000 euros corresponde ao montante da redução do capital social e que foi transferido para esta rubrica (Nota 20).

Resultados Transitados

No período findo em 31 de dezembro de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2013	2012 Reexpresso
Saldo inicial	87 105 292	88 568 765
Aplicação do resultado líquido do período anterior	35 735 268	52 424 781
Distribuição de dividendos (Nota 22)	(39 444 051)	(53 876 585)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	(29 044)	(11 669)
Saldo final	83 367 465	87 105 292

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

O valor relativo à aplicação do resultado do período anterior inclui uma dedução no montante de 2.818.861 euros que corresponde ao efeito da reexpressão mencionada na Nota 3, em que o resultado do exercício de 2012, inicialmente apurado no montante de 38.554.129 euros, foi reduzido para 35.735.268 euros. Conforme mencionado na Nota 21 o resultado apurado inicialmente foi integralmente pago como dividendo ao acionista.

Adicionalmente, o saldo que se encontrava apresentado na rubrica de “Excedentes de revalorização” no balanço de 31 de dezembro de 2012, incluído nas demonstrações financeiras preparadas e divulgadas pelos CTT relativamente ao exercício findo naquela data, no montante de 56.088.705 euros (58.625.232 euros em 31 de dezembro de 2011) foi reclassificado para “Resultados transitados”.

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha (Nota 26).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	2013	2012 Reexpresso
Saldo inicial	33 079 577	15 850 935
Ganhos/perdas atuariais – Saúde	(11 680 870)	24 265 693
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais – Saúde	3 150 049	(7 037 051)
Saldo final	24 548 756	33 079 577

22. Dividendos

Na Assembleia-Geral realizada em 30 de maio de 2013, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de cerca de 2,20 euros por ação referente ao período de 31 de dezembro de 2012, tendo sido pago o dividendo total de 38.554.129 euros, que foi sujeito a uma retenção na fonte de 25% no mês de junho de 2013. Foi igualmente decidido o pagamento de um dividendo extraordinário no montante de 11.445.871 euros (0,65 euros por ação), tendo sido também sujeito a retenção na fonte de 25% em junho de 2013.

Para o pagamento extraordinário foram utilizadas as “Outras reservas” no montante de 10.555.949 euros e “Resultados transitados” no valor de 889.922 euros.

Na Assembleia-Geral realizada em 30 de maio de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos de 53.876.585 euros referente ao exercício de 2011, o que se traduziu em 3,08 euros por ação. O pagamento foi efetuado ao acionista em 30 de junho de 2012.

23. Resultados por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2013	2012 Reexpresso
Resultado líquido do período	61 016 067	35 735 268
Nº médio de ações ordinárias	150 000 000	150 000 000
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,41	0,24
Diluído	0,41	0,24

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital.

O número de ações variou no decorrer de 2013, passando de 17.500.000 para 150.000.000, na sequência da redução de capital efetuada por contrapartida de reservas e de um desdobramento de ações (“split”) através da redução do seu valor nominal. Assim, uma vez que a alteração do número de ações não correspondeu a entrada ou saídas de fundos da Empresa, para efeitos do cálculo do resultado por ações para 2013 e 2012, foi utilizado o número de ações existente em 31 de dezembro de 2013 (150.000.000).

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

24. Interesses Não controlados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 realizaram-se os seguintes movimentos em interesses não controlados:

	2013	2012
Saldo inicial	1 607 508	1 627 958
Resultado do período atribuível a interesses não controlados	89 218	232 002
Distribuição de dividendos	(64 174)	(252 452)
Outras variações	(28 180)	-
Saldo final	1 604 372	1 607 508

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os interesses não controlados são relativos às seguintes empresas:

	2013	2012
EAD – Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.	1 594 101	1 467 632
Correio Expresso de Moçambique, S.A.	10 271	139 876
	1 604 372	1 607 508

25. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	-	45 785
Locação financeira	3 282 126	4 514 917
	3 282 126	4 560 702
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	2 393 536	2 467 562
Locação financeira	1 235 919	1 310 451
Outros empréstimos	87 102	3 079 348
	3 716 557	6 857 361
	6 998 683	11 418 063

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

A 31 de dezembro de 2013, as taxas de juro aplicadas aos *leasings* financeiros encontravam-se entre 0,82% e 1,47% (31 de dezembro de 2012: entre 0,71% e 1,12%) e as taxas de juro aplicadas a outros empréstimos encontravam-se entre 0,14% e 4,69% (31 de dezembro de 2012: 0,81% e 5,24%).

Empréstimos bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos empréstimos bancários era o seguinte:

Entidade financiadora	2013			2012		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Banco Sabadell (Espanha)	400 000	-	-	300 000	231 292	-
BBVA (Espanha)	500 000	-	-	450 000	182 888	-
Millennium BCP (Espanha)	5 000 000	2 346 626	-	5 000 000	1 997 353	-
BIM – (Moçambique)	218 270	46 910	-	218 270	56 029	45 785
Outros empréstimos						
Millennium BCP	5 000 000	-	-	5 000 000	2 995 873	-
Millennium BCP	250 000	-	-	250 000	83 475	-
Millennium BCP	150 000	1 990	-	-	-	-
BIM – (Moçambique)	72 745	60 864	-	-	-	-
Moza Banco (Moçambique)	24 248	24 248	-	-	-	-
	11 615 263	2 480 638	-	11 218 270	5 546 910	45 785

Os financiamentos contraídos com entidades bancárias espanholas destinam-se a financiar a atividade operacional da subsidiária Tourline, sendo as taxas de juros praticadas referenciadas à Eonia.

Locações

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2013			2012		
	Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	9 651 895	815 990	8 835 905	9 651 895	815 990	8 835 905
Edifícios e outras construções	5 641 685	1 396 499	4 245 186	5 641 685	1 326 333	4 315 352
Equipamento básico	856 109	365 739	490 370	1 914 855	1 193 080	721 775
Equipamento de transporte	87 790	79 732	8 058	187 306	170 238	17 068
	16 237 479	2 657 960	13 579 519	17 395 741	3 505 641	13 890 100

Os contratos mais significativos são os seguintes:

Os CTT são locatários em contrato de locação financeira celebrado com IMOLEASING – Sociedade de locação financeira imobiliária, S.A., referente a um imóvel sito no concelho da Maia (Porto) onde se encontra implantado o novo Centro Operacional de Correio. A tipologia dos contratos de locação determina o seu enquadramento como uma locação financeira, nomeadamente pelo facto de existir uma opção de compra por um valor residual de aproximadamente 6% do contrato, o qual se estima ser significativamente inferior ao valor estimado de mercado no final

do contrato. Não existem rendas contingentes a pagar nem a imposição de quaisquer restrições.

A subsidiária EAD é locatária em:

(i) Contratos referentes à aquisição de dois imóveis situados na Região Autónoma da Madeira e um imóvel situado em Vilar do Pinheiro;

(ii) Contratos referentes à aquisição de estanteria metálica para acondicionamento do arquivo dos clientes;

(iii) Contratos referentes à aquisição de viaturas para utilização na atividade operacional.

A subsidiária CTT Expresso é locatária de imóvel sito na Perafita (Matosinhos) destinado a albergar o Centro Operacional Regional do Norte, o qual inclui uma opção de compra no final do contrato por um valor que se estima ser significativamente inferior ao valor estimado de mercado no final do contrato.

As rendas mensais são calculadas com base no valor inicial do contrato, existindo a possibilidade de, mediante pagamento de um valor residual exercer a opção de compra.

Não existem nos contratos celebrados quaisquer outras cláusulas/restrições impostas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012, as responsabilidades do Grupo com contratos de locação financeira apresentavam o seguinte plano de vencimentos:

Entidade financiadora	2013			2012		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	1 235 919	42 443	1 278 362	1 310 451	41 459	1 351 910
Entre 1 ano e 5 anos	3 183 268	71 896	3 255 164	4 514 917	64 992	4 579 909
A mais de 5 anos	98 858	14 205	113 063	-	-	-
	3 282 126	86 101	3 368 227	4 514 917	64 992	4 579 909
Total	4 518 045	128 544	4 646 589	5 825 368	106 451	5 931 819

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os valores pagos relacionados com juros de locação ascenderam respetivamente, a 54.416 euros e 155.196 euros respetivamente.

26. Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados referem-se a (i) benefícios pós-emprego – cuidados de saúde e (ii) outros benefícios a empregados.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentaram o seguinte movimento:

	2013		
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo	Total
Saldo inicial	252 803 000	50 513 360	303 316 360
Movimento do período	10 568 000	(15 341 306)	(4 773 306)
Saldo final	263 371 000	35 172 054	298 543 054

	2012		
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo	Total
Saldo inicial	272 102 000	49 328 746	321 430 746
Movimento do período	(19 299 000)	1 184 614	(18 114 386)
Saldo final	252 803 000	50 513 360	303 316 360

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo” dizem essencialmente respeito ao programa de redução de pessoal em curso.

O detalhe das responsabilidades com benefícios a empregados atendendo à sua exigibilidade é como segue:

	2013	2012
Passivo não corrente	278 638 868	282 065 364
Passivo corrente	19 904 186	21 250 996
	298 543 054	303 316 360

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os gastos com benefícios aos empregados reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e o valor registado diretamente em “Outras variações do capital próprio”, foram os seguintes:

	2013	2012
Gastos do período		
Cuidados de saúde	13 747 000	17 608 000
Outros benefícios de longo prazo	(5 034 183)	7 803 116
	8 712 817	25 411 116
Outras variações no capital próprio		
Cuidados de saúde	(11 680 870)	24 265 693
	(11 680 870)	24 265 693

Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 2.18, os CTT são responsáveis pelo financiamento do plano de cuidados de saúde, aplicável a determinados empregados. Para obtenção da estimativa das responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é anualmente elaborado estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “Projected Unit Credit”, e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial a 31 de dezembro de 2013.

Com o objetivo específico de determinar o montante estimado das responsabilidades em 31 de dezembro de 2013, foi elaborado um estudo atuarial por entidade independente.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2013	2012
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	4,00%	4,00%
Taxa esperada de crescimento dos salários	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa crescimento dos custos com saúde		
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Crescimento devido ao envelhecimento	0% em 2013 e 2014 2% a partir dessa data	0% em 2013 e 2014 2% a partir dessa data
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE

A taxa de desconto é estimada com base em taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA” ou equivalente) à data do balanço e com duração equiparável à das responsabilidades com cuidados de saúde.

A manutenção da taxa de desconto em 4,00% é motivada pela análise efetuada pelo Grupo à evolução da realidade macroeconómica tendo em atenção uma constante necessidade de adequação dos pressupostos atuariais e financeiros a essa mesma realidade.

A taxa esperada de crescimento dos salários é determinada de acordo com a política salarial definida pelo Grupo.

A taxa esperada de crescimento das pensões é determinada em função da evolução estimada para a taxa de inflação e para a taxa de crescimento do PIB.

A taxa de crescimento dos gastos com saúde reflete a melhor estimativa para a evolução futura destes gastos, sendo tidos em conta os dados da experiência do plano.

Os pressupostos demográficos têm por base as tábuas de mortalidade e de invalidez consideradas apropriadas para efeitos da avaliação atuarial deste plano.

A evolução do valor presente das obrigações para com o plano de cuidados de saúde tem sido a seguinte:

	2013	2012	2011	2010	2009
Responsabilidades no fim do período	263 371 000	252 803 000	272 102 000	272 123 000	299 454 000

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido no valor presente da obrigação de benefícios definidos relativa ao plano de cuidados de saúde foi como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	252 803 000	272 102 000
Gasto com o serviço do período	3 882 000	4 330 000
Gasto financeiro do período	9 865 000	13 278 000
Quotas dos aposentados	3 552 478	3 409 494
(Pagamento de benefícios)	(17 249 738)	(14 877 637)
(Outros gastos)	(1 162 610)	(1 173 164)
(Ganhos)/perdas atuariais	11 680 870	(24 265 693)
Saldo final	263 371 000	252 803 000

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	2013	2012
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 36)	2 719 390	3 156 836
Outros gastos	1 162 610	1 173 164
Gastos com juros (Nota 40)	9 865 000	13 278 000
	13 747 000	17 608 000

Em 31 de dezembro de 2013, os (ganhos)/perdas atuariais no montante de (11.680.870) euros (24.265.693 euros em 31 de dezembro de 2012) foram registados no capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” líquidos de impostos diferidos no montante de 3.150.049 euros ((7.037.051) euros em 31 de dezembro de 2012).

A análise de sensibilidade efetuada para o plano de cuidados de saúde permite concluir o seguinte:

(i) Caso ocorresse um aumento, em 31 de dezembro de 2013, de 1 ponto percentual na taxa de crescimento dos gastos médicos e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades do plano de saúde seriam de 307.989 milhares de euros, aumentando cerca de 16,9%.

(ii) Se a taxa de desconto reduzisse meio ponto percentual e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades aumentariam cerca de 6,8%, ascendendo a 281.280 milhares de euros.

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2.18, o Grupo tem, em determinadas situações, responsabilidades com o pagamento de salários em situações de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho”, com a atribuição de subsídios de “Apoio por cessação da atividade profissional”, que foram suprimidos a partir de 1 de Abril de 2013, com o pagamento da “Taxa de assinatura de telefone”, com “Pensões por acidentes de serviço” e com “Subsídio mensal vitalício”. Para obtenção da estimativa do valor destas responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada exercício, é elaborado anualmente um estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “Projected Unit Credit” e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido igualmente elaborado um estudo atuarial por entidade independente com o objetivo de determinar o montante estimado das responsabilidades a 31 de dezembro de 2013.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação destas responsabilidades foram os seguintes:

	2013	2012
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento dos salários	0% e 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data	0% e 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE

No apuramento das responsabilidades do Grupo com empregados em situações de “Suspensões de contrato, recolocação e libertação de postos de trabalho” foram consideradas taxas de crescimento salarial de 0% em 2013 e 2014 e de 2,75% nos anos seguintes. A taxa de crescimento salarial de 2,75% foi aplicada aos restantes benefícios dos empregados com exceção da “Taxa de assinatura de telefone” e do “Apoio por cessação da atividade profissional” em que não se considerou a atualização do valor.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento das responsabilidades com outros benefícios aos empregados de longo prazo, foi o seguinte:

	2013	2012
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho		
Saldo inicial	24 084 448	17 010 161
Gasto financeiro do período	844 267	1 255 368
Responsabilidades relativas a novos beneficiários	1 914 115	12 556 711
(Pagamento de benefícios)	(7 459 833)	(4 073 264)
(Ganhos)/perdas atuariais	360 894	(2 664 528)
Saldo final	19 743 891	24 084 448
Taxa assinatura de telefone		
Saldo inicial	14 242 125	14 296 771
Gasto financeiro do período	451 814	676 602
Alteração do benefício	(8 211 129)	-
(Pagamento de benefícios)	(1 445 398)	(1 512 475)
(Ganhos)/perdas atuariais	(237 217)	781 227
Saldo final	4 800 195	14 242 125
Acidentes em serviço		
Saldo inicial	7 563 939	7 166 624
Gasto financeiro do período	293 948	347 635
(Pagamento de benefícios)	(422 708)	(425 297)
(Ganhos)/perdas atuariais	(430 809)	474 977
Saldo final	7 004 370	7 563 939
Subsídio mensal vitalício		
Saldo inicial	3 691 640	3 047 431
Gasto financeiro do período	145 503	149 739
(Pagamento de benefícios)	(108 120)	(112 719)
(Ganhos)/perdas atuariais	(184 239)	607 189
Saldo final	3 544 784	3 691 640
Apoio por cessação da atividade profissional		
Saldo inicial	931 208	7 807 759
Gasto com o serviço do período	-	345 177
Gasto financeiro do período	18 624	384 031
Corte de benefícios	-	(6 563 175)
(Pagamento de benefícios)	(871 064)	(494 747)
(Ganhos)/perdas atuariais	46	(547 837)
Saldo final	78 814	931 208
Total saldos final	35 172 054	50 513 360

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a composição do gasto com outros benefícios de longo prazo, foi como segue:

	2013	2012
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 36)		
Suspensão do contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho	2 275 009	9 892 183
Taxa assinatura de telefone	(8 448 346)	781 227
Acidentes em serviço	(430 809)	474 977
Subsídio mensal vitalício	(184 239)	607 189
Apoio por cessão da atividade profissional	46	(6 765 835)
Subtotal	(6 788 339)	4 989 741
Gasto financeiro do período (Nota 40)		
	1 754 156	2 813 375
	(5 034 183)	7 803 116

No período findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da Portaria 378-G/2013, de 31 de dezembro, foi alterada a idade da reforma de 65 para 66 anos para os trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Esta alteração teve um impacto mais significativo na responsabilidade relacionada com o benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” onde o acréscimo da responsabilidade foi cerca de 642 mil euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração dos CTT deliberou descontinuar a compensação que era atribuída aos trabalhadores que atingiram o termo da sua vida ativa ao serviço da empresa CTT, S.A. – Apoio por cessação da atividade profissional. Deliberou igualmente, nas situações de desligação e reforma que venham a ocorrer na sequência dos pedidos de aposentação e de reforma apresentados até ao dia 31 de Março de 2013, a manutenção do referido benefício (Nota 2.18)

No período findo em 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir o pagamento, a partir de 1 de janeiro de 2014, da Taxa de assinatura de telefone, por uma medida equivalente aos trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes que dele beneficiem traduzida na substituição do apoio financeiro por uma prestação em espécie.

A análise de sensibilidade efetuada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para os planos de “Outros benefícios”, permite concluir que se a taxa de desconto sofresse uma variação negativa de 50 b.p., mantendo tudo o resto constante, poderá traduzir-se num aumento das responsabilidades por serviços passados em cerca de 3,1%, aumentando para 36.262 milhares de euros.

27. Provisões, garantias prestadas, passivos contingentes e compromissos

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o Grupo constituiu “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferência	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	9 268 429	3 757 359	(3 595 059)	(1 269 365)	2 707 611	10 868 975
Investimentos em associadas	220 816	-	-	(6 976)	-	213 840
Contratos Onerosos	13 212 379	1 844 338	-	(2 413 003)	-	12 643 714
Outras provisões	13 894 565	4 387 527	(746 183)	(377 694)	(2 382 909)	14 775 306
	36 596 189	9 989 224	(4 341 242)	(4 067 038)	324 702	38 501 835

2012 Reexpresso						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferência	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	8 504 959	4 809 960	(2 785 699)	(1 260 791)	-	9 268 429
Investimentos em associadas	222 205	-	-	(1 389)	-	220 816
Contratos Onerosos	5 480 419	7 731 960	-	-	-	13 212 379
Outras provisões	2 268 160	12 251 656	(74 344)	(550 907)	-	13 894 565
	16 475 743	24 793 576	(2 860 043)	(1 813 087)	-	36 596 189

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

A provisão para investimentos em associadas corresponde à assunção pelo Grupo de obrigações legais ou construtivas relativas à associada Payshop Moçambique, S.A.

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados.

Contratos Onerosos

No período findo em 31 de dezembro de 2013 foi reforçada em 1.844.338 euros a provisão destinada a fazer face à cobertura da estimativa do valor presente do dispêndio líquido associado a contratos onerosos. Este valor foi obtido a partir da atualização dos parâmetros utilizados em 31 de dezembro de 2012 e que tomaram em consideração o seguinte:

- Na sequência da mudança para o Edifício Báltico, os CTT libertaram um conjunto de 4 imóveis com contratos de arrendamento de longo prazo que se encontram devolutos e sem ocupação operacional, tendo um deles, localizado na Praça D. Luís, sido objeto de uma negociação entre o proprietário e os CTT para o término antecipado do contrato de arrendamento, tendo os CTT acordado pagar para tal 50% das rendas vincendas descontadas;

- Para os restantes edifícios (Av. Casal Ribeiro, Praça dos Restauradores e Rua do Conde Redondo), foi estimado o valor presente dos custos inevitáveis de satisfazer as obrigações segundo os contratos;

- O aumento das responsabilidades em 2013, decorre da atualização dos pressupostos, nomeadamente, a taxa de desconto.

A 31 de dezembro de 2013 o montante provisionado para contratos onerosos ascende a 12.643.714 euros (13.212.379 euros em 31 de dezembro de 2012).

Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo reforçou as outras provisões, no valor de 3,9 milhões de euros, para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas na base de cálculo da remuneração de férias, subsídios de férias e natal que possam ser exigidas pelos trabalhadores.

A 31 de dezembro de 2013 o montante provisionado para contingências laborais ascende a 12.512.193 euros (11.344.569 euros em 2012).

A 31 de dezembro de 2013, para além das situações acima referida esta rubrica inclui ainda:

- o montante de 303.022 euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local.

- O montante de 417.952 euros para ativos fixos em armazém.
- o valor de 890.000 euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais.

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada

dos resultados nas rubricas de “Provisões (aumentos)/reduções” em 5.647.982 euros (21.933.533 euros em 31 de dezembro de 2012).

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Descrição	2013	2012
Tribunais	754 399	1 030 991
Autoridade Tributária e Aduaneira	390 000	-
Lisboagás, S.A.	190 000	190 000
Autarquias	153 674	140 423
Sofinsa	91 618	91 618
Solred	80 000	80 000
Parc Logistics Zona Franca	77 969	77 969
Alfândega do Porto	74 820	74 820
Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna	14 000	48 000
Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária	-	43 223
ACT Autoridade Condições Trabalho	45 733	146 210
PT PRO – Serv Adm Gestao Part, S.A.	50 000	50 000
DRCAL Direcção Regional Contencioso Administrativo Lisboa	49 880	49 880
Record Rent a Car (Cataluña, Levante)	40 000	40 000
SetGás, S.A.	30 000	30 000
ANA – Aeroportos de Portugal	29 000	29 000
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	86 917	86 917
TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	50 000	50 000
Ministério Educação	38 700	38 700
EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres	21 433	21 433
Albert Vilella I Camprubi	-	16 800
Portugal Telecom, S.A.	16 657	16 657
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde	16 092	-
Poczta Polska Usługi Cyfrowe Sp	257 783	-
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	-	14 000
Petrogal, S.A.	10 774	10 774
Alquiler Nave Tarragona	7 155	7 155
TNT Express Worldwide	6 010	6 010
SMAS Torres Vedras	4 001	4 002
Infarmed IP	8 223	8 223
Instituto do emprego e formação profissional	3 718	3 718
Controlplan S.L	3 400	3 400
Junta de Extremadura	-	1 335
Inmobiliaria Ederkin	7 800	7 800
Instituto Infra-Estruturas Rodoviárias	3 725	3 725
Estradas de Portugal, EP	5 000	5 000

Descrição	2013	2012
ARM – Águas e Resíduos da Madeira , SA	4 752	-
REN Serviços, S.A.	9 818	9 818
EMEL, S.A.	19 384	19 384
IFADAP	1 746	1 746
Casa Pia de Lisboa, I.P.	1 863	-
Martinez Estevez	3 000	3 000
Jose Luis Sanz Gomez	-	5 400
Gexploma	3 000	3 000
Consejeria Salud	6 433	6 433
Universidad Sevilla	4 237	4 237
Fonavi, Nave Hospitalet	40 477	-
Outras entidades	2 735	4 597
	2 734 022	2 503 494

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, irão ser prestadas garantias bancárias *on first demand*.

Neste âmbito foram já solicitadas pelos senhorios dos imóveis, as garantias bancárias mencionadas nos contratos de arrendamento, no montante global de 12,5 milhões de euros, estando no momento a decorrer as negociações com os bancos.

Passivos Contingentes

De acordo com a análise efetuada na subsidiária Payshop, existem alguns potenciais riscos associados à atividade e procedimentos implementados pela Empresa entre 2010 e janeiro de 2013. É nosso entendimento que o risco associado a estas contingências não é provável, pelo que não se procedeu ao registo de qualquer provisão.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 670,6 mil euros e 1.012 mil euros, respetivamente, a favor de diversas locadoras destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de *leasing*.

Adicionalmente, existem compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que se encontram detalhadas, respetivamente nas Notas 5 e 6.

28. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2013	2012 Reexpresso
Adiantamento de clientes	2 826 481	3 079 145
Vales CNP	202 301 462	186 169 916
Fornecedores c/c	59 737 076	75 722 601
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	8 816 225	2 350 705
Fornecedores de investimentos	2 463 632	2 220 531
Faturas em receção e conferência (investimentos)	523 341	49 274
Renda da Concessão	201 424	1 101 323
Valores cobrados por conta de Terceiros	4 180 724	3 566 227
Serviços financeiros postais	107 689 039	72 417 788
Outras contas a pagar	3 218 635	2 537 648
	391 958 039	349 215 159

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

Serviços financeiros postais

O acréscimo verificado nesta rubrica resulta essencialmente de valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro e outros vales.

Fornecedores c/c, Fornecedores de investimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a antiguidade do saldo das rubricas de “Fornecedores c/c” e de “Fornecedores de investimentos” é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Fornecedores c/c		
Não vencido	19 936 179	27 128 387
o-30 dias	5 219 465	3 585 391
30-90 dias	4 789 328	5 918 453
90-180 dias	2 653 581	2 959 006
180-360 dias	7 521 660	7 591 006
> 360 dias	19 616 862	28 540 358
	59 737 076	75 722 601
Fornecedores de investimentos		
Não vencido	2 121 192	1 555 840
o-30 dias	118 356	277 472
30-90 dias	48 355	177 096
90-180 dias	6 840	8 240
180-360 dias	128 539	129 148
> 360 dias	40 350	72 735
	2 463 632	2 220 531

A dívida a fornecedores correntes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	2013	2012
Fornecedores nacionais	4 739	2 269 360
Operadores estrangeiros	19 612 123	26 270 998
Total	19 616 862	28 540 358
Operadores estrangeiros - valores a receber	(20 682 551)	(24 652 816)

As contas com operadores estrangeiros são liquidadas por encontro de contas. Estes valores estão relacionados com os valores a receber destas entidades (Nota 14).

29. Imposto a Pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Imposto a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	93 968	862 444
	93 968	862 444

30. Outros passivos não Correntes e Correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Corrente		
Especialização férias e subsídio de férias	37 049 207	41 749 350
Especialização FSE	13 425 256	10 220 456
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o valor acrescentado	3 280 693	3 002 406
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3 468 536	2 356 632
Contribuições para a Segurança Social	5 333 117	4 808 195
Caixa Geral de Aposentações	961 880	794 990
Impostos das autarquias locais	512 055	638 169
Outros impostos	77	-
Outros	5 651 148	3 288 859
	69 681 969	66 859 057

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

31. Ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os ativos e passivos financeiros por categoria apresentavam as seguintes decomposição:

	2013				
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Ativos/Passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros investimentos	-	130 829	-	-	130 829
Outros ativos não correntes	1 951 139	-	-	-	1 951 139
Contas a receber	135 589 645	-	-	-	135 589 645
Outros ativos correntes	10 676 882	-	-	6 425 554	17 102 436
Caixa e equivalentes de caixa	544 875 803	-	-	-	544 875 803
Total de Ativos Financeiros	693 093 468	130 829	-	6 425 554	699 649 851
Passivos					
Financiamentos obtidos médio e longo prazo	-	-	3 282 126	-	3 282 126
Contas a pagar	-	-	385 912 923	6 045 116	391 958 039
Financiamentos obtidos curto prazo	-	-	3 716 558	-	3 716 558
Outros passivos correntes	-	-	19 076 404	50 605 565	69 681 969
Total de Passivos Financeiros	-	-	411 988 011	56 650 681	468 638 692
2012					
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Ativos/Passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros investimentos	-	130 829	-	-	130 829
Outros ativos não correntes	2 018 619	-	-	-	2 018 619
Contas a receber	135 317 556	-	-	-	135 317 556
Outros ativos correntes	16 222 215	-	-	4 633 917	20 856 132
Caixa e equivalentes de caixa	489 303 463	-	-	-	489 303 463
Total de Ativos Financeiros	642 861 853	130 829	-	4 633 917	647 626 599
Passivos					
Financiamentos obtidos médio e longo prazo	-	-	4 560 702	-	4 560 702
Contas a pagar	-	-	343 598 366	5 616 793	349 215 159
Financiamentos obtidos curto prazo	-	-	6 857 361	-	6 857 361
Outros passivos correntes	-	-	13 509 315	53 349 742	66 859 057
Total de Passivos Financeiros	-	-	368 525 744	58 966 535	427 492 279

O Grupo entende que o justo valor dos ativos e passivos financeiros é similar ao montante registrado.

32. Subsídios obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a informação relativa a subsídios comunitários (Nota 2.21) era como segue:

2013					
	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rendimento acumulado	Montante por utilizar
FEDER	9 815 622	9 662 306	153 316	9 442 724	372 898
	9 815 622	9 662 306	153 316	9 442 724	372 898

2012					
	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rendimento acumulado	Montante por utilizar
FEDER	9 815 622	9 662 306	153 316	9 431 523	384 099
	9 815 622	9 662 306	153 316	9 431 523	384 099

Os valores recebidos são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

33. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” era conforme segue:

	2013	2012 Reexpresso
Trabalhos para a própria entidade	332 883	571 540
Rendimentos suplementares	3 424 447	3 447 161
Descontos de pronto pagamento obtidos	162 619	233 016
Ganhos em inventários	25 840	91 211
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	3 490 736	2 392 451
Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros	563 426	668 924
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 959 175	2 700 837
Ganhos e perdas de juros – Serviços financeiros	3 287 305	2 534 552
Outros	1 531 895	2 253 499
	14 778 326	14 893 191

Os efeitos da reexpressão encontram-se detalhados na Nota 3.

Os juros relacionados com o segmento “Serviços financeiros” passaram a ser registados nesta rubrica quando anteriormente era incluído na rubrica “Rendimentos financeiros” (Nota 2.20).

34. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Transporte de mercadorias	66 325 292	67 173 532
Serviços especializados	63 713 719	62 282 158
Rendas e alugueres	36 660 569	38 866 377
Energia e fluídos	15 798 613	15 972 445
Operadores postais	16 186 241	15 573 666
Outros serviços	11 939 854	13 154 330
Comunicação	6 031 577	6 549 251
Agenciamentos	5 903 553	7 054 046
Subcontratos	5 584 449	5 132 955
Limpeza higiene e conforto	4 137 874	4 370 399
Postos de Correio	4 331 920	4 215 330
Seguros	2 778 918	2 665 587
Materiais	1 794 286	1 569 255
Contencioso e notariado	384 779	244 754
Transporte de pessoal	272 707	1 390 773
Royalties	214 231	201 370
	242 058 580	246 416 228

(i) Os “Transportes de mercadorias” dizem respeito a gastos com o transporte de correio pelas diversas vias (marítima, aérea e terrestre).

(ii) Os “Serviços especializados” referem-se em particular aos contratos de outsourcing de prestação de serviços informáticos bem como à manutenção de equipamentos informáticos.

(iii) As “Rendas e alugueres” referem-se a gastos com instalações arrendadas a terceiros e com o aluguer operacional de viaturas.

(iv) A “Energia e fluídos” referem-se fundamentalmente a gásóleo de veículos de mercadorias utilizados no processo operativo.

(v) Os “Operadores postais” dizem respeito a gastos efetuados com os operadores postais congêneres.

No período findo em 31 de dezembro de 2013 está incluído nesta rubrica o montante de 4,8 milhões de euros relativos ao processo de privatização e estudos estratégicos do segmento Expresso.

35. Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo mantinha responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional de viaturas, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros respeitante a locações operacionais é o seguinte:

	2013	2012
Até 1 ano	8 901 867	9 100 531
Entre 1 ano e 5 anos	16 433 847	8 509 807
A mais de 5 anos	-	-
	25 335 714	17 610 338

O aumento verificado no período entre 1 e 5 anos prende-se com o processo de renovação da frota automóvel que está atualmente em curso.

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os gastos incorridos com contratos de locação operacional foram respetivamente, de 7.943.693 euros e 7.563.379 euros e encontram-se reconhecidos em “Rendas e alugueres” na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da Demonstração consolidada dos resultados.

Leasings operacionais são contratos de locação de curta duração, em que o locador cede a sua utilização temporária a um terceiro, mediante o pagamento de uma renda ou aluguer.

Os pagamentos da locação são efetuados mensalmente por quantias constantes durante o prazo da locação e o reconhecimento da renda é considerado como um gasto que será igualmente efetuado numa base linear (método).

Não há reconhecimento de qualquer ativo locado, pois a substância da locação é de mero aluguer/arrendamento, não havendo evidência que permita concluir que o locatário obterá benefícios económicos futuros do ativo para além do período do contrato.

Não se prevê no final do contrato a transferência da propriedade jurídica para o Locatário.

36. Gastos com o pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	2013	2012 Reexpresso
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 42)	1 253 044	866 964
Remunerações do pessoal	244 542 405	254 148 054
Benefícios aos empregados	(4 068 949)	8 146 574
Indemnizações	2 058 112	2 476 706
Encargos sobre remunerações	53 399 408	53 301 325
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	2 795 986	2 117 496
Gastos de ação social	12 986 712	12 063 295
Outros gastos com o pessoal	105 761	198 837
	313 072 477	333 319 251

Em 2013, os juros associados aos planos de benefícios definidos passaram a estar registados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” (Nota 40), quando anteriormente estavam incluídos em “Gastos com o pessoal”, tendo sido reexpressos. Os efeitos da re-expressão encontram-se detalhados na Nota 3.

Remunerações do pessoal

A variação na rubrica “Remunerações do pessoal” resulta fundamentalmente da redução do número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, ainda que no período findo em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica não incluisse o reconhecimento do encargo com o subsídio de Natal, de acordo com o previsto no Orçamento de Estado para 2012. No entanto incluí a responsabilidade com o pagamento do subsídio de férias em virtude de a norma que previa a sua suspensão e inscrita no Orçamento de Estado para 2013, ter sido considerada inconstitucional pelo Acórdão nº 187/2013 do respetivo tribunal.

Os gastos de ação social dizem respeito, na sua quase totalidade, aos gastos de saúde suportados pelo Grupo com os trabalhadores que se encontram no ativo, e também a gastos relacionados com a Higiene e Segurança no trabalho.

A rubrica de “Indemnizações” inclui o montante de 1.246.746 euros relativos a indemnizações pagas no âmbito de processos de rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” os montantes de 838.647 euros e 1.085.005 euros, respetivamente, relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o nº médio de pessoal ao serviço do Grupo era, respetivamente, de 12.904 e 13.756 colaboradores.

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais das diversas empresas do Grupo foram as seguintes:

2013					
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal/ Fiscal Único	Assembleia Geral	Quadros- chave	Total
Remunerações fixas	1 085 542	166 242	-	5 339 085	6 590 869
Remunerações variáveis	-	-	1 260	-	1 260
	1 085 542	166 242	1 260	5 339 085	6 592 129

2012					
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal/ Fiscal Único	Assembleia Geral	Quadros- chave	Total
Remunerações fixas	648 156	217 838	-	3 916 196	4 782 190
Remunerações variáveis	-	-	970	-	970
	648 156	217 838	970	3 916 196	4 783 160

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e por despacho conjunto dos Ministérios da Economia e das Finanças de 24 de agosto de 2012, foi nomeado um novo Conselho de Administração para os CTT, S.A. O anterior conselho somente tinha 3 administradores executivos por renúncia de dois dos administradores pertencentes ao anterior Conselho de Administração.

37. Imparidade de inventários e contas a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o detalhe da “Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)” era o seguinte:

	2013	2012
Gastos com reforços de perdas por imparidade		
Clientes (Nota 14)	4 413 997	2 888 988
Outras contas a receber (Nota 18)	903 564	913 120
Inventários (Nota 13)	33 529	83 575
	5 351 090	3 885 683
Rendimentos com reversões de perdas por imparidade		
Clientes (Nota 14)	1 505 980	398 421
Outras contas a receber (Nota 18)	147 512	435 819
Empréstimo INESC (Nota 18)	58 030	41 450
Inventários (Nota 13)	109 370	2 211 685
	1 820 892	3 087 375
Movimento líquido do período – (perdas/reversões)	3 530 198	798 308

38. Depreciações/ amortizações (perdas/ reversões)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe das “Depreciações, amortizações e perdas por imparidade (perdas/reversões)” era o seguinte:

	2013	2012
Ativos fixos tangíveis		
Depreciações (Nota 5)	19 281 488	19 936 066
Perdas de Imparidade (Nota 5)	-	502 113
Ativos intangíveis		
Amortizações (Nota 6)	4 546 712	4 196 322
Propriedades de investimento		
Depreciações (Nota 7)	782 537	1 313
Perdas de Imparidade (Nota 7)	1 104 392	-
	25 715 129	24 635 814

39. Outros gastos e perdas operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” era conforme segue:

	2013	2012
Impostos	924 465	1 121 873
Dívidas incobráveis	177 112	115 956
Perdas em inventários	206 330	669 968
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	587 836	9 180
Renda da concessão	196 240	1 101 936
Diferenças de câmbio desfavoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	3 664 931	2 358 136
Donativos	813 664	972 906
Serviços Bancários	981 081	863 527
Juros de mora	645 388	634 784
Quotizações	657 380	643 110
Insuficiência de estima para imposto	18 142	4 156
Penalidades contratuais	103 296	1 361 938
Outros gastos e perdas	1 705 069	1 750 223
	10 680 935	11 607 693

40. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Gastos e perdas financeiros” tinha o seguinte detalhe:

	2013	2012 Reexpresso
Juros suportados		
Financiamentos bancários	177 576	484 839
Outros juros	57 315	155 196
Diferenças de câmbio desfavoráveis de passivos de financiamento	2 602	-
Gastos financeiros – Benefícios de empregados (Nota 26)	11 619 156	16 091 375
Outros gastos de financiamento	17 814	29 424
	11 874 463	16 760 834

Conforme o referido nas Notas 3 e 36, os juros associados a planos de benefícios definidos passaram a ser registados em “Gastos e perdas financeiras” quando anteriormente estavam incluídos em “Gastos com o pessoal”, tendo sido reexpresso o comparativo.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Rendimentos financeiros” encontrava-se detalhada como se segue:

	2013	2012 Reexpresso
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	7 763 801	11 806 240
Outros rendimentos similares	107 758	575 418
	7 871 559	12 381 658

Conforme o referido nas Notas 3 e 33, em 2013 a parte dos juros relacionados com o segmento “Serviços financeiros” passaram estar incluídos em “Outros rendimentos e ganhos”, tendo os comparativos sido reexpressos.

41. Impostos sobre o rendimento

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 25%, sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 euros e 5% do excedente de 7.500.000 euros (10.000.000 euros em 2012). A Tourline encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 30%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”).

O Grupo é tributado em sede de IRC juntamente com as suas participadas Post Contacto – Correio Publicitário, Lda., CTT – Expresso, S.A., Mailtec Holding, SGPS, S.A., MailTec Comunicação, S.A., Mailtec Consultoria, S.A., Mailtec Processos, Lda., Payshop Portugal, S.A. (“Payshop”) e CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. (“CTT Gest”), pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto foi efetuada como segue:

	2013	2012 Reexpresso
Resultado antes de impostos	83 253 185	52 832 173
Taxa nominal de imposto	25,0%	25,0%
	20 813 296	13 208 043
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	(418 783)	(401 224)
Mais-valias contabilísticas	(2 158)	(65 807)
Mais-valias fiscais	(164 575)	4 511
Equivalência patrimonial	(5 127)	(63 648)
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	(186 546)	138 707
Perdas e reversões por imparidade	209 890	67 647
Outras situações, líquidas	(1 028 997)	(197 343)
Ajustamentos à coleta – Tributação autónoma	728 426	627 563
Ajustamentos à coleta – Derrama Municipal	1 055 713	1 110 401
Ajustamentos à coleta – Derrama Estadual	2 784 895	2 975 184
Crédito fiscal extraordinário ao investimento	(841 698)	-
Excesso de estimativa e restituição de impostos	(796 437)	(539 131)
Impostos sobre o rendimento do período	22 147 899	16 864 903
Taxa efetiva de imposto	26,60%	31,92%
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	21 469 361	24 627 064
Imposto diferido	1 474 975	(7 223 030)
Excesso de estimativa para impostos	(796 437)	(539 131)
	22 147 899	16 864 903

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Excesso de estimativa e restituição de impostos” inclui, o montante de 439.432 euros referente ao diferimento da reclamação graciosa de IRC 2008. Em 31 de dezembro de 2013 esta mesma rubrica inclui o montante de 621.190 euros relativos ao diferimento de reclamações graciosas relacionadas com o apuramento das Derramas e Tributação Autónoma nos exercícios de 2008 a 2011.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	2013	2012
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados – cuidados de saúde	78 221 187	73 312 870
Benefícios aos empregados – outros benefícios de longo prazo	10 433 440	14 789 263
Mais-valias contabilísticas diferidas	3 229 688	3 897 266
Perdas por imparidade e provisões	8 651 941	8 549 846
Ajustamentos de conversão – desreconhecimento de inventários	77 821	157 216
Ajustamentos de conversão – valor descontado de dívidas do pessoal	18 692	37 761
Prejuízos fiscais reportáveis	2 432 702	1 335 932
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	452 859	145 613
Outros	126 926	2 770
	103 645 256	102 228 537
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	4 288 852	4 529 436
Mais-valias suspensas	1 082 455	1 096 522
Outros	110 571	114 275
	5 481 878	5 740 233

A 31 de dezembro de 2013 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no prazo de 12 meses sejam 4.388.213 euros e 258.355 euros, respetivamente.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	2013	2012
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	102 228 537	102 467 758
Movimentos do período – efeito em resultados		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	1 757 201	1 440 341
Benefícios aos empregados-outros benefícios longo prazo	(4 354 755)	371 714
Mais-valias contabilísticas diferidas	(667 578)	(743 699)
Perdas por imparidade e provisões	(105 163)	4 831 056
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	307 246	145 613
Desreconhecimento de inventários	(79 395)	(81 228)
Valor descontado de dívidas	(19 069)	(19 510)
Prejuízos fiscais reportáveis	1 358 869	853 543
Outros	69 314	-
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	3 150 049	(7 037 051)
Saldo final	103 645 256	102 228 537
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	5 740 233	6 165 433
Movimentos do período – efeito em resultados		
Excedentes de revalorização antes IFRS	(240 583)	(282 320)
Mais-valias suspensas	(14 067)	(59 408)
Outros	(3 705)	(83 472)
Saldo final	5 481 878	5 740 233

Os prejuízos fiscais estão inteiramente relacionados com as perdas da subsidiária *Tourline* nos em 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013. Estas perdas podem ser reportadas nos próximos 15 anos, exceto os prejuízos fiscais de 2012 e 2013 que podem ser reportados nos próximos 18 anos.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 3,7 milhões de euros.

SIFIDE

O Grupo adota como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE a efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

Relativamente às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2011, no montante aproximado de 5.287.949 euros, o Grupo terá possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 2.553.349 euros, no entanto por notificação da Comissão Certificadora foi confirmada a não elegibilidade dos projetos apresentados.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2012, no montante aproximado de 97.792 euros, o Grupo teria a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 8.913 euros. De acordo com a notificação da Comissão Certificadora de 16 de janeiro de 2014 foi atribuído um crédito fiscal de 3.885 euros aos CTT.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2013, no montante aproximado de 33.987 euros, o Grupo terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 9.519 euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2010 e seguintes podem ser sujeitas a revisão, uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.

42. Partes relacionadas

De acordo com as normas internas ao Grupo de relato financeiro, as partes relacionadas para o Grupo, são os acionistas dos CTT, os outros acionistas de empresas participadas pelo Grupo, as empresas associadas ou conjuntamente controladas e os membros do Conselho de Administração, Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

2013

	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Rendimentos	Dividendos	Gastos
Parpública, SGPS	-	-	-	50 000 000	-
Outros acionistas de empresas do Grupo					
Associadas	-	(14 084)	19 493	-	29
Conjuntamente controladas	44 671	56 932	238 808	-	61 107
Membros do					
Conselho de Administração	-	-	-	-	1 218 108
Assembleia Geral	-	-	-	-	1 260
Conselho Fiscal	-	-	-	-	128 636
Quadros-chave	-	-	-	-	5 339 085
	44 671	42 847	258 301	50 000 000	6 748 225

2012

	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Rendimentos	Dividendos	Gastos
Ministério Finanças (a)	-	-	-	53 876 585	-
Outros acionistas de empresas do Grupo					
Associadas	2 894	34 198	9 923	-	127 775
Conjuntamente controladas	40 654	14 920	246 672	-	183 662
Membros do					
Conselho de Administração	-	-	-	-	648 156
Assembleia Geral	-	-	-	-	970
Conselho Fiscal	-	-	-	-	217 838
Quadros-chave	-	-	-	-	3 916 196
	43 548	49 118	256 595	53 876 585	5 094 597

(a) os CTT têm aproveitado da isenção disponível no parágrafo 25 da IAS 24, e, portanto, não tem proporcionado a divulgação detalhada das transações com o Estado de Portugal e partes relacionadas. Um resumo das operações do Grupo com o Estado Português e com partes relacionadas está incluído abaixo:

- Os CTT vendem e prestam serviços para o Estado Português e a diversas entidades relacionadas.
- Os CTT recolhem vários impostos associados a pessoal e outras taxas em nome do Estado Português e é da sua responsabilidade os impostos sobre os lucros obtidos e a segurança social dos trabalhadores.
- As contas dos CTT para efeitos de IVA em Portugal.
- O Grupo CTT incorre em custos como resultado de serviços prestados por várias partes relacionadas pertencentes ao Estado Português, nomeadamente:
 - Os custos de energia;
 - Os custos de abastecimento de água;
 - Os custos de transporte aéreo.

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral, são eliminadas no processo de consolidação, não sendo objeto de divulgação na presente nota.

43. Honorários e serviços dos auditores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os honorários e serviços prestados pelos auditores do Grupo foram os seguintes:

	2013	2012
Empresa-mãe		
Serviços de revisão legal de contas	79 525	81 320
Serviços de auditoria independente	182 344	110 772
Outros serviços	501 214	18 612
	763 083	210 704
Empresas subsidiárias		
Serviços de revisão legal de contas	61 328	59 180
Serviços de auditoria externa	-	19 165
	61 328	78 345
	824 411	289 049

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica “Outros serviços”, na Empresa-mãe, inclui o valor de 382.560 euros relativos ao processo de privatização.

44. Outras informações

As seguintes situações não representam responsabilidades prováveis, consequentemente nenhuma provisão foi registada para estes itens.

Acordo de empresa

Em 22 de Março de 2013 a Empresa assinou com todos os doze Sindicatos que participaram nas negociações um Novo Acordo de Empresa (AE).

A celebração de um único AE teve efeitos ao nível da simplificação da gestão e ao nível do clima social e do reforço da estabilização das relações coletivas de trabalho no Grupo, elementos fundamentais para os novos desafios num contexto de liberalização plena. Permitiu também a uniformização das condições entre trabalhadores.

Rede Pudo

Os CTT (Expresso e Encomendas) encontram-se em processo de expansão da sua rede de pick-up/drop-off através de uma parceria com um dos maiores retalhistas em Portugal (também com presença em Espanha), que deverá permitir aos CTT fornecer um horário de funcionamento mais longo e abrir novos locais de pick-up/drop-off em grandes centros comerciais e supermercados de bairro.

Lojas de Cidadão

Os CTT assinaram um protocolo com o Estado Português para a instalação de espaços Loja do Cidadão na sua rede de retalho, com um projeto piloto

a começar no dia 1 de dezembro de 2013 na região metropolitana de Lisboa, e que se alargará a todos os balcões dos CTT em 2014. O Governo pretende criar 1.000 espaços Loja do Cidadão, sendo que 625 serão na rede de lojas próprias dos CTT.

Nos novos espaços Loja do Cidadão serão oferecidos diversos serviços, incluindo renovação da carta de condução, pedidos de declarações da Segurança Social, certidões do registo predial, ou isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”), entrega de declarações do IRS, inscrição de alunos nas escolas, etc.

O modelo económico de funcionamento ainda será acordado entre as partes, assim como as questões operacionais e investimento necessário.

BANIF

Em 7 de abril de 2006 o Banco Internacional do Funchal (BANIF), interpôs contra os CTT – Correios de Portugal, que foram pessoalmente citados em 27 de junho de 2006, uma ação de processo ordinário pedindo a execução do MoU (princípios de acordo) de constituição do Banco Postal e suas subsidiárias, caso se entenda não exequível esta condenação, a obrigação de indemnizar o BANIF por danos emergentes e lucros cessantes, ascendendo o pedido a 100.000.000 euros acrescido de juros vincendos. Sendo certo que o consultor legal do Grupo entende pouco provável, numa classificação a três níveis, de pouco a muito provável, que os pedidos deduzidos pelo BANIF sejam julgados procedentes, decidiu-se não constituir qualquer provisão para este fim. De referir de igual modo que o período de exercício de direito de preferência a exercer pela Caixa Geral de Depósitos cessou em janeiro de 2008.

Em 12 de janeiro de 2011 o Tribunal considerou não provados os factos essenciais que sustentam os pedidos de indemnização do BANIF e provados fatos alegados pelo Grupo que contraditam a tese defendida pelo BANIF. Por sentença de 2 de dezembro de 2011, foram os CTT absolvidos do pedido formulado pelo BANIF, que interpôs recurso desta decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa onde se encontra a decorrer os seus termos.

Em 28 de março de 2013 através de requerimento enviado ao Tribunal da Relação de Lisboa, o BANIF desistiu de todos os pedidos formulados inclusive do recurso referido no parágrafo anterior.

SNTCT

Em 17 de setembro de 2012 os CTT foram citadas para uma ação judicial interposta no Tribunal de Trabalho de Lisboa pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), pedindo a condenação dos CTT no pagamento das quantias que, relativamente aos trabalhadores seus

associados, tivesse descontado ou viesse a descontar nas respetivas retribuições e a título de subsídio de férias e de natal de 2012 ao abrigo dos artigos 20º e 21º da Lei nº 64-B/2011 (LOE 2012).

Por sentença de 22 de janeiro de 2013 foram os CTT absolvidos do pedido, tendo o SNTCT interposto recurso da referida decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa, que se encontra pendente.

Processo judicial

No caso jurídico que teve lugar na 2ª Secção do Tribunal de Coimbra, envolvendo 3 antigos membros do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A., a decisão foi emitida no dia 11 de julho de 2013 absolvendo os acusados de todos os crimes de que foram acusados, bem como e em consequência, não tendo merecido provimento os pedidos de indemnização civil anteriormente interpostos pelos CTT.

O Conselho de Administração da CTT tomou conhecimento dessa decisão no dia 16 de julho, e decidiu não recorrer devido à opinião dos Advogados dos CTT que em caso de decisão favorável, esta não seria provável. As custas judiciais a serem cobradas aos CTT – Correios de Portugal, encontram-se entre os 207.570 e 311.355 euros, montante que será determinado pelos juízes, de acordo com seu ponto de vista da complexidade do processo. No entanto, o Grupo comunicou esta decisão ao seu acionista, no caso de pretenderem uma decisão contrária.

Banco Postal

No dia 5 de agosto de 2013, os CTT apresentaram um pedido formal ao Banco de Portugal para a criação de uma licença de Banco Postal. A proposta prevê a criação de um banco postal apoiado pela rede de agências atuais e com um baixo nível de investimento.

O Banco de Portugal emitiu, a 27 de novembro de 2013, uma autorização para a criação do banco postal, sujeito a um conjunto de condições e requisitos, designadamente à reafirmação, por parte dos novos acionistas dos CTT de que o projeto do banco postal será implementado nos termos em que foi submetido e apreciado pelo Banco de Portugal.

Os CTT não têm obrigação de criar o banco postal, tendo apenas a opção. Tendo em conta que os termos da notificação do Banco de Portugal e a estratégia dos CTT para o segmento de negócio dos Serviços Financeiros (que não inclui a criação do banco postal num curto período de tempo), o Conselho de Administração dos CTT decidiu, a 28 de novembro de 2013, não tomar nenhuma ação imediata em relação ao estabelecimento do banco postal.

Os CTT irão avaliar os próximos passos necessários a tomar em relação a esta matéria, apenas no decurso do ano de 2014.

Cuidados de saúde

No relatório que acompanhou a proposta de Lei do Orçamento de Estado 2014, em 15 de outubro de 2013 encontra-se mencionado, que para os trabalhadores dos CTT abrangidos pela CGA, o acesso ao Plano de Saúde dos CTT (IOS) se manterá enquanto os trabalhadores mantiverem o seu vínculo à Empresa, passando a ser o Estado, através da ADSE, a garantir-lhes o apoio em termos de saúde após a aposentação, quer de imediato em relação aos que já estão aposentados, quer a partir da data de aposentação em relação aos que estão no ativo.

No entanto até à presente data não existiu nenhum acordo quanto à concretização de tal transferência, nem quanto aos seus termos, condições e montante, que dependem de negociação entre os CTT e o Estado, não podendo assim os CTT determinar a sua concretização.

45. Eventos subsequentes

No dia 1 de Janeiro de 2014 foram atualizados (aumento) os preços e respetivas tabelas de descontos relativos aos preços especiais (serviço de correio normal em quantidade, âmbito nacional e internacional, também denominado por *bulk mail*) dos serviços postais que integram a oferta do serviço universal. Esta atualização foi parcial devendo estar concluída somente aquando da revisão de preços para os restantes serviços postais do serviço universal.

Em 18 de fevereiro de 2014 a ANACOM aprovou a metodologia para o cálculo do custo líquido do serviço universal, prestado pelos CTT enquanto prestador do serviço universal, e sobre o conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço universal dos serviços postais, bem como os termos subjacentes à sua determinação.

Foi assinado no dia 11 de março de 2014 um acordo relativo à compra e venda de ações da sociedade EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. (“EAD”). Este Acordo, celebrado entre os CTT e os outros dois acionistas da EAD, visa a venda da atual participação dos CTT de 51% do capital social pelo preço de cerca de 2,75 milhões de euros, o qual inclui os dividendos referentes ao exercício de 2013.

Contas individuais CTT S.A.

CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária: euro	Notas	31.12.2013	31.12.2012 Reexpresso
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	205 899 314	238 883 879
Propriedades de investimento	8	21 761 886	1 368 943
Goodwill	9	25 083 869	25 083 869
Ativos intangíveis	10	8 382 995	9 178 107
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	11	45 900 095	50 069 477
Participações financeiras – outros métodos	12	130 829	130 829
Acionistas/sócios e empresas do Grupo	6	13 302 473	13 477 473
Outras contas a receber	15	1 951 139	2 018 619
Ativos por impostos diferidos	38	100 849 449	100 673 390
Total do ativo não corrente		423 262 049	440 884 586
Ativo corrente			
Inventários	14	5 106 627	5 669 967
Clientes	15	97 129 660	99 128 893
Acionistas/sócios e empresas do Grupo	6	744 621	384 147
Outras contas a receber	15	13 658 366	17 685 147
Diferimentos	16	3 479 632	4 054 112
Caixa e equivalentes de caixa	4	528 519 241	471 348 513
Total do ativo corrente		648 638 147	598 270 779
Total do ativo		1 071 900 196	1 039 155 365
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	19	75 000 000	87 325 000
Reservas legais	20	18 072 559	18 072 559
Outras reservas	20	12 325 000	10 555 947
Resultados transitados	20	57 823 615	61 787 635
Ajustamentos em ativos financeiros	20	25 543 850	25 317 659
Outras variações no capital próprio	20	24 810 903	33 352 062
Resultado líquido do período		61 016 067	35 735 269
Total do capital próprio		274 591 994	272 146 131
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	23	37 915 283	35 868 024
Financiamentos obtidos	25	1 647 925	2 104 100
Benefícios aos empregados	26	278 484 455	281 919 352
Diferimentos	16	8 475 340	10 874 369
Passivos por impostos diferidos	38	5 482 058	5 737 572
Total do passivo não corrente		332 005 061	336 503 417
Passivo corrente			
Fornecedores	27	56 871 632	66 833 187
Estado e outros entes públicos	28	12 078 644	10 916 154
Acionistas/sócios e empresas do Grupo	6	244 953	549 952
Financiamentos obtidos	25	456 263	3 449 018
Benefícios aos empregados	26	19 748 171	21 089 780
Outras contas a pagar	27	372 002 897	323 470 614
Diferimentos	16	3 900 581	4 197 112
Total do passivo corrente		465 303 141	430 505 817
Total do passivo		797 308 202	767 009 234
Total do capital próprio e do passivo		1 071 900 196	1 039 155 365

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária: euro	Notas	2013	2012 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	30	524 797 466	532 213 596
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	11	8 800 827	11 181 197
Trabalhos para a própria entidade		295 915	339 584
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	(14 148 463)	(15 879 844)
Fornecimentos e serviços externos	32	(159 583 221)	(165 540 674)
Gastos com o pessoal	33	(279 439 972)	(295 716 601)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	14, 18	71 182	2 211 685
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15, 18	240 016	(610 418)
Provisões (aumentos/reduções)	23	(5 769 333)	(21 811 431)
Outros rendimentos e ganhos	31	45 406 125	46 899 659
Outros gastos e perdas	35	(9 253 199)	(9 939 763)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		111 417 343	83 346 990
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34	(20 059 693)	(19 325 766)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7	(1 104 392)	(502 113)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		90 253 258	63 519 111
Juros e rendimentos similares obtidos	36	681 141	644 978
Juros e gastos similares suportados	36	(11 662 948)	(16 199 924)
Resultados antes de impostos		79 271 451	47 964 165
Imposto sobre o rendimento	38	(18 255 384)	(12 228 896)
Resultado líquido do período		61 016 067	35 735 269
Resultado por ação	22	0,41	0,24

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária: euro	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajusta- mentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2012 (reexpresso)		87 325 000	15 236 949	10 555 947	63 704 243	24 864 524	16 131 349	55 260 391	273 078 403
Alterações no período									
Realização dos excedentes de revalorização de AFT e AI	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais – Cuidados Saúde	20	-	-	-	-	-	17 228 642	-	17 228 642
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20	-	-	-	(464 804)	453 135	(7 929)	-	(19 598)
		-	-	-	(464 804)	453 135	17 220 713	-	17 209 044
Resultado líquido do período								35 735 269	35 735 269
Resultado integral								35 735 269	52 944 313
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2011	20	-	2 835 610	-	(1 451 804)	-	-	(1 383 806)	-
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-	-	-	(53 876 585)	(53 876 585)
		-	2 835 610	-	(1 451 804)	-	-	(55 260 391)	(53 876 585)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reexpresso)		87 325 000	18 072 559	10 555 947	61 787 635	25 317 659	33 352 062	35 735 269	272 146 131
Alterações no período									
Realização dos excedentes de revalorização de AFT e AI	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais – Cuidados Saúde	20	-	-	-	-	-	(8 530 822)	-	(8 530 822)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20	-	-	-	(255 235)	226 191	(10 338)	-	(39 383)
		-	-	-	(255 235)	226 191	(8 541 160)	-	(8 570 204)
Resultado líquido do período								61 016 067	61 016 067
Resultado integral								61 016 067	52 445 863
Operações com detentores de capital no período									
Redução do Capital Social	19	(12 325 000)	-	12 325 000	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2012	20	-	-	-	(2 818 861)	-	-	2 818 861	-
Distribuição de dividendos	20, 21	-	-	(10 555 947)	(889 924)	-	-	(38 554 129)	(50 000 000)
		(12 325 000)	-	1 769 053	(3 708 785)	-	-	(35 735 268)	(50 000 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		75 000 000	18 072 559	12 325 000	57 823 615	25 543 850	24 810 903	61 016 067	274 591 994

As notas anexas fazem parte da demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade monetária: euro	Notas	2013	2012
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		525 241 517	543 974 681
Pagamentos a fornecedores		(181 008 788)	(163 613 263)
Pagamentos ao pessoal		(277 404 185)	(261 353 094)
Fluxos gerados pelas operações		66 828 543	119 008 324
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(18 973 692)	(24 121 004)
Pagamento de outros impostos		(9 595 584)	(8 712 189)
Outros recebimentos/pagamentos		61 109 260	24 653 306
		32 539 984	(8 179 887)
Fluxos das atividades operacionais (1)		99 368 527	110 828 436
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		820 569	787 162
Investimentos financeiros		58 030	41 450
Empréstimos concedidos		-	56 219
Juros e rendimentos similares		11 010 737	12 674 120
Dividendos		12 942 029	19 015 461
		24 831 364	32 574 412
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8 160 100)	(15 837 647)
Ativos intangíveis		(4 728 476)	(2 929 969)
Empréstimos concedidos		-	(4 000 000)
		(12 888 576)	(22 767 616)
Fluxos das atividades de investimento (2)		11 942 788	9 806 796
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos bancários		-	2 995 872
		-	2 995 872
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos bancários		(2 995 872)	-
Amortizações de contratos de locação financeira		(453 057)	(445 018)
Juros e gastos similares		(691 657)	(741 260)
Dividendos ao acionista	20	(50 000 000)	(53 876 585)
		(54 140 587)	(55 062 863)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(54 140 587)	(52 066 991)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		57 170 728	68 568 242
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	471 348 513	402 780 271
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	528 519 241	471 348 513

As notas anexas fazem parte da demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

ÍNDICE

1. Nota introdutória	181	10. Ativos intangíveis	211
1.1. CTT – Correios de Portugal, S.A.	181	11. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	212
1.2. Atividade	181	12. Participações financeiras – outros métodos	217
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	182	13. Gestão de riscos financeiros	217
3. Principais políticas contabilísticas	183	14. Inventários	219
3.1. Ativos fixos tangíveis	183	15. Clientes e outras contas a receber	221
3.2. Propriedades de investimento	183	16. Diferimentos	224
3.3. Concentração de atividades empresariais e <i>goodwill</i>	184	17. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	224
3.4. Ativos intangíveis	184	18. Perdas por imparidade acumuladas	224
3.5. Transações e saldos em moeda estrangeira	185	19. Capital	225
3.6. Participações financeiras	185	20. Reservas e outras rubricas de capital próprio	226
3.7. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto <i>goodwill</i>	186	21. Dividendos	227
3.8. Instrumentos financeiros	186	22. Resultados por ação	228
3.9. Inventários	188	23. Provisões, garantias prestadas passivos contingentes e compromissos	228
3.10. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	188	24. Locações operacionais	230
3.11. Resultados por ação	188	25. Financiamentos obtidos	230
3.12. Distribuição de dividendos	188	26. Benefícios aos empregados	232
3.13. Provisões e passivos contingentes	188	27. Fornecedores e outras contas a pagar	236
3.14. Locações	189	28. Estado e outros entes públicos	237
3.15. Benefícios aos empregados	189	29. Subsídios obtidos	237
3.16. Rédito	191	30. Vendas e serviços prestados	238
3.17. Subsídios obtidos	192	31. Outros rendimentos e ganhos	238
3.18. Encargos financeiros com empréstimos obtidos	192	32. Fornecimentos e serviços externos	239
3.19. Impostos	192	33. Gastos com pessoal	240
3.20. Princípio da especialização	193	34. Gastos/reversões de depreciação, amortização e imparidade de investimentos	241
3.21. Julgamentos e estimativas	193	35. Outros gastos e perdas	242
3.22. Matérias ambientais	194	36. Juros e rendimentos/gastos similares obtidos/suportados	242
3.23. Demonstração de fluxos de caixa	194	37. Efeitos e alterações em taxas de câmbio	243
3.24. Acontecimentos subsequentes	194	38. Imposto sobre o rendimento	243
4. Fluxos de caixa	194	39. Honorários e serviços dos auditores	246
5. Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas	195	40. Informação sobre matérias ambientais	246
6. Partes relacionadas	198	41. Prestação do serviço de mediação de seguros	247
7. Ativos fixos tangíveis	205	42. Outras informações	248
8. Propriedades de investimento	207	43. Acontecimentos subsequentes	250
9. Goodwill	209		

1. Nota introdutória

1.1. CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, Lote 01.12.03, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de Novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de Janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de Maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013 o Estado Português, através despacho nº 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Párpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 euros para 0,50 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei nº129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) nº 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM nº62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM nº 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Párpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., tinha 30% por detenção e 6,36% por imputação, do capital dos CTT.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

1.2. ATIVIDADE

Os CTT têm como atividade a prestação do serviço postal, a qual inclui a prestação do serviço de correio e do serviço de encomendas em Portugal, e do serviço expresso em Portugal e em Espanha. A Empresa presta também em Portugal serviços financeiros alicerçados em rede com elevada capacidade e serviços de telecomunicações, como operador móvel virtual (MVNO) com a designação comercial “Phone-ix” suportado na rede da Portugal Telecom.

A prestação do serviço postal é efetuada pelos CTT no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal celebrado em 1 de setembro de 2000 entre o Estado Português e os CTT. Para além dos serviços concessionados, os CTT podem prestar outros serviços postais, bem como desenvolver outras atividades, designadamente, as que permitam a rentabilização da rede do serviço universal, diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades ou mediante outras formas de cooperação entre empresas. Dentro destas atividades salienta-se a prestação de serviços de interesse público ou de interesse geral mediante condições que vierem a ser acordadas com o Estado.

Na sequência das alterações introduzidas pela Diretiva 2008/6/CE de 20 de fevereiro de 2008 do Parlamento Europeu e do Conselho ao quadro regulamentar que rege a prestação de serviços postais, verificou-se em 2012 a sua transposição para a ordem jurídica nacional através da aprovação da Lei nº 17/2012, de 26 de abril (“nova Lei Postal”), com as alterações introduzidas em 2013 pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, revogando a Lei nº 102/99, de 26 de julho.

A nova Lei Postal estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

Deste modo, a partir da entrada em vigor da nova Lei Postal, o mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas ao prestador dos serviço postal universal, os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”). No entanto, por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

De acordo com a nova Lei Postal o âmbito do serviço postal universal integra as seguintes prestações, de âmbito nacional e internacional:

- Um serviço postal de envios de correspondência, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 Kg de peso;
- Um serviço de encomendas postais até 10 Kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20Kg;
- Um serviço de envios registados e um serviço de envios com valor declarado.

Decorrente da nova Lei Postal, o Governo Português procedeu à revisão das bases da concessão, através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, na sequência da qual se efetuou em 31 de dezembro de 2013 a quarta alteração ao contrato de concessão do serviço postal universal.

Deste modo, o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e os CTT em 1 de setembro de 2000, posteriormente alterado em 1 de outubro de 2001, 9 de setembro de 2003, 26 de julho de 2006 e em 31 de dezembro de 2013, abrange:

- O serviço postal universal, como acima definido;
- Os serviços reservados: (i) o direito de colocar marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, (ii) a emissão e venda de selos postais com a menção “Portugal” e (iii) o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos;
- A prestação do serviço de ordens de pagamento especiais que permite efetuar a transferência de fundos por via eletrónica e física, no âmbito nacional e internacional, designado por serviço de vales postais, a título exclusivo;
- Serviço de Caixa Postal Eletrónica, a título não exclusivo.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantém-se como prestador de serviço postal universal até 2020, assegurando a exclusividade das atividades e serviços reservados mencionados.

Uma vez finda a concessão, caso não seja novamente atribuída, os CTT poderão prestar, a par dos restantes operadores, todos os serviços postais que entenderem, em regime de livre concorrência, de acordo com a sua política estratégico-comercial, à exceção dos serviços que forem concessionados em regime de exclusivo.

Em sùmula, face ao enquadramento legal e regulamentar vigente, entendem os CTT que não existem fundamentos para introduzir qualquer alteração relevante nas políticas contabilísticas da Empresa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações da Empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Retificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artº 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2013 e 2012 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis (Nota 7) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local (Notas 3.13 e 23). Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. De acordo com a exceção prevista na NCRF3 – Adoção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, as reavaliações efetuadas aos ativos tangíveis, de acordo com os índices de atualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de Janeiro de 2009, foram mantidas, designando-se essas quantias reavaliadas, para efeitos de NCRF, como “custo considerado”.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 7
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 10

Os terrenos não são depreciáveis.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que origemem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pelo Grupo para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para:

- uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou
- venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis que o Grupo desafetou do uso na prestação dos serviços do Grupo e que detém para obter rendas ou valorização de capital.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e de perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As taxas de depreciação consideradas são compreendidas entre 10 e 50 anos.

A Empresa providencia anualmente avaliações dos ativos classificados como propriedades de investimento para determinar eventuais imparidades e proceder à respetiva divulgação do justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

3.3. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS E *GOODWILL*

Os investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas são registados ao custo de aquisição e mensurados subsequentemente pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.5).

Na data de aquisição de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos seus ativos e passivos identificáveis é reconhecido como *goodwill* (Nota 9) e mantido no balanço com esta designação. Procedimento em conformidade com o estabelecido na NCRF 14 – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista na NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, a Empresa aplicou as disposições da NCRF 14 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2009. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2009 foram mantidos, pelas quantias líquidas apresentadas nessa data.

O *goodwill* não é amortizado sendo o seu valor recuperável avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em gastos do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor

temporal e os riscos do negócio. As perdas por imparidade não são revertíveis.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos, a diferença apurada é registada como ganho financeiro na Demonstração dos resultados por naturezas do período em que ocorre a aquisição, após confirmação do justo valor atribuído.

Na alienação de uma unidade geradora de caixa, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

3.4. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (Nota 10) são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, *software* (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 20 anos:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Propriedade industrial	3 – 20
<i>Software</i>	3 – 10

Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, e sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os rendimentos ou gastos resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.5. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período (Notas 31, 35 e 37).

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividades de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como “Juros e rendimentos similares obtidos” e as negativas como “Juros e gastos similares suportados” (Notas 36 e 37).

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira são as taxas de câmbio de fecho do período, no caso da conversão dos ativos e passivos, e a taxa de câmbio médio no caso da conversão dos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão dos saldos, transações e das demonstrações financeiras em moeda estrangeira foram as seguintes (X de moeda estrangeira por 1 euro):

	2013		2012	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZM)	41,24000	39,66750	39,24000	36,56000
Dólar dos USA (USD)	1,37910	1,32815	1,31940	1,31990
Direitos de saque especial (DTS)	1,11732	1,14440	1,16583	1,17373

Fonte: Banco de Portugal

3.6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto (empresas subsidiárias), nas que exerce influência significativa, geralmente onde a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto (empresas associadas) ou nas que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, ao custo de aquisição e mensurados subsequentemente, pelo método da equivalência patrimonial (Nota 11).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsi-

diárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos em ativos financeiros”. As participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, são realizadas avaliações sendo as perdas por imparidade que se demonstrem existir, registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período são incluídos na demonstração dos resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou

construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registrada uma Provisão (Nota 23).

Os dividendos recebidos de empresas subsidiárias e associadas são registrados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão, com exceção das perdas por imparidade sobre o *Goodwill*.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Empresa na subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, por contrapartida do investimento nessa mesma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registrados em “Participações financeiras – outros métodos” ao custo de aquisição (Nota 12). Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos, sendo registrada como “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” a perda por imparidade que se revele existir. Os dividendos recebidos das empresas assim classificadas são registrados na demonstração dos resultados por naturezas do período em que é decidida a anunciada a sua distribuição.

3.7. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS, EXCETO *GOODWILL*

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o preço que seria recebido pela venda do ativo numa transação entre participantes do mercado à data da mensuração. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e

descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” (Notas 18 e 34).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registrada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados.

3.8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são

basicamente as ações/quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 15). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida dos resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o seu custo amortizado não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos” (Nota 4).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos (Nota 25) são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente,

dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras contas a pagar” (Nota 27).

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar (Nota 27) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 14) encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização e o valor de realização líquido. O método de valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”.

O sistema de inventário utilizado na Empresa é o sistema de inventário permanente.

3.10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes, nomeadamente ativos fixos tangíveis e participações de capital, são classificados como detidos para venda (Nota 17) se o respetivo valor for realizável através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda, seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a Empresa tenha assumido um compromisso de vender; e (iii) seja expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes desta classificação e o seu justo valor, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda. Quando o justo valor é inferior à quantia escriturada, a diferença é reconhecida em “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” ou em “Imparidade de investimentos não depreciáveis (perdas/reversões).

Os ativos não correntes detidos para venda são apresentados em linha própria no balanço.

Os ativos não correntes detidos para venda não são, em qualquer caso, objeto de depreciação ou amortização.

Caso um ativo deixe de cumprir os requisitos para ser classificado como detido para venda, esta classificação deve cessar e o seu valor deve passar a ser o mais baixo entre: (i) a quantia escriturada antes da classificação como detido para venda, ajustado por qualquer depreciação ou amortização que teria sido efetuada caso não tivesse sido classificado como

tal; e, (ii) a quantia recuperável à data da decisão posterior de não vender. Qualquer ajustamento é reconhecido em resultados.

Uma operação descontinuada é uma componente da Empresa que tenha sido alienada ou esteja classificada para venda, e (i) represente uma importante linha de negócios separada ou uma área geográfica operacional, ou (ii) seja parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios separada ou uma área geográfica operacional.

Os resultados das operações descontinuadas são apresentados, em linha própria na demonstração dos resultados por naturezas, a seguir ao Resultado líquido do período.

3.11. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação (Nota 22) são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

No entanto caso ocorra uma alteração do número de ações que não corresponda a entrada ou saídas de fundos da Empresa, para efeitos do cálculo do resultado por ação será utilizado o número de ações existente na atualidade.

3.12. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos, quando aprovada em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo (Nota 21).

3.13. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões (Nota 23) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados” (Nota 36).

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da

subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para participações financeiras.

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pela Empresa e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente.

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos comecem a ser utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros.

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados da Empresa.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente (Nota 23). Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.14. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem (Nota 25). As restantes locações são classificadas como operacionais (Nota 24).

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes

ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação (Nota 32).

3.15. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Empresa adota como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades pelo pagamento das prestações de cuidados de saúde pós-emprego e de outros benefícios, os critérios consagrados na NCRF 28 – Benefícios dos Empregados, com utilização nomeadamente do método de custeio atuarial “Unidade de crédito projetada” (Nota 26).

Para obtenção da estimativa do valor das responsabilidades (Valor presente da obrigação de benefício definido) e do gasto a reconhecer em cada período, é feito anualmente um estudo atuarial, elaborado por entidade independente de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis. O “Valor presente da obrigação de benefício definido” é registado no passivo na rubrica de “Benefícios aos empregados”.

Em 31 de dezembro de 2012, os CTT optaram pela adoção antecipada das alterações constantes na IAS 19, pelo que, no que se refere a benefícios pós-emprego, os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, na totalidade, nos capitais próprios, inversamente ao procedimento que ocorria em anteriores exercícios económicos, em que eram diferidos e amortizados pelo período médio estimado de serviço futuro dos trabalhadores até à idade de aposentação. No caso de ganhos e perdas atuariais relativos a outros benefícios de longo prazo, que não pós-emprego, são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem.

A IAS 19 não especifica se os juros associados aos planos de benefícios definidos devam ser apresentado como gastos de pessoal ou gastos financeiros. A maioria dos operadores postais europeus considera os juros como gastos financeiros, pelo que os CTT, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 reclassificaram os juros dos benefícios aos empregados para os gastos financeiros a fim de assegurar a comparabilidade com a maioria dos seus pares.

Pensões de aposentação do pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações (“CGA”)

O Decreto-Lei 246/2003, de 08 de Outubro, transferiu a responsabilidade com o encargo das pensões de aposentação do pessoal dos CTT, subscritores da

C.G.A., já aposentados ou no ativo, para esta última entidade, com efeitos a 01 de Janeiro de 2003. O referido Decreto viria, ainda, a extinguir o Fundo de Pensões do Pessoal dos CTT e a determinar a transferência para a C.G.A, do valor do respetivo património do Fundo de Pensões, constituído pelo conjunto dos ativos na titularidade do mesmo, existentes a 01 de Janeiro de 2003, acrescido dos respetivos rendimentos e incrementados de valor até à data da sua efetiva entrega em dezembro de 2003.

Benefícios pós-emprego – cuidados de saúde

Os trabalhadores subscritores da C.G.A. e os trabalhadores beneficiários da Segurança Social (“S.S.”), (admitidos no quadro efetivo da Empresa após 19 de Maio de 1992 e até 31 de dezembro de 2009), podem usufruir dos benefícios, no âmbito dos cuidados de saúde, previstos no Regulamento das Obras Sociais dos CTT. Tais benefícios são extensíveis a todos os trabalhadores efetivos da Empresa, quer se encontrem no ativo, quer na situação de aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os trabalhadores admitidos na Empresa após 31 de dezembro de 2009, apenas poderão usufruir dos benefícios previstos no Regulamento das Obras Sociais enquanto se mantiverem vinculados à Empresa por um contrato individual de trabalho, não lhe assistindo tal direito na aposentação, pré-reforma ou reforma.

Os benefícios com cuidados de saúde respeitam, nomeadamente, à comparticipação no custo dos medicamentos, dos serviços médico-cirúrgicos, de enfermagem e de meios auxiliares de diagnóstico e dos serviços hospitalares, conforme estabelecido no Regulamento das Obras Sociais dos CTT.

O financiamento do plano de cuidados de saúde pós-emprego é garantido na sua maior parte pela Empresa, sendo o restante coberto pelas quotas pagas pelos beneficiários.

A manutenção dos benefícios do plano de cuidados de saúde pós-emprego implica o pagamento por parte dos beneficiários titulares (aposentados e reformados) de uma quota correspondente a 1,5 % da pensão. Por cada familiar inscrito é também paga uma quota de 1,5 % ou 2 % da pensão, dependendo a percentagem do montante desta. Em determinadas situações especiais poderá haver isenção do pagamento de quota quer para titulares quer para familiares.

A gestão do plano de cuidados de saúde é assegurada pela IOS – Instituto das Obras Sociais que por sua vez contratou a Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT-ACS”), para prestação dos serviços de assistência médica.

Outros benefícios de longo prazo

Existe ainda um conjunto de obrigações construtivas assumidas pelos CTT perante alguns grupos de trabalhadores (Nota 26), nomeadamente:

- **Suspensão de contratos, recolocação, contratos de pré-reforma e libertação de postos de trabalho**

As responsabilidades pelo pagamento de salários a trabalhadores nas situações supra referidas ou equivalentes, são contabilizadas, na totalidade, no momento de passagem do trabalhador para aqueles regimes.

- **Taxa de assinatura telefónica**

Trata-se de um benefício assumido pelos CTT de pagamento da taxa de telefone fixo a um grupo fechado de trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes (7.680 beneficiários em 31 de dezembro de 2013 e 8.117 beneficiários em 31 de dezembro de 2012), que beneficiavam da mesma em 01/06/2004 no montante de 15,30 euros mensais. Durante o ano de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir este pagamento por uma medida equivalente que se traduziu a partir de 1 de janeiro de 2014, na substituição deste apoio financeiro por uma prestação em espécie.

- **Pensões por acidentes de serviço**

As responsabilidades com o pagamento de pensões por acidentes em serviço, restringe-se aos trabalhadores subscritores da C.G.A.

A Empresa suporta igualmente as demais responsabilidades decorrentes dos acidentes de serviço destes trabalhadores.

De acordo com a legislação em vigor, no que diz respeito aos trabalhadores subscritores da C.G.A, são da responsabilidade dos CTT os encargos com pensões que tiverem sido atribuídas a título de reparação de danos resultantes de acidentes em serviço, e dos quais tenha resultado a incapacidade permanente ou morte do trabalhador. O valor destas pensões é atualizado por diploma legal. Atualmente, por não se considerar economicamente justificado, não existe apólice de seguro contratada para fazer face a estas responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 havia 67 e 66 beneficiários, respetivamente, a receber este tipo de pensão.

- **Subsídio mensal vitalício**

Constitui um subsídio previsto no regime jurídico das prestações familiares do D.L. nº 133-B/97 de 30 de Maio, retificado pela Declaração de retificação nº 15-F/97, de 30.09, alterado pelos D.L. nº 248/99, de 02 de Julho, 341/99 de 25 de Agosto, 250/2001 de 21 de Setembro e 176/2003, de 02 de Agosto.

São beneficiários os trabalhadores no ativo ou aposentados, que tenham descendentes, maiores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontrem em situação que os impossibilite de proverem normalmente à sua subsistência pelo exercício de atividade profissional. No caso de se tratar de beneficiários subscritores da CGA, o encargo com o subsídio é da responsabilidade dos CTT. Em 31 de dezembro de 2013 havia 48 beneficiários nestas condições, (51 beneficiários em 31 de dezembro de 2012), a receber um valor mensal de 176,76 euros, 12 meses por ano. Este valor é atualizado por Portaria dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social.

• Apoio por cessação da atividade profissional

Este benefício era concedido aos trabalhadores que se aposentassem, com pelo menos 5 anos de antiguidade na Empresa. O seu montante dependia da antiguidade à data da aposentação. Em 31 de dezembro de 2012 a tabela em vigor estabelecia um valor máximo de 1.847,16 euros para 36 ou mais anos de antiguidade. Em 2012 o Conselho de Administração dos CTT deliberou descontinuar a compensação que era atribuída aos trabalhadores que atingiam o termo da sua vida ativa ao serviço dos CTT. Deliberou igualmente, nas situações de desligação e reforma que venham a ocorrer na sequência dos pedidos de aposentação e de reforma apresentados até ao dia 31 de Março de 2013, a manutenção do referido benefício (Nota 26).

Os principais pressupostos financeiros e demográficos utilizados no cálculo destas responsabilidades nomeadamente taxa de desconto, taxas de mortalidade e invalidez são os mesmos que os utilizados na avaliação atuarial do plano de cuidados de saúde dos CTT.

3.16. RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, *royalties*, juros e dividendos (provenientes de investimentos não contabilizados pelo método da equivalência patrimonial), decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Notas 30, 31 e 36).

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade

de e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo às vendas de produtos de *merchandising* e afetas ao negócio postal é reconhecido no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que normalmente ocorre no momento da transação.

O rédito relativo à prestação de serviços postais é reconhecido no momento em que o cliente solicita o serviço, uma vez que os CTT não têm informação que permita estimar com fiabilidade o montante relativo a entregas não efetuadas na data do balanço, embora se entenda que o mesmo não é materialmente relevante visto que a data de solicitação do serviço não difere significativamente da data da sua prestação.

Os preços dos serviços prestados no âmbito da concessão do Serviço Postal Universal são regulados através de um convénio de preços celebrado entre os CTT e o ICP-ANACOM.

As comissões por cobranças efetuadas e por venda de produtos financeiros são reconhecidas na data da prestação de contas com o cliente. O rédito reconhecido corresponde apenas à comissão cobrada pelos CTT, os quais atuam enquanto agente.

O rédito relativo a apartados é reconhecido durante o período dos respetivos contratos.

O rédito relativo às recargas de serviços de telecomunicações móveis pré-pagos é diferido, e reconhecido em resultados em função do tráfego efetuado pelo cliente, no período em que a prestação de serviços é efetuada.

O rédito relativo a serviços postais internacionais, bem como os custos correspondentes, é estimado com base em sondagens e índices acordados com as administrações postais homólogas e registados em contas provisórias, no mês em que o tráfego ocorre. As diferenças, que normalmente não são significativas, entre os valores assim estimados, e as contas definitivas, apuradas por acordo com aquelas administrações, são reconhecidas em resultados quando as contas passam a definitivas.

O rédito proveniente de *royalties* é reconhecido segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefi-

cios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista parte dos juros recebidos de depósitos em outros rendimentos operacionais, que se referem a depósitos de curto-prazo no segmento “Serviços Financeiros”. A Empresa considera que os recebimentos associados a investimento temporário em fundos e que vão ser pagos a terceiros é um dos objetivos operacionais do segmento “Serviços Financeiros”. Na demonstração de fluxos de caixa, a parte do juro é reconhecida como fluxo de caixa operacional.

O rédito de dividendos, provenientes de investimentos não contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, é reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o pagamento, que regra geral ocorre com a deliberação dos sócios da subsidiária.

3.17. SUBSÍDIOS OBTIDOS

Os subsídios são reconhecidos quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão (Nota 29).

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio (Nota 20), sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas numa base sistemática como rendimentos do período (Nota 31), de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição de destinaram. Caso os subsídios respeitem a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida, as quantias serão mantidas em capital próprio, exceto se forem necessárias para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas como rendimentos durante os períodos necessários para os balancear com os gastos incorridos (Nota 31), na medida em que os subsídios não sejam reembolsáveis.

3.18. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos (Nota 36). Exceção para os juros que são capitalizados quando os empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

3.19. IMPOSTOS

Imposto sobre o rendimento (“IRC”)

O imposto sobre o rendimento (Nota 38) corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

Imposto sobre o valor acrescentado (“IVA”)

Para efeito de IVA os CTT encontram-se enquadrados no regime normal de periodicidade mensal de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do Código do IVA, praticando no âmbito da sua atividade operações isentas, enquadráveis no art.º 9.º do Código do IVA e outras sujeitas e não isentas, razão pela qual utiliza para efeitos de apuramento de IVA o método da afetação real e o método do *prorata*.

3.20. PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respetivamente (Notas 15 e 27). Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente (Nota 16).

3.21. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinados com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/estimativas de vidas úteis (Nota 3.1/Nota 3.4/Nota 7/Nota 10)

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do *Goodwill* (Nota 9)

A Empresa testa o *goodwill*, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 3.3. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso envolvendo os mesmos julgamentos, residindo substancialmente na análise da Gestão baseada na experiência passada, bem como nas expectativas futuras de evolução da respetiva atividade. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macro-económico. As variações destes pressupostos poderão ter impactos ao nível dos resultados e no conseqüente registo de imparidades.

(iii) Imparidade de clientes e outras contas a receber (Nota 15)

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Impostos diferidos (Nota 38)

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência dos resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(v) Benefícios aos empregados (Nota 3.15/Nota 26)

A determinação das responsabilidades com o pagamento de benefícios pós-emprego e de outros benefícios de longo-prazo, nomeadamente com cuidados

de saúde, requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades com estes benefícios. Quaisquer alterações nos pressupostos utilizados, os quais estão descritos na Nota 26, terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os CTT têm como política rever periodicamente os principais pressupostos atuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

(vi) Provisões (Nota 3.13/Nota 23)

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.22. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas atividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações (Nota 40).

Contudo, a atividade da Empresa é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de *inputs* materiais nos seus processos de prestação de serviços, sendo a sua pegada ecológica direta limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da atividade da Empresa é em termos relativos, bastante inferior ao seu contributo para geração de valor no tecido económico e social nacional.

Em termos de política ambiental a Empresa pretende ter cobertos e dominados todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos da melhoria continuada do desempenho ambiental em que se destaca:

- (i) Prevenção da poluição,
- (ii) Cumprimento da legislação,
- (iii) Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa,
- (iv) Formação e sensibilização dos trabalhadores,

(v) Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa,

(vi) Definição de “standards” ambientais para fornecedores e parceiros.

Este tema encontra-se desenvolvido com profundidade no Relatório de Sustentabilidade de 2013.

3.23. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

3.24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais (Nota 43).

4. Fluxos de caixa

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros e de dividendos. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	2013	2012
Numerário	9 321 167	12 095 973
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	47 003 074	27 757 540
Depósitos a prazo	472 195 000	431 495 000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	528 519 241	471 348 513
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de fluxos de caixa)	528 519 241	471 348 513

5. Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

No período findo em 31 de dezembro de 2012 foi adotada a IAS 19 – Benefícios de empregados (revisita). De acordo com a mesma, os ganhos e perdas atuariais relativos a benefícios pós-emprego, anteriormente diferidos e amortizados pelo período médio estimado de serviços futuros dos trabalhadores até à idade da reforma, passam a ser reconhecidos de imediato e apenas no capital próprio em “Outros rendimentos integrais”.

A IAS 19 não especifica se os juros associados aos planos de benefícios definidos devam ser apresentado como gastos de pessoal ou gastos financeiros. A maioria dos operadores postais europeus considera os juros como gastos financeiros, pelo que os CTT reclassificaram os juros dos benefícios aos empregados para os gastos financeiros no montante de 16.091.375 euros, a fim de assegurar a comparabilidade com a maioria dos seus pares. Esta reclassificação não afeta o resultado líquido dos CTT no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 conforme relatado nas Demonstrações Financeiras Estatutárias.

As Demonstrações Financeiras Estatutárias dos CTT, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, incluíram uma opinião de auditoria qualificada relacionada com uma provisão para reestruturações que não cumpria por completo com os requisitos previstos nos normativos contabilísticos.

Para efeitos do Processo de Privatização as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Auditadas de 2010, 2011 e 2012 foram ajustadas no sentido do cumprimento dos referidos normativos. Estes ajustamentos foram igualmente aplicados às demonstrações financeiras individuais, sem no entanto afetarem os capitais próprios líquidos de 31 de dezembro de 2012, relatados nas Demonstrações Financeiras Estatutárias. Em 31 de dezembro de 2012, estes ajustamentos corresponderam a um aumento dos gastos com o pessoal e dos gastos com provisões, respetivamente, no montante de 659.500 euros e 3.305.700 euros e a uma redução do gasto com imposto sobre o rendimento do período no

montante de 1.146.339 euros por contrapartida de um aumento dos resultados transitados no montante de 2.818.861 euros.

Adicionalmente, foi efetuada a reclassificação da totalidade do saldo de “Excedentes de revalorização”, para a rubrica de “Resultados transitados” no montante de 56.088.705 euros e a reclassificação de 706.635 euros desta última rubrica para “Outras variações do capital próprio”.

O impacto por rubrica, dos ajustamentos acima mencionados, nas demonstrações financeiras foi o seguinte:

BALANÇO INDIVIDUAL

	31 de dezembro de 2012		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	238 883 879	-	238 883 879
Propriedades de investimento	1 368 943	-	1 368 943
Goodwill	25 083 869	-	25 083 869
Ativos intangíveis	9 178 107	-	9 178 107
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	50 069 477	-	50 069 477
Participações financeiras – outros métodos	130 829	-	130 829
Acionistas/sócios e empresas do Grupo	13 477 473	-	13 477 473
Outras contas a receber	2 018 619	-	2 018 619
Ativos por impostos diferidos	100 673 390	-	100 673 390
Total do ativo não corrente	440 884 586	-	440 884 586
Ativo corrente			
Inventários	5 669 967	-	5 669 967
Clientes	99 128 893	-	99 128 893
Acionistas/sócios e empresas do Grupo	384 147	-	384 147
Outras contas a receber	17 685 147	-	17 685 147
Diferimentos	4 054 112	-	4 054 112
Caixa e equivalentes a caixa	471 348 513	-	471 348 513
Total do ativo corrente	598 270 778	-	598 270 778
Total do ativo	1 039 155 364	-	1 039 155 364
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	87 325 000	-	87 325 000
Reservas legais	18 072 559	-	18 072 559
Outras reservas	10 555 947	-	10 555 947
Resultados transitados	3 586 704	58 200 931	61 787 635
Ajustamentos em ativos financeiros	25 317 659	-	25 317 659
Excedentes de revalorização	56 088 705	(56 088 705)	-
Outras variações no capital próprio	32 645 427	706 635	33 352 062
Resultado líquido do período	38 554 129	(2 818 861)	35 735 268
Total do capital próprio	272 146 130	-	272 146 130
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	35 868 024	-	35 868 024
Financiamentos obtidos	2 104 100	-	2 104 100
Benefícios aos empregados	281 919 352	-	281 919 352
Diferimentos	10 874 369	-	10 874 369
Passivos por impostos diferidos	5 737 572	-	5 737 572
Total do passivo não corrente	336 503 417	-	336 503 417
Passivo corrente:			
Fornecedores	66 833 187	-	66 833 187
Estado e outros entes públicos	10 916 154	-	10 916 154
Acionistas/sócios e empresas do Grupo	549 952	-	549 952
Financiamentos obtidos	3 449 018	-	3 449 018
Benefícios aos empregados	21 089 780	-	21 089 780
Outras contas a pagar	323 470 614	-	323 470 614
Diferimentos	4 197 112	-	4 197 112
Total do passivo corrente	430 505 817	-	430 505 817
Total do passivo	767 009 234	-	767 009 234
Total do capital próprio e do passivo	1 039 155 364	-	1 039 155 364

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	2012		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Rendimentos e gastos			
Vendas e serviços prestados	532 213 596	-	532 213 596
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	11 181 197	-	11 181 197
Trabalhos para a própria entidade	339 584	-	339 584
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(15 879 844)	-	(15 879 844)
Fornecimentos e serviços externos	(165 540 674)	-	(165 540 674)
Gastos com o pessoal	(311 148 476)	15 431 875	(295 716 601)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	2 211 685	-	2 211 685
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(610 418)	-	(610 418)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	(18 505 731)	(3 305 700)	(21 811 431)
Outros rendimentos e ganhos	46 899 659	-	46 899 659
Outros gastos e perdas	(9 939 763)	-	(9 939 763)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	71 220 815	12 126 175	83 346 990
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(19 325 766)	-	(19 325 766)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(502 113)	-	(502 113)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	51 392 936	12 126 175	63 519 111
Juros e rendimentos similares obtidos	644 978	-	644 978
Juros e gastos similares suportados	(108 549)	(16 091 375)	(16 199 924)
Resultados antes de impostos	51 929 364	(3 965 200)	47 964 165
Imposto sobre o rendimento	(13 375 235)	1 146 339	(12 228 896)
Resultado líquido do período	38 554 129	(2 818 861)	35 735 269
Resultado por ação	2,20		2,04

Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

6. Partes relacionadas

De acordo com as normas internas de relato financeiro dos CTT todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, incluindo não apenas as entidades subsidiárias e associadas dos CTT mas também outras empresas detidas pelas subsidiárias dos CTT, os acionistas dos CTT e de outras empresas participadas pelo Grupo, os membros do Conselho de Administração, Assembleia Geral e Conselho Fiscal. As partes relacionadas englobam igualmente os quadros chave da Empresa.

Os quadros chave são compostos pelos responsáveis diretamente dependentes do Conselho de Administração.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são, em regra, substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os acionistas que exercem influência significativa são partes relacionadas. Assim, o Estado Português e as suas partes relacionadas, são partes relacionadas dos CTT. Um resumo das operações dos CTT com o Estado Português e com partes relacionadas está incluído abaixo:

- Os CTT vendem e prestam serviços para o Estado Português e a diversas entidades relacionadas.
- Os CTT recolhem vários impostos associados a pessoal e outras taxas em nome do Estado Português e é da sua responsabilidade os impostos sobre os lucros obtidos e a segurança social dos trabalhadores.
- As contas dos CTT para efeitos de IVA em Portugal.
- Os CTT incorrem em custos como resultado de serviços prestados por várias partes relacionadas pertencentes ao Estado Português, nomeadamente:
 - Os custos de energia;
 - Os custos de abastecimento de água;
 - Os custos de transporte aéreo.

Empresas subsidiárias:

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha participações nas seguintes subsidiárias:

Subsidiária	Sede	Percentagem de participação	
		2013	2012
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	Lisboa	95%*	95%*
CTT – Expresso, S.A.	S. Julião do Tojal	100%	100%
CTT – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	Lisboa	100%	100%
Payshop Portugal, S.A.	Lisboa	100%	100%
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	Amadora	100%	100%
Tourline Express Mensajería, SLU	Barcelona	100%	100%
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	Palmela	51%	51%
CORRE – Correio Expresso de Moçambique, S.A.	Maputo	50%	50%

* Direta e indiretamente os CTT detêm a totalidade do capital desta entidade.

Empresas associadas:

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha as seguintes participações em empresas associadas:

Empresa associada	Sede	Percentagem de participação	
		2013	2012
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	Lisboa	20%	20%
Mailtec Comunicação, S.A.	Amadora	17,695%*	17,695%*
Mailtec Consultoria, S.A.	Amadora	10%*	10%*

* Direta e indiretamente os CTT detêm a totalidade do capital desta entidade.

Entidades conjuntamente controladas:

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha os seguintes interesses em entidades conjuntamente controladas:

Empresa associada	Sede	Percentagem de participação	
		2013	2012
TI-Post Prestação de Serviços Informáticos, ACE	Lisboa	49%	49%
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão de Infra estruturas de Comunicações, ACE	Lisboa	49%	49%
PTP & F (ACE)	Amadora	51%*	51%*

* Participação indireta.

Outras empresas do Grupo CTT:

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, através de participações indiretas a Empresa detinha os seguintes interesses em outras empresas do Grupo:

	Sede	Percentagem de participação	
		2013	2012
Payshop Moçambique, SARL	Moçambique	35%	35%
Mailtec Processos, Lda.	Amadora	100%*	100%*
Mafelosa, SL	Espanha	25%	25%
Urpacsur, SL	Espanha	30%	30%

*Indiretamente, os CTT detêm a totalidade do capital desta entidade.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

2013

	Clientes e outras contas receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos	Juros obtidos	Dividendos
Acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	50 000 000
Empresas do Grupo CTT								
Subsidiárias	4 217 833	13 988 240	981 306	12 458	23 116 458	8 322 280	681 140	-
Associadas	64 796	-	455 918	231 788	1 444 190	4 280 898	-	-
Conjuntamente controladas	44 671	-	56 932	-	238 808	61 107	-	-
Outras partes relacionadas	14 898	58 454	203 629	-	252 421	3 115 582	-	-
Membros do								
Conselho Administração	-	-	-	-	-	843 733	-	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	1 260	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	74 521	-	-
Quadros-chave								
	4 342 198	14 046 694	1 697 785	244 245	25 051 877	19 068 184	681 140	50 000 000

2012

	Clientes e outras contas receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos	Juros obtidos	Dividendos
Acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	53 876 585
Empresas do Grupo CTT								
Subsidiárias	2 654 252	13 861 621	5 690 720	386 298	20 690 303	6 647 304	644 978	-
Associadas	234 290	-	422 185	108 953	993 617	3 506 303	-	-
Conjuntamente controladas	40 491	-	-	-	245 079	4 074	-	-
Outras partes relacionadas	41 484	-	504 186	54 701	503 909	7 101 323	-	-
Membros do								
Conselho Administração	-	-	-	-	-	518 968	-	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	970	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	155 792	-	-
Quadros-chave								
	2 970 517	13 861 621	6 617 091	549 952	22 432 908	19 476 222	644 978	53 876 585

Os gastos com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Quadros-chave correspondem à totalidade dos gastos com remunerações no período indicado.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi nomeado, em 24 de Agosto de 2012, um novo Conselho de Administração passando a ser constituído por 5 elementos.

	2013					
	Clientes e outras contas a receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Subsidiárias						
Tourline Express Mensajería, S.A.	1 163 138	11 700 000 ¹	12 863 138	188 237	-	188 237
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	555 714	63 041	618 755	36 313	-	36 313
CTT Expresso, S.A.	1 978 359	95 232	2 073 591	178 492	-	178 492
Payshop Portugal, S.A.	182 554	467 661	650 215	421 104	-	421 104
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	43 193	-	43 193	140 813	12 458	153 271
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	32 569	1 499 375 ¹	1 531 944	16 346	-	16 346
Mailtec SGPS S.A.	-	2 988	2 988	-	-	-
CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A.	262 306	159 942 ¹	422 248	-	-	-
Associadas						
Mailtec Consultoria S.A.	881	-	881	155 495	45 796	201 291
Mailtec Comunicação S.A.	63 915	-	63 915	314 508	185 992	500 500
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	-	-	-	(14 084)	-	(14 084)
Conjuntamente controladas						
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	6 036	-	6 036	56 932	-	56 932
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão	38 635	-	38 635	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	192	-	192	-	-	-
Mailtec Processos Lda.	14 706	58 454	73 160	203 629	-	203 629
	4 342 198	14 046 694	18 388 892	1 697 785	244 245	1 942 030

¹ Estes montantes referem-se a contratos de concessão de crédito às respetivas empresas subsidiárias pelos CTT.
SD- Saldos devedores; SC – Saldos credores

	2012					
	Cientes e outras contas a receber	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Subsidiárias						
Tourline Express Mensajería, S.A.	64 736	11 700 000 ¹	11 764 736	3 932 109	-	3 932 109
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	326 663	87 324	413 987	152 825	-	152 825
CTT Expresso, S.A.	1 863 343	-	1 863 343	1 249 416	361 965	1 611 381
Payshop Portugal, S.A.	90 404	213 862	304 266	157 947	-	157 947
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	47 579	-	47 579	182 201	24 333	206 534
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	6 405	1 674 375 ¹	1 680 780	16 222	-	16 222
Mailtec SGPS S.A.	-	26 118	26 118	-	-	-
CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A.	255 122	159 942 ¹	415 064	-	-	-
Associadas						
Mailtec Consultoria S.A.	941	-	941	135 789	23 743	159 532
Mailtec Comunicação S.A.	230 455	-	230 455	252 198	85 210	337 408
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	2 894	-	2 894	34 198	-	34 198
Conjuntamente controladas						
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	1 957	-	1 957	-	-	-
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão	38 534	-	38 534	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	192	-	192	-	-	-
Mailtec Processos Lda.	41 292	-	41 292	504 186	54 701	558 887
	2 970 517	13 861 621	16 832 138	6 617 091	549 952	7 167 043

¹ Estes montantes referem-se a contratos de concessão de crédito às respetivas empresas subsidiárias pelos CTT.
SD – Saldos devedores; SC – Saldos credores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

2013

	Ativos fixos adquiridos	Serviços a refaturar	Inventários adquiridos	Ativos fixos vendidos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Juros obtidos
Subsidiárias									
Tourline Express Mensajería, S.A.	190 252	8 392	-	-	10 101	1 122 055	1 647	-	584 572
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	-	231 369	-	25 782	(7 389)	3 987 284	264 904	685	-
CTT Expresso, S.A.	-	37 375	-	22 321	210 629	15 570 528	1 684 142	20 934	-
Payshop Portugal, S.A.	-	-	-	-	87 190	1 545 288	4 104 378	50	-
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	-	-	-	-	37	512 071	1 804 315	-	-
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	-	1 918	-	-	-	6 990	441 224	-	96 569
CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A.	-	-	-	-	-	71 674	-	-	-
Associadas									
Mailtec Consultoria S.A.	-	-	-	-	-	201 873	1 749 144	-	-
Mailtec Comunicação S.A.	-	853 466	-	-	173 131	1 049 694	2 531 725	-	-
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	-	-	-	-	19 493	-	-	29	-
Conjuntamente controladas									
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	-	-	-	-	-	22 333	61 107	-	-
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão	-	-	-	-	-	216 474	-	-	-
Outras partes relacionadas									
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mailtec Processos Lda.	-	-	-	-	-	252 421	2 995 891	119 691	-
	190 252	1 132 521	-	48 103	493 191	24 558 686	15 638 477	141 389	681 140

	2012								
	Ativos fixos adquiridos	Serviços a refaturar	Inventários adquiridos	Ativos fixos vendidos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Juros obtidos
Subsidiárias									
Tourline Express Mensajería, S.A.	3 924 854	-	-	-	5 043	543 442	9 776	-	531 301
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	-	-	-	5 291	1 907	3 466 334	164 925	295	-
CTT Expresso, S.A.	-	-	-	27 871	310 366	14 853 649	1 517 371	10 188	-
Payshop Portugal, S.A.	-	-	-	-	83 664	788 153	1 704 863	-	-
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	-	-	-	-	60	569 985	3 060 770	-	-
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	-	-	-	-	7	597	179 116	-	113 678
CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A.	-	-	-	-	-	67 098	-	-	-
Associadas									
Mailtec Consultoria S.A.	173 158	-	-	-	-	5 522	1 406 419	-	-
Mailtec Comunicação S.A.	-	752 435	1 489	1 163	187 516	778 729	1 973 109	-	-
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	-	-	-	-	21 850	-	126 775	-	-
Conjuntamente controladas									
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	-	-	-	-	-	25 670	4 074	-	-
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão	-	-	-	-	-	219 410	-	-	-
Outras partes relacionadas									
Payshop Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mailtec Processos Lda.	-	-	-	-	-	503 909	7 101 323	-	-
	4 098 012	752 435	1 489	34 325	610 412	21 822 496	17 248 520	10 483	644 978

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	41 646 214	362 171 843	119 498 894	2 124 912	73 355 334	21 502 242	58 114	38 490	620 396 042
Aquisições	393 899	3 430 068	1 290 986	1 232	284 216	1 149 408	46 905	712 500	7 309 214
Alienações	(376 886)	(3 443 845)	(1 256 101)	-	(48 298)	-	-	-	(5 125 130)
Transferências e abates	(19 706)	50 826	(1 853 409)	(8 823)	77 481	(189 043)	(50 826)	-	(1 993 500)
Regularizações	-	(79)	-	-	-	-	-	-	(79)
Outras variações	(5 902 715)	(42 485 510)	-	-	(8 913)	(33 919)	-	3 051	(48 428 006)
Saldo final	35 740 806	319 723 303	117 680 370	2 117 321	73 659 820	22 428 688	54 193	754 041	572 158 541
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	4 200 150	188 177 906	104 069 612	2 019 385	67 226 741	15 818 369	-	-	381 512 163
Depreciações do período	-	8 199 490	4 198 903	33 046	2 623 517	1 120 341	-	-	16 175 297
Alienações	(26 370)	(2 019 717)	(1 256 101)	-	(48 298)	-	-	-	(3 350 486)
Transferências e abates	-	-	(1 860 090)	(8 823)	(94 023)	(6 458)	-	-	(1 969 394)
Outras variações	(273 950)	(25 834 403)	-	-	-	-	-	-	(26 108 353)
Saldo final	3 899 830	168 523 276	105 152 324	2 043 608	69 707 937	16 932 252	-	-	366 259 227
Ativos fixos tangíveis líquidos	31 840 976	151 200 027	12 528 046	73 713	3 951 883	5 496 436	54 193	754 041	205 899 314

2012

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Ativos fixos tangíveis									
Saldo inicial	41 811 771	360 279 239	119 508 092	2 124 912	108 609 424	28 226 124	357 489	1 464 021	662 381 071
Aquisições	-	2 037 629	3 178 416	-	1 270 279	1 470 949	58 114	542 194	8 557 581
Alienações	(162 109)	(498 500)	(4 473 864)	-	(321 114)	(4 213)	-	-	(5 459 800)
Transferências e abates	-	357 489	1 286 250	-	(36 203 255)	(7 981 109)	(357 489)	(1 967 725)	(44 865 839)
Regularizações	(3 448)	(4 014)	-	-	-	(209 509)	-	-	(216 971)
Saldo final	41 646 214	362 171 843	119 498 894	2 124 912	73 355 334	21 502 242	58 114	38 490	620 396 042
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	4 200 150	178 901 543	104 722 218	1 982 237	102 439 658	21 761 567	-	-	414 007 373
Depreciações do período	-	8 923 624	4 045 305	37 148	2 624 328	1 177 612	-	-	16 808 017
Alienações	-	(149 374)	(4 473 864)	-	(321 114)	(4 213)	-	-	(4 948 565)
Transferências e abates	-	-	(224 047)	-	(37 516 131)	(7 116 597)	-	-	(44 856 775)
Perdas por imparidade	-	502 113	-	-	-	-	-	-	502 113
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	4 200 150	188 177 906	104 069 612	2 019 385	67 226 741	15 818 369	-	-	381 512 163
Ativos fixos tangíveis líquidos	37 446 064	173 993 937	15 429 282	105 527	6 128 593	5 683 873	58 114	38 490	238 883 879

Os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções” incluem 5.205.814 euros (6.668.577 euros em 31 de dezembro de 2012) referente a terrenos e imóveis em co-propriedade com a PT Comunicações, S.A.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, as Regularizações de Edifícios e outras construções e de Terrenos e recursos naturais incluem o montante de 48.388.225 euros relativo a imóveis transferidos para Propriedades de Investimento, bem como as respetivas depreciações acumuladas no montante de 25.606.240 euros e imparidades no montante de 502.113 euros. Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado, sendo detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital.

Em resultado da alteração ao contrato de concessão ocorrida em 26 de Julho de 2006 (Nota 1), no termo da concessão, revertem, gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado, sendo que, antes desta alteração, revertiam para o Estado todos os bens afetos à concessão. Sendo a rede postal propriedade

exclusiva dos CTT, não estando portanto integrada no domínio público, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração, suportado nos seus assessores jurídicos, entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Terrenos e recursos naturais:

Os movimentos associados às aquisições e alienações dizem respeito na sua maior parte à permuta de propriedades efetuada com a PT.

Na rubrica de alienações consta também a alienação por parte dos CTT de um terreno no Pinhão.

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições e alienações dizem respeito na sua maior parte à permuta de propriedades efetuada com a PT e à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios concluídas nesta data.

Na rubrica de alienações consta também a alienação por parte dos CTT de um edifício no Pinhão, que gerou uma mais-valia no valor de 7.733 euros.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições (1.290.986 euros), respeitam a aquisições diretas ou saídas de armazém, dos seguintes tipos de ativos:

- Aquisição de Contentores e Porta Tabuleiros: 181.390 euros;
- Upgrades a máquinas divisoras de correspondência: 149.332 euros;
- Aquisição de motas, carros elétricos, camiões e atrelados num valor aproximado de 759 mil euros.

As alienações registadas, num valor de 1.256.101 euros, referem-se à venda de diversos ativos dos CTT, que se encontravam totalmente depreciados e que geraram um ganho no montante de 45.081 euros.

Foram registados abates por inutilização/destruição de diversas categorias de bens, tais como, recetáculos e utensílios postais, balanças, cofres e material de movimentação e carga cuja totalidade ascendeu a 1.853.409 euros.

Equipamento administrativo:

O valor relativo às aquisições e transferências/abates (361.697 euros), respeitam a aquisições diretas ou saídas de armazém, tratando-se fundamentalmente da aquisição de equipamento informático (cerca de 229 mil euros), mobiliário postal (cerca de 206 mil euros), cerca de 8 mil euros em cofres.

Foram registados abates por inutilização/destruição de diversas categorias de bens, tais como mesas, armários, móveis, etc cuja totalidade ascendeu a 94.063 euros.

Outros ativos fixos tangíveis:

O valor correspondente às aquisições desta classe de ativos (1.149.408 euros), respeita essencialmente à aquisição por parte dos CTT de equipamento de prevenção e segurança (cerca de 558 mil euros), equipamento de comunicação (cerca de 60 mil euros) e bem como a aquisição de diversos equipamentos para armazém (designados de ativos não afetos à exploração), cujo valor ascendeu a cerca de 393 mil euros.

Ativos fixos tangíveis em curso:

Os valores constantes nesta rubrica, dizem respeito ao registo dos gastos com obras de manutenção e conservação em imóveis próprios.

As depreciações contabilizadas no período do presente Anexo, no montante de 16.175.297 euros (16.808.017 euros em 31 de dezembro de 2012), foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados por naturezas (Nota 34).

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Fixos Tangíveis encontram-se detalhados na Nota 23.

8. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

2013			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	1 334 499	65 653	1 400 152
Outras variações	5 902 715	42 485 510	48 388 225
Saldo final	7 237 214	42 551 163	49 788 377
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	-	31 209	31 209
Depreciações do período	-	782 537	782 537
Outras variações	273 950	25 332 290	25 606 240
Saldo final	273 950	26 146 036	26 419 986
Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	-	-
Imparidades do período	-	1 104 392	1 104 392
Outras variações	-	502 113	502 113
Saldo final	-	1 606 505	1 606 505
Propriedades de investimento líquidas	6 963 264	14 798 622	21 761 886

2012			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	2 692 616	65 653	2 758 269
Abates	(1 361 565)	-	(1 361 565)
Outras variações	3 448	-	3 448
Saldo final	1 334 499	65 653	1 400 152
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	-	29 896	29 896
Depreciações do período	-	1 313	1 313
Saldo final	-	31 209	31 209
Propriedades de investimento líquidas	1 334 499	34 444	1 368 943

Estes ativos não se encontram afetos à atividade operacional da Empresa nem têm uso futuro determinado.

O valor de mercado destes ativos fixos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2013 efetuadas por entidades independentes, ascende para os terrenos e edifícios, a 29.374.185 euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, as Outras variações de Propriedade de investimentos incluem o montante de 48.388.225 euros transferidos de Ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas no montante de

25.606.240 euros e imparidades no montante de 502.113 euros.

Os CTT detêm um conjunto de imóveis, classificado como Propriedades de Investimento, com indícios de poder estar em imparidade, derivado à crise económica do mercado imobiliário. Assim sendo foi necessário determinar o seu valor recuperável (justo valor deduzido dos custos de vender). Desta forma, a Empresa procedeu à avaliação dos referidos imóveis, efetuada por entidade externa, tendo concluído, pela existência de imparidade no montante de 1.104.392 euros, que resultaram das condições de mercado desfavoráveis nas áreas geográficas destes ativos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foram registados na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” 782.537 euros e 1.313 euros, respetivamente respeitante a depreciações (Nota 34).

De referir igualmente o reconhecimento, no período findo em 31 de dezembro de 2012, de um gasto originado pelo incumprimento contratual relativo

ao terreno do Campo 24 de agosto no montante de 1.361.565 euros.

9. Goodwill

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a composição do *Goodwill* era a seguinte:

Entidade	Ano da aquisição	2013	2012
Empresas subsidiárias			
Mailtec Consultoria, S.A. (51%)	2004	4 718	4 718
Mailtec Comunicação, S.A. (51%)	2004	69 767	69 767
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (51%)	2004	582 970	582 970
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (49%)	2005	6 641 901	6 641 901
Payshop Portugal, S.A.	2004	406 101	406 101
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	16 592 248	16 592 248
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	786 164	786 164
		25 083 869	25 083 869

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, não se registaram quaisquer movimentos no *Goodwill*.

Imparidade

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente e sempre que existam indícios de eventual perda de valor. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calcula-

do com recurso a metodologias suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No decurso do corrente ano, por forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, os CTT realizaram, com efeitos a 31 de dezembro de 2013, testes de imparidade com base nos seguintes pressupostos:

2013						
Empresa	Atividade	Base determinação valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa desconto (WACC)	Taxa crescimento na perpetuidade	
Tourline Express Mensajería, SLU	CEP e Logística	Equity Value/DCF	5 anos	10,20%	2,0%	
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	Custódia e gestão de arquivos	Equity Value/DCF	5 anos	11,72%	2,0%	
Mailtec Grupo	Serviço documental	Equity Value/DCF	5 anos	11,98%	2,0%	
Payshop Portugal, SA	Gestão rede de pontos pagamento	Equity Value/DCF	5 anos	12,73%	2,0%	

2012						
Empresa	Atividade	Base determinação valor recuperável	Período explícito para fluxos caixa	Taxa desconto (WACC)	Taxa crescimento na perpetuidade	
Tourline Express Mensajería, SLU	CEP e Logística	Equity Value/DCF	5 anos	12,14%	2,0%	
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	Custódia e gestão de arquivos	Equity Value/DCF	5 anos	13,18%	2,0%	
Mailtec Grupo	Serviço documental	Equity Value/DCF	5 anos	13,48%	2,0%	
Payshop Portugal, SA	Gestão rede de pontos pagamento	Equity Value/DCF	5 anos	14,32%	2,0%	

O decréscimo verificado na taxa de desconto (WACC) no período findo em 31 de dezembro de 2013 foi resultado da descida do prêmio de risco de mercado internacional conjugada com a redução verificada nas yields de obrigações de dívida pública Portuguesa e Espanhola.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio a

médio e longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração, sendo prolongadas por uma perpetuidade. Na sequência desta análise de imparidade a Empresa concluiu que em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 não se verificaram perdas por imparidade. Assim em 31 de dezembro de 2013 as perdas por imparidade em *goodwill* (Nota 18) eram como segue:

	Ano da aquisição	2013			2012	
		Montante inicial	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Mailtec Consultoria, S.A. (51%)	2004	4 718	-	-	4 718	4 718
Mailtec Comunicação, S.A. (51%)	2004	69 767	-	-	69 767	69 767
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (51%)	2004	582 970	-	-	582 970	582 970
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (49%)	2005	6 641 901	-	-	6 641 901	6 641 901
Payshop Portugal, S.A.	2004	406 101	-	-	406 101	406 101
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	20 671 985	-	4 079 737	16 592 248	16 592 248
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	1 082 015	-	295 851	786 164	786 164
		29 459 457	-	4 375 588	25 083 869	25 083 869

As perdas por imparidade do período são reconhecidas nos resultados e encontram-se relevadas na rubrica “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” da Demonstração dos resultados por naturezas.

Foram realizadas análises de sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efetuados, nomeadamente relativamente às seguintes variáveis chave: (i) taxa de crescimento na perpetuidade e (ii) taxas de desconto.

Os resultados das análises de sensibilidade para a Payshop, EAD e Grupo Mailtec não determinam a existência de indícios de imparidade. No que diz respeito à Tourline os resultados das análises de sensibilidade concluem que um acréscimo de 1% no risco soberano com implicações na taxa de desconto implicaria o reconhecimento de uma perda por imparidade no montante de 726.048 euros, conforme quadros seguintes:

VARIAÇÃO DE CRESCIMENTO NA PERPETUIDADE

	-0,5%	0,0%	0,5%
Tourline			
g (Taxa de crescimento perpetuidade)	1,5%	2,0%	2,5%
Avaliação Equity	19 851 365	21 306 513	22 950 737
Teste: imparidade (se negativo)	1 702 779	3 157 926	4 802 150
Mailtec			
g (Taxa de crescimento perpetuidade)	1,5%	2,0%	2,5%
Avaliação Equity	21 750 862	22 391 930	23 100 607
Teste: imparidade (se negativo)	8 277 363	8 918 432	9 627 109
EAD			
g (Taxa de crescimento perpetuidade)	1,5%	2,0%	2,5%
Avaliação Equity	8 498 968	8 913 393	9 372 791
Teste: imparidade (se negativo)	1 842 857	2 054 214	2 288 507
Payshop			
g (Taxa de crescimento perpetuidade)	1,5%	2,0%	2,5%
Avaliação Equity	56 842 272	58 359 658	60 025 418
Teste: imparidade (se negativo)	49 277 949	50 795 334	52 461 094

VARIAÇÃO DO RISCO SOBERANO

Tourline	-1%	0%	1%
WACC	9,29%	10,20%	11,11%
Avaliação Equity	26 156 402	21 306 513	17 422 538
Teste: imparidade (se negativo)	8 007 815	3 157 926	(726 048)
Mailtec	-1%	0%	1%
WACC	10,98%	11,98%	12,98%
Avaliação Equity	24 694 401	22 391 930	20 511 681
Teste: imparidade (se negativo)	11 220 902	8 918 432	7 038 182
EAD	-1%	0%	1%
WACC	10,79%	11,72%	12,64%
Avaliação Equity	10 216 957	8 913 393	7 837 799
Teste: imparidade (se negativo)	2 719 032	2 054 214	1 505 661
Payshop	-1%	0%	1%
WACC	11,73%	12,73%	13,73%
Avaliação Equity	63 383 221	58 359 658	54 191 160
Teste: imparidade (se negativo)	55 818 897	50 795 334	46 626 836

10. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2013				
	Projetos desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis					
Saldo inicial	3 670 096	24 158 494	3 220 203	2 779 775	33 828 568
Aquisições	237 482	569 969	2 869	1 496 427	2 306 747
Transferências e abates	-	1 867 614	-	(1 867 614)	-
Saldo final	3 907 578	26 596 077	3 223 072	2 408 588	36 135 315
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial	3 670 096	18 104 669	2 875 696	-	24 650 461
Amortizações do período	25 107	3 035 734	41 018	-	3 101 859
Saldo final	3 695 203	21 140 403	2 916 714	-	27 752 320
Ativos intangíveis líquidos	212 375	5 455 674	306 358	2 408 588	8 382 995

2012					
	Projetos desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis					
Saldo inicial	3 670 096	20 599 818	3 220 203	1 426 079	28 916 196
Aquisições	-	2 812 365	-	2 100 007	4 912 372
Transferências e abates	-	746 311	-	(746 311)	-
Saldo final	3 670 096	24 158 494	3 220 203	2 779 775	33 828 568
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial	3 670 096	15 629 466	2 834 463	-	22 134 025
Amortizações do período	-	2 475 203	41 233	-	2 516 436
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo final	3 670 096	18 104 669	2 875 696	-	24 650 461
Ativos intangíveis líquidos	-	6 053 825	344 507	2 779 775	9 178 107

Foram registados em programas de computador ou ativos intangíveis em curso, os valores de 295.915 euros e 339.584 euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, que dizem respeito à participação de recursos internos no desenvolvimento de projetos de informática.

As transferências ocorridas no período em análise de Ativos intangíveis em Curso para Programas de Computador, dizem respeito a projetos de informática, concluídos no decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2013.

Os ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2013 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

2013	
Nova aplicação GRH	742 903
Informação de gestão	273 314
Certificação de faturas	375 676
Processo de aprovação de faturas	110 604
Arquivos SAP	115 982
Tratamento automatico de endereços	69 006
	1 687 485

As amortizações do período, no montante de 3.101.859 euros, (2.516.346 euros em 2012) foram registadas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” (Nota 34).

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis encontram-se detalhados na Nota 23.

11. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os movimentos ocorridos em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” foram os seguintes:

2013			
	Partes de capital em empresas subsidiárias	Partes de capital em empresas associadas	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo inicial	48 487 346	1 582 131	50 069 477
Equivalência patrimonial -proporção nos RL	8 769 523	31 304	8 800 827
Distribuição de dividendos	(12 794 170)	(147 858)	(12 942 028)
Outras variações	(28 181)	-	(28 181)
Saldo final	44 434 518	1 465 577	45 900 095

2012			
	Partes de capital em empresas subsidiárias	Partes de capital em empresas associadas	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo inicial	56 169 478	1 742 595	57 912 073
Equivalência patrimonial -proporção nos RL	10 778 746	402 451	11 181 197
Distribuição de dividendos	(18 452 547)	(562 915)	(19 015 462)
Outras variações	(8 331)	-	(8 331)
Saldo final	48 487 346	1 582 131	50 069 477

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o detalhe por empresa das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” era como segue:

Denominação	2013				2012			
	% detida	Participação financeira	Provisão participações financeiras	Proporção nos resultados líquidos	% detida	Participação financeira	Provisão participações financeiras	Proporção nos resultados líquidos
Subsidiárias:								
CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A.	50	10 271	-	(101 424)	50	139 876	-	49 431
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	51	1 659 166	-	198 423	51	1 527 536	-	190 023
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	95	2 169 583	-	1 662 947	95	2 176 249	-	1 669 612
CTT Expresso, S.A.	100	24 648 820	-	3 997 706	100	24 696 387	-	4 045 273
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	100	2 825 374	-	905 375	100	2 819 225	-	958 211
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	100	5 119 907	-	546 321	100	5 770 524	-	1 196 938
Payshop Portugal, S.A.	100	7 472 730	-	5 671 966	100	6 717 092	-	4 916 327
Tourline Express Mensajería, S.A.	100	528 666	-	(4 111 791)	100	4 640 457	-	(2 247 070)
		44 434 518	-	8 769 523		48 487 346	-	10 778 746
Associadas:								
Mailtec Consultoria S.A.	10	29 369	-	(3 057)	10	59 021	-	26 594
Mailtec Comunicação S.A.	17,695	725 965	-	13 853	17,695	833 376	-	121 266
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. (a)	20	710 243	-	20 508	20	689 734	-	254 591
		1 465 577	-	31 304		1 582 131	-	402 451
Conjuntamente controladas:								
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	49	-	-	-	49	-	-	-
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão	49	-	-	-	49	-	-	-
		-	-	-		-	-	-
		45 900 095	-	8 800 827		50 069 477	-	11 181 197

(a) O valor de 2012 reflete o efeito do Método de equivalência patrimonial de 2011, e um valor provisório relativo a 2012. Em 2013 o montante reconhecido diz respeito ao diferencial para o montante definitivo relativo a 2012.

A principal informação financeira respeitante às empresas acima mencionadas, era a seguinte:

Denominação	2013				
	Ativo	Passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido	Capital próprio
Subsidiárias:					
CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A.	1 673 777	1 653 235	1 612 547	(202 847)	20 543
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	6 197 828	2 944 561	4 211 150	389 065	3 253 267
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	3 619 247	1 335 475	11 574 156	1 750 470	2 283 772
CTT Expresso, S.A.	38 494 093	13 845 273	74 708 131	3 997 706	24 648 820
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	3 217 899	392 524	1 838 151	905 375	2 825 374
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	5 174 676	54 769	480 000	546 321	5 119 907
Payshop Portugal, S.A.	9 888 517	2 415 786	16 091 894	5 671 966	7 472 731
Tourline Express Mensajería, S.A.	24 149 411	23 620 745	53 252 162	(4 111 791)	528 666
Associadas:					
Mailtec Consultoria S.A.	960 228	666 559	3 312 892	(30 569)	293 670
Mailtec Comunicação S.A.	6 234 615	2 132 083	12 066 411	78 291	4 102 532
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. (a)	4 832 986	1 281 774	3 716 304	758 251	3 551 213
Conjuntamente controladas:					
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	244 364	244 364	1 714 143	-	-
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão (b)	158 613	158 613	183 662	-	-

(a) Valores de 2012

(b) Valores a setembro 2013

Denominação	2012				
	Ativo	Passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido	Capital próprio
Subsidiárias:					
CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A.	1 571 624	1 372 477	1 660 366	93 418	199 146
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	6 602 556	3 607 387	4 533 059	372 594	2 995 168
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	3 330 469	1 039 680	11 141 800	1 757 487	2 290 788
CTT Expresso, S.A.	38 220 743	13 524 355	73 961 504	4 045 273	24 696 387
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	3 348 453	529 229	1 855 751	958 211	2 819 225
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	5 825 905	55 381	480 000	1 196 938	5 770 524
Payshop Portugal, S.A.	8 694 968	1 977 876	14 805 658	4 916 327	6 717 092
Tourline Express Mensajería, S.A.	26 006 755	21 366 297	52 040 133	(2 247 070)	4 640 458
Associadas:					
Mailtec Consultoria S.A.	1 194 862	604 700	2 800 559	265 923	590 162
Mailtec Comunicação S.A.	7 062 455	2 352 925	13 132 494	685 289	4 709 529
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. (a)	5 003 269	1 284 270	3 716 304	655 710	4 732 941
Conjuntamente controladas:					
Ti-Post Prestação Serviços Informáticos, ACE	453 400	453 400	2 025 594	-	-
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão	320 851	320 851	262 076	-	-

(a) Valores de 2011

Equivalência patrimonial

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ganhos e perdas em empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas decorrentes da aplicação do método da

equivalência patrimonial e registados na rubrica de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” da demonstração dos resultados por naturezas foram reconhecidos por contrapartida das seguintes rubricas de balanço:

	2013	2012
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial		
CORRE – Correio Expresso Moçambique, S.A.	(101 424)	49 431
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	198 423	190 023
Post Contacto – Correio Publicitário, Lda.	1 662 947	1 669 612
CTT Expresso, S.A.	3 997 706	4 045 273
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.	905 375	958 211
Payshop Portugal, S.A.	5 671 966	4 916 327
Tourline Express Mensajería, S.A.	(4 111 791)	(2 247 070)
Mailtec Holding, SGPS, S.A.	546 321	1 196 938
Mailtec Comunicação, S.A.	13 853	121 266
Mailtec Consultoria, S.A.	(3 057)	26 594
Multicert, Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	20 508	254 591
	8 800 827	11 181 197

O montante de 20.508 euros diz respeito a parte da proporção do resultado de 2012 que não tinha sido reconhecido naquele exercício. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 não se efetuaram quaisquer registos adicionais na participação da Multicert, SA uma vez que a Empresa não dispõe de informação financeira mais atualizada.

12. Participações financeiras – outros métodos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 as “Participações financeiras – outros métodos” não tiveram movimento. O saldo final ascende a 130.829 euros e refere-se essencialmente a participações nas sociedades IPC – International Post Corporation, Eurogiro e CEPT nos montantes de, respetivamente, 6.157 euros, 124.435 euros e 237 euros.

13. Gestão de riscos financeiros

As atividades da Empresa acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito – risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado – fundamentalmente o das taxa de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio e, (iii) riscos de liquidez – risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são detalhadas conforme se segue:

	2013	2012
Ativos financeiros		
Contas a receber de terceiros	126 786 259	132 694 279
Caixa e equivalentes	528 519 241	471 348 513
	655 305 500	604 042 792
Passivos financeiros		
Fornecedores	56 871 632	66 833 187
Outras contas a pagar a terceiros	374 352 038	329 573 684
	431 223 670	396 406 871

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da Empresa.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão dos riscos financeiros integra o Sistema de Gestão do Risco da Empresa cuja coordenação é conduzida pela unidade Gestão do Risco Corporativo, com *report* direto ao Conselho de Administração. As direções de Finanças e Gestão do Risco e Contabilidade e Tesouraria asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contrapartes da Empresa e a monitorização do risco cambial, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, são responsáveis pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta. A Empresa tem em desenvolvimento um sistema integrado de gestão de riscos.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para a Empresa. Na Empresa o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional e de tesouraria.

O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da Empresa com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber. O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afetem as economias podem originar incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da Empresa. Neste sentido, tem sido desenvolvido um esforço na redução do prazo e montante de crédito a clientes.

A Empresa não apresenta risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber respeitam a um elevado número de clientes.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculados considerando essencialmente: (i) a antiguidade das contas a receber; (ii) o perfil de risco do cliente; e (iii) a condição financeira do cliente.

O movimento das perdas por imparidade em contas a receber encontra-se divulgado na Nota 15. Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa entende que as perdas por imparidade em contas a receber se encontram adequadamente estimadas e relevadas nas demonstrações financeiras.

O risco decorrente das atividades de tesouraria resulta essencialmente dos investimentos efetuados pela Empresa em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de reduzir este risco, a política da Empresa é a de investir em aplicações de curto/médio prazo, junto de diversas instituições financeiras e todas com *rating* relativo de crédito elevado (tendo em conta o *rating* da república portuguesa).

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria e com a determinação, por via do seu impacto na taxa de desconto, da estimativa de responsabilidades com benefícios aos empregados.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/taxa por um lado e risco/rentabilidade por outro. As aplicações de Tesouraria seguem critérios de diversificação de riscos financeiros, tanto ao nível de prazos como de instituições, os quais são revistos e atualizados regularmente.

No ano 2013, os resultados de aplicações financeiras foram negativamente afetados pelos limites de remuneração impostos pelo Banco de Portugal em novembro 2011, com reforço em abril 2012, e que tiveram um impacto direto nas taxas praticadas pelos bancos. Nos últimos meses o sector Bancário reduziu a remuneração dos depósitos abaixo dos limites do Banco de Portugal, em consonância com dados sectoriais publicados a este respeito. A quebra de remunerações de depósitos foi parcialmente compensada pelo aumento do volume de aplicações, em consequência tanto da atividade da Empresa, como da eficiência na gestão de Tesouraria.

As aplicações dos excedentes de tesouraria, beneficiaram de um rendimento financeiro de, aproximadamente, 10.673.605 euros durante o ano de 2013 e 13.522.891 euros em 2012 (Nota 31).

Se as taxas de juro tivessem sido inferiores em 1%, durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, os juros obtidos seriam inferiores em 3.993 milhares de euros.

De acordo com o Estudo Atuarial efetuado a 31 de dezembro de 2013 uma redução de meio ponto percentual na taxa de desconto e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades com benefícios aos empregados – cuidados de saúde aumentariam em cerca de 17,9 milhões de euros (Nota 26).

Risco cambial

Os riscos de taxa de câmbio estão relacionados com a existência de saldos expressos em moeda distinta do Euro, particularmente saldos decorrentes de transações com Operadores Postais estrangeiros expressos em Direito de Saque Especial (DTS).

A gestão do risco cambial assenta na monitorização periódica do grau de exposição ao risco de taxa de câmbio de ativos e passivos, tendo como referência objetivos previamente definidos com base na evolução das atividades do negócio internacional.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro 2012, a exposição líquida (ativo menos passivo) da Empresa ascendia, respetivamente, a -617.963 DTS (-690.463 euros à taxa de câmbio €/DTS de 1,11732) e a -1.838.001 DTS (-2.142.796 euros à taxa de câmbio €/DTS de 1,16583).

Na análise de sensibilidade efetuada aos saldos das contas a receber e a pagar a Operadores Postais estrangeiros, 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro 2012, utilizando-se como pressuposto uma valorização/desvalorização na taxa de câmbio €/DTS de 10%, o impacto em resultados seria, respetivamente, de -(69,046) euros e (214,280) euros.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração dos acionistas. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais da Empresa são as relacionadas com o financiamento obtido (essencialmente locações financeiras) e respetivos juros, as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes. O quadro a

seguir apresentado resume as obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

2013	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos (Nota 25)	456 263	1 647 925	-	2 104 188
Juros relativos ao financiamento obtido (Nota 25)	13 912	20 326	-	34 237
Fornecedores e Outras contas a pagar	429 119 482	-	-	429 119 482
Compromissos financeiros				
Obrigações com locações operacionais (Nota 24)	7 274 279	15 776 043	-	23 050 322
Compromissos financeiros não contingentes (1)	965 949	-	-	965 949
Total de obrigações contratuais	437 829 885	17 444 294	-	455 274 178

2012	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais 5 anos	Total
Passivos financeiros				
Financiamentos obtidos (Nota 25)	3 449 018	2 104 100	-	5 553 118
Juros relativos ao financiamento obtido (Nota 25)	16 684	33 214	-	49 898
Fornecedores e Outras contas a pagar	390 853 753	-	-	390 853 753
Compromissos financeiros				
Obrigações com locações operacionais (Nota 24)	7 043 103	6 613 062	-	13 656 165
Compromissos financeiros não contingentes (1)	166 026	-	-	166 026
Total de obrigações contratuais	401 528 584	8 750 376	-	410 278 960

(1) Conforme referido na Nota 23, os compromissos financeiros não contingentes estão relacionados essencialmente com contratos celebrados com fornecedores de investimento.

14. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os “Inventários” da Empresa apresentam o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Mercadorias	4 425 452	1 808 145	2 617 307	5 007 339	1 903 511	3 103 828
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 095 723	670 332	2 425 391	3 154 285	646 148	2 508 137
Adiantamentos por conta de compras	63 929	-	63 929	58 002	-	58 002
	7 585 104	2 478 477	5 106 627	8 219 626	2 549 659	5 669 967

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe do “Custo com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas” foi o seguinte:

2013			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total
Saldo inicial	5 007 339	3 154 285	8 161 624
Compras	11 400 389	2 357 868	13 758 257
Ofertas de inventários	(39 145)	(17 354)	(56 499)
Regularizações de inventários	(108 233)	(85 512)	(193 745)
Saldo final	(4 425 452)	(3 095 723)	(7 521 175)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	11 834 898	2 313 564	14 148 463

2012			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias, consumo	Total
Saldo inicial	6 314 860	3 441 811	9 756 671
Compras	12 842 536	2 071 234	14 913 770
Ofertas de inventários	(44 070)	(20 691)	(64 761)
Regularizações de inventários	(377 409)	(186 804)	(564 213)
Saldo final	(5 007 339)	(3 154 285)	(8 161 624)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	13 728 578	2 151 265	15 879 844

Imparidade em inventários

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido em “Perdas por imparidade acumuladas” (Nota 18) foi como segue:

2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	1 903 511	-	(95 366)	1 808 145
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	646 148	24 184	-	670 332
	2 549 659	24 184	(95 366)	2 478 477

2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	3 275 093	-	(1 371 582)	1 903 511
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 486 251	-	(840 103)	646 148
	4 761 344	-	(2 211 685)	2 549 659

No período findo em 31 de dezembro de 2013 foram registadas perdas por imparidade em inventários (aumentos líquidos de reversões) no montante de 71.182 euros e no período findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de (2.211.685) euros.

15. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” apresentavam a seguinte composição:

	2013		2012			
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Clientes						
Corrente						
Gerais	64 660 110	3 570 265	61 089 845	60 499 260	4 596 368	55 902 892
Empresas do Grupo (Nota 6)	4 342 198	-	4 342 198	2 904 123	-	2 904 123
Operadores Postais	31 904 730	207 113	31 697 617	40 540 287	218 408	40 321 879
	100 907 038	3 777 378	97 129 660	103 943 670	4 814 776	99 128 893
Outras contas a Receber						
Corrente						
Gerais	21 627 047	7 968 681	13 658 366	25 378 975	7 760 223	17 618 752
Empresas do Grupo (Nota 6)	-	-	-	66 395	-	66 395
Não Corrente	4 644 796	2 693 657	1 951 139	4 597 433	2 578 814	2 018 619
	26 271 843	10 662 338	15 609 505	30 042 803	10 339 037	19 703 766
	127 178 881	14 439 716	112 739 165	133 986 473	15 153 813	118 832 659

Clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a antiguidade das quantias brutas da rubrica “Clientes” é detalhada conforme se segue:

	2013				2012			
	Clientes	Operadores Postais	Empresas do Grupo	Total	Clientes	Operadores Postais	Empresas do Grupo	Total
CLIENTES								
Saldo não vencido	32 700 672	2 188 393	3 068 619	37 957 683	31 679 668	4 189 162	2 692 126	38 560 956
Saldo vencido:								
o-30 dias	16 141 204	-	179 690	16 320 893	16 863 958	-	36 773	16 900 731
30-90 dias	8 460 574	1 797 946	317 174	10 575 693	5 899 581	2 400 885	17 557	8 318 023
90-180 dias	2 415 997	2 405 382	309 634	5 131 012	401 702	1 238 832	16 175	1 656 709
180-360 dias	572 913	6 392 630	284 245	7 249 789	159 249	6 857 769	37 088	7 054 106
> 360 dias	4 368 751	19 120 379	182 837	23 671 968	5 495 102	25 853 639	104 404	31 453 145
	64 660 110	31 904 730	4 342 198	100 907 038	60 499 260	40 540 287	2 904 123	103 943 670

A dívida de clientes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	2013	2012
Clientes nacionais	815 037	816 796
Operadores postais	19 120 379	25 853 639
Total	19 935 416	26 670 435
Operadores postais – valores a pagar	(18 862 566)	(27 867 914)

A rubrica operadores postais, refere-se aos recebimentos pela distribuição em Portugal de tráfego postal com origem em países terceiros.

Estas operações enquadram-se no âmbito da regulamentação da União Postal Universal (UPU), que prevê a apresentação de contas numa base anual, depois de terminado o ano civil, sendo previsto um período máximo de 1 ano para a apresentação das mesmas. Como consequência, em condições normais as contas com estes clientes mantêm saldos em aberto por períodos superiores a 360 dias.

Ainda ao abrigo da regulamentação da UPU, as contas entre Operadores estrangeiros são liquidadas por encontro de contas, estando assim o risco de crédito que pudesse existir mitigado pelos saldos pendentes em fornecedores, para as mesmas entidades.

Relativamente ao saldo de clientes nacionais, é constituído essencialmente por dívidas de entidades públicas, a que se juntam clientes que são simultaneamente fornecedores e com os quais se efetuam encontros de contas, e clientes que cumprem planos de pagamento de dívida.

Considerando o universo de clientes nacionais, o nível de cobertura das dívidas de clientes por garantias bancárias é de 2,4% em 31 de dezembro de 2013.

	2013	2012
Depósitos prévios	1 614 064	1 952 293
Garantias bancárias	273 674	273 674
Total	1 887 738	2 225 967

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as quantias escrituradas na rubrica de “Outras contas a receber” apresentavam o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Não corrente						
Adiantamentos ao pessoal	463 546	-	463 546	312 243	-	312 243
Outros valores a receber do pessoal	1 296 044	1 296 044	-	1 384 664	1 123 171	261 493
Ministério da Saúde	1 487 593	-	1 487 593	1 444 883	-	1 444 883
Empréstimo de financiamento INESC	1 397 613	1 397 613	-	1 455 643	1 455 643	-
	4 644 796	2 693 657	1 951 139	4 597 433	2 578 814	2 018 619
Corrente						
Adiantamentos ao pessoal	3 338 227	944 895	2 393 332	2 836 285	911 743	1 924 542
Ministério da Saúde	1 531 568	-	1 531 568	1 487 594	-	1 487 594
Serviços financeiros postais	1 932 246	752 322	1 179 924	9 461 390	-	9 461 390
Devedores por acréscimos de rendimentos	4 938 297	-	4 938 297	3 011 035	-	3 011 035
Outros ativos correntes						
Agentes filatélicos	52 788	-	52 788	54 001	-	54 001
Faturação diversa CT	1 397 876	442 993	954 883	916 986	371 823	545 163
Protocolo Caixa Geral de Aposentações – Obras Sociais	77	-	77	296 524	-	296 524
Empréstimo de financiamento INESC	49 740	49 740	-	49 740	49 740	-
Gabinete para os meios da comunicação social	97 799	-	97 799	74 624	-	74 624
Devedores por depósitos de garantia	175 787	175 787	-	196 184	196 184	-
Administrações postais estrangeiras	55 641	-	55 641	-	-	-
Devedores diversos	5 412 398	5 412 398	-	5 124 781	5 124 781	-
Outros	2 644 603	190 546	2 454 057	1 936 226	1 105 952	830 274
	21 627 047	7 968 681	13 658 366	25 445 370	7 760 223	17 685 147

A conta a receber do “Ministério da Saúde” respeita à comparticipação de encargos de saúde dos exercícios de 2000 a 2006, no âmbito do plano de saúde dos CTT e de acordo com o protocolo celebrado com esta entidade, o qual cessou em 31 de dezembro de 2006. A dívida encontra-se registada ao custo amortizado e classificada com base no plano de pagamento.

Os montantes registados na rubrica “Serviços financeiros postais” respeitam a valores a receber referentes a resgates de produtos de aforro e a comercialização de seguros.

Imparidade em clientes e outras contas a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido em “Perdas por imparidade acumuladas” (Nota 18) foi como segue:

2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Clientes	4 814 776	93 181	(981 200)	(149 379)	-	3 777 378
Outras contas a receber	10 339 037	850 264	(202 261)	-	(324 702)	10 662 338
	15 153 813	943 445	(1 183 461)	(149 379)	(324 702)	14 439 716

2012						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Clientes	5 692 955	299 124	-	(1 177 303)	-	4 814 776
Outras contas a receber	10 027 743	787 069	(475 775)	-	-	10 339 037
	15 720 698	1 086 193	(475 775)	(1 177 303)	-	15 153 813

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram registados aumentos de perdas por imparidade (líquidas de reversões) em dívidas a receber no montante de, respetivamente, (240.016) euros e 610.418 euros.

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as rubricas “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Diferimentos ativos (Gastos a reconhecer)		
Correntes		
Rendas a pagar	1 049 402	1 141 837
Subsídios de refeição	1 727 311	1 772 639
Outros	702 919	1 139 636
	3 479 632	4 054 112
Diferimentos passivos (Rendimentos a reconhecer)		
Não correntes		
Mais-valias diferidas	8 475 340	10 874 369
	8 475 340	10 874 369
Correntes		
Mais-valias diferidas	2 399 029	2 399 029
Carregamentos Phone-IX	453 150	572 687
Outros	1 048 402	1 225 396
	3 900 581	4 197 112
	12 375 921	15 071 481

Em exercícios anteriores a Empresa alienou um conjunto de imóveis, relativamente aos quais celebrou posteriormente contratos de arrendamento.

As mais-valias apuradas naquela alienação foram diferidas, e são reconhecidas no período de duração dos contratos de arrendamento.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foram reconhecidos em “Outros rendimentos e ganhos operacionais” na demonstração dos resultados 1.511.128 euros e 2.399.029 euros, respetivamente, relativas àquelas mais-valias.

17. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Empresa não apresentava ativos não correntes classificados como detidos para venda.

18. Perdas por imparidade acumuladas

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades acumuladas:

2013

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Goodwill (Nota 9)	4 375 588	-	-	-	-	4 375 588
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	502 113	-	-	-	(502 113)	-
Propriedades de investimento (Nota 8)	-	1 104 392	-	-	502 113	1 606 505
Inventários (Nota 14)	2 549 659	24 184	(95 366)	-	-	2 478 477
Clientes e outras contas receber (Nota 15)	15 153 813	943 445	(1 183 461)	(149 379)	(324 702)	14 439 716
	22 581 173	2 072 021	(1 278 827)	(149 379)	(324 702)	22 900 286

2012

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Goodwill (Nota 9)	4 375 588	-	-	-	-	4 375 588
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	-	502 113	-	-	-	502 113
Inventários (Nota 14)	4 761 344	-	(2 211 685)	-	-	2 549 659
Clientes e outras contas receber (Nota 15)	15 720 698	1 086 193	(475 775)	(1 177 303)	-	15 153 813
	24 857 630	1 588 306	(2 687 460)	(1 177 303)	-	22 581 173

19. Capital

Capital

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Empresa era composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em Assembleia Geral realizada em 30 de outubro de 2013, o capital social dos CTT foi reduzido de 87.325.000 euros para 75.000.000 euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 euros para 0,50 euros. O montante de 12.325.000 euros referente à redução do capital social foi transferido para “Reservas livres” (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Empresa era composto por 17.500.000 ações com o valor nominal de 4,99 euros cada, sendo detido na sua totalidade pelo acionista Estado Português. Em janeiro de 2013 efetivou-se a transferência para a Parpública da participação financeira que o Estado Português detinha nos CTT. O capital encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, resumem-se como segue:

2013			
Acionista	Nº ações	%	Valor nominal
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA (1)	45 000 000	30,000%	22 500 000
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA (2)	9 545 455	6,364%	4 772 728
Total (3)	54 545 455	36,364%	27 272 728
Goldman Sachs International (4)	7 496 479	4,998%	3 748 240
Deutsche Bank AG London (5)	3 063 798	2,043%	1 531 899
Restantes acionistas (6)	84 894 268	56,596%	42 447 134
Total	150 000 000	100,000%	75 000 000

2013			
Acionista	Nº ações	%	Valor nominal
Estado Português	17 500 000	100,000%	87 325 000
Total	17 500 000	100,000%	87 325 000

(1) Ações detidas pela Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.

(2) Ações imputáveis à Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. em conformidade com a sua opção de compra (call option) sobre os tomadores firmes (Underwriters), representados para o efeito pelo Agente de Estabilização (Stabilisation Manager), no âmbito do contrato de venda direta institucional (Institutional Underwriting Agreement) celebrado com os tomadores firmes no processo de privatização dos CTT. No âmbito deste contrato os tomadores firmes detinham também uma opção de venda (put option) sobre a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.. As operações de estabilização da ação ficaram concluídas em 3 de janeiro de 2014, tendo os tomadores firmes exercido a opção de venda de 2.253.834 ações, do conjunto das 9.545.455 ações, correspondentes a 1,5% do capital social dos CTT.

(3) Participação total da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. a 31 de dezembro de 2013, que por sua vez é detida na sua totalidade pelo Estado Português. A partir de 3 de janeiro de 2014 a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. passou a deter 47.253.834 ações, i.e., 31,5% do capital social dos CTT.

(4) Ações detidas pelo Goldman Sachs International, controlado pelo Goldman Sachs Holding (U.K.), que por sua vez é controlado pelo Goldman Sachs Group Holdings (U.K.) Limited, controlado pelo Goldman Sachs Group UK Limited, controlado pelo Goldman Sachs (UK) L.L.C., que por sua vez é controlado pelo The Goldman Sachs Group, Inc..

(5) Ações detidas pelo Deutsche Bank AG London que é uma secural do Deutsche Bank AG.

(6) Inclui 2.064.660 ações detidas pelos trabalhadores dos CTT que, de acordo com as condições da oferta reservada a trabalhadores no âmbito da privatização dos CTT, se encontravam indisponíveis até 5 de março de 2014.

20. Reservas e outras rubricas de capital próprio

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Reservas legais” apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Saldo inicial	18 072 559	15 236 949
Aplicação do resultado do período anterior	-	2 835 610
Saldo final	18 072 559	18 072 559

A reserva legal já se encontra totalmente constituída, correspondendo a mais de 20% do capital.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Outras reservas” correspondente a “Reservas Livres” apresentava o seguinte movimento:

	2013	2012
Saldo inicial	10 555 947	10 555 947
Pagamento de dividendo extraordinário (Nota 21)	(10 555 947)	-
Redução capital social (Nota 19)	12 325 000	-
Saldo final	12 325 000	10 555 947

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2013	2012 Reexpresso
Saldo inicial	61 787 635	63 704 243
Aplicação do resultado do período anterior	(2 818 861)	(1 451 804)
Pagamento de dividendo extraordinário (Nota 21)	(889 924)	-
Lucros não atribuídos por empresas participadas	(254 372)	(461 466)
Outras variações	(863)	(3 338)
Saldo final	57 823 615	61 787 635

O montante de 2.818.861 euros relativo à aplicação do resultado do exercício de 2012 corresponde ao efeito da reexpressão mencionada na Nota 5, em que o resultado do exercício de 2012, inicialmente apurado no montante de 38.554.129 euros, foi reduzido para 35.735.268 euros. Conforme mencionado na Nota 21 o resultado apurado inicialmente foi integralmente pago como dividendo ao acionista.

Adicionalmente, o saldo que se encontrava apresentado na rubrica de “Excedentes de revalorização” no balanço de 31 de dezembro de 2012, incluído nas demonstrações financeiras preparadas e divulgadas pelos CTT relativamente ao exercício findo naquela data, no montante de 56.088.705 euros (58.625.232 euros em 31 de dezembro de 2011) foi reclassificado para “Resultados transitados”.

Ajustamentos em investimentos financeiros

Esta rubrica reflete os ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial sobre rubricas do capital que não o resultado líquido do período. A sua distribuição só ocorre aquando da alienação da empresa participada.

Outras variações no capital próprio

A Empresa reconhece nesta rubrica os subsídios associados à aquisição ou produção de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. Estes subsídios são subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, tendo sido reconhecidos rendimentos no montante de 11.201 euros no período findo em 31 de dezembro de 2013 e 11.267 euros em no período findo em 31 de dezembro de 2012 (Nota 31). O saldo desta rubrica corresponde à parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período.

Com a adoção antecipada, no período findo em 31 de dezembro de 2012, da IAS 19 revista, são também reconhecidos nesta rubrica, os Ganhos/Perdas atu-

ariais associados aos benefícios com a Saúde, assim como os respetivos impostos diferidos.

Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	2013	2012 Reexpresso
Saldo inicial	33 352 062	16 131 349
Imputação subsídios ao exercício	(11 201)	(11 267)
Impostos diferidos associados aos subsídios	863	3 338
Ganhos/perdas atuariais – Saúde (Nota 26)	(11 680 870)	24 265 693
Impostos Diferidos ganhos/perdas atuariais – Saúde (Nota 38)	3 150 049	(7 037 051)
Saldo final	24 810 903	33 352 062

Conforme mencionado na Nota 5, o saldo desta rubrica foi aumentado em 706.635 euros na sequência da reexpressão efetuada em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

21. Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 30 de Maio de 2013, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de cerca de 2,20 euros referente ao exercício de 2012, tendo sido pago o dividendo total de 38.554.129 euros, que foi sujeito a uma retenção na fonte de 25% no mês de Junho de 2013. Foi igualmente decidido o pagamento de um dividendo extraordinário no montante de 11.445.871 euros (0,65 euros por ação), tendo sido também sujeito a retenção na fonte de 25% em junho de 2013.

Para o pagamento extraordinário foram utilizadas as “Outras Reservas” no valor de 10.555.949 euros e “Resultados Transitados” no montante de 889.922 euros.

Na Assembleia Geral realizada em 30 de Maio de 2012, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de cerca de 3,08 euros referente ao exercício de 2011, tendo sido pago o dividendo total de 53.876.585 euros, que foi sujeito a uma retenção na fonte de 25% no mês de Junho de 2012.

22. Resultados por ação

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2013	2012 Reexpresso
Resultado líquido do período	61 016 067	35 735 268
Nº de ações ordinárias	150 000 000	150 000 000
Resultado líquido por ação	0,41	0,24

O número de ações variou no decorrer de 2013, passando de 17.500.000 para 150.000.000, na sequência da redução de capital efetuada por contrapartida de reservas e de um desdobramento de ações (“split”)

através da redução do seu valor nominal. Assim, uma vez que a alteração do número de ações não correspondeu a entrada ou saídas de fundos da Empresa, para efeitos do cálculo do resultado por ação para 2013 e 2012, foi utilizado o número de ações existente em 31 de dezembro de 2013 (150.000.000).

23. Provisões, garantias prestadas passivos contingentes e compromissos

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as “Provisões” constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

	2013					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	8 950 243	3 677 667	(3 394 017)	(1 269 365)	2 707 611	10 672 139
Outros riscos e encargos	26 917 781	6 231 864	(746 181)	(2 777 411)	(2 382 909)	27 243 144
	35 868 024	9 909 531	(4 140 198)	(4 046 776)	324 702	37 915 283

	2012 Reexpresso					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais	8 096 619	4 691 208	(2 600 736)	(1 236 848)	-	8 950 243
Outros riscos e encargos	7 745 832	19 795 302	(74 344)	(549 009)	-	26 917 781
	15 842 451	24 486 510	(2 675 080)	(1 785 857)	-	35 868 024

As provisões para processos judiciais destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra a Empresa, estimadas com base em informações dos seus advogados.

As provisões para Outros riscos e encargos englobam contingências laborais, contratos onerosos e provisões para situações diversas:

• Contingência Laborais

No período findo em 31 de dezembro de 2013 a provisão para contingências laborais foi reforçada no montante de 3.875.235 euros para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas na base de cálculo da remuneração de férias, subsídios de

férias e Natal que possam ser exigidas pelos trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2012 esta provisão foi inicialmente constituída pelo montante de 11.344.569 euros, para fazer face a eventuais contingências que poderão acarretar ações de contencioso laboral. O referido montante foi determinado tendo em conta a evolução dos processos judiciais relativos a diferenças retributivas nas férias, subsídios de férias e natal assim como a pendência de um número significativo de processos judiciais desta natureza. Para este cálculo foram efetuadas análises técnicas inerentes à temporalidade e aos critérios a considerar para efeitos de determinação do âmbito e tipologia dos complementos retributivos suscetíveis de integrar nas férias, subsídio de férias e natal.

A 31 de dezembro de 2013 o montante provisionado para contingências laborais ascende a 12.512.193 euros (11.344.569 euros em 31 de dezembro de 2012).

• Contratos Onerosos

No período findo em 31 de dezembro de 2013 foi reforçada em 1.844.338 euros a provisão destinada a fazer face à cobertura da estimativa do valor presente do dispêndio líquido associado a contratos onerosos. Este valor foi obtido a partir da atualização dos parâmetros utilizados em 2012 e que tomaram em consideração o seguinte:

- Na sequência da mudança para o Edifício Báltico, os CTT libertaram um conjunto de 4 imóveis com contratos de arrendamento de longo prazo que se encontram devolutos e sem ocupação operacional, tendo um deles, localizado na Praça D. Luís, sido objeto de uma negociação entre o proprietário e os CTT para o término antecipado do contrato de arrendamento, tendo os CTT acordado pagar para tal 50% das rendas vincendas descontadas;
- Para os restantes edifícios (Av. Casal Ribeiro, Praça dos Restauradores e Rua do Conde Redondo), foi estimado o valor presente dos custos inevitáveis de satisfazer as obrigações segundo os contratos;
- O aumento das responsabilidades em 2013, decorre da atualização dos pressupostos, nomeadamente, a taxa de desconto.

A 31 de dezembro de 2013 o montante provisionado ascende a 12.643.714 euros (13.212.379 euros em 31 de dezembro de 2012).

• Outras Provisões

A 31 de dezembro de 2013, para além das situações acima referida a provisão para Outros Riscos e Encargos inclui ainda:

- o montante de 303.022 euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local.
- O montante de 417.952 euros para ativos fixos em armazém.
- o valor de 890.000 euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais.

O montante líquido (diferença entre aumentos e reversões) das provisões registado na Demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas de “Provisões (aumentos/reduções)” totalizou (5.769.333) euros em 31 de dezembro de 2013 e (21.811.431) euros em 31 de dezembro de 2012.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Empresa tinha assumido compromissos por garantias prestadas a terceiros no montante de, respetivamente, 1.325.579 euros e 1.377.326 euros.

O detalhe das garantias prestadas era como segue:

	2013	2012
Garantias bancárias a favor de tribunais	539 437	822 029
Garantias bancárias solicitadas pela empresa a favor de terceiros:		
Autoridade Tributária e Aduaneira	390 000	-
Autarquias	148 737	137 036
ACT Autoridade Condições de Trabalho	45 733	146 210
Ana Aeroportos de Portugal	29 000	29 000
Alfândega do Freixo	74 820	74 820
DRCAL Direcção Regional Contencioso Administrativo de Lisboa	49 880	49 880
Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna	-	48 000
Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária	-	43 223
SPMS – Serviços Partilhados Ministério da Saúde	16 092	-
Portugal Telecom	16 658	16 657
ARM – Águas e Resíduos da Madeira, SA	4 752	-
Estradas de Portugal	5 000	5 000
Instituto das Infra-Estruturas Rodoviárias	3 725	3 725
IFADAP	1 746	1 746
	1 325 579	1 377 326

Garantias Contratos de arrendamento

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, irão ser prestadas garantias bancárias *on first demand*.

Neste âmbito foram já solicitadas pelos senhorios dos imóveis, as garantias bancárias mencionadas nos contratos de arrendamento, no montante global de 12,5 milhões de euros, estando no momento a decorrer as negociações com os bancos.

Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa não tem responsabilidades contingentes.

Compromissos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, no decurso normal da sua atividade, a Empresa assumiu compromissos de compra como segue:

	2013	2012
Compromissos de compra perante:		
Fornecedores de ativos intangíveis	264 991	-
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	700 958	166 026
	965 949	166 026

Os compromissos relativos a ativos fixos tangíveis respeitam à aquisição de melhorias no Sistema OCR no montante de 210 mil euros, de atrelados (182,4 mil euros), de furgões ligeiros de mercadorias no valor de 64,9 mil euros, de Scooters elétricas Govacs (49,7 mil euros), de sistema de etiquetagem paralelo para as máquinas TOP no montante de 47,9 mil euros, de sistema de sequenciamento por CP7 nas MARS (44,3 mil euros) e de contentores internos para Cassetes no valor de 41,8 mil euros.

No que aos ativos intangíveis diz respeito, os compromissos de compra referem-se a desenvolvimentos na solução “Sales Force Automation” no montante de 120,3 mil euros, ao Projeto de *Business Intelligence* (83,7 mil euros) e desenvolvimentos em *software* para o Contencioso e Assessoria jurídica no valor de 44,1 mil euros.

A Empresa assumiu compromissos financeiros (cartas de conforto) perante o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A e relativamente à sua subsidiária Tourline, SLU no montante de 1.170.769 euros, os quais ainda se encontram ativos em 31 de dezembro de 2013.

24. Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa mantém responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional de viaturas, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros destas locações operacionais é o seguinte:

	2013	2012
Até 1 ano	7 274 279	7 043 103
Entre 1 ano e 5 anos	15 776 043	6 613 062
	23 050 322	13 656 165

O aumento verificado no período entre 1 e 5 anos prende-se com o processo de renovação da frota automóvel que está atualmente em curso.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os gastos incorridos com contratos de locação operacional de viaturas foram, respetivamente, de 6.583.293 euros e 5.689.801 euros, encontrando-se reconhecidos em “Rendas e alugueres” na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 32).

Leasings operacionais são contratos de locação de curta duração, em que o locador cede a sua utilização temporária a um terceiro, mediante o pagamento de uma renda ou aluguer.

Os pagamentos da locação são efetuados mensalmente por quantias constantes durante o prazo da locação e o reconhecimento da renda é considerado como um gasto que será igualmente efetuado numa base linear (método).

Não há reconhecimento de qualquer ativo locado, pois a substância da locação é de mero aluguer/arrendamento, não havendo evidência que permita concluir que o locatário obterá benefícios económicos futuros do ativo para além do período do contrato.

Não se prevê no final do contrato a transferência da propriedade jurídica para o Locatário.

25. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Passivo não corrente		
Locação financeira	1 647 925	2 104 100
Subtotal	1 647 925	2 104 100
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	-	2 995 872
Locação financeira	456 263	453 146
Subtotal	456 263	3 449 018
Total	2 104 188	5 553 118

Empréstimos bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos empréstimos bancários e outros empréstimos era o seguinte:

	Entidade financiadora	2013			2012		
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:	Millennium BCP	5 000 000	-	-	5 000 000	2 995 872	-
		5 000 000	-	-	5 000 000	2 995 872	-

Locação financeira

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades da Empresa com contratos de locação financeira apresentavam o seguinte plano de vencimento:

	2013			2012		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	456 263	13 912	470 175	453 146	16 684	469 830
Entre 1 ano e 5 anos	1 647 925	20 326	1 668 250	2 104 100	33 214	2 137 314
Total	2 104 188	34 237	2 138 426	2 557 246	49 898	2 607 144

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2013			2012		
	Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Custo	Depreciações/ perdas imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	7 798 567	815 990	6 982 577	7 798 567	815 990	6 982 577
Edifícios e outras construções	81 701	23 251	58 450	81 701	19 796	61 905
	7 880 268	839 241	7 041 027	7 880 268	835 786	7 044 482

A Empresa é locatária em contrato de locação financeira celebrado com IMOLEASING – Sociedade de locação financeira imobiliária, S.A., referente a imóvel sito no concelho da Maia (Porto) onde se encontra implantado o novo Centro Operacional de Correio cuja inauguração ocorreu em dezembro de 2010. A tipologia dos contratos de locação determina o seu enquadramento como uma locação financeira.

Não existem rendas contingentes a pagar nem a imposição de quaisquer restrições. Existe a opção de compra por um valor residual de aproximadamente 6% do valor do contrato.

26. Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados referem-se a (i) benefícios pós-emprego – cuidados de saúde e, a (ii) outros benefícios a empregados.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 apresentaram o seguinte movimento:

	2013		Total
	Cuidados de saúde	Outros benefícios	
Saldo inicial	252 803 000	50 206 132	303 009 132
Movimento do período	10 568 000	(15 344 506)	(4 776 506)
Saldo final	263 371 000	34 861 626	298 232 626

	2012		Total
	Cuidados de saúde	Outros benefícios	
Saldo inicial	272 102 000	48 819 817	320 921 817
Movimento do período	(19 299 000)	1 386 315	(17 912 685)
Saldo final	252 803 000	50 206 132	303 009 132

O detalhe das responsabilidades com benefícios a empregados atendendo à sua exigibilidade é como segue:

	2013	2012
Passivo não corrente	278 484 455	281 919 352
Passivo corrente	19 748 171	21 089 780
	298 232 626	303 009 132

Os gastos com benefícios aos empregados reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza e o valor registado diretamente em “Outras variações no capital próprio” foi como segue:

	2013	2012
Gastos do período		
Cuidados de saúde	13 747 000	17 608 000
Outros benefícios de longo prazo	(5 206 460)	7 824 526
	8 540 540	25 432 526
Outras variações no capital próprio		
Cuidados de saúde	(11 680 870)	24 265 693
	(11 680 870)	24 265 693

Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.15, os CTT são responsáveis pelo financiamento do plano de cuidados de saúde, aplicável a determinados empregados. Para obtenção da estimativa das responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é anualmente elaborado estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*”, e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial com efeitos a 31 de dezembro de 2013.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2013	2012	2011
Pressupostos financeiros			
Taxa de desconto	4,00%	4,00%	5,00%
Taxa esperada de crescimento dos salários	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006
Taxa de inflação			
	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa crescimento dos custos com saúde			
Taxa de inflação	2,00%	2,00%	2,00%
Crescimento devido ao envelhecimento	0% em 2013 e 2014 2% a partir dessa data	0% em 2013 e 2014 2% a partir dessa data	3,00%
Pressupostos demográficos			
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE	Swiss RE

A taxa de desconto é estimada com base em taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA” ou equivalente) à data do balanço e com duração equiparável à das responsabilidades com cuidados de saúde.

A manutenção da taxa de desconto para 4,00% é motivada pela análise efetuada pela Empresa à evolução da realidade macroeconómica tendo em atenção a constante necessidade de adequação dos pressupostos atuariais e financeiros a essa mesma realidade.

A taxa esperada de crescimento dos salários é determinada de acordo com a política salarial definida pela Empresa.

A taxa esperada de crescimento das pensões é determinada em função da evolução estimada para a taxa de inflação e para a taxa de crescimento do PIB.

A taxa de crescimento dos gastos com saúde reflete a melhor estimativa para a evolução futura destes gastos, sendo tidos em conta os dados da experiência do plano.

Os pressupostos demográficos têm por base as tábuas de mortalidade e de invalidez consideradas apropriadas para efeitos da avaliação atuarial deste plano.

A evolução do valor presente das obrigações para com o plano de cuidados de saúde tem sido a seguinte:

	2013	2012	2011	2010	2009
Responsabilidades no fim do período	263 371 000	252 803 000	272 102 000	272 123 000	299 454 000

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido no valor presente da obrigação de benefícios definidos relativa ao plano de cuidados de saúde foi como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	252 803 000	272 102 000
Gasto com o serviço do período	3 882 000	4 330 000
Gasto financeiro do período	9 865 000	13 278 000
Quotas dos aposentados	3 552 478	3 409 494
(Pagamento de benefícios)	(17 249 738)	(14 877 637)
(Outros gastos)	(1 162 610)	(1 173 164)
(Ganhos)/perdas atuariais	11 680 870	(24 265 693)
Saldo final	263 371 000	252 803 000

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a composição dos gastos com cuidados de saúde foi a seguinte:

	2013	2012 Reexpresso
Gastos com pessoal/ benefícios aos empregados (Nota 33)	2 719 390	3 156 836
Outros gastos operacionais	1 162 610	1 173 164
Gasto financeiro do período (Nota 36)	9 865 000	13 278 000
Total de gastos do período	13 747 000	17 608 000

A melhor estimativa que a Empresa dispõe nesta data, para os gastos com o plano de cuidados de saúde, que espera reconhecer no próximo período anual situa-se nos 14.093 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2013, os (ganhos)/perdas atuariais no montante de 11.680.870 euros (24.265.693 euros em 31 de dezembro de 2012) foram registados no capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” líquidos de impostos diferidos no montante de 3.150.049 euros (7.037.051 euros em 31 de dezembro de 2012).

A análise de sensibilidade efetuada para o plano de cuidados de saúde, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 permite concluir o seguinte:

(i) Caso ocorresse um aumento de 1 ponto percentual na taxa de crescimento dos gastos médicos e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades do plano de saúde seriam de 307.989 milhares de euros, aumentando cerca de 16,9%.

(ii) Se a taxa de desconto reduzisse meio ponto percentual e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades aumentariam cerca de 6,8%, ascendendo a 281.280 milhares de euros.

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 3.15, a Empresa tem, em determinadas situações, responsabilidades com o pagamento de salários em situações de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho”, com a atribuição de subsídios de “Apoio por cessação da atividade profissional” que foram suprimidos a 1 de abril de 2013, com o pagamento da “Taxa de assinatura de telefone”, com “Pensões por acidentes de serviço” e com “Subsídio mensal vitalício”. Para obtenção da estimativa do valor destas responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é elaborado anualmente um estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*” e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial com efeitos a 31 de dezembro de 2013.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação destas responsabilidades foram os seguintes:

	2013	2012	2011
Pressupostos financeiros			
Taxa de desconto	4,00%	4,00%	5,00%
Taxa de crescimento dos salários	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006 (com Δ PIB < 2%)	Lei nº. 53-B/2006
Taxa de inflação	2,00%	2,00%	2,00%
Pressupostos demográficos			
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE	Swiss RE	Swiss RE

No apuramento das responsabilidades da Empresa com empregados em situações de “Suspensões de contrato, recolocação e libertação de postos de trabalho” foram consideradas taxas de crescimento salarial de 0% em 2013 e 2014 e de 2,75% nos anos seguintes. A taxa de crescimento salarial de 2,75% foi aplicada aos restantes benefícios dos empregados com exceção da “Taxa de assinatura de telefone” e

do “Apoio por cessação da atividade profissional” em que não se considerou a atualização do valor.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 o movimento das responsabilidades com outros benefícios aos empregados de longo prazo, foi o seguinte:

	2013	2012
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho		
Saldo inicial	23 777 219	16 501 232
Gasto financeiro do período	833 035	1 255 368
Responsabilidades relativas a novos beneficiários	1 914 115	12 556 711
(Pagamento de benefícios)	(7 290 756)	(3 892 974)
(Ganhos)/perdas atuariais	199 849	(2 643 118)
Saldo final	19 433 462	23 777 219
Taxa assinatura de telefone		
Saldo inicial	14 242 125	14 296 771
Gasto financeiro do período	451 814	676 602
Alteração do benefício	(8 211 129)	-
(Pagamento de benefícios)	(1 445 398)	(1 512 475)
(Ganhos)/perdas atuariais	(237 217)	781 227
Saldo final	4 800 195	14 242 125
Acidentes em serviço		
Saldo inicial	7 563 939	7 166 624
Gasto financeiro do período	293 948	347 635
(Pagamento de benefícios)	(422 708)	(425 297)
(Ganhos)/perdas atuariais	(430 809)	474 977
Saldo final	7 004 370	7 563 939
Subsídio mensal vitalício		
Saldo inicial	3 691 640	3 047 431
Gasto financeiro do período	145 503	149 739
(Pagamento de benefícios)	(108 120)	(112 719)
(Ganhos)/perdas atuariais	(184 239)	607 189
Saldo final	3 544 784	3 691 640
Apoio por cessação da atividade profissional		
Saldo inicial	931 209	7 807 759
Gasto com o serviço do período	-	345 177
Gasto financeiro do período	18 624	384 031
Corte de benefícios	-	(6 563 175)
(Pagamento de benefícios)	(871 064)	(494 746)
(Ganhos)/perdas atuariais	46	(547 837)
Saldo final	78 815	931 209
Total saldos final	34 861 626	50 206 132

No período findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da Portaria 378-G/2013, de 31 de dezembro, foi alterada a idade da reforma de 65 para 66 anos para os trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Esta alteração teve um impacto mais significativo na responsabilidade relacionada com o benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” onde o acréscimo da responsabilidade foi cerca de 494 mil euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração dos CTT deliberou descontinuar a compensação que era atribuída aos trabalhadores que atingiram o termo da sua vida ativa ao serviço da empresa CTT, S.A. – Apoio por cessação da atividade profissional. Deliberou igualmente, nas situações de desligação e reforma que venham a ocorrer na sequência dos pedidos de aposentação e de reforma apresentados até ao dia 31 de

Março de 2013, a manutenção do referido benefício (Nota 3.15).

No período findo em 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir o pagamento, a partir de 1 de janeiro de 2014, da Taxa de assinatura de telefone, por uma medida equivalente aos trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes que dele beneficiem traduzida na

substituição do apoio financeiro por uma prestação em espécie.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a composição do gasto com outros benefícios de longo prazo reconhecido na rubrica “Gastos com o pessoal” e “Juros e gastos similares suportados”, foi como segue:

	2013	2012
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 33)		
Suspensão dos contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho	2 113 964	9 913 593
Taxa assinatura de telefone	(8 448 346)	781 227
Acidentes em serviço	(430 809)	474 977
Subsídio mensal vitalício	(184 239)	607 189
Apoio por cessão da atividade profissional	46	(6 765 835)
Subtotal	(6 949 384)	5 011 151
Gasto financeiro do período (Nota 36)	1 742 924	2 813 375
Total de gastos do período	(5 206 460)	7 824 526

A melhor estimativa que a Empresa dispõe nesta data, para os gastos com os outros benefícios de longo prazo, que espera reconhecer no próximo período anual situa-se nos 1.268 milhares de euros.

A análise de sensibilidade efetuada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para o plano de “Outros benefícios”, permite concluir que se a taxa de desconto sofresse uma variação negativa de 50 b.p., mantendo tudo o resto constante, poderá traduzir-se num aumento das responsabilidades por serviços passados em cerca de 3,1%, aumentando para 35.942 milhares de euros.

27. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a antiguidade do saldo das rubricas de “Fornecedores” era conforme se segue:

	2013				2012			
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Operadores Postais	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Operadores Postais	Total
Fornecedores, conta corrente:								
Não vencido	1 464 067	5 201 197	4 976 404	11 641 668	1 433 154	13 738 433	3 770 338	18 941 925
0-30 dias	1 410	4 045 410	-	4 046 820	268	2 546 072	-	2 546 340
30-90 dias	54 747	3 536 686	712 236	4 303 669	-	3 815 043	1 795 369	5 610 412
90-180 dias	-	(6 762)	2 362 841	2 356 079	-	248 374	2 411 338	2 659 712
180-360 dias	1 527	72 537	7 187 425	7 261 488	-	(4 410)	7 256 689	7 252 279
> 360 dias	-	(3 355)	18 862 566	18 859 211	-	36 902	27 867 914	27 904 816
Subtotal	1 521 750	12 845 714	34 101 473	48 468 936	1 433 422	20 380 414	43 101 648	64 915 484
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	8 402 695	-	8 402 695	-	1 917 703	-	1 917 703
Total	1 521 750	21 248 409	34 101 473	56 871 632	1 433 422	22 298 117	43 101 648	66 833 187

A dívida a fornecedores correntes com antiguidade superior a 360 dias decompõe-se do seguinte modo:

	2013	2012
Fornecedores nacionais	-	36 902
Operadores postais	18 862 566	27 867 914
Total	18 862 566	27 904 816
Operadores postais – valores a receber	(19 120 379)	(25 853 639)

As contas com operadores postais são liquidadas por encontro de contas. Estes valores estão relacionados com os valores a receber destas entidades (Nota 15).

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o detalhe dos “Outras contas a pagar” era conforme segue:

	2013	2012
Corrente		
Adiantamentos de clientes	2 800 837	3 049 633
Fornecedores de investimentos		
Empresas grupo	176 168	3 930 799
Outros Fornecedores	2 375 547	1 514 494
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	28 540 087	31 082 639
Custos sociais	6 117 131	7 728 410
Outros	14 264 329	10 729 075
CNP-Centro Nacional de Pensões	202 301 462	186 169 916
Outros credores		
Impostos	14 355 379	25 688 889
Vales	17 274 707	21 532 103
Certificados de aforro/ Certificados do tesouro	63 981 098	11 346 698
Cobrança postal	9 307 990	12 255 109
Empresas grupo	1 307 599	1 252 870
Outros	9 200 564	7 189 979
Total	372 002 897	323 470 614

O aumento verificado na rubrica “Certificados de Aforro/Certificados do Tesouro” é resultante do investimento neste produto financeiro por parte dos aforradores.

A rubrica “CNP – Centro Nacional de Pensões” refere-se a valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do exercício.

28. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	70 050	1 001 131
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3 213 968	2 167 368
Imposto sobre o valor acrescentado	2 367 971	1 903 771
Contribuições para a Segurança Social	4 952 643	4 410 724
Caixa Geral de Aposentações	961 880	794 990
Tributos das Autarquias Locais	512 055	638 169
Outros Impostos	77	-
Total	12 078 644	10 916 154

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas foi apurado como segue:

	2013	2012
Estimativa de imposto sobre o rendimento (Nota 38)	16 247 993	19 109 323
Estimativa de imposto sobre o rendimento empresas do grupo	5 074 568	5 370 721
Pagamentos por conta	(17 683 782)	(19 610 340)
Retenção na Fonte	(3 568 729)	(3 868 573)
Total	70 050	1 001 131

29. Subsídios obtidos

Em 31 de dezembro de 2013, a informação relativa a subsídios comunitários (Nota 3.17) era como segue:

Subsídio	Montante atribuído	Montante recebido	Montante não recebido	Rendimento acumulado	Montante por utilizar	Ajustamento imposto diferido	Montante líquido por utilizar
FEDER	9 815 622	9 662 306	153 316	9 442 724	372 898	110 751	262 147
	9 815 622	9 662 306	153 316	9 442 724	372 898	110 751	262 147

Os montantes recebidos de subsídios ao investimento, inicialmente reconhecidos em capital próprio (Nota 20), foram transferidos para a Demonstração dos resultados por naturezas, para a rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, na medida em que os bens subsidiados foram amortizados (Nota 31).

30. Vendas e serviços prestados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as categorias significativas do réditto da Empresa eram as seguintes:

	2013	2012
Vendas	21 093 522	23 008 136
Prestação de serviços de correio	452 681 975	460 745 881
Serviços financeiros postais	40 012 872	35 573 109
Dispositivos eletrónicos de matrícula	4 888 025	5 382 191
Serviços de Telecomunicações	3 275 453	3 772 017
Outros serviços	2 845 619	3 732 262
	524 797 466	532 213 596

As variações verificadas na rubrica “Prestação de serviços de correio” resultam fundamentalmente da redução da utilização do correio físico motivado pela substituição eletrónica, que foi exponenciada pelo ambiente económico recessivo.

Os “Outros serviços” dizem respeito a:

	2013	2012
Troca de documentos	355 468	611 869
Certificação de fotocópias	303 149	375 195
Subsídio transporte Reg. Aut. Madeira	427 799	429 419
Loja virtual Filatelia	19 356	212 987
Serviços Portugal Telecom	203 982	306 108
MailRoom digital	276 705	440 735
Outros serviços diversos	1 259 158	1 355 949
	2 845 619	3 732 262

31. Outros rendimentos e ganhos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” era conforme se segue:

	2013	2012
Amortização de subsídios ao investimento (Notas 20 e 29)	11 201	11 267
Rendimentos suplementares	27 572 917	25 065 024
Descontos de pronto pagamento obtidos	36 431	94 614
Ganhos em inventários	17 082	53 320
Alienação ativos fixos tangíveis	1 951 211	2 693 139
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	3 409 320	2 330 942
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	345 873	531 587
Ganhos regularização de iva – Pro Rata	227 186	813 563
Juros de depósitos em instituições de crédito	10 673 605	13 522 891
Outros juros e rendimentos similares	107 758	575 418
Outros	1 053 541	1 207 894
	45 406 125	46 899 659

De acordo com esclarecimento nº 26 da Comissão de Normalização Contabilística de maio/2012 os “Juros e rendimentos similares obtidos” que não derivem diretamente do financiamento da entidade deverão afetar o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos).

Os “Rendimentos suplementares” dizem respeito fundamentalmente a:

	2013	2012
Estudos projetos e assistência técnica	112 444	112 444
<i>Royalties</i>	500 000	500 000
Prestação de serviços a subsidiárias	23 437 794	20 695 686
Aluguer de espaços em prédios urbanos	2 673 142	2 804 296
Outros rendimentos suplementares	849 538	952 598
	27 572 917	25 065 024

32. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Serviços especializados		
Serviços de informática (i)	23 505 871	25 467 866
Serviços empresas do Grupo	10 866 203	11 648 711
Conservação e reparação (ii)	11 516 398	14 028 802
Publicidade e Propaganda	2 708 859	1 561 992
Vigilância e Segurança	2 411 509	2 265 315
Consultores Externos	4 625 540	2 476 222
Outros serviços especializados	5 457 603	2 904 070
Materiais	1 716 036	2 059 920
Energia e fluídos (iii)	12 882 544	13 252 799
Deslocações e estadas	479 013	404 934
Transporte de pessoal	244 145	241 249
Transporte de mercadorias (iv)	11 871 724	14 363 381
Serviços diversos		
Rendas e alugueres		
Aluguer operacional de viaturas (Nota 24)	6 583 293	5 689 801
Outras rendas e alugueres (v)	20 742 747	23 148 923
Comunicação	4 323 793	4 802 848
Outros serviços	39 647 944	41 223 841
	159 583 221	165 540 674

- (i) Os gastos com serviços de informática referem-se em particular aos contratos de “outsourcing” de prestação dos referidos serviços;
(ii) Os gastos com “Conservação e reparação” dizem respeito à manutenção dos equipamentos informáticos;
(iii) Os gastos com “Energia e fluídos” referem-se fundamentalmente a gásóleo de veículos de mercadorias utilizados no processo operativo;
(iv) Os gastos com “Transporte de mercadorias” dizem respeito a gastos com o transporte de correio pelas diversas vias (marítima, aérea e terrestre);
(v) Os gastos com “Outras rendas e alugueres” referem-se a gastos com instalações arrendadas a terceiros.

A decomposição dos “Outros serviços” é como se segue:

	2013	2012
Contencioso e Notariado	329 541	174 350
Fardamentos	548 972	709 044
Seguros	2 020 900	1 912 930
Encarregados de Postos	4 331 920	4 215 330
Limpeza higiene e conforto	3 764 712	3 939 783
Serviços p/Empresas do Grupo	3 607 396	4 761 580
Distribuição	5 903 553	7 054 046
Operadores Postais	15 435 803	14 858 777
Outros serviços	3 705 147	3 598 001
	39 647 944	41 223 841

No período findo em 31 de dezembro de 2013 está incluído nesta rubrica o montante de 4,4 milhões de euros relativos ao processo de privatização.

33. Gastos com o pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	2013	2012
	2013	Reexpresso
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 6)	999 036	675 730
Remunerações do pessoal	220 002 164	225 561 315
Benefícios aos empregados (Nota 26)		
Cuidados de saúde	2 719 390	3 156 836
Outros benefícios de longo prazo	(6 949 384)	5 011 151
Indemnizações	1 612 647	1 792 476
Encargos sobre remunerações	47 029 790	46 341 045
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	1 352 937	1 452 002
Gastos de ação social	12 673 392	11 726 046
	279 439 972	295 716 601

Na sequência da reexpressão descrita na Nota 5, os saldos dos gastos com o pessoal relativos a 2012 apresentados nestas demonstrações financeiras para efeitos comparativos foram alterados face aos saldos apresentados nas demonstrações de 31 de dezembro de 2012. Assim, foram reclassificados os juros associados aos planos de benefícios definidos no valor de 16.091.375 euros para “Juros e gastos similares suportados” e ajustado o montante de 659.500 euros relativos a indemnizações.

A variação na rubrica “Remunerações do pessoal” resulta fundamentalmente da redução do número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, ainda que no período findo em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica não incluísse o reconhecimento do encargo com o subsídio de Natal, de acordo com o previsto no Orçamento de Estado para 2012. No entanto inclui a responsabilidade com o pagamento do subsídio de férias em virtude de a norma que previa a sua suspensão e inscrita no Orçamento de Estado para 2013, ter sido considerada inconstitucional pelo Acórdão nº 187/2013 do respetivo tribunal.

A rubrica de “Indemnizações” inclui o montante de 869.500 euros relativos a indemnizações pagas no âmbito de processos de rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” os montantes de 838.647 euros e 1.085.005 euros, respetivamente, relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 o nº médio de pessoal ao serviço da Empresa era, respetivamente, 11.217 e 11.921 colaboradores.

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 as remunerações fixas atribuídas aos Órgãos sociais da Empresa, foram as seguintes:

	2013	2012
Conselho de Administração		
Remunerações fixas	843 733	518 968
	843 733	518 968

Durante o exercício de 2012 e por despacho conjunto dos Ministérios da Economia e das Finanças de 24 de agosto, foi nomeado um novo Conselho de Administração passando, este órgão, a ser constituído por cinco elementos, já que o anterior Conselho de Administração era constituído por apenas

três administradores executivos em virtude da renúncia de dois administradores ocorrida no exercício de 2011.

Gastos de ação social

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui, respetivamente, 7.357.040 euros e 5.810.058 euros, relativos a encargos com os cuidados de saúde dos trabalhadores no ativo.

34. Gastos/reversões de depreciação, amortização e imparidade de investimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos Gastos/reversões de depreciação, amortização era o seguinte:

	2013	2012
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	16 175 297	16 808 017
Propriedades de investimento (Nota 8)	782 537	1 313
Ativos intangíveis (Nota 10)	3 101 859	2 516 436
	20 059 693	19 325 766

O aumento verificado na rubrica de “Propriedades de investimento” deve-se à transferência ocorrida em 2013, de um conjunto de bens que anteriormente estavam classificados como Ativos fixos tangíveis (Notas 7 e 8).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o detalhe das Imparidades era o seguinte:

	2013	2012
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	-	502 113
Propriedades de investimento (Nota 8)	1 104 392	-
	1 104 392	502 113

35. Outros gastos e perdas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” era conforme segue:

	2013	2012
Impostos e taxas	820 683	1 000 615
Dívidas incobráveis	42 692	69 557
Abates de ativos fixos tangíveis	24 106	9 064
Perdas em inventários	210 826	617 531
Renda da concessão	196 240	1 101 936
Diferenças de câmbio desfavoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	3 513 306	2 266 404
Donativos	810 122	967 786
Quotizações	587 086	589 491
Alienações	399 727	-
Penalidades contratuais	103 296	1 361 937
Indemnizações	323 586	188 498
Serviços bancários	644 299	661 225
Juros de mora	645 388	634 784
Outros gastos e perdas	931 842	470 935
	9 253 199	9 939 763

A variação ocorrida na rubrica “Renda da concessão” é motivada pela entrada em vigor da Lei nº. 17/2012 de 26 de Abril que transpôs para a esfera jurídica nacional a 3ª. Diretiva Postal e veio introduzir alterações significativas no âmbito do serviço universal e reservado, reduzindo de forma considerável a base de cálculo daquele montante.

A rubrica “Penalidades contratuais” em 31 de dezembro de 2012 diz respeito essencialmente ao desconhecimento da propriedade de investimento “Campo 24 de agosto”, uma vez que os CTT não acionaram a cláusula de salvaguarda que permitia a manutenção na sua esfera empresarial (Nota 8).

36. Juros e rendimentos/gastos similares obtidos/suportados

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” tinha o seguinte detalhe:

	2013	2012
Juros obtidos		
Empréstimos a empresas do Grupo	681 141	644 978
	681 141	644 978

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” encontrava-se detalhada como se segue:

	2013	2012 Reexpresso
Juros suportados		
Descobertos bancários	26 313	41 630
Loações financeiras	16 938	31 595
Outros juros	9 171	35 324
Gastos de financiamento – Benefícios aos empregados (Nota 26)	11 607 924	16 091 375
Outros gastos de financiamento	2 602	-
	11 662 948	16 199 924

Conforme mencionado na Nota 5, o saldo relativo a juros e gastos similares suportados relativo a 2012, apresentado nestas demonstrações para efeitos comparativos, foi reexpresso passando a incluir os juros associados aos planos de benefícios definidos no montante de 16.091.375 euros que anteriormente estavam incluídos nos gastos com o pessoal (Nota 33).

37. Efeitos e alterações em taxas de câmbio

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

	2013	2012
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Atividade operacional		
Outros gastos e perdas (Nota 35)	3 513 306	2 266 404
	3 513 306	2 266 404
Diferenças de câmbio favoráveis		
Atividade operacional		
Outros rendimentos e ganhos (Nota 31)	3 409 320	2 330 942
	3 409 320	2 330 942

38. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 25%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 euros e 5% do excedente do lucro tributável acima de 7.500.000 euros (10.000.000 euros em 2012).

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas PostContacto – Correio Publicitário, Lda., CTT – Expresso, S.A., Mailtec Holding, SGPS, S.A., Mailtec Comunicação, S.A., Mailtec

Consultoria, S.A., Mailtec Processos, Lda., PayShop Portugal, S.A. (“PayShop”) e CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. (“CTT GEST”), pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:

	2013	2012 Reexpresso
Resultado antes de impostos	79 271 451	47 964 164
Taxa nominal de imposto	25,0%	25,0%
Imposto esperado	19 817 863	11 991 041
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	(310 720)	(329 634)
Mais-valias contabilísticas	(2 152)	(65 029)
Mais-valias fiscais	(164 575)	4 122
Equivalência patrimonial	(2 200 207)	(2 795 299)
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	(186 546)	95 424
Perdas e reversões por imparidade	162 001	77 823
Outras situações, líquidas	363 192	372 183
Ajustamentos à coleta – Tributação autónoma	609 431	543 472
Ajustamentos à coleta – Derrama Municipal	787 977	895 755
Ajustamentos à coleta – Derrama Estadual	2 431 590	2 740 849
Crédito fiscal extraordinário ao investimento	(713 957)	-
Impacto da alteração da taxa de imposto (imposto diferido)	(2 484 264)	-
Excesso de estimativa e restituição de impostos	(711 085)	(539 131)
Outros efeitos, líquidos	856 836	(762 680)
Impostos sobre o rendimento do período	18 255 384	12 228 896
Taxa efetiva de imposto	23,03%	25,50%
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	16 247 993	19 109 321
Imposto diferido	2 718 476	(6 341 294)
Excesso de estimativa para impostos	(711 085)	(539 131)
	18 255 384	12 228 896

Em 31 dezembro de 2012, a rubrica “Excesso de estimativa e restituição de impostos” inclui, o montante de 439.432 euros referente ao diferimento da reclamação graciosa de IRC 2008. Em 31 de dezembro de 2013 esta mesma rubrica inclui o montante de 621.190 euros relativos ao diferimento de reclamações graciosas relacionadas com o apuramento das Derramas e Tributação Autónoma nos exercícios de 2008 a 2011.

O valor registado em impostos sobre o rendimento de 2012 foi reexpresso conforme detalhado na Nota 5.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	2013	2012
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	78 221 187	73 312 870
Benefícios aos empregados-outros benefícios longo prazo	10 353 077	14 700 828
Mais-valias contabilísticas diferidas	3 229 688	3 897 266
Perdas de imparidade e provisões	8 496 125	8 421 836
Ajustamento de conversão – desreconhecimento de inventários	77 821	157 216
Ajustamento de conversão – valor descontado de dívidas do pessoal	18 692	37 761
Perdas por imparidade ativos fixos tangíveis	452 859	145 613
	100 849 449	100 673 390
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização	4 288 852	4 529 436
Mais-valias suspensas	1 082 455	1 096 522
Subsídios ao investimento	110 751	111 614
	5 482 058	5 737 572

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	2013	2012
Ativos por impostos diferidos		
Saldo inicial	100 673 390	101 714 212
Movimentos do período – Efeito em resultados		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	1 758 268	651 168
Benefícios aos empregados-outros benefícios longo prazo	(4 347 751)	428 516
Perdas por imparidade e provisões	74 289	4 826 196
Perdas por imparidade ativos fixos tangíveis	307 246	145 613
Mais-valias contabilísticas diferidas	(667 578)	(743 699)
Ajustamentos de conversão – desreconhecimento de inventários	(79 395)	(81 228)
Ajustamentos de conversão – valor descontado de dívidas do pessoal	(19 069)	(19 510)
Movimentos do período – Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	3 150 049	(6 247 878)
Saldo final	100 849 449	100 673 390
Passivos por impostos diferidos		
Saldo inicial	5 737 572	6 082 638
Movimentos do período		
Excedentes de revalorização	(240 584)	(282 320)
Mais-valias suspensas	(14 067)	(59 408)
Subsídios ao investimento	(863)	(3 338)
Saldo final	5 482 058	5 737 572

A 31 de dezembro de 2013 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no prazo de 12 meses sejam 4.337.997 euros e 255.514 euros, respetivamente.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 3,7 milhões de euros.

SIFIDE

Os CTT adotam como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE, o seu registo como crédito fiscal no período em que é recebida a declaração da Comissão Certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

Relativamente às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2011, no montante aproximado de 5.287.949 euros, o Grupo teria a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 2.553.349 euros, no entanto por notificação da Comissão Certificadora foi confirmada a não elegibilidade dos projetos apresentados.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2012, no montante aproximado de 97.792 euros, o Grupo teria a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 8.913 euros. De acordo com a notificação da Comissão Certificadora de 16 de janeiro de 2014 foi atribuído um crédito fiscal de 3.885 euros aos CTT.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2013, no montante aproximado de 33.987 euros, o Grupo terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 9.519 euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa de 2010 podem ser sujeitas a revisão uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

39. Honorários e serviços dos auditores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os honorários e serviços prestados pelos auditores da Empresa foram os seguintes:

	2013	2012
Serviços de revisão legal de contas	79 525	81 320
Serviços de auditoria independente	182 344	110 772
Outros serviços	501 214	18 612
	763 083	210 704

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica “Outros serviços” inclui o valor de 382.560 euros relativos ao processo de privatização.

40. Informação sobre matérias ambientais

A atividade dos CTT é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de *inputs* materiais nos seus processos de fornecimento, sendo a sua pegada ecológica direta limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da atividade dos CTT é em termos relativos, bastante inferior ao contributo da Empresa para geração de valor no tecido económico e social nacional.

Em termos de política ambiental a Empresa pretende ter cobertos e dominados todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos da melhoria continuada do desempenho ambiental tendo subscrito um seguro de responsabilidade civil destinado a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes da transposição para o ordenamento jurídico português, através do Decreto-Lei n.º14/2008 de 29 de Julho, da Diretiva relativa à responsabilidade administrativa pela prevenção e reparação de danos ambientais, nomeadamente, (i) danos causados às espécies e *habitats* naturais protegidos, (ii) danos causados à água e contaminação do solo através de poluição que criem um risco significativo à saúde humana.

Este tema encontra-se desenvolvido com profundidade no “Relatório de Sustentabilidade”.

Não existem, quaisquer passivos de carácter ambiental nem obrigações presentes, quer legais, quer construtivas relacionadas com matérias ambientais que devam dar origem à constituição de provisões.

41. Prestação do serviço de mediação de seguros

Conforme dispõe a Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal nº. 15/2009-R de 30 de dezembro de 2009 a Empresa divulga aqui a informação pertinente respeitante à atividade de mediação de seguros nos termos do artº. 4º. da acima referida Norma Regulamentar.

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

O mediador ligado de seguros reconhece o réditto de acordo com as normas em vigor, ou seja, quando efetua prestações de contas às Companhias de Seguros. A emissão bem como o reembolso de seguros são registados na folha de caixa de cada lojas e alocados à respetiva conta contabilística, de acordo com a respetiva natureza.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza.

	2013	2012
Por natureza		
Numerário	6 662 523	4 494 076
Espécie		
Total	6 662 523	4 494 076
Por Tipo		
Comissões	6 662 523	4 494 076
Honorários		
Outras remunerações		
Total	6 662 523	4 494 076

c) Indicação do total das remunerações relativas aso contratos de seguros por si intermediados desagregados por Ramo de Vida e Não Vida.

	2013	
Por entidade	Ramo vida	Ramo n/vida
Empresas de Seguros	6 639 420	23 103
Outros mediadores		
Clientes (outros)		
Total	6 639 420	23 103

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	2013	2012
Empresas de Seguros		
FIDELIDADE	93,28%	92,91%
Outros mediadores		
Clientes (outros)		

e) Valores das contas «clientes», início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentam fundos relativos a contratos de seguros.

Contas “Clintes”	2013	2012
Início exercício	-	-
Final exercício	-	-
Volume movimentado no exercício		
A Débito	284 289 846	226 713 250
A Crédito	546 646 530	362 845 635

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade (origem)	Contas a receber		Contas a pagar	
	2013	2012	2013	2012
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-	-	-	-
Empresas de seguros	36 803	3 459 136	1 110 213	464 281
Empresas de resseguros	-	-	-	-
Outros mediadores	-	-	-	-
Clientes (outros)	-	-	-	-
Total	36 803	3 459 136	1 110 213	464 281

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por entidade (origem)	Contas a receber		Contas a pagar	
	2013	2012	2013	2012
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	546 646 530	362 845 635	534 657 623	362 942 276
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da atividade de mediação de resseguros)	277 478 829	225 641 668	284 289 846	226 713 250
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-
Outros mediadores	-	-	-	-
Total	824 125 358	588 487 302	818 947 469	589 655 526

Nota: As restantes alíneas da norma não são aplicáveis.

42. Outras informações

Acordo de empresa

Em 22 de Março de 2013 a Empresa assinou com todos os doze Sindicatos que participaram nas negociações um Novo Acordo de Empresa (AE).

A celebração de um único AE teve efeitos ao nível da simplificação da gestão e ao nível do clima social e do reforço da estabilização das relações coletivas de trabalho na Empresa, elementos fundamentais para os novos desafios num contexto de liberalização plena. Permitiu também a uniformização das condições entre trabalhadores.

BANIF

Em 7 de abril de 2006 o Banco Internacional do Funchal (BANIF), interpôs contra os CTT – Correios de Portugal, que foram pessoalmente citados em 27 de junho de 2006, uma ação de processo ordinário pedindo a execução do MoU (princípios de acordo) de constituição do Banco Postal e subsidiariamente, caso se entenda não exequível esta condenação, a obrigação de indemnizar o BANIF por danos emergentes e lucros cessantes, ascendendo o pedido a 100.000.000 euros acrescido de juros vincendos. Sendo certo que o consultor legal da Empresa entende pouco provável, numa classificação a três níveis, de pouco a muito provável, que os pedidos deduzidos pelo BANIF sejam julgados procedentes, decidiu-se não constituir qualquer provisão para este fim. De referir de igual modo que o período de exercício de direito de preferência a exercer pela Caixa Geral de Depósitos cessou em janeiro de 2008.

Em 12 de janeiro de 2011 o Tribunal considerou não provados os factos essenciais que sustentam os pedidos de indemnização do BANIF e provados fatos alegados pela Empresa que contraditam a tese defendida pelo BANIF. Por sentença de 2 de dezembro de 2011, foram os CTT absolvidos do pedido formulado pelo BANIF, que interpôs recurso desta decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa onde se encontra a decorrer os seus termos.

Em 28 de março de 2013 através de requerimento enviado ao Tribunal da Relação de Lisboa, o BANIF desistiu de todos os pedidos formulados inclusive do recurso referido no parágrafo anterior.

Lojas do Cidadão

Os CTT assinaram um protocolo com o Estado Português para a instalação de espaços Loja do Cidadão na sua rede de retalho, com um projeto piloto a começar no dia 1 de dezembro de 2013 na região metropolitana de Lisboa, e que se alargará a todos os balcões dos CTT em 2014. O Governo pretende criar 1.000 espaços Loja do Cidadão, sendo que 625 serão na rede de lojas próprias dos CTT.

Nos novos espaços Loja do Cidadão serão oferecidos diversos serviços, incluindo renovação da carta de condução, pedidos de declarações da Segurança Social, certidões do registo predial, ou isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”), entrega de declarações do IRS, inscrição de alunos nas escolas, etc.

O modelo económico de funcionamento ainda será acordado entre as partes, assim como as questões operacionais e investimento necessário.

SNTCT

Em 17 de setembro de 2012 os CTT foram citadas para uma ação judicial interposta no Tribunal de Trabalho de Lisboa pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), pedindo a condenação da Empresa no pagamento das quantias que, relativamente aos trabalhadores seus associados, tivesse descontado ou viesse a descontar nas respetivas retribuições e a título de subsídio de férias de natal de 2012 ao abrigo dos arts. 20º e 21º da Lei nº 64-B/2011 (LOE 2012).

Por sentença de 22 de janeiro de 2013 foram os CTT absolvidos do pedido, tendo o SNTCT interposto recurso da referida decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa, que se encontra pendente.

Processo judicial

No caso jurídico que teve lugar na 2ª Secção do Tribunal de Coimbra, envolvendo 3 antigos membros do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A., a decisão foi emitida no dia 11 de julho de 2013 absolvendo os acusados de todos os crimes de

que foram acusados, bem como e em consequência, não tendo merecido provimento os pedidos de indemnização civil anteriormente interpostos pelos CTT.

O Conselho de Administração da CTT tomou conhecimento dessa decisão no dia 16 de julho, e decidiu não recorrer devido à opinião dos Advogados dos CTT que em caso de decisão favorável, esta não seria provável, tendo sido comunicada esta decisão aos seus acionistas, no caso de pretenderem uma decisão contrária. As custas judiciais a serem cobradas aos CTT – Correios de Portugal, encontram-se entre os 207.570 e 311.355 euros, montante que será determinado pelos juízes, de acordo com seu ponto de vista da complexidade do processo.

Banco Postal

No dia 5 de agosto de 2013, os CTT apresentaram um pedido formal ao Banco de Portugal para a criação de uma licença de Banco Postal. A proposta previa a criação de um banco postal apoiado pela rede de agências atuais e com um baixo nível de investimento.

O Banco de Portugal emitiu, a 27 de novembro de 2013, uma autorização para a criação do banco postal, sujeito a um conjunto de condições e requisitos, designadamente à reafirmação, por parte dos novos acionistas dos CTT de que o projeto do banco postal será implementado nos termos em que foi submetido e apreciado pelo Banco de Portugal.

Os CTT não têm obrigação de criar o banco postal, tendo apenas a opção. Tendo em conta que os termos da notificação do Banco de Portugal e a estratégia dos CTT para o segmento de negócio dos Serviços Financeiros (que não inclui a criação do banco postal num curto período de tempo), o Conselho de Administração dos CTT decidiu, a 28 de novembro de 2013, não tomar nenhuma ação imediata em relação ao estabelecimento do banco postal.

Os CTT irão avaliar os próximos passos necessários a tomar em relação a esta matéria, apenas no decurso do ano de 2014.

Cuidados de saúde

No relatório que acompanhou a proposta de Lei do Orçamento de Estado 2014, em 15 de outubro de 2013 encontra-se mencionado, que para os trabalhadores dos CTT abrangidos pela CGA, o acesso ao Plano de Saúde dos CTT (IOS) se manterá enquanto os trabalhadores mantiverem o seu vínculo à Empresa, passando a ser o Estado, através da ADSE, a garantir-lhes o apoio em termos de saúde após a aposentação, quer de imediato em relação aos que já estão aposentados, quer a partir da data de aposentação em relação aos que estão no ativo.

No entanto até à presente data não existiu nenhum acordo quanto à concretização de tal transferência,

nem quanto aos seus termos, condições e montante, que dependem de negociação entre os CTT e o Estado, não podendo assim os CTT determinar a sua concretização.

Não ocorreu qualquer outro facto relevante, considerado material, para a atividade da Empresa que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

43. Acontecimentos subsequentes

No dia 1 de Janeiro de 2014 foram atualizados (aumento) os preços e respetivas tabelas de descontos relativos aos preços especiais (serviço de correio normal em quantidade, âmbito nacional e internacional, também denominado por bulk mail) dos serviços postais que integram a oferta do serviço universal. Esta atualização foi parcial devendo estar concluída somente aquando da revisão de preços para os restantes serviços postais do serviço universal.

Em 18 de fevereiro de 2014 a ANACOM aprovou a metodologia para o cálculo do custo líquido do serviço universal, prestado pelos CTT enquanto prestador do serviço universal, e sobre o conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço universal dos serviços postais, bem como os termos subjacentes à sua determinação.

Foi assinado no dia 11 de março de 2014 um acordo relativo à compra e venda de ações da sociedade EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. (“EAD”). Este Acordo, celebrado entre os CTT e os outros dois acionistas da EAD, visa a venda da atual participação dos CTT de 51% do capital social pelo preço de cerca de 2,75 milhões de euros, o qual inclui os dividendos referentes ao exercício de 2013.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 21 de março de 2014. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Director da Contabilidade e Tesouraria

O Conselho de Administração



Parte III

Outros documentos de informação societária



CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

1. RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

ÍNDICE

Introdução	258		
PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	258		
A. Estrutura acionista	258		
I. Estrutura de capital	258		
1. Estrutura de capital	258		
2. Restrições à transmissibilidade das ações	259		
3. Ações próprias	259		
4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo	259		
5. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas	259		
6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto	259		
II. Participações sociais e obrigações detidas	259		
7. Titulares de participações qualificadas, percentagem de capital e de votos imputável, fonte e causas da imputação	259		
8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	260		
9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital	260		
10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade	260		
B. Órgãos sociais e comissões	260		
I. Assembleia geral	260		
11. Identificação, cargo e mandato (início e fim) dos membros da mesa da Assembleia Geral	260		
12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto	261		
13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários	261		
		14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada para além das legalmente previstas	261
		II. Administração e supervisão	261
		15. Identificação do modelo de governo adotado	261
		16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração	262
		17. Composição do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	263
		18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes	263
		19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração	264
		20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto	264
		21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade	264
		22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	268
		23. Número de reuniões do Conselho de Administração realizadas e grau de assiduidade de cada membro	268
		24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos	269
		25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos	269
		26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho de Administração	269
		27. Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento	269
		28. Composição da Comissão Executiva	269

29. Competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	269	44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções	272
III. Fiscalização	269	45. Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	273
30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado	269	46. Trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	273
31. Composição do Conselho Fiscal/ Comissão de Auditoria com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	270	47. Montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao Auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas	273
32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria que se considerem independentes, nos termos do art.414.º, n.º5 do código das sociedades comerciais	270	C. Organização interna	274
33. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria	270	I. Estatutos	274
34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal/ Comissão de Auditoria	270	48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	274
35. Número de reuniões do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria e grau de assiduidade de cada membro	271	II. Comunicação de irregularidades	274
36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal/da Comissão de Auditoria, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos respetivos membros	271	49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	274
37. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo	271	III. Controlo interno e gestão de riscos	274
38. Outras funções dos órgãos de fiscalização	271	50. Sistema de controlo interno – pessoas/ órgãos responsáveis pela auditoria interna.	274
IV. Revisor oficial de contas	271	51. Relações de dependência hierárquica/ funcional face a outros órgãos da sociedade.	274
39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio Revisor Oficial de Contas que o representa	271	52. Outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos.	274
40. Número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ ou grupo	271	53. Principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.	275
41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade	272	54. Processo de identificação, avaliação, acompanhamento controlo e gestão de riscos.	276
V. Auditor externo	272	55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245º-A, n.º1, m)).	278
42. Identificação do Auditor Externo e do sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, e respetivo número de registo na CMVM	272	IV. Apoio ao investidor	278
43. Número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo	272	56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto	278
		57. Representante para as relações com o mercado	279
		58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores	279
		V. Sítio de internet	279
		59. Endereço	279

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos	279	72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	281
61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	279	73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações; eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.	281
62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do gabinete de apoio ao investidor respetivas funções e meios de acesso	279	74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.	281
63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral	279	75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.	281
64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada	280	76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.	282
65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações	280	IV. Divulgação das remunerações	282
D. Remunerações	280	77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade.	282
I. Competência para a determinação	280	78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	284
66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da Comissão Executiva e dos dirigentes da sociedade	280	79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	284
II. Comissão de remunerações	280	80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	284
67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.	280	81. Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da lei n.º 28/2009, de 19 de junho	284
68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações	280	82. Remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.	284
III. Estrutura das remunerações	280	V. Acordos com implicações remuneratórias	284
69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho	280	83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.	284
70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos	281	84. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, l)).	284
71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	281		

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')	285
85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários	285
86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções)	285
87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa	285
88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245. ^o -a, n.º 1, e)).	285
E. Transações com partes relacionadas	285
I. Mecanismos e procedimentos de controlo	285
89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas	285
90. Transações sujeitas a controlo no ano de referência	285
91. Intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada	285
II. Elementos relativos aos negócios	285
92. Local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24.	285
PARTE II- AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	286
1. Identificação do código de governo das sociedades adotado	286
2. Análise de cumprimento do código de governo das sociedades adotado	286
3. Outras informações	291
ANEXO I – CURRICULA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	291

INTRODUÇÃO

O presente relatório visa divulgar, em cumprimento do disposto no Código de Governo das Sociedades disponibilizado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) na versão revista pelo Regulamento da CMVM 4/2013 de 18 de julho, a estrutura e as práticas de governo societário adotadas pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. – Sociedade Aberta, (doravante CTT), e foi elaborado de acordo com o disposto nos artigos 7º e 245º-A do Código de Valores Mobiliários e com o modelo anexo ao referido Regulamento da CMVM.

O ano a que se reporta o presente Relatório de Governo Societário (2013) foi um ano de profunda transformação dos CTT que culminou com a sua privatização, a 5 de dezembro de 2013, através da alienação da maioria do capital social mediante uma oferta pública de venda combinada com uma venda direta institucional.

Deste modo, o presente Relatório reflete a transição da realidade de empresa pública para a de empresa de capital maioritariamente privado emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado.

PARTE I

Informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da sociedade

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de Capital

A 30 de outubro de 2013, o capital social dos CTT era de 87.325.000,00 euros e encontrava-se representado por 17.500.000 ações com valor nominal de quatro euros e noventa e nove cêntimos cada.

Por Deliberação Unânime por Escrito da então acionista única Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A (Parpública) datada de 30 de outubro de 2013, procedeu-se à alteração do valor nominal unitário das ações representativas do capital social de quatro euros e noventa e nove cêntimos para cinquenta cêntimos, seguida da redução do capital social no montante de 12.325.000,00 euros, com a finalidade de libertação de excesso de capital.

Em consequência, o capital social dos CTT é atualmente de 75.000.000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado e representado por 150.000.000 de ações, com valor nominal de cinquenta cêntimos de euro cada uma. As ações são nominativas e escriturais e não existem categorias diferentes de ações. Desde 5 de dezembro de 2013, no âmbito do processo de privatização dos CTT, encontram-se admitidas à negociação no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* a totalidade das ações representativas do capital da Sociedade.

O processo de privatização dos CTT foi aprovado pelo Decreto-Lei 129/2013 de 6 de setembro e complementado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 62-A/2013 de 11 de outubro, que autorizou a Parpública a alienar até 70% do capital social dos CTT mediante uma oferta pública de venda e/ou uma venda direta institucional, reservando para os trabalhadores até 5% do capital social dos CTT, e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 72-B/2013 de 18 de novembro que precisou os termos do processo de privatização, designadamente determinando os lotes para cada tipo de investidor (21.000.000 de ações em oferta pública de venda e 84.000.000 de ações em venda direta institucional) e o intervalo de preços das ações a alienar entre €4,10 e €5,52.

Na sequência da privatização dos CTT nos termos acima referidos, em 31 de dezembro de 2013 70,0% do capital da Sociedade era detido por acionistas do setor privado e 30,0% pelo setor público (embora com os votos que lhe eram imputados totalizasse 36,36% dos direitos de voto), conforme detalhe constante do ponto 7 do presente Relatório. A partir de 3 de janeiro de 2014 o sector público passou a deter uma participação de 31,5% (com uma proporção igual dos direitos de voto) e os acionistas do setor privado os restantes 68,5%.

2. Restrições à transmissibilidade das ações

Não se encontram estatutariamente definidas quaisquer limitações à transmissibilidade ou titularidade das ações da Sociedade.

Contudo, as ações adquiridas pelos trabalhadores dos CTT no âmbito da oferta reservada aos mesmos no processo de privatização encontravam-se sujeitas a um período de indisponibilidade de 90 dias contados a partir da data do respetivo registo em conta de valores mobiliários, que terminou a 5 de março de 2014.

As ações da Sociedade que ainda se encontram na posse da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e que não foram alvo da oferta pública inicial (30%) apenas podem ser objeto de alienação antes de decorrido um período de 270 dias a contar da data de admissão à negociação se tal for expressamente autorizado pelas instituições financeiras Coordenadoras Globais da Oferta, e dependendo da realização de um conjunto de formalidades a realizar pelo Estado Português quando o entenda oportuno.

3. Ações próprias

A sociedade não detém ações próprias, nem efetuou qualquer transação com ações próprias no decorrer de 2013.

4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo

Alguns contratos de arrendamento de imóveis celebrados pela Sociedade ao longo dos anos previam expressamente que, caso o Estado Português deixasse de deter, pelo menos, 50% do capital social da Sociedade, esta ficaria obrigada a assegurar a emissão a favor do respetivo senhorio de uma garantia bancária à primeira solicitação (*on first demand*), em sistema de *revolving*, de valor equivalente a 6 ou a 24 rendas mensais.

Com a alienação de mais de 50% do capital da Sociedade por parte do Estado Português, verificada no início de dezembro de 2013, foram solicitadas pela maioria dos senhorios as garantias bancárias previstas nos respetivos contratos as quais serão prestadas nos prazos contratualmente previstos.

Entretanto, resultante de um processo negocial, conseguiu-se que o valor das garantias a prestar fosse reduzido, em alguns casos a um valor correspondente a 12 meses de renda.

Atualmente não existem outros acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem, em caso de mudança de controlo da sociedade nem existem medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração, cumprindo os CTT com Recomendação da CMVM I.5.

5. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não se encontram estatutariamente previstos quaisquer limites ao exercício do direito de voto.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

A Sociedade não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Titulares de participações qualificadas, percentagem de capital e de votos imputável, fonte e causas da imputação

Em 31 de dezembro de 2013, tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade, nos termos do disposto no artigo 447^o do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e no artigo 16^o do Código dos Valores Mobiliários (CVM), a estrutura das participações qualificadas nos CTT, era como segue:

Acionistas	Nº Ações	% Capital	% Direitos voto
Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. (1)	45 000 000	30,000%	30,000%
Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. (2)	9 545 455	6,364%	6,364%
Total (3)	54 545 455	36,364%	36,364%
Goldman Sachs International (4)	7 496 479	4,998%	4,998%
Total	7 496 479	4,998%	4,998%
Deutsche Bank AG London (5)	3 063 798	2,043%	2,043%
Total	3 063 798	2,043%	2,043%
Restantes acionistas (6)	84 894 268	56,596%	56,596%
Total	84 894 268	56,596%	56,596%
TOTAL	150 000 000	100,000%	100,000%

(1) Ações detidas pela Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.

(2) Ações imputáveis à Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. em conformidade com a sua opção de compra (call option) sobre os tomadores firmes (Underwriters), representados para o efeito pelo Agente de Estabilização (Stabilisation Manager), no âmbito do contrato de venda direta institucional (Institutional Underwriting Agreement) celebrado com os tomadores firmes no processo de privatização dos CTT. No âmbito deste contrato os tomadores firmes detinham também uma opção de venda (put option) sobre a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.. As operações de estabilização da ação ficaram concluídas em 3 de janeiro de 2014, tendo os tomadores firmes exercido a opção de venda de 2.253.834 ações, do conjunto das 9.545.455 ações, correspondentes a 1,5% do capital social dos CTT.

(3) Participação total da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. a 31 de dezembro de 2013, que por sua vez é detida na sua totalidade pelo Estado Português. A partir de 3 de janeiro de 2014 a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. passou a deter 47.253.834 ações, i.e., 31,5% do capital social dos CTT.

(4) Ações detidas pelo Goldman Sachs International, controlado pelo Goldman Sachs Holding (U.K.), que por sua vez é controlado pelo Goldman Sachs Group Holdings (U.K.) Limited, controlado pelo Goldman Sachs Group UK Limited, controlado pelo Goldman Sachs (UK) L.L.C., que por sua vez é controlado pelo The Goldman Sachs Group, Inc..

(5) Ações detidas pelo Deutsche Bank AG London que é uma sucursal do Deutsche Bank AG.

(6) Inclui 2.064.660 ações detidas pelos trabalhadores dos CTT que, de acordo com as condições da oferta reservada a trabalhadores no âmbito da privatização dos CTT, se encontravam indisponíveis até 5 de março de 2014.

A informação atualizada à data de aprovação do presente Relatório sobre as participações qualificadas na Sociedade pode ser consultada em www.ctt.pt e no *site* da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2013 tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade, nos termos do disposto no artigo 447º do CSC e no artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, detinham o número de ações da Sociedade referido nos pontos 17. e 31. infra.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Estatutariamente não se encontra prevista a atribuição de poderes especiais ao Conselho de Administração em matéria de realização de aumentos de capital.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não há negócios relevantes entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas com exceção do seguinte:

Os CTT vendem serviços para o Estado Português e diversas entidades relacionadas;

Os CTT recolhem vários impostos associados a pessoal e outras taxas em nome do Estado Português e é da sua responsabilidade os impostos sobre os lucros obtidos e a segurança social dos trabalhadores;

As contas dos CTT para efeitos de IVA em Portugal;

Os CTT incorrem em custos por virtude de serviços fornecidos por entidades relacionadas com o Estado, nomeadamente, energia, abastecimento de água e transporte aéreo.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação, cargo e mandato (início e fim) dos membros da mesa da Assembleia Geral

Até 30 de outubro de 2013 os Estatutos da Sociedade previam, no seu artigo 11º, que a Mesa da Assembleia Geral fosse constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

A Mesa da Assembleia Geral até à data referida era assim composta pelos seguintes membros:

Os referidos membros foram nomeados por Deliberação Unânime por Escrito do acionista de 28 de agosto de 2012 para o mandato de 2012-2014.

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Presidente

Maria Onilda Sousa
Vice-Presidente

Paula Alexandra Caetano da Silva
Secretário

Por Deliberação Unânime por Escrito de 30 de outubro de 2013 da acionista única Parpública, que procedeu à alteração dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral dos CTT passou a ser composta por um Presidente e por um Vice-Presidente, assistidos pelo Secretário da Sociedade, designado pelo Conselho de Administração.

Na sequência da renúncia dos anteriores membros da Mesa da Assembleia Geral, igualmente, por Deliberação Unânime por Escrito da Parpública, datada de 12 de novembro de 2013, foram eleitos os seguintes membros para completar o mandato 2012-2014:

Júlio de Lemos Castro Caldas
Presidente

Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho
Vice-Presidente

Encontra-se prevista na ordem de trabalhos da Assembleia Geral convocada para o próximo dia 24 de março uma proposta de alteração aos Estatutos mediante o aditamento de um novo Capítulo VI (Disposição Transitória) e de um novo artigo 25º (Mesa da Assembleia Geral até 2016) que consigna o prolongamento dos mandatos dos membros da Assembleia Geral que iniciaram funções em 2013 pelo tempo necessário ao alinhamento com os mandatos dos demais membros dos órgãos sociais, ou seja, até final do exercício de 2016.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Os Estatutos da Sociedade não preveem qualquer limitação em matéria de direito de voto.

Nos termos do artigo 7º dos Estatutos e de acordo com a lei, tem direito de voto na Assembleia Geral o acionista que, na data de registo, correspondente às o horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral, seja titular de pelo menos uma ação.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Os Estatutos dos CTT não preveem qualquer limitação em matéria de direito de voto.

14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada para além das legalmente previstas

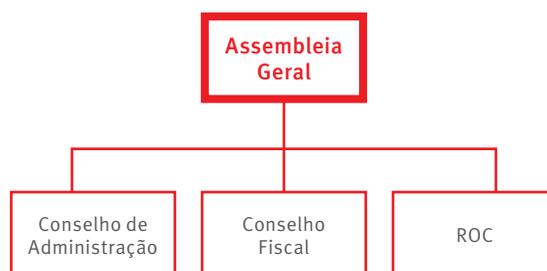
Os Estatutos dos CTT não preveem a existência de deliberações que requeiram uma maioria qualificada de votos. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral sempre que a lei não exija maior número.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

c) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota um modelo de governo monista, composto por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, que em termos esquemáticos apresenta a seguinte estrutura:



Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, incluindo os respetivos Presidentes, bem como o Revisor Oficial de Contas, foram designados por Deliberação Unânime por Escrito do acionista Parpública, este último sob proposta do órgão de fiscalização.

Com o objetivo de promover a adaptação dos estatutos da Sociedade à nova estrutura acionista após a privatização bem como às melhores práticas aplicáveis às sociedades emittentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, a Parpública aprovou em 30 de outubro de 2013, na qualidade de acionista única, um conjunto de alterações estatutárias ao sistema de governo dos CTT, incluindo a previsão do modelo de governo de cariz anglo-saxónico,

cuja eficácia ficou condicionada (i) à conclusão do processo de privatização e (ii) à eleição dos membros dos órgãos sociais segundo o novo modelo.

Em cumprimento da intenção manifestada no respeito de requerer até 28 de fevereiro de 2014 uma Assembleia Geral para eleição dos novos membros dos órgãos sociais de acordo com o modelo de governo anglo-saxónico, a Parpública requereu ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a 27 de fevereiro último, a convocação da referida Assembleia Geral, tendo, atenta a nova estrutura acionista dos CTT composta por uma maioria de acionistas privados (68,5%) e uma participação minoritária da Parpública (31,5%), que lhe não permite exercer influência dominante sobre os processos de decisão da Sociedade, apresentado uma proposta no sentido de submeter aos novos acionistas a confirmação da alteração parcial dos Estatutos da Sociedade com vista à adoção de um modelo de governo societário de cariz anglo-saxónico.

Este modelo assenta na existência de um Conselho de Administração, composto por cinco Administradores executivos e seis não executivos e, de entre estes um conjunto de Administradores independentes, que integra uma Comissão de Auditoria composta por três dos Administradores não executivos. Acresce um Revisor Oficial de Contas eleito pela Assembleia Geral, sob proposta da Comissão de Auditoria.

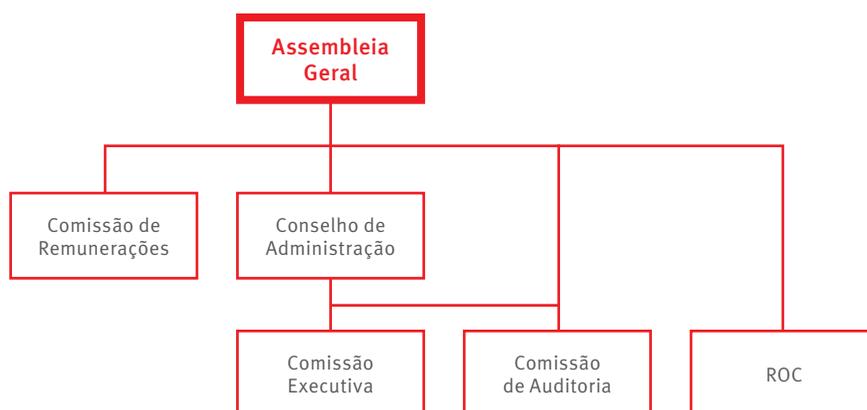
A estrutura orgânica dos CTT integrará ainda uma Comissão de Remunerações, eleita pela Assembleia Geral e responsável pela fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais.

De acordo com este modelo de governo societário, uma vez eleitos os novos membros do Conselho de Administração e formada a Comissão de Auditoria, o Conselho de Administração disporá das condições necessárias para delegar numa Comissão Executiva amplos poderes de gestão corrente da Sociedade.

Neste âmbito, caberá essencialmente ao Conselho de Administração, (i) desempenhar as competências que por força da lei, dos Estatutos (conforme alterados) e do seu regulamento interno sejam indelegáveis na Comissão Executiva, incluindo essencialmente decisões de natureza estratégica, e (ii) através dos Administradores não executivos e/ou da constituição de comissões internas, desenvolver competências específicas de supervisão da gestão executiva, designadamente nas matérias de governo da Sociedade e avaliação.

A Comissão de Auditoria desempenhará, juntamente com o Revisor Oficial de Contas, as funções de fiscalização da administração da sociedade que decorrem das disposições legais aplicáveis e dos Estatutos (conforme alterados), passando a ser o órgão social competente pelas referidas tarefas bem como por, entre outras, a fiscalização da independência e atividade do Revisor Oficial de Contas, dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos da Sociedade.

Em termos esquemáticos o modelo de governo de cariz anglo-saxónico cuja confirmação vai ser submetida à apreciação da Assembleia Geral de 24 de março pode ser apresentado como segue:



16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com os Estatutos da Sociedade compete à Assembleia Geral eleger os membros do Conselho de Administração, bem como escolher o respetivo Presidente.

Os Estatutos aprovados em 30 de outubro de 2013 preveem que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de 20% e de menos de 10% do capital social.

17. Composição do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

O Conselho de Administração nos termos dos Estatutos em vigor é composto por um mínimo de cinco e um máximo de quinze Administradores, eleitos por

maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral.

Atualmente o Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros, todos eles com funções executivas:

Titulares	Conselho de Administração	nº de Ações 31. 12. 2013
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Presidente	3 110
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	Vice-Presidente	1 550
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	Vogal	3 110
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	Vogal	
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	Vogal	

Um conjunto de acionistas privados subscreveu uma proposta que será colocada à deliberação da Assembleia Geral de 24 de março, no pressuposto da adoção pelos CTT do modelo de governo de cariz anglo-saxónico, nos termos da qual se propõe a eleição de onze membros do Conselho de Administração para o mandato 2014-2016, com a faculdade de delegar numa Comissão Executiva (sendo intenção que seja composta pelos atuais cinco Administrado-

res), com funções executivas análogas às presente-mente desempenhadas.

A ser aprovada a referida proposta que corresponde ao ponto 3 da ordem de trabalhos da já referida Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração da Sociedade passará a ter a seguinte composição e funções:

Titulares	Conselho de Administração	Comissão Executiva	Comissão de Auditoria	Independência (1)
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Presidente	Presidente		
António Sarmento Gomes Mota	Vice-Presidente		Presidente	Sim
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	Vice-Presidente	Vogal		
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	Vogal	Vogal		
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	Vogal	Vogal		
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	Vogal	Vogal		
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	Vogal			Sim
José Alfredo de Almeida Honório	Vogal			Sim
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz	Vogal			Sim
Diogo José Paredes Leite de Campos	Vogal		Vogal	Sim
Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	Vogal		Vogal	

(1) A avaliação da independência foi efetuada de acordo com o nº 5 do art.º 414 do CSC e das Recomendações CMVM de 2013 nº II.1.7.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por um triénio, sendo o ano da eleição considerado como um ano civil completo, e podem ser reeleitos.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Atualmente, todos os membros do Conselho de Administração desempenham funções executivas.

Tal como referido no ponto 17 supra, após a Assembleia Geral realizada em 24 de março de 2014 o Conselho de Administração passará a ser composto por membros executivos e não executivos, sendo a maioria dos membros não executivos indicados na proposta a que se alude no ponto 17 independentes.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração

Os *curricula* dos atuais membros do Conselho de Administração dos CTT são apresentados no Anexo I.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Nenhum dos membros do Conselho de Administração possuía, a 31 de dezembro de 2013 ou na presente data, quaisquer relações familiares, profissionais ou comerciais com acionistas com participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto na Sociedade.

21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade

A repartição de competências em vigor é a seguinte:

A. Órgão de Administração:

Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Sociedade compete ao Conselho de Administração:

- Aprovar os objetivos e as políticas de gestão da Empresa;
- Aprovar os planos de atividade e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais, bem como as alterações que se revelem necessárias;
- Gerir os negócios da Sociedade e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou, por qualquer forma, alienar ou onerar direitos, nomeadamente os incidentes sobre as participações sociais, bens móveis e imóveis;

- Constituir sociedades, subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;

- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas de funcionamento interno;

- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;

- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral;

- Designar o Secretário da Sociedade e o seu suplente.

De acordo com os Estatutos da Sociedade compete, especialmente, ao Presidente do Conselho de Administração:

- Representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;

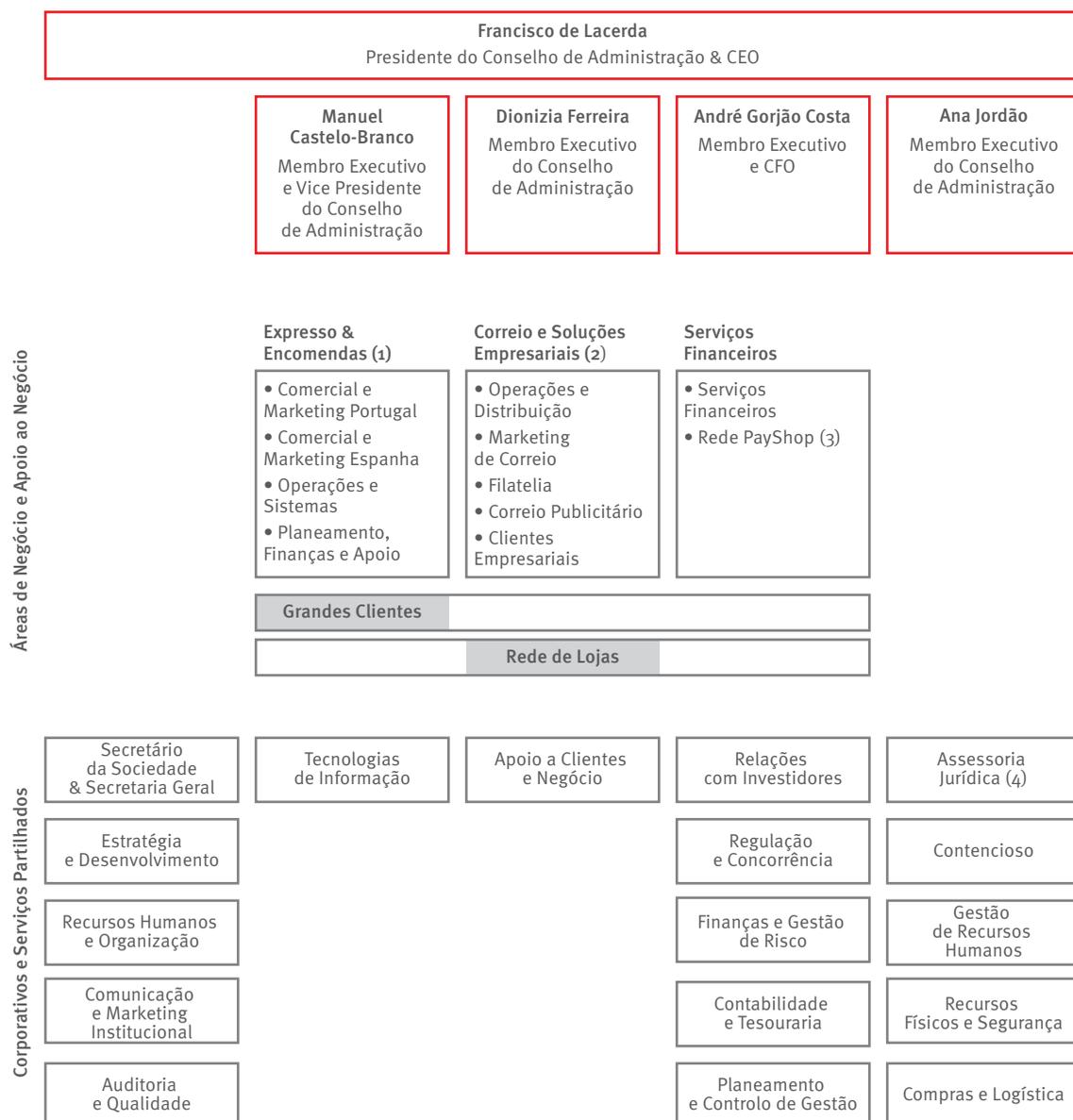
- Coordenar a atividade do Conselho de Administração e convocar e dirigir as respetivas reuniões;

- Exercer voto de qualidade; e

- Zelar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração.

Nos seus impedimentos ou faltas, o Presidente do Conselho de Administração é substituído pelo Vice-Presidente.

O Conselho de Administração repartiu entre os seus membros as várias áreas de responsabilidade como segue:



(1) Inclui CTT Expresso, Tourline e CORRE.

(2) Inclui Mailtec SGPS, Mailtec Comunicação, Mailtec Consultoria, Mailtec Processos, CTT Gest e PostContacto.

(3) Inclui PayShop.

(4) Geral, laboral e disciplinar.

B. Comitês e Departamentos de Apoio à Gestão

O modelo organizativo dos CTT prevê ainda a existência de Comitês de Gestão e de estruturas internas de apoio que contribuem para o processo de decisão da Sociedade.

Encontram-se em funções os seguintes Comitês:

COMITÉS DE APOIO À GESTÃO E SEUS OBJETIVOS

Comité de Ética

Coordenado pelo Diretor de Auditoria e Qualidade, integra, igualmente, o Diretor de Recursos Humanos e Organização e o Diretor da Assuntos Internacionais e Cooperação. Esta Comissão reporta ao Conselho de Administração através do Presidente do Conselho de Administração.

Implementação, acompanhamento, interpretação e esclarecimento de dúvidas ou casos omissos no Código de Ética.

Comité de Gestão de Risco

Constituído pelo Administrador com o Pelouro Financeiro e pelos responsáveis das direções de Finanças e Gestão do Risco, Estratégia e Desenvolvimento, Operações e Distribuição, Rede de Lojas, Recursos Humanos e Organização, Tecnologias de Informação, Contabilidade e Tesouraria e Recursos Físicos e Segurança.

Dinamizar a atuação da função de Gestão do Risco Corporativo e funcionar como um instrumento de alavancagem de todo o processo de operacionalização do sistema de gestão de risco nos CTT.

Comité de Crédito

Composto pelo Administrador com o Pelouro Financeiro, que preside, pelos Administradores com os Pelouros Comerciais, e pelos responsáveis das seguintes direções: Finanças e Gestão do Risco, Grandes Clientes, Rede de Lojas, Clientes Empresariais, Correio Publicitário, Expresso e Encomendas.

Nas reuniões de acompanhamento e monitorização devem estar representados os Responsáveis da Contabilidade e Tesouraria, do Contencioso, do Apoio a Clientes e Negócio, do Marketing de Correio e Rede e da Rede Payshop.

Definição e submissão ao Conselho de Administração das políticas de crédito a clientes; apreciação e revisão dos níveis de risco e limites de crédito; decisão sobre a concessão/revisão/suspensão de crédito prévia à formalização de contratos; avaliação de propostas de celebração de acordos de pagamento. Monitorização e avaliação dos resultados da implementação da política de crédito a clientes e identificação das medidas, para cumprimento dos objetivos definidos.

Comité de Tesouraria

Constituído pelo Administrador com o Pelouro Financeiro, que preside, e pelos responsáveis das direções de Contabilidade e Tesouraria, Finanças e Gestão do Risco e responsáveis pela Direção Financeira das subsidiárias.

Aferição e análise do processo de gestão de fundos dos CTT tendo em vista a sua melhoria contínua e a adaptação permanente às necessidades.

Comité de Investimento

Composto pelos responsáveis das direções corporativas Estratégia e Desenvolvimento (que coordena), Planeamento e Controlo de Gestão e Finanças e Gestão do Risco.

Todas as propostas de projetos de investimento de valor superior a € 50.000,00, previamente à apreciação/aprovação final pelo Conselho de Administração, deverão ser remetidas a este Comité para que se pronuncie e elabore um parecer não vinculativo.

Comité de Gestão Imobiliária

Composto por 2 membros do Conselho de Administração dos CTT – com o pelouro dos Recursos Físicos e Segurança e com o pelouro Financeiro – e pelos responsáveis das seguintes direções: Recursos Físicos e Segurança (acompanhado de 2 colaboradores), Rede de Lojas, Operações e Distribuição, Planeamento e Controlo de Gestão e um membro do Conselho de Administração da CTT Expresso. Em função dos assuntos da agenda, são ainda membros: o Vice-Presidente e o Administrador com o pelouro da Rede de Lojas e outros dirigentes de 1ª linha, que não os acima referidos.

Planeamento e gestão estratégica de imóveis, programação de investimentos em imóveis e promoção da otimização e rentabilização do património imobiliário.

A estrutura orgânica dos CTT a 31 de dezembro de 2013 era a seguinte:

LISTA DE DEPARTAMENTOS DOS CTT E SEUS OBJETIVOS

Secretaria-geral e Assessoria Jurídica	Assegurar as relações institucionais da empresa; prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Administração e restantes órgãos sociais; assegurar a comunicação formal entre o Conselho de Administração, a estrutura dos CTT, as subsidiárias e as entidades externas; assegurar a assessoria jurídica geral, laboral e disciplinar e o exercício da função disciplinar.
Relações com os Investidores	Atuar como interlocutor dos CTT junto de acionistas, investidores, analistas financeiros, agências de rating, mercado de capitais e comunidade financeira em geral, sendo responsável pela prestação da informação que permita conhecer a evolução e a realidade económica, financeira e de governo da sociedade dos CTT.
Estratégia e Desenvolvimento	Apoiar o Conselho de Administração na definição, implementação e gestão da estratégia de desenvolvimento do universo CTT, propondo e promovendo iniciativas de desenvolvimento e gestão estratégica do seu portfólio dos negócios, numa perspetiva de criação sustentada de valor.
Recursos Humanos e Organização	Desenvolver e implementar políticas de recursos humanos alinhadas com a Estratégia definida para o Grupo, promovendo uma cultura de mérito e desenvolvimento profissional contínuo; prestar serviços administrativos de Recursos humanos às empresas dos CTT; promover a saúde e segurança no trabalho, bem como a disponibilidade de cuidados de saúde e de proteção social.
Comunicação e Marketing Institucional	Definir e implementar as estratégias de comunicação interna e externa da empresa, de patrocínios e mecenato, através do desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria e criação de valor da imagem institucional e marca CTT, em estreita colaboração com o Conselho de Administração; assegurar o cumprimento da política e dos compromissos de sustentabilidade, ambiente, responsabilidade social e cidadania empresarial do universo CTT; assegurar o relacionamento com os órgãos de comunicação social.
Auditoria e Qualidade	Examinar e avaliar de forma independente as atividades e os negócios dos CTT, por forma a mitigar os riscos associados aos processos e transações, recomendando medidas corretivas às áreas auditadas e fornecendo informações necessárias ao processo de governação; contribuir para a gestão e mitigação dos riscos de compliance no âmbito da prestação de serviços financeiros; investigar práticas ilegítimas e/ou fraudulentas; definir e promover políticas e procedimentos de qualidade nos CTT.
Tecnologias de Informação	Desenvolver a estratégia de sistemas e tecnologias de informação dos CTT que maximize a sua competitividade e eficiência; garantir o correto planeamento e controlo dos sistemas e tecnologias de informação; promover a inovação e implantação de novas soluções para o desenvolvimento do negócio.
Apoio a Clientes e Negócio	Desenvolver a política de relacionamento com os clientes dos CTT em termos de pós-venda e de informação e apoio ao cliente, contribuindo para a sua fidelização; garantir o suporte aos negócios em funções transversais, numa ótica de otimização dos recursos utilizados, propondo medidas de otimização dos processos e/ou ações de melhoria.
Regulação e Concorrência	Assessorar o Conselho de Administração em matéria de regulação e concorrência e no relacionamento com as entidades reguladoras e supervisoras do setor; gerir os riscos regulatórios e a relação com concorrentes.
Planeamento e Controlo de Gestão	Assessorar o Conselho de Administração em matéria de planeamento e controlo de gestão dos CTT, garantindo a articulação de todas as unidades organizacionais dos CTT e subsidiárias, numa perspetiva de criação de valor.
Finanças e Gestão do Risco	Providenciar e implementar estratégias para a utilização adequada de recursos através da otimização do custo e retorno do capital e de uma apropriada gestão dos riscos, em alinhamento com os objetivos estratégicos definidos para os CTT.
Contabilidade e Tesouraria	Assegurar a gestão contabilística, a gestão económico-financeira e a gestão da avaliação dos processos de negócio com impacto na geração da receita.
Contencioso	Assegurar o patrocínio judiciário da empresa e das subsidiárias, bem como dos trabalhadores que dele careçam, por motivos de serviço e por força das suas funções.
Recursos Físicos e Segurança	Definir a estratégia articulada dos recursos imobiliários e da frota; garantir a prestação de serviço por parte dos fornecedores em tempo útil e nas condições contratualizadas; assegurar a gestão integrada dos processos e procedimentos de documentos e arquivo; definir, coordenar e controlar as políticas de segurança e vigilância das instalações, dos equipamentos e das pessoas.

LISTA DE DEPARTAMENTOS DOS CTT E SEUS OBJETIVOS

Compras e Logística	Definir a estratégia de compras dos CTT, da centralização e planeamento das necessidades de locação e de aquisição de bens móveis, serviços e de realização de empreitadas, da coordenação, preparação e acompanhamento dos procedimentos de compras, da centralização da gestão administrativa dos contratos, do controlo de qualidade e avaliação de fornecedores e da gestão eficaz de armazéns e stocks.
Operações e Distribuição	Gerir as operações de recolha, transporte, tratamento e distribuição de correio de forma eficiente, garantindo a excelência da qualidade de serviço e o respeito pelas obrigações do SPU em todo o território nacional, promovendo sinergias com todas as áreas de negócio dos CTT no sentido do aumento da eficiência e da criação de valor para a empresa.
Marketing de Correio	Maximizar o valor das ofertas de correio, contribuindo para uma gestão mais eficiente e competitiva do negócio postal, e para os objetivos comerciais, de rentabilidade e posicionamento dos diversos negócios.
Filatelia	Desenvolver de forma global, sustentada e com rentabilidade o negócio da filatelia e do colecionismo, mantendo a idoneidade e os níveis de qualidade da filatelia portuguesa.
Clientes Empresariais	Garantir a fidelização dos clientes empresariais bem como a maximização do volume e rentabilidade das vendas através da deteção e resposta comercial adequada às necessidades e oportunidades de negócio no âmbito da unidade de negócios de correio.
Serviços Financeiros	Gerir uma oferta inovadora de produtos e serviços financeiros competitivos, geradores de valor para os stakeholders, estrategicamente orientada para os clientes, margem e eficiência, alicerçada na rede de lojas.
Soluções Empresariais	Garantir a satisfação dos clientes empresariais e a qualidade contratualizada; disponibilizar ofertas aos clientes empresariais ajustadas às suas necessidades; gerir os projetos estratégicos mais diretamente ligados aos clientes empresariais.
Rede de Lojas	Gerir a rede de lojas, garantindo o aumento das receitas resultantes dos atos de venda; maximizar a produtividade dos recursos e a racionalização da oferta versus a procura, no contexto da oferta definida, níveis de preço e obrigações do SPU; racionalizar a Rede de Lojas e pontos de acesso à Rede Postal; garantir a qualidade do atendimento em todos os pontos de acesso à Rede Postal.
Grandes Clientes	Assegurar a gestão integrada dos grandes clientes, gerindo o segmento key accounts numa ótica de maximização das vendas e da rentabilidade das diversas áreas de negócios dos CTT.

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

No dia 28 de abril de 2008, o Conselho de Administração adotou o seu regulamento interno de funcionamento, que sofreu alterações em 10 de setembro de 2013. O texto integral deste regulamento de funcionamento pode ser consultado no *website* dos CTT, através do [link http://www.ctt.pt/fectt/export/download/grupoctt/quemSomos/Regulamento_CA.pdf](http://www.ctt.pt/fectt/export/download/grupoctt/quemSomos/Regulamento_CA.pdf)

Na sequência da Assembleia Geral Extraordinária a ter lugar no próximo dia 24 de março, que confirme as alterações estatutárias relativas ao modelo de governo e que eleja os novos membros do Conselho de Administração deverá ser aprovado um novo regulamento de funcionamento do Conselho de Administração, bem como a delegação de competências na Comissão Executiva, os quais serão posteriormente disponibilizados para consulta no *website* dos CTT.

23. Número de reuniões do Conselho de Administração realizadas e grau de assiduidade de cada membro

Durante o exercício de 2013, tiveram lugar 59 reuniões do Conselho de Administração, estando presentes, fisicamente ou através de audioconferência, na maior parte delas, todos os membros que integram o Conselho de Administração nesse período.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração respetivamente Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda e Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco estiveram ausentes na reunião realizada a 16 de abril de 2013, tendo este último estado igualmente ausente na reunião realizada a 22 de julho de 2013 e ausente em parte da reunião realizada a 20 de fevereiro de 2013.

A Vogal do Conselho de Administração Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo esteve ausente nas reuniões realizadas respetivamente a 12 de junho, 4 de julho e 9 de julho de 2013.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Até 5 de dezembro de 2013, enquanto empresa pública a avaliação dos Administradores dos CTT é da responsabilidade do acionista nos termos do nº 3 do artigo 6º do Estatuto do Gestor Público aprovado pela Decreto-Lei 71/2007, de 27 de março, na sua redação em vigor.

A proposta a submeter à deliberação da Assembleia Geral de 24 de março prevê a eleição de uma Comissão de Remunerações, composta por 3 membros, para o triénio 2014-2016. A esta Comissão caberá acompanhar e avaliar o desempenho dos Administradores, verificando em que medida foram atingidos os objetivos propostos.

Os membros propostos para integrar a futura Comissão de Remunerações possuem elevada experiência profissional e dispõem do conhecimento necessário para tratar e decidir sobre todas as matérias cuja competência lhes seja atribuída.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação de desempenho dos administradores executivos relativamente ao ano de 2013, como já se referiu é efetuada pelo acionista nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público aprovado pela Decreto-Lei 71/2007, de 27 de março, na sua redação em vigor, sendo a mesma efetuada tendo por parâmetros os objetivos fixados nas orientações previstas para o setor empresarial do estado e os decorrentes do contrato de gestão celebrado nos termos do artigo 18º do mencionado diploma.

A avaliação de desempenho dos administradores relativa ao exercício de 2013, tendo em conta os objetivos definidos pelo acionista para o mandato 2012-2014, não foi ainda realizada.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do conselho de administração

Os atuais administradores, com exceção do Vogal do Conselho de Administração André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa, que exerce em representação dos CTT o cargo de Vogal do Conselho de Administração do Eurogiro, não exercem quaisquer cargos em outras empresas fora do Grupo, conforme discriminado no Anexo I.

d) Comissões no seio do órgão de administração e gestão

27. Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

Durante o exercício de 2013 não se encontravam criadas quaisquer Comissões no âmbito do Conselho de Administração existindo tão só uma estrutura de apoio à gestão constituída por Comitês, conforme se refere na Secção B do ponto 21 supra referido.

Após a realização da Assembleia Geral de 24 de março e sendo aprovadas as propostas que constituem a ordem de trabalhos serão criadas Comissões no seio do Conselho de Administração, desde logo, atento o modelo de governo a adotar, a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria as quais virão a adotar regulamentos internos de funcionamento cujos textos integrais serão em tempo disponibilizados para consulta no website dos CTT.

28. Composição da Comissão Executiva

Não existe na presente data Comissão Executiva, todos os membros do Conselho de Administração desempenham funções executivas.

Após a Assembleia Geral de 24 de março próximo e sendo aprovadas as propostas apresentadas, o Conselho de Administração delegará a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, constituída por cinco dos seus membros, sendo intenção que venham a ser os membros do atual Conselho de Administração.

29. Competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

Não aplicável.

III. FISCALIZAÇÃO

e) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

A fiscalização da atividade dos CTT compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, eleito pela Assembleia Geral mediante proposta do Conselho Fiscal.

Após a Assembleia Geral de 24 de março de 2014 em caso de confirmação das alterações aos estatutos proposta, a fiscalização da atividade, que decorre

das disposições legais aplicáveis e dos Estatutos, passa a ser da competência da Comissão de Auditoria e do Revisor Oficial de Contas.

31. Composição do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho Fiscal é composto nos termos estatutários, por um Presidente, dois Vogais efetivos e um suplente, todos eleitos em Assembleia Geral.

Na sequência da deliberação da acionista única dos CTT, datada de 12 de novembro de 2013, o Conselho Fiscal é composto pelos seguintes três membros efetivos, eleitos nessa data para completar o mandato 2012-2014 em curso, e um suplente que se manteve da composição anterior. O mandato tem início a 12 de novembro de 2013 e termo a 31 de dezembro de 2014 para os membros efetivos e início a 24 de agosto de 2012 e termo a 31 de dezembro de 2014 para o membro suplente.

António Sarmento Gomes Mota
Presidente

Elsa Maria Roncon Santos
Vogal

Diogo José Paredes Leite de Campos
Vogal

Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio
Vogal-Suplente

Nenhum dos membros do Conselho Fiscal é titular de ações dos CTT.

Até 12 de novembro de 2013 o Conselho Fiscal era composto pelos seguintes membros:

Titulares	Conselho Fiscal
Elsa Maria Roncon Santos	Presidente
Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins	Vogal
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Vogal
Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio	Vogal-Suplente

Os membros efetivos do Conselho Fiscal haviam sido nomeados para completar o triénio 2012-2014, a 24 de agosto de 2012, e renunciaram ao cargo a 7 de novembro de 2013, em virtude da então projetada alteração da estrutura acionista dos CTT decorrente da privatização.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria que se considerem independentes, nos termos do art.414.º, n.º5 do Código das Sociedades Comerciais

O Conselho Fiscal em exercício é composto pelos seguintes membros independentes:

António Sarmento Gomes Mota
Presidente

Diogo José Paredes Leite de Campos
Vogal

33. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria

Os *curricula* dos membros do Conselho Fiscal dos CTT são apresentados no Anexo I.

f) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal/Comissão de Auditoria

No dia 14 de novembro de 2013, o Conselho Fiscal adotou o seu regulamento interno de funcionamento. O texto integral deste regulamento de funcionamento pode ser consultado no *website* dos CTT, no *link* :

http://www.ctt.pt/fecct/export/download/grupoctt/quemSomos/Regulamento_do_Conselho_Fiscal.pdf

Nos termos do artigo 19º dos Estatutos e do Regulamento do Conselho Fiscal o mesmo reúne-se, ordinariamente, pelo menos, uma vez em cada dois meses, e sempre que o Presidente o entender ou algum dos restantes membros o solicitar.

Para que o Conselho Fiscal possa deliberar, é necessária a presença da maioria dos seus membros. As deliberações são tomadas por maioria dos votos expressos.

Após a realização da Assembleia Geral de 24 de março e sendo aprovadas as propostas que constituem a ordem de trabalhos a Comissão de Auditoria adotará o seu regulamento interno de funcionamento cujo texto integral será em tempo disponibilizado para consulta no *website* dos CTT.

35. Número de reuniões do Conselho Fiscal/ Comissão de Auditoria e grau de assiduidade de cada membro

O Conselho Fiscal realizou durante o ano de 2013 dezassete reuniões, nas quais estiveram presentes todos os seus membros efetivos

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal/da Comissão de Auditoria, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos respetivos membros

As funções exercidas noutras empresas pelos membros do Conselho Fiscal em funções no exercício de 2013, encontram-se discriminadas no Anexo I.

g) Competências e funções

37. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

Por força do disposto no nº 18 da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 49/2007, de 28 de março, que estabelece regras semelhantes às Recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades, a contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo foi sempre precedida de parecer prévio do órgão de fiscalização, no caso concreto do Conselho Fiscal.

Foram ainda respeitados os diferentes tratamentos das matérias relacionadas com a auditoria “*audit related*” e as que não se situam nesse perímetro para as quais foi respeitado o limite máximo de 30% do total de honorários pagos no ano de 2013 ao Auditor.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

O Conselho Fiscal tem nos termos da lei e dos estatutos as seguintes funções:

- Examinar, sempre que o julgue conveniente e pelo menos uma vez por mês, a escrituração da Sociedade;
- Acompanhar o funcionamento da Sociedade e o cumprimento das leis, dos Estatutos e dos regulamentos que lhe são aplicáveis;
- Pedir a convocação extraordinária da Assembleia Geral sempre que o entenda conveniente;
- Examinar as situações periódicas apresentadas pelo Conselho de Administração durante a sua gestão;

- Chamar a atenção do Conselho de Administração para qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão;

- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira;

- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar a sua independência, bem como fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;

- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade e outros;

- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, auditoria interna e controlo interno;

- Emitir parecer vinculativo sobre a realização de adiantamentos sobre os lucros no decurso de um exercício.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, foi reconduzida como Revisor Oficial de Contas para o mandato 2012-2014, por Deliberação Unânime por Escrito de 30 de outubro de 2012.

Esta sociedade de Revisores Oficiais de Contas é representada nas suas funções, desde 30 de outubro de 2012 por José Pereira Alves (ROC n.º 711) ou por João Rui Fernandes Ramos (ROC n.º 1333).

João Rui Fernandes Ramos (ROC n.º 1333) foi substituído por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão (ROC n.º 902), a 31 de janeiro de 2014.

O Revisor Oficial de Contas Suplente designado para o mandato 2012-2014 é José Manuel Henriques Bernardo (ROC n.º 903), tendo sido reconduzido no exercício do cargo por deliberação de 30 de outubro de 2012.

40. Número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou Grupo

O atual Revisor Oficial de Contas, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, exerce estas funções na Sociedade desde 2008.

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. exerce ainda funções de Fiscal Único nas seguintes empresas do Grupo:

- CTT Gest- Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. desde 2008 encontrando-se neste momento a exercer funções para o mandato de 2012-2014, e
- EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A desde 2007 encontrando-se neste momento a exercer funções para o mandato de 2012-2014.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

No exercício de 2013 a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, (PwC) prestou adicionalmente à função de Revisor Oficial de Contas, serviços de auditoria no âmbito do processo de privatização que decorreu no segundo semestre de 2013, incluindo, nomeadamente:

(i) Auditoria às contas auditadas dos últimos três anos do Grupo CTT (2012, 2011 e 2010) de acordo com o EU-IFRS e revisão das contas dos dois períodos intermédios (Q3 de 2012 e de 2013) preparados de acordo com o ISRE 2410 (Balanço, P&L, Cash Flow e Statement Shareholders Equity, incluindo Notas);

(ii) Emissão de cartas de conforto SAS 72 e SAS 72 *look alike*; e

(iii) Participação em *conference calls* de Coordenação Geral da Oferta tendo em vista assistir os bancos colocadores durante a *due diligence* financeira, incluindo a participação em *conference call* de *due diligence* de auditoria.

O procedimento de adjudicação direta à PwC dos serviços acima referidos foi realizado na sequência de recomendação dos bancos Coordenadores Globais da Oferta e após a obtenção de parecer prévio favorável do Conselho Fiscal em funções à data da contratação.

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, foi contratada para proceder à verificação independente da informação constante do Relatório de Sustentabilidade, bem como dos sistemas e processos que lhe servem de suporte e prestou ainda serviços de consultoria fiscal em matéria de preços de transferência.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, e respetivo número de registo na CMVM

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, (PwC) Revisor Oficial de Contas da Sociedade, registada na Comissão de Valores Mobiliários com o nº 9077, exerce também as funções de Auditor Externo desde 2013.

Esta sociedade de Revisores Oficiais de Contas é atualmente representada por José Pereira Alves (ROC nº 711) ou Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão (ROC n.º 902).

Além do Auditor Externo cujas funções foram, a partir do segundo semestre de 2013, exercidas pela PwC, as contas dos CTT são ainda auditadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados. SROC, S.A. (KPMG) inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 189 e registada na Comissão de Valores Mobiliários com o nº 9093, representada por Maria Cristina Santos Ferreira (ROC nº 1010), na qualidade de Auditor Independente.

43. Número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do Grupo

As funções de Auditor Externo pela PwC e do respetivo sócio revisor oficial de contas são exercidas nos CTT desde o início do segundo semestre de 2013.

A KPMG exerceu funções de Auditor Independente nos CTT desde 2012 até final do primeiro semestre de 2013, mantendo-se atualmente como Auditor Independente da Sociedade.

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

O Auditor Independente foi nos exercícios de 2010 e 2011 a BDO e no exercício de 2012 a KPMG.

A PwC apenas exerceu as funções de Auditor Externo no exercício de 2013, no contexto do processo de privatização por oferta pública de venda realizada no quarto trimestre de 2013.

Como Revisor Oficial de Contas dos CTT, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. exerce funções desde 2008 pelo que não decorreu ainda o período correspondente a três mandatos a partir do qual a sociedade deve promover a rotação prevista na Recomendação IV.3 da CMVM.

45. Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

Compete ao Conselho Fiscal fazer a avaliação anual do Auditor Externo.

46. Trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Durante o exercício de 2013 a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, foi contratada para proceder à verificação independente da informação constante do Relatório de Sustentabilidade, bem como dos sistemas e processos que lhe servem de suporte.

A contratação dos serviços mencionados foi efetuada mediante adjudicação direta após parecer do Conselho Fiscal, com fundamento no conhecimento aprofundado que esta entidade detém dos CTT, devido ao exercício das suas funções de ROC.

A PwC prestou ainda serviços de consultoria fiscal em matéria de preços de transferência.

47. Montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao Auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a remuneração auferida pelos Auditores Externos dos CTT, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, foi cerca de 510 mil euros, sendo esse montante repartido pelos seguintes serviços:

Euros	2013		2012	
	Montante	%	Montante	%
CTT	508 410	100%	97 584	100%
Serviços de revisão de contas	79 525	16%	81 320	83%
Serviços de garantia de fiabilidade (1)	382 560	75%	0	0%
Serviços de consultoria fiscal	24 209	5%	16 263	17%
Outros serviços	22 117	4%	0	0%
Restantes empresas do Grupo CTT	1 510	100%	21 055	100%
Serviços de revisão de contas	1 510	100%	21 055	100%
Total	509 920		118 639	

1) Relativos ao processo de privatização dos CTT

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a remuneração auferida pelo atual Auditor independente dos CTT, Contas KPMG & Associados. SROC, S.A., foi de 266.857 euros, conforme discriminado infra:

Euros	2013		2012	
	Montante	%	Montante	%
CTT	254 671	100%	30 118	100%
Serviços de auditoria independente	182 344	72%	30 118	100%
Serviços de garantia de fiabilidade	0	0%	0	0%
Serviços de consultoria fiscal	54 395	21%	0	0%
Outros serviços	17 933	7%	0	0%
Restantes empresas do Grupo CTT	0	100%	0	100%
Serviços de auditoria independente	0	100%	0	100%
Total	254 671		30 118	

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da sociedade

Compete à Assembleia-geral deliberar sobre quaisquer alterações aos Estatutos da Sociedade.

Os Estatutos dos CTT não preveem regras especiais aplicáveis à sua alteração, aplicando-se assim a regra geral prevista no número 3 do artigo 386^a do CSC, ou seja, a deliberação de alteração dos Estatutos deve ser aprovada em Assembleia Geral por dois terços dos votos emitidos.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

Visando o reforço das práticas de governo societário, e em estrita correlação com as Normas de Conduta consignadas no Código de Ética, os CTT dispõem de um mecanismo de comunicação de irregularidades cuja utilização pressupõe um adequado entendimento da sua finalidade e dos seus procedimentos, bem como dos direitos e deveres inerentes.

Compete à Comissão de Ética o acompanhamento e supervisão deste mecanismo, tendo sido atribuída à Direção de Auditoria e Qualidade a responsabilidade pelo suporte técnico à Comissão de Ética na operacionalização do referido sistema de comunicação de irregularidades, competindo-lhe assegurar o seu regular funcionamento, nomeadamente:

- a) Processar as comunicações, assegurando o seu registo e análise prévia, selecionando apenas as que se prendem com o estrito objeto do Código de Ética;
- b) Identificar e tratar as comunicações relevantes;
- c) Propor à Comissão de Ética o arquivamento ou a tomada de medidas corretivas relativamente aos processos analisados.

Atendendo à natureza deste mecanismo e nos termos dos procedimentos vigentes, é assegurado o tratamento confidencial das comunicações recebidas e preservado o princípio da proibição de retaliação por parte dos CTT em relação às pessoas que reportem as irregularidades abrangidas pelo presente mecanismo.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Sistema de controlo interno – pessoas/órgãos responsáveis pela auditoria interna.

A função de Auditoria Interna é assegurada pela Direção de Auditoria e Qualidade a quem compete a avaliação sistemática da adequação e efetividade dos sistemas de controlo interno dos CTT e suas subsidiárias, através de uma abordagem em função do nível de risco associado aos processos, sistemas e unidades de negócio, designadamente no modo como estão a ser geridos os riscos identificados.

Por sua vez, o Conselho de Administração através de uma política de rigor, transparência e responsabilização, fomenta uma cultura de controlo, estando estabelecidos mecanismos internos de informação e comunicação, que permitem acompanhar e monitorizar o desempenho da organização a todos os níveis.

51. Relações de dependência hierárquica/funcional face a outros órgãos da sociedade.

A Auditoria e Qualidade é uma Direção que reporta diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, atuando de um modo transversal no âmbito dos CTT e de todas suas subsidiárias. Além disso, envia diretamente para o Conselho Fiscal todos os relatórios de auditoria que elabora e reúne com ele sempre que o Conselho Fiscal entenda adequado.

Para além da análise da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno associado a operações e a processos materialmente relevantes, a Direção de Auditoria e Qualidade tem igualmente atribuições em matérias de *Compliance* e Inspeção.

52. Outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos.

A gestão e controlo dos riscos são assumidos nos CTT por toda a sua estrutura organizacional, pelos seus responsáveis em primeiro lugar e, em cooperação mútua, por todos os trabalhadores em geral.

Compete à Direção de Finanças e Gestão do Risco a coordenação centralizada de todo o processo de gestão do risco dos CTT, colaborando na criação de uma cultura daquela natureza e gerindo o processo de planeamento e implementação de programas e projetos de ação de remediação dos riscos identificados.

Com o objetivo de reforçar o envolvimento e comprometimento organizacional ao nível da temática do risco, é atribuição do Comité de Gestão do Risco, enquanto polo agregador das diferentes visões e sensibilidades das áreas envolvidas, dinamizar a atuação da função de Gestão do Risco posicionan-

do-se como instrumento de alavancagem de todo o processo de operacionalização do Sistema de Gestão do Risco nos CTT.

53. Principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Entre os riscos mais significativos e suscetíveis de afetar os CTT, com eventual comprometimento da concretização dos objetivos estratégicos e de crescimento sustentável, destacam-se os que se seguem:

Mercados e concorrência: A alteração dos hábitos de comunicação tem resultado num decréscimo do tráfego postal. Aliado a este facto, o novo enquadramento legal e regulatório abrindo totalmente o mercado, com o conseqüente aumento da concorrência em determinadas áreas de negócio ou produtos, representa um enorme desafio para os CTT. A gestão deste risco está entregue às áreas de negócio e à unidade de Regulação e Concorrência, a quem compete acompanhar proactivamente a evolução das normas regulatórias emitidas pelas entidades nacionais e internacionais e gerir o risco de modo contínuo e dinâmico, incluindo iniciativas com vista à sua mitigação.

Inovação e desenvolvimento: A falta de liderança em inovação, da qual decorreria a falta de introdução atempada de novos produtos e serviços, pode significar uma perda de quota de mercado para os concorrentes. A gestão deste risco é responsabilidade da unidade de Estratégia e Desenvolvimento, que promove a inovação e mantém um acompanhamento permanente e contínuo das tendências e das iniciativas em várias geografias, com vista a identificar soluções que possam ser aplicadas pelos CTT.

Stakeholder Estado Português: O Estado Português detém ainda uma participação de 31,5% na Sociedade, que não lhe confere influência dominante mas lhe permite uma participação importante no processo de decisão das matérias submetidas à votação dos acionistas. Enquanto cliente, o Estado Português representa uma percentagem de cerca de 15% dos rendimentos operacionais dos CTT. Uma redução do tráfego de correio remetido, seja em consequência de iniciativas governamentais, relacionadas com medidas de contenção de custos ou por outras razões, poderá potenciar a diminuição do nível do tráfego postal.

Obrigatoriedade do Serviço Universal: As obrigações dos CTT enquanto prestador do Serviço Universal em Portugal comportam custos significativos, que podem não ser suficientemente reduzidos ou compensados de forma a cobrir o decréscimo nos rendimentos operacionais decorrente da intensificação da concorrência. Em caso de incumprimento por parte dos CTT das suas obrigações, e nos termos do contrato de concessão do serviço postal universal,

o Estado Português poderá proceder ao sequestro da concessão, tendo os CTT de suportar quaisquer custos decorrentes da manutenção dos serviços e quaisquer despesas extraordinárias necessárias, por forma a retomar o regular funcionamento. A gestão deste risco está alocada às unidades de Regulação e Concorrência e de Estratégia e Desenvolvimento, tendo por missão, entre outras tarefas, a determinação do custo líquido do serviço postal universal e os mecanismos eficazes para a sua compensação.

Focalização e fidelização de clientes: Alterações nas preferências dos consumidores ou a falha no fornecimento de produtos e serviços de qualidade podem afetar negativamente os CTT. Acresce que uma percentagem importante dos rendimentos operacionais advém de uma base de clientes relativamente concentrada. Assim, o crescimento e sustentabilidade dos CTT estão fortemente dependentes da prestação de um serviço focado na satisfação do cliente, pelo que é fundamental antecipar, avaliar, responder e acompanhar as suas necessidades, oferecendo produtos e serviços adequados, a preços competitivos e com níveis de qualidade crescentes. A gestão deste risco é uma preocupação das áreas de negócio e dos canais Rede de Lojas e Grandes Clientes.

Gestão de Recursos Humanos: A capacidade de recrutar e reter trabalhadores qualificados e gestores experientes é essencial para o sucesso dos CTT. Ainda que tenham sido desenvolvidos esforços para mitigar este risco, designadamente através de programas de gestão de talentos e de progressão de carreiras, não há qualquer garantia de que os CTT terão sucesso na retenção de tais quadros-chave, tanto mais que é de esperar uma concorrência crescente no que respeita à contratação de profissionais com estas características. A gestão deste risco compete à unidade de Recursos Humanos e Organização.

Parcerias: A atividade dos CTT depende de parcerias e outros acordos similares, quer ao nível dos segmentos de negócio de correio, serviços financeiros ou soluções empresariais, quer ao nível de prestadores de serviços e fornecedores chave em algumas áreas operacionais. O incumprimento destes compromissos, a resolução dos acordos ou qualquer interrupção nos serviços prestados pode vir perturbar significativamente as operações e afetar de forma adversa o negócio dos CTT. A gestão deste risco compete às áreas de negócio e às estruturas internas de apoio.

Gestão da Informação: A análise e a tomada de decisões fundamentadas em informação criteriosa, relevante, fiável, consistente e confidencial são cruciais para uma eficiente definição, implementação e gestão da estratégia de negócio. A gestão deste risco é responsabilidade da unidade de Tecnologias de Informação e da unidade de Planeamento e Controlo de Gestão.

Tecnologias de Informação (TI): A gestão corrente das operações dos CTT depende fortemente da sua infraestrutura de TI e de sistemas de comunicação. As falhas no seu funcionamento podem comprometer a capacidade de oferta de produtos e serviços, resultando numa diminuição de rendimentos operacionais e com consequências ao nível da reputação e imagem junto dos consumidores. A gestão deste risco está entregue à unidade de Tecnologias de Informação.

Cultura de análise de rentabilidade: Os CTT estão sujeitos a vários riscos financeiros, dos quais se destacam riscos de crédito, riscos de mercado, de taxa de juro e cambial e riscos de liquidez. A existência de uma cultura de análise e maximização de rentabilidade é pois crucial para o crescimento sustentado dos CTT. A avaliação regular e sistemática da relação custo/benefício ao nível dos produtos e serviços, dos clientes e dos projetos de investimento é um fator crítico de sucesso. A gestão deste risco é responsabilidade da unidade de Contabilidade e Tesouraria e da unidade de Finanças e Gestão do Risco.

54. Processo de identificação, avaliação, acompanhamento controlo e gestão de riscos.

Os mecanismos de avaliação e gestão de riscos que possam afetar as operações, o cumprimento do plano e a observância de objetivos estratégicos definidos, assentam num modelo de gestão de riscos integrado e transversal que visa a implementação de boas práticas de *corporate governance* e a clareza na relação com o mercado.

Assim, a gestão de risco está integrada com o processo de planeamento estratégico e gestão operacional dos CTT e suas subsidiárias, dependendo do compromisso de todos os colaboradores a adoção da gestão de risco como parte integrante das suas funções, designadamente no reconhecimento, comunicação e implantação de ações mitigadoras dos riscos.

A Gestão de riscos é promovida pelo Conselho de Administração em articulação com os diversos responsáveis das unidades organizativas, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que possam influenciar a prossecução do plano e observância de objetivos estratégicos.

As unidades de Auditoria e Qualidade e Gestão do Risco apoiam o Conselho de Administração na implementação do sistema de gestão do risco e na apreciação contínua dos procedimentos estabelecidos, de modo a assegurar os seguintes objetivos:

- Conceção de modelo de gestão de riscos alinhado com os objetivos estratégicos dos CTT.

- Identificação e avaliação dos eventos de risco a que os CTT estão sujeitos no âmbito da atividade desenvolvida, com a perspetiva do respetivo impacte e probabilidade de ocorrência.

- Monitorização permanente dos principais riscos identificados de modo a verificar eventuais alterações do seu nível de risco que impliquem a necessidade de alterar o sistema de controlo interno.

Para além da identificação dos fatores de risco ao nível das atividades empresariais e da atribuição de responsabilidades específicas, estão estabelecidos canais formais de informação e comunicação, que permitem acompanhar e monitorizar o desempenho da organização a todos os níveis.

A avaliação da eficiência e da eficácia dos sistemas de controlo interno das unidades organizacionais dos CTT é assegurada pela direção de Auditoria e Qualidade, através de uma abordagem baseada no risco.

O sistema de controlo interno em vigor nos CTT visa garantir, com um grau de segurança razoável, os seguintes objetivos:

- a condução eficiente e eficaz dos negócios;
- a eficácia e eficiência das operações, bem como a utilização económica dos recursos;
- a confiança e integridade da informação financeira;
- a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos aplicáveis;
- a salvaguarda dos ativos;
- a deteção e reporte de riscos relevantes à atividade da empresa, assim como riscos de corrupção e infrações conexas;
- a adesão a preocupações de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental.

Como instrumento de gestão, o sistema de controlo interno assenta nas seguintes cinco componentes:

Ambiente de controlo – Constitui a base de funcionamento da organização e influencia o comportamento dos seus trabalhadores, estabelecendo o referencial dos demais elementos de controlo interno, destacando-se neste âmbito:

- a estrutura orgânica dos CTT, com a definição das linhas de reporte, missão e funções das diversas unidades organizacionais;

- os diplomas de delegação de competências, definindo quais os limites e atos delegados nos diversos níveis de gestão, enquadrados pelos planos e orçamentos aprovados;
- o Regulamento do Conselho de Administração e a atividade do Secretário da Sociedade, a quem cabem as funções previstas no artigo 446^o-B do Código das Sociedades Comerciais e cujo mandato coincide com o do Conselho de Administração.
- o Código de Ética (distribuído a todos os trabalhadores) que engloba os valores e normas de conduta que os responsáveis e demais trabalhadores devem observar e a Comissão de Ética que tem a seu cargo a implementação, o acompanhamento, a interpretação e o esclarecimento de dúvidas ou casos omissos no Código de Ética;
- o Manual de Disciplina, que serve de ferramenta de apoio à formação de chefias e como instrumento de consulta pelos trabalhadores;
- o Manual de *Compliance*, meio mitigador dos riscos decorrentes da utilização do sistema financeiro dos CTT para efeitos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- a Formação, como vetor estratégico determinante para a melhoria do desempenho dos trabalhadores;
- os Princípios Orientadores da Política de Segurança da Informação e sua classificação, com a definição das diretrizes para o tratamento seguro da informação;
- a emissão e divulgação de um vasto conjunto de normas e procedimentos que regulam a atividade do universo CTT, nas mais variadas vertentes de atuação.

Avaliação, gestão e controlo de riscos – consiste na identificação e análise dos riscos relevantes e na implementação de ações mitigadoras, sendo assumida por toda a sua estrutura organizacional, pelos seus responsáveis em primeiro lugar e, em cooperação mútua, por todos os trabalhadores em geral.

Compete à unidade de Finanças e Gestão do Risco a coordenação centralizada de todo o processo de gestão de risco, colaborando na criação de uma cultura daquela natureza, gerindo o processo de planeamento e implementação de programas e projetos de ação sobre os riscos identificados.

Com o objetivo de reforçar o envolvimento e comprometimento organizacional ao nível da temática do risco, é atribuição do Comité de Gestão do Risco, enquanto polo agregador das diferentes visões e sensibilidades das áreas envolvidas, dinamizar a atuação da função de Gestão do Risco posicionando-se como instrumento de alavancagem de todo o

processo de operacionalização do Sistema de Gestão do Risco nos CTT.

Também a direção de Auditoria e Qualidade atende aos riscos conhecidos ou potenciais, na definição do plano anual de auditorias internas, onde avalia a qualidade, a integridade e eficácia do sistema de controlo interno associado às operações e a processos materialmente relevantes, identificando melhorias e boas práticas a implementar pelas unidades auditadas, com vista a mitigar riscos e/ou eventos potencialmente danosos que impactam em ineficiências operacionais e perdas.

A direção de Auditoria e Qualidade tem ainda atribuições em matéria de:

- *Compliance* – identificação e monitorização dos riscos inerentes à comercialização, pelos CTT, de produtos financeiros, visando assegurar a sua conformidade com as regras de deontologia e o respeito das disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como das recomendações e orientações emitidas pelas entidades reguladoras/supervisoras competentes;
- *Inspeção* – averiguação de situações relacionadas com comportamentos irregulares e de corrupção, nomeadamente peculato, fraude e suborno, com vista a atuação e desenvolvimento de processos para recuperação dos valores em que a empresa foi lesada e/ou adoção de medidas preventivas a ocorrências da mesma natureza.

Atividades de controlo, assentes nas políticas e procedimentos definidos, com vista a assegurar quer o cumprimento das instruções superiormente transmitidas, quer supervisão sobre os riscos relacionados com a consecução dos objetivos empresariais.

De salientar, ainda, o papel da direção de Relações com Investidores, a quem compete, designadamente, assegurar o cumprimento pontual dos deveres dos CTT nos termos legais e regulamentares enquanto sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado.

Para além das atividades de controlo desenvolvidas pelas diversas unidades organizacionais, destacam-se as realizadas:

- pelo Conselho de Administração, no acompanhamento e gestão do desempenho económico, ambiental e social através dos seguintes instrumentos: plano estratégico, plano e orçamento anual, indicadores mensais de controlo, reuniões de controlo do plano e publicação de relatórios trimestrais, semestrais e anuais;
- pelo Comité de Investimento, a quem compete apreciar e pronunciar-se sobre projetos de investimento de valor superior a 50 mil euros;

- pela Comissão de Crédito, com responsabilidades ao nível da política de gestão de crédito a clientes, apreciação dos níveis de risco e de limites de crédito, bem como decisão sobre concessão/revisão/suspensão de crédito e acordos de pagamento com clientes;
- pela Comissão de Gestão Imobiliária, com atribuições ao nível do planeamento e gestão estratégica de imóveis, programação de investimentos e promoção da otimização e rentabilização do património imobiliário;
- pelo Comité de Tesouraria, no âmbito da aferição e análise do processo de gestão de fundos dos CTT, tendo em vista a sua melhoria contínua e a adaptação permanente às necessidades;
- pela entidade prestadora de serviços de auditoria externa (KPMG).

Informação e comunicação, dá suporte ao sistema de controlo interno, estando estabelecidos canais formais e informais de informação e comunicação, que permitem a monitorização da atividade empresarial, salientando-se a comunicação interna e externa das atividades e resultados obtidos de todas as ações nos domínios socioeconómico e ambiental.

Supervisão – a fiscalização da atividade empresarial dos CTT é assegurada pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas (ROC), nos termos das disposições legais aplicáveis e dos Estatutos. Compete, em particular, ao Conselho Fiscal, a supervisão da independência e atividade do Revisor Oficial de Contas assim como dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos implementados nos CTT.

As contas da empresa são ainda auditadas por um Auditor Externo (PwC) e por um Auditor Independente (KPMG).

A **Provedoria** tem por missão a defesa e promoção dos direitos e garantias dos clientes, bem como contribuir para o fortalecimento da confiança nas relações entre os CTT e os seus clientes. Efetua averiguações e formula recomendações ao Conselho de Administração, com vista à correção de eventuais práticas discriminatórias, propondo medidas para melhoria da eficiência dos serviços prestados.

No quadro legal em vigor, o ICP – ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) efetua monitorização regular aos CTT, no âmbito do contrato da concessão do Serviço Postal Universal.

De referir ainda a atividade das entidades reguladoras no âmbito da prestação de serviços financeiros ao público, com especial destaque do papel de supervisão do Banco de Portugal relativamente à utilização do sistema financeiro para efeitos de

branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art.245.º-A,n.º1, m)).

O processo de divulgação de informação financeira é acompanhado tanto pelos órgãos de administração e fiscalização como pelas unidades de negócio e pelos serviços corporativos. Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado de capitais são elaborados pelo Planeamento e Controlo, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio e pela unidade de Contabilidade e Tesouraria.

Antes da divulgação, os documentos são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização. Os documentos de apresentação de informação financeira são, pois, aprovados por estes dois órgãos, antes de serem divulgados. Os *press releases* com informação financeira que previamente foi remetida ao órgão de fiscalização são apenas aprovados pelo órgão de administração.

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos, fortalecendo, assim o ambiente de controlo interno. As recomendações do Conselho Fiscal a este respeito são enviadas ao Conselho de Administração.

Cabe ainda ao Conselho Fiscal supervisionar a adoção pela Empresa dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade dos CTT, bem como de acompanhar as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos. Com vista à emissão da certificação legal de contas e do relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos CTT, o ROC e os auditores externos avaliam os mecanismos de controlo interno dos principais ciclos funcionais das empresas do Grupo com efeitos no relato financeiro.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Os CTT têm como objetivo disponibilizar aos investidores e acionistas informação oportuna, clara e transparente numa base regular. Para apoiar esta

função, criaram em novembro de 2013 uma Direção de apoio aos investidores, aos acionistas e aos reguladores.

Esta Direção deverá elaborar regularmente *press releases*, comunicados e apresentações e realizar reuniões, *conference-calls* e *roadshows*, em articulação com as demais estruturas internas dos CTT, assegurando um contacto permanente com o mercado de capitais, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas.

Os contactos da Direção de Relações com os Investidores CTT são os seguintes:

Peter Iordanov Tsvetkov

Morada: Avenida D. João II, Lote 01.12.03, 12^o andar,
1999-001 Lisboa-Portugal
Email: investors@ctt.pt
Fax: +351 210 471 996
Telefone: +351 210 471 867
Website: www.ctt.pt

A função principal da Direção de Relações com Investidores é a de atuar como interlocutor dos CTT junto de acionistas, investidores, analistas financeiros, agências de *rating*, mercado de capitais e comunidade financeira em geral, sendo responsável pela prestação da informação que permita conhecer a evolução e a realidade económica, financeira e de governo da sociedade dos CTT.

Para o desempenho da sua função esta Direção está a criar e irá manter um fluxo de comunicação com a comunidade financeira em geral, disponibilizando toda a informação necessária, em obediência aos princípios legais e regulamentares, para responder às solicitações que lhe sejam dirigidas.

57. Representante para as relações com o mercado

O representante para as Relações com o Mercado dos CTT é o Administrador André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

Dado que apenas recentemente os CTT passaram a integrar na qualidade de Sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, ainda não dispõem de informação relevante sobre tempos de resposta aos pedidos colocados pela comunidade financeira em geral – acionistas, investidores e analistas.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço

O endereço do website dos CTT é o seguinte:

<http://www.ctt.pt>

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos

Esta informação pode ser consultada no website dos CTT, no *link*:

<http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/investidores/info/empresa/idsociedade.html>

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Esta informação pode ser consultada no website dos CTT, no *link*:

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/institucional/grupoctt/quemsomos/governo_sociedade/estatutos_empresa.html

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/institucional/grupoctt/quemsomos/governo_sociedade/regulamentosinternos/regulamentos_internos.html

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor respetivas funções e meios de acesso

Esta informação pode ser consultada no website dos CTT, no *link*:

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/investidores/info/governo_da_sociedade/conselho_administracao/conselho_administracao.html;

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/investidores/info/relacoes_investidores/representante_mercado.html;

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/investidores/info/relacoes_investidores/apoio_investidor.html

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral

Esta informação pode ser consultada no website dos CTT, no *link*:

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/investidores/info/informacao_financeira/contas_consolidadas.html;

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/investidores/info/informacao_financeira/indicadores_chave.html;

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Esta informação pode ser consultada no *website* dos CTT, no *link*:

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/investidores/info/relacoes_investidores/assembleias_gerais/assembleias_extraordinarias.html

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações

Esta informação pode ser consultada no *website* dos CTT, no *link*

http://www.ctt.pt/fectt/wcmservlet/ctt/investidores/info/relacoes_investidores/assembleias_gerais/assembleias_extraordinarias.html

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da Comissão Executiva e dos dirigentes da sociedade

Nos termos do artigo 28º do Estatuto do Gestor Público à data aplicável, as remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais durante o ano de 2013 foram determinadas pelo acionista único (Estado) na Deliberação Unânime por Escrito de 24 de agosto de 2012, que procedeu à nomeação dos membros dos órgãos sociais para o exercício dos respetivos cargos, dentro das regras aplicáveis às empresas públicas.

A remuneração dos demais dirigentes foi definida pelo Conselho de Administração atentas igualmente as regras aplicáveis às empresas públicas.

Após 5 de dezembro de 2013, como consequência da privatização da empresa deixaram de se aplicar as reduções remuneratórias aplicáveis às empresas públicas.

De acordo com a alínea d) do ponto 2. do artigo 9º dos Estatutos aprovados em 30 de outubro de 2013, a de-

liberação sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais compete à Assembleia Geral, que para o efeito pode nomear uma Comissão de Remunerações.

A proposta de eleição dos membros dos órgãos sociais a deliberar na Assembleia Geral de 24 de março contempla a constituição de uma Comissão de Remunerações composta por 3 membros independentes, para o mandato correspondente ao triénio 2014-2016.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da Comissão de Remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Remunerações não existiu durante o ano de 2013 e ainda não está constituída nos CTT.

Encontram-se propostos para a integrarem, após a Assembleia Geral de 24 de março os seguintes membros:

João Luís Ramalho de Carvalho Talone
Presidente

José Gonçalo Ferreira Maury
Vogal

Rui Manuel Meireles dos Anjos Alpalhão
Vogal

Nenhum dos membros da Comissão de Remunerações proposto integra qualquer órgão social da Sociedade, é titular ou atua em nome e por conta de titulares de participação qualificada do capital social da Sociedade ou tem qualquer ligação de parentesco a qualquer membro do Conselho de Administração.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da Comissão de Remunerações em matéria de política de remunerações

Não aplicável a 31 de dezembro de 2013.

Todos os membros propostos para integrar a Comissão de Remunerações têm experiência e conhecimentos na matéria.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em vigor durante o exercício de 2013 obedeceu ao Estatuto do Gestor Público, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, à Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 9 de fevereiro e à Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012 de 26 de março.

A política de remunerações dos gestores públicos tem em linha de conta critérios de distinção específicos para a respetiva fixação, nomeadamente distinguindo entre empresas que se encontrem ou não sujeitas a um regime de livre concorrência no mercado por terem como principal objeto a produção de bens e serviços mercantis, incluindo serviços financeiros, e as restantes empresas fora desta esfera.

Foi ainda previsto no referido diploma, um regime especial de fixação das remunerações dos gestores públicos pelo facto da empresa se encontrar em processo de privatização, extinção ou liquidação, situação em que se encontravam os CTT.

Os valores fixados para os membros do Conselho de Administração em funções foram os mesmos que auferiam os seus antecessores.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Tal como referido no ponto anterior o valor da remuneração fixa determinada para os membros do Conselho de Administração, na deliberação do acionista, correspondeu ao valor que havia sido auferido pelos seus antecessores.

A remuneração dos membros do órgão de administração é constituída por uma remuneração fixa paga 14 vezes por ano, uma remuneração variável anual em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos, e uma remuneração variável plurianual em função do cumprimento dos objetivos plurianuais definidos.

Os contratos de gestão celebrados nos termos do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público fixaram a fórmula de cálculo das remunerações variáveis anual e plurianual, em respeito pelo limite fixado na deliberação de nomeação dos membros dos órgãos sociais e de fixação das respetivas remunerações.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Tal como mencionado no ponto 70 a componente variável da remuneração está indexada à avaliação de desempenho a realizar em função do cumprimento dos objetivos estratégicos e anuais fixados no contrato de gestão, complementada com a avaliação de desempenho relativa às orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, medida de acordo com as melhores práticas das empresas portuguesas.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Neste âmbito, e atenta a natureza dos CTT, até 5 de dezembro de 2013 aplicavam-se as regras decorrentes do estatuto do Gestor Público, da RCM 36/2012 de 26 de março e do Orçamento de Estado.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações; eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Os principais parâmetros do sistema de remuneração variável e de prémio de mandato foram os objetivos estratégicos e os objetivos anuais definidos no contrato de gestão bem como as orientações estratégicas para o SEE.

Os objetivos estratégicos centram-se em quatro componentes:

- Preparação da empresa para a sua privatização
- Maximização do valor da empresa
- Reorganização e desenvolvimento organizacional da empresa para enfrentar os desafios do futuro.
- Assegurar as obrigações de serviço que advêm do contrato de concessão do serviço postal universal.

Os objetivos anuais centram-se na rentabilidade e crescimento a par da eficiência, e nas orientações estratégicas para o SEE constantes no anexo à RCM nº70/2008 de 22 de abril, respetivamente alíneas d), f), g) e h).

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.

A política de remunerações da Sociedade não contempla a atribuição de complementos de reforma, assim como não prevê a atribuição de quaisquer contrapartidas em caso de reforma antecipada dos seus Administradores.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade.

No quadro a seguir apresentado encontram-se discriminados os montantes remuneratórios brutos pagos, individualmente, aos membros do Conselho de Administração durante o exercício de 2013 pela Sociedade:

ENCARGOS COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2013

	Presidente	Vice-Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
	Francisco de Lacerda	Manuel Castelo-Branco	André Gorjão Costa	Dionizia Ferreira	Ana Jordão
Unidade: €					
Mandato (Atual CA – 24/08/2012 a 31/12/2012)	2012-2014	2012-2014	2012-2014	2012-2014	2012-2014
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
1. Remuneração Total (1+2+3+4)	171 600,00	154 440,00	145 860,00	145 860,00	145 860,00
OPRLO (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade de Origem (Identificar)	-	-	-	-	-
Entidade Pagadora (Origem/Destino)	CTT	CTT	CTT	CTT	CTT
1.1. Remuneração anual (1+1.6)	200 200,00	180 180,00	170 170,00	170 170,00	170 170,00
1.2 Despesas de representação (anual)	-	-	-	-	-
1.3 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	8 675,33	7 807,80	7 374,03	7 374,03	7 374,03
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	16 483,14	14 834,82	14 010,72	14 010,72	14 010,72
1.6. Suspensão do pagamento do subsídio de natal – PAGO em duodécimos	14 300,00	12 870,00	12 155,00	12 155,00	12 155,00
1.6. Suspensão do pagamento do subsídio de férias – PAGO em Nov/2013	14 300,00	12 870,00	12 155,00	12 155,00	12 155,00
1.7. Reduções de anos anteriores	-	-	-	-	-
1. Remuneração anual efetiva líquida (1.1+1.2+ 1.3+1.6-1.4-1.5-1.7)	175 041,53	157 537,38	148 785,25	148 785,25	148 785,25
2. Remuneração variável	-	-	-	-	-
3. IHT (Isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-	-
4. Outras (identificar)	-	-	-	-	-
Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
Subsídio de refeição	1 166,57	1 166,57	1 166,57	1 166,57	1 153,76
Encargos com benefícios sociais	-	-	-	-	-
Regime de proteção social (Seg. social)	16 726,88	16 726,88	16 726,88	16 726,88	16 726,88
Seguros de saúde	-	-	-	-	-
Seguros de vida	-	-	6 147,05	9 959,09	7 426,71

ENCARGOS COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2013

	Presidente	Vice- Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
	Francisco de Lacerda	Manuel Castelo-Branco	André Gorjão Costa	Dionizia Ferreira	Ana Jordão
Unidade: €					
Seguro de acidentes pessoais viagem	278,00	365,78	245,81	57,02	-
Outros seguros – (responsabilidade civil)	665,40	665,40	665,40	665,40	665,40
Acumulação de funções de gestão (Sim/ Não)	Não	Não	Não	Não	Não
Parque Automóvel	13-IZ-97	50-HG-44	50-HG-45	59-HJ-12	50-HG-38
Modalidade de utilização	<i>Renting</i>	<i>Renting</i>	<i>Renting</i>	<i>Renting</i>	<i>Renting</i>
Valor de referência da viatura nova	75 700,24	51 200,01	51 200,01	59 446,8	47 499,99
Ano início	2010	2009	2009	2009	2009
Ano termo	2014	2014	2014	2014	2014
Nº prestações (se aplicável)	48	60	60	60	60
Valor residual	-	-	-	-	-
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço [sem seguro]	15 522,35	11 179,38	11 316,06	11 625,59	10 331,13
Combustível gasto com a viatura	4 073,89	3 704,77	2 946,86	5 811,84	1 821,93
Plafond anual combustível atribuído (litros)	4 200	4 200	4 200	4 200	4 200
Outros:					
Portagens	495,05	680,95	687,10	1.614,15	49,05
Reparações	954,26	619,37	472,00	516,55	112,00
Seguro	745,80	587,82	587,82	663,50	562,35
Limite definido conforme artº 33 do EGP (Sim/Não)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Plafond mensal em comunicações móveis	-	-	-	-	-
i. Telemóveis	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00
ii. Banda larga	38,33	38,33	38,33	38,33	38,33
Gastos anuais com comunicações móveis					
i. Telemóveis	2 267,49	4 676,35	2 538,15	3 128,40	883,17
ii. Banda larga	244,75	248,57	1 101,77	3 496,56	351,41
Outras (indicar)	-	-	-	-	-
Limite definido conforme artº 32 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Gastos c/deslocações (total)	19.746,79	19.840,90	10.238,56	803,03	-
Custo total anual c/viagens	14.018,30	13.624,79	7.026,32	721,41	-
Custos anuais com alojamento	5.487,06	5.613,85	3.034,16	81,62	-
Ajudas de custo	-	-	-	-	-
Outras (indicar)	(vistos) 241,43	(vistos) 602,26	(táxis) 178,08	-	-

Legenda: EGP – Estatuto do Gestor Público; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Durante o exercício de 2013, as empresas com as quais a Sociedade tem relação de domínio ou de grupo, não pagaram aos membros do Conselho de Administração quaisquer remunerações ou serviços.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Durante o exercício de 2013, não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração quaisquer remunerações sob a forma de participações nos lucros ou de prémios.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Durante o exercício de 2013, não foram pagas nem se tornaram devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

No quadro a seguir apresentado encontram-se discriminados os montantes remuneratórios brutos pagos, individualmente, aos membros do Conselho Fiscal durante o exercício de 2013 pela Sociedade:

CONSELHO FISCAL 2013 – RESUMO

	Presidente	Vogal	Vogal	Presidente	Vogal	Vogal	Total
	Elsa Santos	Fernanda Martins	Lurdes Castro	António Mota	Elsa Santos	Diogo Campos	
	Até 12 novembro 2013			Depois 12 novembro 2014			
Remuneração anual fixa (€)	29 669,87	22 343,75	22 343,75	4 671,33	3 625,30	1 859,00	84 513,00
Rest. Redução decorrente Lei 12-A/2010 (€)	462,37	346,78	257,40	-	0,00	-	1 066,55
Rest. Redução decorrente Lei 55-A (€)	-471,69	-604,05	105,13	-	0,00	-	-970,61
Redução decorrente Lei 66-B (€)	-3 073,55	-2 208,30	-2 383,64	-219,26	-344,63		-8 229,38
Remuneração anual efetiva (€)	26 587,00	19 878,18	20 322,64	4 452,07	3 280,67	1 859,00	76 379,56

82. Remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2013 a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral foi de 580 euros (IVA não incluído).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

No exercício de 2013 não se encontravam fixados contratualmente quaisquer limites para as compensações a pagar em caso de destituição sem justa causa de qualquer membro do Conselho de Administração para além do previsto na lei.

84. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, l)).

No exercício de 2013 não existiam quaisquer acordos entre a Sociedade e os membros do Conselho de Administração ou da Alta Direção que prevíssem indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções)

Não aplicável. Vide ponto 85.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não aplicável. Vide ponto 85.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, e)

Não aplicável. Vide ponto 85.

Estas transações são registadas de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade para preparação das suas demonstrações financeiras.

Encontra-se em preparação um Regulamento para apreciação e controlo de transações com partes relacionadas

90. Transações sujeitas a controlo no ano de referência

Vide resposta dada no ponto anterior.

91. Intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada

Vide resposta dada no ponto 89 supra.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24.

Os negócios relevantes com partes relacionadas com os CTT encontram-se descritos na Nota 42-Partes relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas de 2013.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

De acordo com as normas internas dos CTT de relato financeiro, as partes relacionadas são os seus acionistas, os outros acionistas de empresas participadas pelo Grupo CTT, as empresas associadas ou conjuntamente controladas e os membros do Conselho de Administração, da Assembleia Geral e da Comissão de Auditoria/Conselho Fiscal.

Às transações com partes relacionadas são aplicados termos ou condições idênticos aos praticados com entidades independentes em operações comparáveis.

PARTE II

Avaliação do governo societário

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Nos termos do Regulamento da CMVM nº 4/2013, os CTT adotam o Código de Governo das Sociedades aprovado pela CMVM em julho de 2013, que se encontra disponível para consulta em www.cvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

CÓDIGO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DA CMVM		Adoção	Capítulo
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE			
I.1.	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas Assembleias Gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Adotado	I-B-I-12
I.2.	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotado	I-B-I-13 I-B-I-14
I.3.	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Adotado	I-A-I-5 I-B-I-12 I-B-I-13 I-B-I-14
I.4.	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	n.a.	
I.5.	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adotado	I-A-I-4
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO			
II.1.1.	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	n.a.	

CÓDIGO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DA CMVM		Adoção	Capítulo
II.1.2.	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adotado	I-B-II-15 I-B-II-21
II.1.3.	Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade	n.a.	
II.1.4.	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve criar as comissões que se mostrem necessárias para: <p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p> <p>b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria</p>	n.a.	
II.1.5.	O Conselho de Administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Adotado	I-C-III-49 I-C-III-50 I-C-III-51
II.1.6.	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	n.a.	
II.1.7.	Entre os Administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i> . <p>De entre os membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, Administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de Administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de Administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	n.a.	
II.1.8.	Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adotado	I-B-III-38

CÓDIGO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DA CMVM		Adoção	Capítulo
II.1.9.	O presidente da comissão executiva deve remeter ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal as convocatórias e atas das respectivas reuniões.	Adotado	*
II.1.10.	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um Administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	n.a.	
II.2. FISCALIZAÇÃO			
II.2.1.	O presidente do Conselho Fiscal deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Adotado	I-B-III-32
II.2.2.	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do Auditor Externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotado	I-B-III-38 I-B-V-45
II.2.3.	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o Auditor Externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotado	I-B-V-45
II.2.4.	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotado	I-B-III-38
II.2.5.	O Conselho Fiscal deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e deve ser destinatário dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Adotado	I-B-III-38
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES			
II.3.1.	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	n.a.	
II.3.2.	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	n.a.	
II.3.3.	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: <p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p> <p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p>	Adotado	I-D-III-69 I-D-III-70

CÓDIGO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DA CMVM
Adoção
Capítulo

c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de Administradores.

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.

n.a.

II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.

n.a.

III. REMUNERAÇÕES

III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.

Adotado

I-D-III-71

III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Adotado

I-D-III-69
I-D-III-70

III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

n.a.

III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

n.a.

III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

n.a.

III.6. Até ao termo do seu mandato devem os Administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

n.a.

III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

n.a.

III.8. Quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

Adotado

I-D-III-70

IV. AUDITORIA

IV.1. O Auditor Externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

Adotado

I-C-III-53

CÓDIGO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DA CMVM		Adoção	Capítulo
IV.2.	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao Auditor Externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Adotado	I-B-V-46 I-B-V-47
IV.3.	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.		I-B-V-44
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS			
V.1.	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Cód.VM, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adotado	I-A-II-10
V.2.	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	n.a.	
VI. INFORMAÇÃO			
VI.1.	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Adotado	I-C-V-63
VI.2.	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contato permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Adotado	I-C-V-62

*Todas as atas e agendas são disponibilizadas ao Conselho Fiscal e aos auditores pelo Conselho de Administração

Cumprе salientar que um grande número de recomendações do Código de Governo Societário da CMVM indicadas na tabela supra como não aplicáveis à Sociedade, nomeadamente as Recomendações II.1.1, II.1.4, II.1.6, II.1.10, II.3.1, II.3.2, III.3., III.4., e V.2, serão implementadas logo que o modelo de governo de cariz anglo-saxónico seja confirmado e os membros dos respetivos órgãos sociais eleitos, como se espera aconteça na Assembleia Geral de 24 de março de 2014.

3. Outras informações

ANEXO I Currícula dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CURRICULA

PRESIDENTE & CEO FRANCISCO DE LACERDA

53 anos

Data de nascimento: 24/09/1960, Portugal

Data da nomeação: 24/08/2012

Mandato: 2012/2014

Formação académica

1982: Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, Universidade Católica Portuguesa

Cargos internos

- Presidente & CEO dos CTT – Correios de Portugal, S.A.
- Presidente da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.
- Presidente da Tourline Express Mensajería, S.L.U.

Experiência profissional

Ao longo de 25 anos até 2008, desempenhou vários cargos na banca de investimento, de empresas e de retalho, incluindo CEO do Banco Mello e Vogal do Conselho de Administração Executivo do Millennium BCP, banco português cotado em bolsa e com operações de relevo na Europa Central e de Leste, pelas quais foi responsável, após o que desempenhou funções em instituições portuguesas cotadas em bolsa, tendo sido CEO da CIMPOR – Cimentos de Portugal, grupo cimenteiro internacional a operar em 12 países e uma das 5 maiores empresas no mercado de valores NYSE Euronext Lisbon, e Administrador Não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria da EDP Renováveis, a 2^a empresa mundial de energias renováveis.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2010-2012:** CEO da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS S.A.
- **2010-2012:** Presidente da Cimpor Inversiones, S.A.
- **2010-2012:** Presidente da Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A.
- **2008-2012:** Administrador Não Executivo da EDP Renováveis, S.A., Membro da Comissão de Auditoria em 2008-2011
- **2008-2012:** Sócio-Gerente da Deal Winds – Sociedade Unipessoal Lda
- **2008-2010:** Administrador da Mague – SGPS S.A.

Outros cargos externos

- **2011-...:** Membro do Conselho Consultivo da Nova School of Business & Economics
- **2006-...:** Membro do Conselho Consultivo do Mestrado em Finanças da Católica Lisbon School of Business & Economics
- **2006-...:** Membro do Conselho de Supervisão do Clube Naval de Cascais

**VICE-PRESIDENTE; ADMINISTRADOR EXECUTIVO
MANUEL CASTELO-BRANCO**

45 anos

Data de nascimento: 14/09/1968, Portugal**Data da nomeação:** 24/08/2012**Mandato:** 2012/2014**Formação académica**

- **1992:** Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, Universidade Católica Portuguesa

Cargos internos

- Vice-Presidente dos CTT – Correios de Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.
- Vogal do Conselho de Administração da Correio Expresso de Moçambique, S.A.

Experiência profissional

Vice-Presidente do Conselho de Administração dos CTT, tendo sob sua responsabilidade a Unidade de Negócio de Expresso & Encomendas, os Grandes Clientes e TI. Desempenhou cargos comerciais e de marketing em empresas de bens de consumo, nomeadamente na Unilever, na Sara Lee e na Reckitt Benckiser. Integrou os quadros da Sonae como Gerente de Vendas para marcas de retalho do grupo como a Worten e o Continente. Como Diretor Geral da Media Capital foi responsável pelo lançamento daquele que viria a ser o 3º maior fornecedor de serviços Internet em Portugal. Posteriormente, foi Administrador da Reditus, empresa de TI cotada em bolsa, e fez parte da gestão de topo após a fusão com a Tecnidata. Foi também consultor estratégico da Saudi Oger – Holding Líbano-Saudita para os seus negócios de telecomunicações em Portugal.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2010-2012:** Vogal do Conselho de Administração da Reditus BS Products, S.A.
- **2009-2012:** Vogal do Conselho de Administração da Strong, S.A.
- **2009-2011:** Vogal do Conselho de Administração da Reditus Gestão, S.A.
- **2008-2012:** Vogal do Conselho de Administração da Partblack, S.A.
- **2008-2012:** Vogal do Conselho de Administração da ALL2it Infocomunicações, S.A.
- **2008-2011:** Vogal do Conselho de Administração da TD IF, S.A.
- **2008-2011:** Vogal do Conselho de Administração da Tecnisuporte, S.A.
- **2007-2012:** Vogal do Conselho de Administração da Tecnidata, S.A.
- **2007-2012:** Vogal do Conselho de Administração da Reditus, SGPS, S.A.
- **2007-2009:** Vogal do Conselho de Administração da Tecnidata, SGPS, S.A.

Outros cargos externos

--

**CFO; ADMINISTRADOR EXECUTIVO
ANDRÉ GORJÃO COSTA**

40 anos

Data de nascimento: 01/06/1973, Portugal**Data da nomeação:** 24/08/2012**Mandato:** 2012/2014**Formação académica**

- **1996:** Licenciatura em Economia, Universidade Nova de Lisboa

Cargos internos

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer dos CTT – Correios de Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.
- Presidente do Conselho de Administração da Payshop (Portugal), S.A.

Experiência profissional

Desempenha funções de Chief Financial Officer e Vogal do Conselho de Administração dos CTT, sendo responsável pela Unidade de Negócio de Serviços Financeiros e pela área de Regulação e Concorrência. Com um percurso profissional de 16 anos na banca comercial e de investimento no Grupo Santander, desempenhou diversos cargos em Portugal e no estrangeiro. Integrou a equipa de Finanças Empresariais do banco em 1996 tendo posteriormente liderado a equipa cross border na área de Fusões e Aquisições onde foi responsável por várias aquisições em países da América Latina. Em 2000, foi nomeado Diretor de Corporate Banking, sendo responsável pela criação do Departamento de Clientes Globais do Santander e pelas relações com os principais clientes empresariais portugueses do banco. Assessorou a Sonae na aquisição do Modelo Continente ao Carrefour e o Grupo Américo Amorim na aquisição de 33,34% da Galp Energia, entre muitas outras transações de relevo em Portugal, Espanha e Brasil. Em 2007, foi nomeado Diretor Executivo de Mercados de Crédito em Portugal, altura em que o Santander foi Bookrunner em muitas emissões de Eurobonds e Mandated Lead Arranger em alguns dos mais importantes financiamentos de projetos e aquisições nos setores de renováveis e infraestruturas em Portugal.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2012-2014:** Vogal do Conselho de Administração do Eurogiro

Outros cargos externos

--

**ADMINISTRADORA EXECUTIVA
DIONIZIA FERREIRA**

48 anos

Data de nascimento: 03/01/1966, Portugal**Data da nomeação:** 24/08/2012**Mandato:** 2012/2014**Formação académica**

- **1988:** Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, Instituto Superior de Economia e Gestão

Cargos internos

- Vogal do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.
- Presidente do Conselho de Administração da Mailtec – Holding, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Mailtec Comunicação, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Mailtec Consultoria, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.
- Presidente do Conselho de Gerência da Post-Contacto – Correio Publicitário, Lda
- Gerente da Mailtec Processos, Lda

Experiência profissional

Como Vogal do Conselho de Administração dos CTT tem sob sua responsabilidade a Unidade de Negócio de Correio & Soluções Empresariais. Até 2003, desenvolveu uma carreira profissional de 14 anos na banca de retalho e comercial no Barclays Bank, no Banco Mello e no Millennium BCP. De 2003 a 2007 foi Diretora Comercial e de Marketing dos CTT, tendo sido responsável pelo marketing operacional e estratégico da rede de retalho, pela conceção e lançamento do Correio Verde, pela otimização do portfolio de produtos e serviços e ainda pela preparação do lançamento do Banco Postal. Durante cinco anos até 2012, desempenhou as funções de Chief Executive Officer da Payup, de Diretora Coordenadora de Novas Agências do Barclays Bank PLC (Representação Permanente) e de Responsável pelo Desinvestimento do Banco Popular Portugal.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2008-2009:** Chief Executive Officer da Payup – Desenvolvimento de Negócios, S.A.

Outros cargos externos

--

**ADMINISTRADORA EXECUTIVA
ANA MARIA JORDÃO**

58 anos

Data de nascimento: 14/12/1955, Portugal**Data da nomeação:** 24/08/2012**Mandato:** 2012/2014**Formação académica**

- **1977:** Licenciatura em Direito, Universidade Clássica de Lisboa

Cargos internos

- Vogal do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.

Experiência profissional

Como Vogal do Conselho de Administração dos CTT, tem sob sua responsabilidade a Assessoria Jurídica, a Administração de Recursos Humanos, os Recursos Físicos e as Compras e Logística. Possui um percurso profissional construído na Administração Pública desde 1978, onde exerceu cargos de elevada responsabilidade, nomeadamente de Adjunta do Secretário de Estado da Defesa Nacional, Adjunta do Secretário de Estado do Orçamento, Secretária Geral Adjunta da Secretaria Geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vogal da Comissão de Fiscalização da Comissão do Mercado de Mobiliários e Diretora Geral das Alfândegas e dos Impostos sobre o Consumo. Nos últimos cinco anos, desempenhou funções de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros (de 2006 a 2011) e Secretária Geral Adjunta da Assembleia da República (2012).

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

--

Outros cargos externos

--

CONSELHO FISCAL CURRICULA

PRESIDENTE

ANTÓNIO GOMES MOTA

55 anos

Data de nascimento: 10/06/1958, Portugal

Data da nomeação: 12/11/2013

Mandato: Conclusão do mandato 2012/2014

Formação académica

- **1981:** Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- **1984:** MBA, Universidade Nova de Lisboa
- **2000:** Doutoramento em Gestão de Empresas, ISCTE

Cargos internos

- Presidente do Conselho Fiscal dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (desde 12 de novembro de 2013)

Experiência profissional

Tem um percurso empresarial de mais de 20 anos em cargos de gestão nos setores bancário, de consultoria e serviços financeiros. Foi Diretor da ISCTE Business School (de 2003 a 2012) e Presidente do INDEG/ISCTE (de 2005 a 2012). É Professor Catedrático na ISCTE Business School desde 2005 e Professor convidado do MBA da Nova/Católica de Lisboa desde 2013. Possui uma longa experiência como consultor nas áreas de estratégia, avaliação empresarial e gestão de risco para grandes empresas portuguesas e internacionais. É autor de várias obras de referência na área financeira. Tem desempenhado cargos de liderança em diversos Conselhos de Administração e Supervisão em grandes empresas cotadas portuguesas.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2014-...:** Vice-Presidente do Conselho de Administração de Soares da Costa Construção, SGPS, S.A.
- **2013-...:** Presidente do Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.
- **2009-...:** Membro do Conselho Geral e de Supervisão e das Comissões de Auditoria e (desde 2012) de Desempenho e Competitividade da EDP – Energias de Portugal, S.A.
- **2009-2012:** Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Outros cargos externos

- **2013-...:** Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom, SGPS, S.A.
- **2010-...:** Vice-Presidente do Instituto Português de Corporate Governance

VOGAL

ELSA MARIA RONCON SANTOS

63 anos

Data de nascimento: 10/03/1951, Goa

Data da 1ª nomeação: 24/08/2012

Data da 2ª nomeação: 12/11/2013

Mandato: 2012/2014

2ª nomeação para conclusão do mandato 2012/2014

Formação académica

- **1975:** Licenciatura em Economia, Universidade Técnica de Lisboa
- **1976:** Curso de pós-graduação do Instituto Gulbenkian de Ciência

Cargos internos

- Vogal do Conselho Fiscal dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (desde 12 de novembro de 2013)

Experiência profissional

Com um longo percurso profissional no setor empresarial público, exerce atualmente as funções de Diretora-Geral do Tesouro e das Finanças, cargo que lhe confere por inerência os de Presidente da Comissão Diretiva do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde e Presidente da Comissão Diretiva do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial. Além destas, desempenha ainda funções como Presidente da Comissão Conjunta do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique; Representante do Estado na Comissão Permanente de Acompanhamento do Acordo Quadro relativo à Reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. celebrado entre o Estado Português e o Banco BIC Português; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parpublica – Participações Públicas (SGPS) S.A.; de Membro da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução designada pelo Ministro de Estado e das Finanças; e de representante efetivo do setor empresarial do Estado no Conselho Económico e Social nomeada pela Resolução nº2/2012.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2011-...:** Diretora-Geral do Tesouro e das Finanças
- **2010-2011:** Presidente do Conselho Fiscal da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
- **2010-2011:** Presidente do Conselho Fiscal da CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Outros cargos externos

- **2009-2011:** Presidente da Comissão Ética da CP – Comboios de Portugal, EPE
- **2005-2008:** Presidente da Comissão Executiva da Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA
- **2005-2008:** Presidente do Conselho de Administração da Ecosaúde, SA
- **2005-2008:** Presidente do Conselho de Gerência da Pactogest, Lda.

**VOGAL
DIOGO LEITE CAMPOS**

69 anos

Data de nascimento: 04/12/1944, Portugal

Data da nomeação: 12/11/2013

Mandato: Conclusão do mandato 2012/2014

Formação académica

- **1967:** Licenciatura em Direito, Universidade de Coimbra
- **1978:** Doutoramento em Direito, Universidade de Coimbra
- **1979:** Docteur d'État en Droit, Université de Paris II
- **1979:** Doutoramento em Economia, Université de Paris IX

Cargos internos

- Vogal do Conselho Fiscal dos CTT – Correios de Portugal, S.A (desde 12 de novembro de 2013)

Experiência profissional

É Professor Catedrático na Faculdade de Direito de Coimbra e na Universidade Autónoma de Lisboa. Foi Administrador do Banco de Portugal e Presidente do Conselho Consultivo da CMVM entre 1994 e 2000. É advogado (sócio) da Leite de Campos, Soutelinho & Associados – Sociedade de Advogados, RL. (Lisboa) e da Rolim, Viotti e Leite de Campos (Brasil).

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2009-...:** Presidente do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
- **2008-...:** Administrador Não Executivo da RES SGPS, S.A.
- **2008-2011:** Presidente do Conselho Fiscal da Hagen Engenharia, S.A.

Outros cargos externos

- **2013-2014:** Membro da Comissão de Acompanhamento da privatização do ramo de seguros da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**VOGAL SUPLENTE
SARA ALEXANDRA AMBRÓSIO**

42 anos

Data de nascimento: 13/07/1971

Data da 1ª nomeação: 24/08/2012

Data da 2ª nomeação: 12/11/2013

Mandato: 2012/2014

2ª nomeação para conclusão do mandato 2012/2014

Formação académica

- **1994:** Licenciatura em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa
- **1996:** Pós-graduação em Estudos Europeus, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa
- **2011:** Pós-graduação em Contencioso Administrativo, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa

Cargos internos

- Vogal Suplente do Conselho Fiscal dos CTT – Correios de Portugal, S.A (desde 12 de novembro de 2013)

Experiência profissional

Exerce o cargo de Jurista da Direção-Geral do Tesouro e Finanças desde 1997, destacando-se a emissão de pareceres jurídicos, a análise e elaboração de projetos legislativos, bem como o acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nas áreas de competências daquela Direção-Geral. Tem desempenhado vários cargos em órgãos de fiscalização, como membro da Mesa da Assembleia Geral e também como membro de comissões de fixação de remunerações de diversas empresas do setor empresarial do Estado, tendo ainda representado o Estado em diversas Assembleias Gerais de empresas do mesmo âmbito e em diversos grupos de trabalho.

Cargos de administração e fiscalização em outras empresas (últimos 5 anos)

- **2013-2015:** Vogal efetivo do Conselho Fiscal da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA
- **2008-2010:** Vogal efetivo do Conselho Fiscal da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA.

Outros cargos externos

- **2013-2015:** Secretária da Mesa da Assembleia Geral da APS – Administração do Porto de Sines, SA
- **2008-2010:** Secretária da Mesa da Assembleia Geral da APS – Administração do Porto de Sines, SA
- **2009-2011:** Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SIEV – Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos, SA
- **2008-2010:** Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da Parque Expo 98, SA
- **2009-2011:** Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
- **2009-2011:** Vogal da Comissão de Fixação de Remunerações da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, SA
- **2009-2011:** Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

2. LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS

Acionistas com participações qualificadas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2013

Nos termos do nº 4 do artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 20 do CVM.

Acionista	Nº ações	% Capital	% Direitos voto
Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. (1)	45 000 000	30,000%	30,000%
Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. (2)	9 545 455	6,364%	6,364%
Total (3)	54 545 455	36,364%	36,364%
Goldman Sachs International (4)	7 496 479	4,998%	4,998%
Total	7 496 479	4,998%	4,998%
Deutsche Bank AG London (5)	3 063 798	2,043%	2,043%
Total	3 063 798	2,043%	2,043%
Restantes acionistas (6)	84 894 268	56,596%	56,596%
Total	84 894 268	56,596%	56,596%
Total	150 000 000	100,000%	100,000%

(1) Ações detidas pela Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.

(2) Ações imputáveis à Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. em conformidade com a sua opção de compra (call option) sobre os tomadores firmes (Underwriters), representados para o efeito pelo Agente de Estabilização (Stabilisation Manager), no âmbito do contrato de venda direta institucional (Institutional Underwriting Agreement) celebrado com os tomadores firmes no processo de privatização dos CTT. No âmbito deste contrato os tomadores firmes detinham também uma opção de venda (put option) sobre a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.. As operações de estabilização da ação ficaram concluídas em 3 de janeiro de 2014, tendo os tomadores firmes exercido a opção de venda de 2.253.834 ações, do conjunto das 9.545.455 ações, correspondentes a 1,5% do capital social dos CTT.

(3) Participação total da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. a 31 de dezembro de 2013, que por sua vez é detida na sua totalidade pelo Estado Português. A partir de 3 de janeiro de 2014 a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. passou a deter 47.253.834 ações, i.e., 31,5% do capital social dos CTT.

(4) Ações detidas pelo Goldman Sachs International, controlado pelo Goldman Sachs Holding (U.K.), que por sua vez é controlado pelo Goldman Sachs Group Holdings (U.K.) Limited, controlado pelo Goldman Sachs Group UK Limited, controlado pelo Goldman Sachs (UK) L.L.C., que por sua vez é controlado pelo The Goldman Sachs Group, Inc..

(5) Ações detidas pelo Deutsche Bank AG London que é uma sucursal do Deutsche Bank AG.

(6) Inclui 2.064.660 ações detidas pelos trabalhadores dos CTT que, de acordo com as condições da oferta reservada a trabalhadores no âmbito da privatização dos CTT, se encontravam indisponíveis até 5 de março de 2014.

3. AÇÕES PRÓPRIAS

Nos termos da alínea d) do artigo 66 e do nº1 do artigo 325-A do Código das Sociedades Comerciais.

Os CTT – Correios de Portugal, S.A. – Sociedade Aberta não são detentores de ações próprias.

Durante o exercício de 2013, os CTT, S.A. – Sociedade Aberta não adquiriram nem alienaram ações próprias.

4. POSIÇÃO ACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, E DE OUTROS DIRIGENTES

Nos termos do nº5 do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais.

Nome	Nº de ações em 31.12.2013 (a)	Preço
Conselho de Administração		
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	3 110	5,52 €
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	1 550	5,52 €
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	3 110	5,52 €
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	-	-
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	-	-
Conselho Fiscal		
António Sarmento Gomes Mota	-	-
Diogo José Paredes Leite de Campos	-	-
Elsa Maria Roncon Santos	-	-
Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo		
PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.	-	-
José Pereira Alves	-	-
Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão	-	-
José Manuel Henriques Bernardo	-	-
Outros dirigentes		
Alberto Alves Maria Pimenta	1 000	5,24 €
Ana Rita Baião Matos	2 500	5,24 €
Antónia Ascensão Rato	2 500	5,24 €
António Augusto Labrincha Correia Marques	500	5,24 €
António Manuel Borges Vaz	2 500	5,24 €
António Pedro Ferreira Vaz da Silva	240	5,52 €
Carla Maria Teixeira Gonçalves Veiga	2 500	5,24 €
Carla Salomé Preto Martins Marques da Cruz	1 300	5,24 €
Fernando Manuel Costa Afonso	500	5,24 €
Filipe Jacinto Flores Ribeiro	200	5,24 €
Graça Maria Porto Temudo Pires de Oliveira	2 500	5,24 €
Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues	-	-
Hernâni Joaquim Mateus dos Santos	1 000	5,24 €
Isabel Maria Lemos Lourenço	1 750	1 500 a 5,24 € 250 a 5,52 €
João Domingues dos Santos da Cunha Leal	620	5,52 €
João Manuel da Costa Araújo	2 500	5,24 €
João Pedro Namora Gonçalves	2 800	2 500 a 5,24 € 300 a 5,52 €
José Eduardo Dias de Mendonça David	500	5,24 €
Julietta Aurora Barracho Gomes Jorge Cainço	-	-
Laura Maria Falcão da Costa	300	5,24 €

Nome	Nº de ações em 31.12.2013 (a)	Preço
Luís Miguel Soares Rodrigues	2 500	5,24 €
Maria da Graça Farinha de Carvalho e Sousa Góis	200	5,24 €
Maria Helena Henriques Camacho	800	5,24 €
Maria Margarida Jarego Colaço da Silva	950	5,24 €
Maria Teresa Geraldês Caetano	-	-
Miguel Alexandre Ferreira Amaral Salema Garção	3 130	2 500 a 5,24 € 630 a 5,52 €
Paulo José Carteiro Veiga	2 500	5,24 €
Pedro Miguel Lourenço Salvador	-	-
Peter Iordanov Tsvetkov	4 990	2 500 a 5,24 € 2 490 a 5,52 €
Raul Manuel Matias Moreira	1 000	5,24 €
Sílvia Maria Correia	2 500	5,24 €
Partes relacionadas		
Alice Monjardino de Campos de Azevedo Soares (b)	120	5,52 €
Manuel Maria Azevedo Soares de Abreu Castelo-Branco (b)	1 550	5,52 €
Susana Gorjão Costa (c)	3 110	5,52 €
Helena Augusta Monteiro Afonso Gonçalves (d)	1 000	5,24 €
Ana Soraia Teixeira Vaz da Silva (e)	240	5,52 €
Jaime Francisco Teixeira (e)	240	5,52 €
Maria José Cabrita da Silva (f)	310	5,52 €
Carla Maria Teixeira Gonçalves Veiga (g)	2 500	5,24 €

(a) Todas as ações dos dirigentes foram compradas no âmbito do processo da OPV, no primeiro dia de cotação/trading (5 dezembro 2013).

(b) Pessoa estreitamente relacionada com Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco

(c) Pessoa estreitamente relacionada com André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

(d) Pessoa estreitamente relacionada com Alberto Alves Maria Pimenta

(e) Pessoa estreitamente relacionada com António Pedro Ferreira Vaz da Silva

(f) Pessoa estreitamente relacionada com João Pedro Namora Gonçalves

(g) Pessoa estreitamente relacionada com Paulo José Carteiro Veiga

5. NEGÓCIOS COM A SOCIEDADE E EXERCÍCIO DE OUTRAS ATIVIDADES PELOS ATUAIS ADMINISTRADORES

Nos termos da alínea e) do artigo 66 e dos artigos 397 e 398 do Código das Sociedades Comerciais.

Não se registaram, em 2013, autorizações aos atuais membros do Conselho de Administração dos CTT, S.A. – Sociedade Aberta, para a realização de negócios com a Sociedade.

Nenhum dos atuais administradores dos CTT, S.A. – Sociedade Aberta, exerceu, durante o exercício de 2013, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

6. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE TER INTEGRADO O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

No ano de 2013 e até 5 de dezembro, os CTT, enquanto empresa de capitais exclusivamente públicos, encontravam-se obrigados ao cumprimento de um determinado número de obrigações decorrentes da sua natureza de empresa pública que deixaram de se lhes aplicar em virtude da privatização da maioria do seu capital social, ocorrida a 5 de dezembro de 2013.

Na nova estrutura acionista após privatização e à data de 31 de dezembro de 2013 a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e indiretamente (enquanto seu acionista único) o Estado Português, detinha no capital social dos CTT uma participação, de 30% (por detenção) e de 6,36% (por imputação em conformidade com a sua opção de compra), não exercendo influência dominante sobre a sociedade, conforme o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 1 de outubro.

É neste contexto que se reporta o cumprimento de um conjunto de obrigações e orientações especificamente determinadas para o setor empresarial do Estado durante o ano de 2013:

Contratação pública

Ao longo do ano de 2013, os CTT concluíram 1040 processos de contratação com um valor total de cerca de 38,7 milhões de euros, dos quais se destacam as adjudicações na sequência de concursos lançados ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aplicável quer pela natureza de empresa pública criada para satisfazer necessidades de interesse geral, quer pela natureza de concessionária do serviço postal universal, os quais representaram um montante adjudicado de 16,5 milhões de euros (cerca de 43% do valor total).

Na sequência das orientações ditadas para o setor empresarial do Estado, sempre que se apresentou como escolha mais vantajosa, privilegiou-se o recurso aos Acordos de Quadro estabelecidos com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), como foi o caso da prestação do serviço de segurança do fornecimento de combustível e do aluguer operacional de viaturas.

Em matéria de aquisição de veículos os CTT cumpriram com a obrigação de comunicação prévia à ESPAP, I.P. nos termos do disposto no Despacho nº 1182/13-SET.

A partir do dia 5 de dezembro de 2013, as regras da contratação pública aplicam-se aos CTT apenas quanto às contratações que respeitem direta e principalmente ao setor dos serviços postais, deixando igualmente de se lhes aplicar a obrigação decorrente do supra mencionado Despacho nº 1182/13-SET.

Política de compras ecológicas

Em cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 70/2008 de 22 de abril, os CTT adotaram os princípios da Estratégia Nacional para as Compras Ecológicas aprovada pela RCM nº 65/2007 de 7 de maio, vertendo nos documentos procedimentais a exigência de cumprimento dos critérios ambientais, designadamente:

- Certificação Ambiental NP EN ISO 14001;
- Declaração do candidato, sob compromisso de honra, referindo que não foi objeto de aplicação de coimas e/ou de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais;
- Apresentação de descrição sumária dos procedimentos inerentes à Gestão ambiental (planos de formação e iniciativas para mitigar os impactos ambientais associados à prestação do serviço).

Introduziram-se, ainda, sempre que o objeto do contrato o justificou, critérios ambientais na avaliação das propostas.

O grau de concretização dos indicadores definidos na RCM nº 65/2007, de 7 de maio, para avaliar a extensão da introdução dos referidos critérios ambientais nos processos de compra atingiu, em 2013, os seguintes valores:

- Percentagem de procedimentos pré-contratuais com critérios ambientais relativamente ao total de procedimentos pré-contratuais: 70%;
- Percentagem dos contratos com critérios ambientais relativamente ao total de contratos celebrados: 97%.

Os dois indicadores, para os quais os objetivos de 2010 eram de 50%, estão alinhados com os valores de 2011 e de 2012, não apresentando oscilações de relevo.

Contratação de serviços de publicidade institucional

A Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2010 de 25 de junho, definiu um conjunto de diretrizes sobre publicidade institucional com o objetivo, entre outros, de reforçar a transparência da atividade de aquisição de espaços publicitários pelo Estado e por outras entidades públicas.

Enquanto entidade concessionária de um serviço público e no que às obrigações de serviço público respeita os, CTT encontravam-se vinculados ao cumprimento das obrigações decorrentes do referido diploma, nomeadamente, de remeter ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional, nos moldes determinados pela Portaria 1297/2010 de 21 de dezembro e de fazer constar do seu relatório de atividades anuais, de forma sintética uma análise das ações de atividade institucional desenvolvidas cujo montante excedesse 15.000 euros.

Em 2013 foram desenvolvidas ações de publicidade institucional no montante total de 1,2 milhões de euros (sem IVA), repartido pelos trimestres da seguinte forma:

Unidade: €

1º trimestre	7 604,47
2º trimestre	72 173,62
3º trimestre	5 913,55
4º trimestre	1 086 305,02
Total	1 171 996,66

As ações de publicidade institucional desenvolvidas em 2013, cujo valor se situou acima de 15.000 euros (IVA não incluído) foram as seguintes:

Ação de publicidade	Objetivo	Custo total	Investimento em espaço
Marca de Confiança 2013	Valorizar a marca CTT e zelar pela manutenção do estatuto de marca de confiança dos portugueses.	€35 211,39	€24 405,75
A Maior Rede de Portugal	Reforçar a dimensão da rede CTT e seus pontos de atendimento, tratamento e distribuição.	€38 401,25	€37 818,25
Correio Verde	Reforço da identidade ecológica do produto, bem como nas características de facilidade e conveniência.	€36 337,42	€28 665,14
Campanha App	Dar a conhecer a App para dispositivos móveis CTT que permite aceder a funcionalidades úteis como localizar encomendas, encaminhar correspondência para o local de trabalho, consulta de valores em dívida de portagens, etc.	€13 758,71	€8 586,97
Campanha institucional “Cada vez mais presentes”	Destacar o papel dos CTT na vida das pessoas com uma proposta de valor que suporta toda a oferta de serviços e produtos, revelando um carácter de inovação, progressão e modernidade.	€568 758,48	€334 499,54
Campanha OPV	Inserida no processo de OPV, com o objetivo de apresentar a todos os portugueses a oportunidade de investimento nas ações da Empresa.	€468 937,53	€249 319,79

Princípio da igualdade do género

Nos termos do n.º 1 da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 19/2012 de 23 de fevereiro, as entidades do Sector Empresarial do Estado estão obrigadas à adoção dos planos de igualdade do género previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 70/2008. O n.º 4 da mencionada RCM 19/2012 recomenda às empresas do setor privado cotadas em Bolsa a adoção de planos para a igualdade, à semelhança do preconizado para o Setor Empresarial do Estado.

Neste âmbito, os CTT têm vindo a melhorar os indicadores de gestão no sentido de proceder à monitorização contínua das variáveis relevantes para a política de igualdade de género, tendo sido introduzidas desagregações em alguns indicadores periódicos de gestão. Foram elaborados relatórios de gestão, com periodicidade semestral, em que os CTT já vêm procedendo ao apuramento da situação de recursos humanos em cada empresa, em função do género, inserindo alguns indicadores no Relatório de Sustentabilidade da empresa.

Em 18 de fevereiro de 2013 os CTT assinaram um protocolo com a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, através do Fórum de Empresas para a Igualdade (IGEN), no qual se comprometem a desenvolver ações que incorporem na sua estratégia de gestão os princípios de equidade de género, com vista à promoção da igualdade profissional e ao fim de todos os processos discriminatórios. Deste esforço irá resultar um acervo de boas práticas que irão ser partilhadas.

O n.º 2 da RCM n.º 19/2012 determina como objetivo a presença plural de mulheres e de homens nas nomeações ou designações para cargos de administração e de fiscalização no SEE. É referido o apelo da Vice-Presidente da Comissão Europeia aos Presidentes dos Conselhos de Administração das maiores empresas para que assumam o compromisso de alcançar a meta de 30% de mulheres entre os membros daqueles Conselhos até 2015 e de 40% até 2020.

No caso dos CTT a presença de mulheres perfaz 40% no Conselho de Administração e 33% no Conselho Fiscal.

PARTE IV

Documentos de fiscalização e auditoria



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas dos CTT – Correios de Portugal, SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.100.134.433 euros e um total de capital próprio de 275.934.219 euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.604.372 euros e um resultado líquido de 61.016.067 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

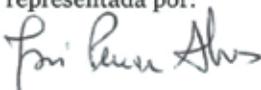
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada dos CTT – Correios de Portugal, SA em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

21 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas dos CTT – Correios de Portugal, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.071.900.196 euros e um total de capital próprio de 274.591.994 euros, incluindo um resultado líquido de 61.016.067 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira dos CTT – Correios de Portugal, SA em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

21 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.100.134.433 euros e um total de capital próprio de 275.934.219 euros, incluindo interesses não controlados de 1.604.372 euros e um resultado líquido atribuível a detentores de capital do Grupo CTT de 61.016.067 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos consolidados de caixa no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 21 de Março de 2014



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de activo de 1.071.900.196 euros e um total de capital próprio de 274.591.994 euros, incluindo um resultado líquido de 61.016.067 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 21 de Março de 2014



KPMG & Associados -

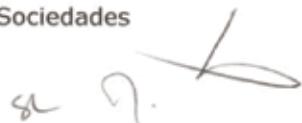
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2013 e dar o nosso parecer sobre o relatório consolidado de gestão, de que faz parte integrante o relatório de governo da sociedade e demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Directores da Sociedade. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda e com auditor independente KPMG & Associados, SROC, SA e acompanhámos os trabalhos de auditoria desenvolvidos. Analisámos a certificação legal de contas e as conclusões dos trabalhos de auditoria, que merecem o nosso acordo.
4. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
 - a. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os respectivos anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - b. as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, no que concerne às contas individuais e às Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, no que concerne às contas consolidadas e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
 - c. o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e das suas associadas e evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.
 - d. O relatório de Governo da Sociedade, que faz parte do relatório de gestão, cumpre o disposto no Código de Governo das Sociedades



disponibilizado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) na versão revista pelo Regulamento da CMVM 4/2013 e está de acordo com o disposto nos artigos 7º e 245º-A do Código de Valores Mobiliários e com o modelo anexo ao referido Regulamento da CMVM; o relatório reflete ainda a transição da realidade de empresa pública para a de empresa de capital maioritariamente privado, com a operação de privatização ocorrida em 5 de Dezembro de 2013.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da certificação legal de contas e do relatórios de auditoria, do auditor externo e auditor independente, somos do parecer que:
 - a. seja aprovado o relatório de gestão que inclui o relatório de governo da sociedade;
 - b. sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais Colaboradores da empresa bem como ao Revisor Oficial de Contas e Auditor independente.

Lisboa, 21 de Março de 2013

António Gomes Mota
(Presidente do Conselho Fiscal)

Elsa Roncon Santos
(vogal do Conselho Fiscal)

Diogo Leite de Campos
(Vogal do Conselho Fiscal)

Declaração de Conformidade

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais individuais e consolidadas e demais documentos de prestação de contas, (i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT- Correios de Portugal, S.A. - Sociedade Aberta (CTT) e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; (ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição dos CTT e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e (iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que os CTT- Correios de Portugal, S.A. se defrontam na sua atividade.

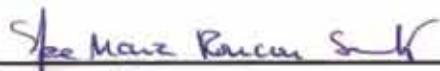
O Conselho Fiscal

Presidente



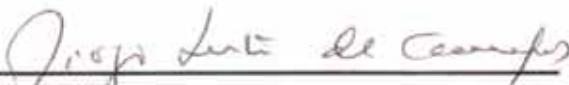
António Gomes Mota

Vogal



Elsa Roncon Santos

Vogal



Diogo Leite Campos

CONTACTOS

SEDE

Avenida D. João II, Lote 01.12.03
1999-001 Lisboa
PORTUGAL

Telefone: +351 210 471 836

Fax: +351 210 471 994

Clientes

E-mail: informacao@ctt.pt

Linha CTT 707 26 26 26

Dias úteis e sábados das 8h às 22h

Representante para as Relações com o Mercado

André Gorjão Costa

Gabinete de Relações com os Investidores

Peter Tsvetkov

E-mail: investors@ctt.pt

Telefone: +351 210 471 857

Fax: +351 210 471 996

Órgãos de Comunicação Social

Direção de Comunicação Institucional

Assessoria de Imprensa

Fernando Marante

E-mail: gabinete.imprensa@ctt.pt

Telefone: +351 210 471 800